



Análise do Desempenho

3T15



Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação	9
Acesso on-line	9
Glossário	10
Sumário do Resultado	12
Resultado	12
Guidance	12
Retorno ao Acionista	13
DRE com Realocações	14
Margem Financeira Bruta	15
Spread por Carteira	15
Ativos e Principais Itens Patrimoniais	16
Basileia	18
Carteira de Crédito	18
Rendas de Tarifas	24
Despesas Administrativas e Eficiência	26
1 - Informações Úteis	27
Governança Corporativa	31
2 - Demonstrações Contábeis Resumidas	33
2.1. Balanço Patrimonial Resumido	33
2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário	35
2.3. Demonstração do Resultado com Realocações	36
2.3.1. Abertura das Realocações	37
2.3.2. Glossário das Realocações	39
3 - Crédito	41
O Processo de Crédito do Banco do Brasil	41
3.1. Carteira de Crédito	41
3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	43
3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	47
3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios	50
3.1.4. Concentração	56
3.2. Qualidade do Crédito	58
3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	62
3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	64
3.2.3. Carteira de Agronegócios	66
3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV	69
3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos	71
3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal	71
3.3.2. O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos	71
3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos	71
3.3.4. Eficiência do Processo	72
3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada	74
4 - Captações	75
5 - Resultado Financeiro	78
5.1. Margem Financeira Bruta	78
5.2. Receita Financeira com operações de Crédito	78
5.3. Despesa Financeira de Captação	79
5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional	79
5.5. Receita de recuperação de Crédito	80
5.6. Resultado de Tesouraria	80
5.7. Análise de Ativos e Passivos	83
5.7.1. Análise de Ativos	83
5.7.2. Análise de Passivos	84
5.7.3. Análise Volume e Taxa	85
5.8. Margem Gerencial de Crédito	87
6 - Rendas de Tarifas	88
6.1. Conta-Corrente	88
6.2. Meios de Pagamento	88
6.2.1. Base de Cartões e Faturamento	89
6.2.2. Resultado do Serviço de Cartões	90

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros	91
6.4. Mercado de Capitais	93
6.4.1. Produtos e Serviços do BB-BI	93
6.4.2. Desempenho em Mercado de Capitais	94
6.5. Serviços Fiduciários	96
6.5.1. Administração Fiduciária	96
6.5.2. Custódia	97
6.6. Seguros, Previdência e Capitalização	98
6.7. Consórcios	98
7 – Produtividade e Eficiência.....	100
7.1. Indicadores	100
7.2. Despesas de Pessoal	102
7.3. Outras Despesas Administrativas	102
7.3.1. Rede de Atendimento	103
7.3.2. Canais Automatizados	105
7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais	110
7.5. Perdas Operacionais	110
7.5.1. Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes	112
8 – Outros Componentes Patrimoniais	116
8.1. Ativo Atuarial	116
8.2. Fundos de Destinação de Superávit	117
8.3. Passivo Atuarial	118
8.4. Impostos Diferidos	119
9 - Gestão de Riscos	121
9.1. Gestão dos Riscos	121
9.1.1. Risco de Crédito	121
9.1.2. Risco de Mercado	121
9.1.3. Risco de Liquidez	124
9.1.4. Risco Operacional	126
9.2. Estrutura de Capital	127
10 - Investimentos Estratégicos	131
10.1. Informações de Coligadas e Controladas	131
10.2. Banco Votorantim	133
10.3. Negócios Internacionais	140
10.3.1. Banco Patagonia	141
11 - Série de Demonstrações Contábeis	144
11.1. Balanço Patrimonial Resumido	144
11.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário	148
11.3. Demonstração do Resultado com Realocações	150

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Guidance</i>	13
Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado	13
Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas	14
Tabela 4. Itens Extraordinários	15
Tabela 5. Composição da MFB.....	15
Tabela 6. <i>Spread</i> Gerencial Anualizado (carteira de crédito orgânica)	16
Tabela 7. <i>Spread</i> Global	16
Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais	16
Tabela 9. Fontes e Usos	17
Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	18
Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada	20
Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	23
Tabela 13. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada	23
Tabela 14. Rendas de Tarifas.....	24
Tabela 15. Despesas Administrativas Ajustadas.....	26
Tabela 16. Principais Indicadores Econômicos¹	27
Tabela 17. Composição Acionária - %.....	28
Tabela 18. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	28
Tabela 19. Indicadores de Mercado	28
Tabela 20. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %	28
Tabela 21. Participação no Índice de Mercado Internacional - %	28
Tabela 22. Informações do BB.....	29
Tabela 23. <i>Ratings</i>	30
Tabela 24. Compulsório/Exigibilidade (%)	30
Tabela 25. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo	33
Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	34
Tabela 27. Demonstração Resumida do Resultado Societário	35
Tabela 28. Demonstração do Resultado com Realocações.....	36
Tabela 29. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	38
Tabela 30. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários.....	40
Tabela 31. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	42
Tabela 32. Crédito SFN	42
Tabela 33. Carteira de Crédito Pessoa Física	43
Tabela 34. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado.....	43
Tabela 35. Carteiras Adquiridas¹	44
Tabela 36. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física	44
Tabela 37. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	45
Tabela 38. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	46
Tabela 39. Taxas e Prazos Médios	47
Tabela 40. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	48
Tabela 41. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica	48
Tabela 42. Câmbio de Exportação e Importação	48
Tabela 43. ACC/ACE	48
Tabela 44. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE	49
Tabela 45. Crédito MPE por Setor de Atividade	49
Tabela 46. Produtos de Crédito - MPE	50
Tabela 47. Fundos Garantidores de Crédito – FGO e FAMPE	50
Tabela 48. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em setembro/15	50
Tabela 49. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	51
Tabela 50. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	52
Tabela 51. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	52
Tabela 52. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado	53
Tabela 53. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente	53
Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	53
Tabela 55. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos	54
Tabela 56. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	54
Tabela 57. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios.....	54
Tabela 58. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural	55

Tabela 59. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	55
Tabela 60. 100 Maiores Tomadores em relação à Carteira de Crédito Classificada	56
Tabela 61. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR ¹	56
Tabela 62. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ	57
Tabela 63. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco	60
Tabela 64. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV	61
Tabela 65. Índices de Atraso da Carteira Classificada	62
Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco	62
Tabela 67. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF	63
Tabela 68. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – Em % por Linha de Crédito	63
Tabela 69. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco	65
Tabela 70. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ	65
Tabela 71. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – Em % por Linha de Crédito	65
Tabela 72. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	66
Tabela 73. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito	66
Tabela 74. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco	67
Tabela 75. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	67
Tabela 76. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	67
Tabela 77. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	68
Tabela 78. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio	68
Tabela 79. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios	69
Tabela 80. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	69
Tabela 81. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim ¹	70
Tabela 82. Carteira de Crédito Renegociada ¹	74
Tabela 83. Captações Comerciais	75
Tabela 84. Captações Institucionais	76
Tabela 85. Captações no Exterior - Modalidade	76
Tabela 86. Captações no Exterior - Produto	76
Tabela 87. Emissões Vigentes no Exterior	77
Tabela 88. Fontes e Usos	77
Tabela 89. Composição da Margem Financeira Bruta	78
Tabela 90. Receita Financeira de Operação de Crédito	78
Tabela 91. Despesa de Captação ¹	79
Tabela 92. Despesa de Captação Institucional	79
Tabela 93. Captações vs. Taxa Selic	80
Tabela 94. Recuperação de Crédito	80
Tabela 95. Resultado de Tesouraria	80
Tabela 96. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	81
Tabela 97. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado	81
Tabela 98. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado	82
Tabela 99. Instrumentos Financeiros Derivativos	82
Tabela 100. Saldo da Liquidez	82
Tabela 101. Despesa de Captação no Mercado Aberto	82
Tabela 102. Outros Componentes de Tesouraria	83
Tabela 103. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)	83
Tabela 104. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (9 Meses)	83
Tabela 105. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)	84
Tabela 106. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (9 Meses)	84
Tabela 107. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	85
Tabela 108. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 9 Meses	85
Tabela 109. Margem Global	85
Tabela 110. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro	85
Tabela 111. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	86
Tabela 112. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (9 Meses)	86
Tabela 113. Margem Gerencial	87
Tabela 114. Taxa por Carteira	87
Tabela 115. Rendas de Tarifas	88
Tabela 116. Base de Clientes e Contas-correntes	88
Tabela 117. Base de Cartões	89
Tabela 118. Quantidade de Transações	90
Tabela 119. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Trimestral	91
Tabela 120. Resultado de Serviços de Cartões – Visão 9 Meses	91
Tabela 121. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	92

Tabela 122. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo.....	92
Tabela 123. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	93
Tabela 124. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	95
Tabela 125. Resultado de Serviços Fiduciários.....	96
Tabela 126. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho.....	98
Tabela 127. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo	99
Tabela 128. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	99
Tabela 129. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	99
Tabela 130. Receitas e Despesas Operacionais Totais	100
Tabela 131. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados ¹	100
Tabela 132. Outros Indicadores de Produtividade	101
Tabela 133. Despesas de Pessoal	102
Tabela 134. Perfil dos Funcionários	102
Tabela 135. Outras Despesas Administrativas	103
Tabela 136. Rede de Atendimento	103
Tabela 137. Rede de Agências por Região	103
Tabela 138. Rede MaisBB – Dados Operacionais	104
Tabela 139. Banco Postal – Perfil Cliente	104
Tabela 140. Rede de Distribuição no Exterior	105
Tabela 141. Outras Receitas e Despesas Operacionais	110
Tabela 142. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)	111
Tabela 143. Composição dos Ativos	117
Tabela 144. Principais Premissas Atuariais.....	117
Tabela 145. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012	117
Tabela 146. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	117
Tabela 147. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	118
Tabela 148. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012	119
Tabela 149. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012.....	119
Tabela 150. Abertura do Crédito Tributário	120
Tabela 151. Abertura do Passivo Fiscal Diferido.....	120
Tabela 152. Balanço em Moedas Estrangeiras	122
Tabela 153. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros	124
Tabela 154. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	127
Tabela 155. Índice de Basileia	128
Tabela 156. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	129
Tabela 157. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD}	129
Tabela 158. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	129
Tabela 159. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR.....	130
Tabela 160. Participações Societárias via BB Banco Múltiplo	131
Tabela 161. Participações Societárias via BB Banco de Investimentos	131
Tabela 162. Participações Societárias via BB Seguridade Participações S.A	132
Tabela 163. Participações Societárias via BB Elo Cartões Participações S.A.....	132
Tabela 164. Participações Societárias Não Consolidadas	132
Tabela 165. Principais Itens Patrimoniais.....	133
Tabela 166. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ - Trimestral	134
Tabela 167. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro	135
Tabela 168. Carteira de Crédito.....	135
Tabela 169. Indicadores – Veículos.....	136
Tabela 170. Qualidade da Carteira Gerenciada	138
Tabela 171. Captações	138
Tabela 172. Índice de Basileia	139
Tabela 173. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais	141
Tabela 174. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado	141
Tabela 175. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	141
Tabela 176. Banco Patagonia – Captações	142
Tabela 177. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	142
Tabela 178. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito	142
Tabela 179. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	143
Tabela 180. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral	144
Tabela 181. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual	145
Tabela 182. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral.....	146
Tabela 183. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual.....	147
Tabela 184. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral.....	148

Tabela 185. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual	149
Tabela 186. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral	150
Tabela 187. Demonstração do Resultado com Realocações - Série Anual.....	151

Índice de Figuras

Figura 1. Lucro e RSPL	12
Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	13
Figura 3. Carteira de Crédito Interna BB por Período de Contratação - % e R\$ bilhões	19
Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)	20
Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)	21
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada	22
Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	22
Figura 8. Faturamento Total de Cartões - R\$ bilhões	25
Figura 9. Gestão de Recursos de Terceiros	25
Figura 10. Estrutura da Alta Administração	32
Figura 11. Comitês Estratégicos	32
Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil	41
Figura 13. Carteira de Crédito Interna BB por Período de Contratação - % e R\$ bilhões	43
Figura 14. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %	44
Figura 15. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %	45
Figura 16. Prazo das Operações Contratadas no 3T15 – Crédito Consignado	45
Figura 17. Prazo das Operações Contratadas no 3T15 – Financiamento de Veículos	46
Figura 18. LTV e Entrada – Financiamento de Veículos da Carteira Orgânica PF - %	46
Figura 19. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário - %	47
Figura 20. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %	49
Figura 21. Participação do BB no Agronegócio – %	51
Figura 22. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %	56
Figura 23. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada	58
Figura 24. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	58
Figura 25. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada	59
Figura 26. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada sem BV	59
Figura 27. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada	60
Figura 28. Safra Anual – Crédito Pessoa Física	64
Figura 29. Safra Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos	64
Figura 30. Safra Anual – Carteira MPE	66
Figura 31. Canais de Cobrança e Recuperação ¹	72
Figura 32. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %	72
Figura 33. Cobrança e Recuperação em Caixa antes do envio para Perdas ¹ - %	73
Figura 34. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista ¹ – %	73
Figura 35. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada	73
Figura 36. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %	74
Figura 37. Participação de Mercado das Captações do BB	75
Figura 38. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)	81
Figura 39. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas ¹	89
Figura 40. Faturamento Total de Cartões – R\$ bilhões	90
Figura 41. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R\$ bilhões	90
Figura 42. Gestão de Recursos de Terceiros	92
Figura 43. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional	94
Figura 44. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário	95
Figura 45. Ouro – Custódia	96
Figura 46. Administração Fiduciária e Market Share – R\$ bilhões	97
Figura 47. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões	97
Figura 48. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativos	99
Figura 49. Crédito Pessoa Física e Agências	101
Figura 50. Produto Bancário e Agências	101
Figura 51. Evolução do Quadro de Pessoal	102
Figura 52. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações - %	106
Figura 53. Quantidade de Usuários e das Transações PF (milhões) – <i>Internet Banking</i>	106
Figura 54. Quantidade de Usuários e das Transações (milhões) – <i>Mobile Banking</i>	107
Figura 55. Quantidade de Transações Crédito Novo + Captações (milhões) – <i>Mobile Banking</i>	107
Figura 56. Terminais de Autoatendimento	108
Figura 57. Participação dos TAAs nas Transações Bancárias Básicas (média)	108
Figura 58. Investimentos em Tecnologia	109

Figura 59. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade.....	109
Figura 60. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %	111
Figura 61. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas	111
Figura 62. Potencial de Recup. vs Recup. Realizada – Canais de Atendimento	112
Figura 63. Ataques Obstados vs. Quantidade de Ataques	112
Figura 64. Quantidade de Reclamações Procedentes Junto ao Bacen	113
Figura 65. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil	113
Figura 66. Registros nos Procon: BB versus Principais Concorrentes	114
Figura 67. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado.....	114
Figura 68. Novos Registros no Procon: BB versus Principais Concorrentes.....	115
Figura 69. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	123
Figura 70. Ativos e Passivos por Indexador	123
Figura 71. Posição Líquida por Indexador.....	124
Figura 72. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional.....	125
Figura 73. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira	126
Figura 74. Indicador DRL.....	126
Figura 75. Originação (Financiamento de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões	136
Figura 76. PCLD Gerencial vs PCLD Contábil	137
Figura 77. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões	142

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores, tem periodicidade trimestral. Esta publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis BB e gestão de riscos. O leitor encontrará, ainda, tabelas contendo séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração Resumida do Resultado Societário, da Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do trimestre em análise são apresentadas.

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas maiores informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e o *Download Center*.

Banco do Brasil
Relações com Investidores

bb.com.br
bb.com.br/ri

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: Inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: Inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada no País: carteira de crédito classificada, adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) adquiridos pelo BB e das garantias prestadas, considerando-se as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Gerenciada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo a carteira de crédito contabilizada segundo a Res. nº CMN 2.682/99, adicionada de ativos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e dos ativos cedidos para fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs.

Carteira de Crédito Gerenciada Ampliada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo carteira de crédito gerenciada adicionada de títulos e valores mobiliários privados, avais e fianças prestados.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo-se as operações provenientes do Banco Votorantim e de carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Garantias: são operações em normalidade onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificados no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do banco e/ou referem-se a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando-se as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade, é definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

MSD: Média de Saldos Diários

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do funding e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Sumário do Resultado

Resultado

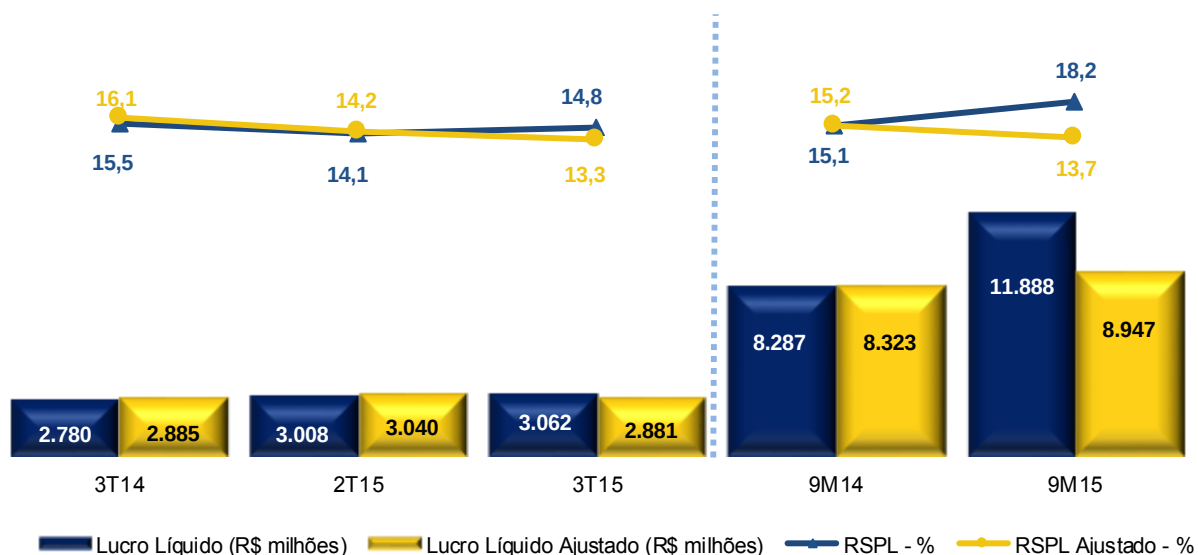
Lucro Líquido de R\$ 11,9 bilhões nos 9M15

O Banco do Brasil apresentou Lucro Líquido de R\$ 11.888 milhões nos 9M15, acréscimo de 43,5% em relação ao 9M14. Esse desempenho corresponde a RSPL de 18,2% a.a.

O Lucro Líquido Ajustado, que exclui os efeitos de itens extraordinários, atingiu R\$ 8.947 milhões nos 9M15. Esse resultado foi 7,5% superior ao observado em 9M14. O RSPL ajustado no período foi de 13,7% a.a.

O resultado obtido nos 9M15 foi impactado pela receita da operação Cateno, que gerou impacto de R\$ 3.212 milhões no Lucro Líquido no período.

Figura 1. Lucro e RSPL



Guidance

Na tabela a seguir são apresentadas informações sobre o *Guidance 2015* e o realizado nos 9M15. Os indicadores de itens patrimoniais são calculados pela comparação de saldos de final de período. As linhas de resultado são medidas comparando-se os montantes acumulados no ano. As projeções são elaboradas para o ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas projeções foram apresentadas no Sumário do Resultado 4T14.

Nos 9M15, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Retorno sobre o Patrimônio Líquido: reflexo do efeito combinado do crescimento da carteira de crédito e maior nível de provisões no período;
- Crédito PJ: resultado impactado pela menor demanda;
- Crédito Agronegócio: resultado impactado pelo menor desembolso em operações de crédito à comercialização;
- Rendas de Tarifas: reflete o aumento nas rendas com Administração de Recursos e Serviços Bancários.

Tabela 1. *Guidance*

Indicadores	Guidance 2015 - %	Realizado 2015 - %	Guidance 2015 Revisto - %
RSPL Ajustado ¹	14 - 17	13,7	13 - 16
Margem Financeira Bruta	11 - 15	13,6	Mantido
Captações Comerciais ²	5 - 9	6,4	Mantido
Carteira de Crédito Ampliada - Interna ³	7 - 11	7,1	Mantido
PF	6 - 10	8,1	Mantido
PJ	7 - 11	5,9	5 - 9
Agronegócio	10 - 14	8,5	Mantido
PCLD ⁴	3,1 - 3,5	3,3	Mantido
Rendas de Tarifas	3 - 6	9,5	7 - 10
Despesas Administrativas	5 - 8	6,9	Mantido

1 - O cálculo do RSPL Ajustado de 2015 considera estimativa de Patrimônio Líquido Ajustado, livre dos efeitos: (i) da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da Deliberação CVM/695; e (ii) das participações minoritárias nas controladas;

2 - Inclui Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Inclui Carteira de Crédito Classificada Interna, TVM privados e Garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos 12 meses / Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período.

O RSPL Ajustado, constante do *Guidance*, é calculado a partir do Patrimônio Líquido Ajustado indicado na tabela a seguir. A partir de 2015, o valor de R\$ 8,1 bilhões referente ao Instrumento Elegível ao Capital Principal passou a ser considerado no PL ajustado, para efeito do cálculo do RSPL ajustado.

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado

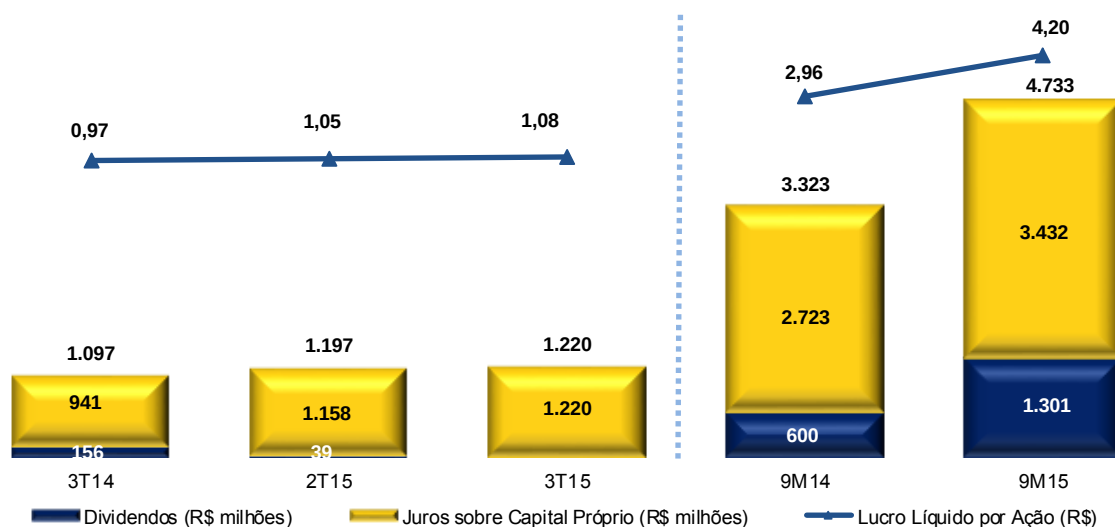
R\$ milhões	Dez/14	Set/15
Patrimônio Líquido Contábil (a)	80.613	83.814
Planos de Benefícios (b)	(8.680)	(11.145)
Participações Minoritárias nas Controladas (c)	3.093	3.617
Patrimônio Líquido Ajustado (a-b-c)	86.200	91.342
Patrimônio Líquido Ajustado - médio		88.771

Retorno ao Acionista

Remuneração aos acionistas alcança R\$ 4,7 bilhões nos 9M15

O Lucro Líquido por ação do Banco do Brasil alcançou R\$ 4,20 nos 9M15. O Banco manteve a prática de distribuir 40% do lucro líquido a seus acionistas (*payout*) e destinou R\$ 4.733 milhões em remuneração no período, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio



A diferença na proporção de pagamentos de dividendos, que foi superior aos 9M14, refletiu o resultado do negócio Cateno. Isto porque o JCP está limitado à incidência de TJLP sobre o capital próprio, que apresentou elevação em 2015, enquanto que o lucro realizado nos 9M15 superou este parâmetro, gerando pagamentos de dividendos nos 9M15 superiores aos dos 9M14.

DRE com Realocações

Resultado reflete diversificação de negócios e controle de gastos

A tabela a seguir, extraída da DRE com Realocações do Banco, apresenta os principais destaques do período. O detalhamento das realocações efetuadas na DRE pode ser encontrado no item 2.3.1 do relatório Análise do Desempenho.

A Margem Financeira Bruta, diferença entre as Receitas e as Despesas de Intermediação Financeira, alcançou R\$ 41.870 milhões nos 9M15, crescimento de 13,6% sobre os primeiros nove meses do ano anterior, em linha com o *Guidance 2015*.

As Rendas de Tarifas apresentaram elevação de 9,5% nos 9M15, superando o esperado para o período.

O item Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização apresentou incremento de 10,2% no comparativo 9M15/9M14.

As Despesas Administrativas cresceram 6,9% no comparativo 9M15/9M14, também dentro do *Guidance 2015*.

Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses			Var. %
	3T14	2T15	3T15	s/ 3T14	s/ 2T15	9M14	9M15	s/ 9M14	
Receitas da Interm. Financeira	40.746	37.475	67.643	66,0	80,5	103.914	157.489	51,6	
Operações de Crédito + Leasing	24.838	23.654	35.570	43,2	50,4	66.259	88.698	33,9	
Resultado de Operações com TVM	12.353	12.653	20.694	67,5	63,6	31.037	50.340	62,2	
Despesas da Interm. Financeira	(28.145)	(23.791)	(53.279)	89,3	123,9	(67.052)	(115.619)	72,4	
Margem Financeira Bruta	12.602	13.684	14.364	14,0	5,0	36.862	41.870	13,6	
Provisão p /Créd. de Liquidação Duvidosa	(4.571)	(5.530)	(6.407)	40,2	15,9	(13.328)	(17.936)	34,6	
Margem Financeira Líquida	8.031	8.154	7.957	(0,9)	(2,4)	23.535	23.934	1,7	
Rendas de Tarifas	6.273	6.459	6.907	10,1	6,9	17.976	19.675	9,5	
Res.de Op. c/ Seguros, Previdencia e Cap.	1.107	1.261	1.285	16,1	1,9	3.357	3.700	10,2	
Margem de Contribuição	14.187	14.539	14.835	4,6	2,0	41.259	43.388	5,2	
Despesas Administrativas	(8.048)	(8.439)	(8.551)	6,3	1,3	(23.596)	(25.216)	6,9	
Despesas de Pessoal	(4.630)	(5.131)	(5.028)	8,6	(2,0)	(13.571)	(15.029)	10,7	
Outras Despesas Administrativas	(3.417)	(3.308)	(3.523)	3,1	6,5	(10.025)	(10.187)	1,6	
Resultado Comercial	6.038	5.983	6.123	1,4	2,3	17.384	17.772	2,2	
Demandas Cíveis	(263)	(46)	(399)	51,8	774,8	(741)	(722)	(2,5)	
Demandas Trabalhistas	(266)	(173)	(327)	22,9	88,7	(756)	(664)	(12,2)	
Outros Componentes do Resultado	(1.038)	(856)	(881)	(15,1)	3,0	(2.326)	(2.332)	0,3	
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.511	4.907	4.534	0,5	(7,6)	13.735	14.068	2,4	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(845)	(1.026)	(651)	(22,9)	(36,6)	(3.200)	(2.306)	(27,9)	
Participações Estatutárias no Lucro	(403)	(437)	(553)	37,1	26,5	(1.186)	(1.559)	31,5	
Lucro Líquido Ajustado	2.885	3.040	2.881	(0,1)	(5,2)	8.323	8.947	7,5	

O resultado dos itens extraordinários, líquido de impostos e participações estatutárias no lucro, é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 4. Itens Extraordinários

R\$ milhões	3T14	2T15	3T15	9M14	9M15
Lucro Líquido Ajustado	2.885	3.040	2.881	8.323	8.947
(+) Itens Extraordinários do Período	(104)	(32)	181	(36)	2.941
Planos Econômicos	(248)	33	(247)	(920)	(402)
Eficiência Tributária	-	-	-	260	-
Provisão Demandas Legais - Aj.de Parâmetros e Políticas de Acordos	-	-	-	385	-
Crédito Tributário	-	-	-	-	2.326
BrasilPrev - Circular Susep 457/12 e 462/13	-	385	-	-	385
Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	(74)	-	-	(74)
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	63	(208)	(1.794)	359	(2.560)
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S/A	-	-	-	-	11.572
Cateno - Resultado Não Realizado	-	-	-	-	(5.800)
Pasep/Cofins - Cateno	-	-	-	-	(1.070)
Ajuste de Posição com Alocadores de Recursos	-	(127)	-	-	(127)
PCLD Adicional	-	-	(2.370)	(143)	(2.370)
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	-	-	(372)	-	(372)
Prov. p/ Compromisso c/ Parceiros p/ Compra de Pontos de Relac.	-	-	(765)	-	(765)
Crédito Tributário s/ CSLL	-	-	3.405	-	3.405
Efeitos Fiscais e PLR sobre Itens Extraordinários	81	(42)	2.325	23	(1.205)
Lucro Líquido	2.780	3.008	3.062	8.287	11.888

Margem Financeira Bruta

Margem Financeira cresce 13,6% no ano

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 5. Composição da MFB

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses			Var. %
	3T14	2T15	3T15	s/ 3T14	s/ 2T15	9M14	9M15	s/ 9M14	
Margem Financeira Bruta	12.602	13.684	14.364	14,0	5,0	36.863	41.870	13,6	
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	21.455	23.750	25.599	19,3	7,8	62.202	72.126	16,0	
Despesa Financeira de Captação	(8.993)	(10.378)	(11.700)	30,1	12,7	(25.340)	(31.460)	24,2	
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(3.191)	(3.665)	(4.130)	29,4	12,7	(9.688)	(11.420)	17,9	
Recuperação de Crédito	903	987	804	(11,0)	(18,5)	2.583	2.713	5,0	
Resultado de Tesouraria ²	2.429	2.991	3.792	56,1	26,8	7.106	9.911	39,5	

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior.

2 - Inclui o resultado com juros, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Na comparação com 9M14, a MFB cresceu 13,6%, com destaque para:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 72.126 milhões no período, incremento de 16%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e de rentabilidade da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram no período 24,2% e 17,9%, respectivamente, devido ao aumento no volume de recursos captados e crescimento de 22,0% da taxa efetiva do CDI. A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 9.911 milhões no período, evolução de 39,5%, reflexo principalmente do aumento na média de saldo diário de TVM e da elevação de 21,2% da TMS.

Informações adicionais sobre a MFB podem ser consultadas no capítulo 5 do relatório Análise do Desempenho.

Spread por Carteira

Na tabela a seguir, é apresentado o *spread* gerencial segmentado por tipo de operação de crédito. O *spread* é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios das carteiras de crédito. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Em seguida são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. A partir do 1T15 o

cálculo do *spread* gerencial passou a ser realizado com base na carteira de crédito orgânica, a série histórica foi recalculada utilizando o mesmo critério.

Tabela 6. *Spread* Gerencial Anualizado (carteira de crédito orgânica)

%	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Operações de Crédito¹	7,0	6,8	7,1	7,0	7,0	6,9	7,0	7,1
Pessoa Física	14,6	13,9	13,9	14,0	13,8	13,5	14,0	14,9
Pessoa Jurídica ²	5,2	5,3	5,5	5,5	5,7	5,5	5,6	5,7
Agronegócios	4,7	4,8	4,9	5,1	5,1	4,9	4,8	4,5

1 – Série revisada desde 1T15 devido a ajustes de metodologia.

2 – Não inclui operações com o Governo.

A seguir, apresenta-se a evolução do *Spread* Global e o *Spread* Ajustado pelo risco.

Tabela 7. *Spread* Global

%	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Spread Global ¹	4,3	4,1	4,1	4,2	4,4	4,3	4,2	4,3
Spread Ajustado pelo risco ²	2,8	2,7	2,6	2,6	2,7	2,4	2,5	2,4

1 - Margem Financeira Bruta / Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD) / Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Ativos e Principais Itens Patrimoniais

Ativos totais crescem 10% em 12 meses

Os ativos totais do BB atingiram R\$ 1,6 trilhão em setembro/15, com expansão de 10% em doze meses, como mostra a tabela a seguir. As principais linhas do ativo são operações de crédito, TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, que responderam por 79,3% do total em setembro/15. As Captações Comerciais representaram 42,1% do total do passivo.

Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. %	
				s/ Set/14	s/ Jun/15
Ativos Totais	1.431.629	1.533.864	1.574.961	10,0	2,7
Carteira de Crédito Ampliada ¹	732.997	776.799	804.633	9,8	3,6
Carteira de Crédito Ampliada ¹ - Interna	675.818	708.482	723.566	7,1	2,1
Títulos e Valores Mobiliários	210.435	239.571	250.714	19,1	4,7
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	317.820	357.325	349.196	9,9	(2,3)
Captações Comerciais	623.524	642.224	663.140	6,4	3,3
Depósitos Totais	468.825	445.631	463.838	(1,1)	4,1
à Vista	69.521	64.761	66.026	(5,0)	2,0
de Poupança	148.996	147.306	149.764	0,5	1,7
Interfinanceiros	28.531	34.223	42.404	48,6	23,9
a Prazo	221.777	199.341	205.644	(7,3)	3,2
Depósitos Judiciais	110.095	116.805	116.107	5,5	(0,6)
LCA+LCI	113.515	152.638	154.630	36,2	1,3
Oper. Compromissadas c/Tit. Privados	41.184	43.955	44.671	8,5	1,6
Captações no Mercado Aberto	319.723	352.872	331.364	3,6	(6,1)
Patrimônio Líquido	81.246	82.643	83.814	3,2	1,4

1 - Inclui TVM privados e garantias prestadas.

Informações sobre Outros Componentes Patrimoniais, tais como Ativo e Passivo Atuariais, Fundos de Destinação de Superávit do Plano 1 da Previ, podem ser consultadas no capítulo 8 do relatório Análise do Desempenho.

Diversificação das fontes de recursos garante expansão dos negócios

As Captações Comerciais do Banco do Brasil alcançaram R\$ 663 bilhões em setembro/15, evolução de 6,4% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de composição das captações, visando redução de custos. Os principais aumentos sobre setembro/14 foram originados por Letras de Crédito Imobiliário (LCI), cujo crescimento foi de 134,3%, e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), acréscimo de 28,8%, como demonstrado na tabela a seguir.

O saldo das captações externas, incluindo títulos de renda fixa, certificados de depósitos, depósitos e operações compromissadas, alcançou US\$ 50 bilhões ao final de setembro/15.

Os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco no mercado internacional de capitais somaram US\$ 16,6 bilhões em valores nominais em setembro/15, conforme o capítulo 4 do Relatório Análise do Desempenho.

A Carteira de Crédito Líquida continua como principal destino dos recursos captados, representando 81,6% do total de fontes em setembro/15.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, o indicador Carteira de Crédito Líquida Ajustada exclui as operações com natureza de repasse. Ao final de setembro/15, o índice Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais atingiu 91,8% demonstrando que a Carteira de Crédito do BB está adequada ao nível de Captações Comerciais.

Tabela 9. Fontes e Usos

R\$ milhões	SalDOS						Var. %	
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	s/ Set/14	s/ Jun/15
Fontes	788.146	100,0	855.161	100,0	903.440	100,0	14,6	5,6
Captações Comerciais	623.524	79,1	642.224	75,1	663.140	73,4	6,4	3,3
Depósitos Totais	468.825	59,5	445.631	52,1	463.838	51,3	(1,1)	4,1
LCA + LCI	113.515	14,4	152.638	17,8	154.630	17,1	36,2	1,3
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	41.184	5,2	43.955	5,1	44.671	4,9	8,5	1,6
Obrigações por Repasses no País	88.036	11,2	91.877	10,7	92.303	10,2	4,8	0,5
Obrigações no Exterior ²	65.622	8,3	80.724	9,4	104.209	11,5	58,8	29,1
Dívida Subordinada	42.417	5,4	42.628	5,0	43.856	4,9	3,4	2,9
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	27.990	3,6	32.775	3,8	38.350	4,2	37,0	17,0
Demais Letras Bancárias ⁴	9.637	1,2	9.719	1,1	7.283	0,8	(24,4)	(25,1)
IHCD no País	90	0,0	-	-	-	-	-	-
Fundos Financ / Desenvolvimento	9.569	1,2	12.404	1,5	14.675	1,6	53,4	18,3
Depósitos Compulsórios	(78.739)	(10,0)	(57.190)	(6,7)	(60.376)	(6,7)	(23,3)	5,6
Usos	788.146	100,0	855.161	100,0	903.440	100,0	14,6	5,6
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) + (d)	683.982	86,8	720.029	84,2	737.528	81,6	7,8	2,4
Carteira de Crédito Classificada (b)	662.670	84,1	704.438	82,4	726.860	80,5	9,7	3,2
TVM Privados (c)	47.082	6,0	45.078	5,3	44.695	4,9	(5,1)	(0,8)
Provisão para Risco de Crédito (d)	(25.770)	(3,3)	(29.487)	(3,4)	(34.026)	(3,8)	32,0	15,4
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	566.296	71,9	594.121	69,5	608.503	67,4	7,5	2,4
Linhas de Repasse no País (e)	117.686	14,9	125.907	14,7	129.026	14,3	9,6	2,5
Recursos Disponíveis	104.164	13,2	135.132	15,8	165.912	18,4	59,3	22,8
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	145,9		161,6		159,0			
Cart. de Crédito Líquida / Captações Comerciais	109,7		112,1		111,2			
Cart. de Créd. Lq. Ajustada / Capt. Comerciais	90,8		92,5		91,8			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	86,8		84,2		81,6			

1 - Abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Ext. e IHCD no Exterior.

3 - A partir do 3T14, inclui os recursos do IHCD País considerado como Capital Principal, conforme autorização do Banco Central através do Ofício 15006/2014-BCB/DEORF/DIFIN.

4 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

Basileia

Índice de Basileia atinge 16,20% em setembro/15

O índice de Basileia III do Banco do Brasil alcançou 16,20% em setembro/15, percentual acima do mínimo regulatório. O Índice de Capital Nível I realizado foi de 11,61%, sendo 8,07% de Índice de Capital Principal. Ambos os indicadores estão enquadrados e acima dos limites mínimos regulatórios. O Patrimônio de Referência do Banco alcançou R\$ 136,6 bilhões, conforme detalhado no capítulo 9 do relatório Análise do Desempenho.

Carteira de Crédito

Carteira de Crédito Ampliada atingiu R\$ 805 bilhões em setembro/15

A Carteira de Crédito Ampliada do Banco do Brasil atingiu R\$ 804,6 bilhões em setembro/15, elevando-se em 9,8% em 12 meses, como mostra a tabela a seguir. A Carteira de Crédito Ampliada Interna cresceu 7,1% na mesma comparação.

A Carteira de Crédito Classificada alcançou R\$ 726,9 bilhões em setembro/15. A Carteira de Crédito Classificada interna cresceu 7,5% em 12 meses, com participação de mercado de 20,8%.

Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

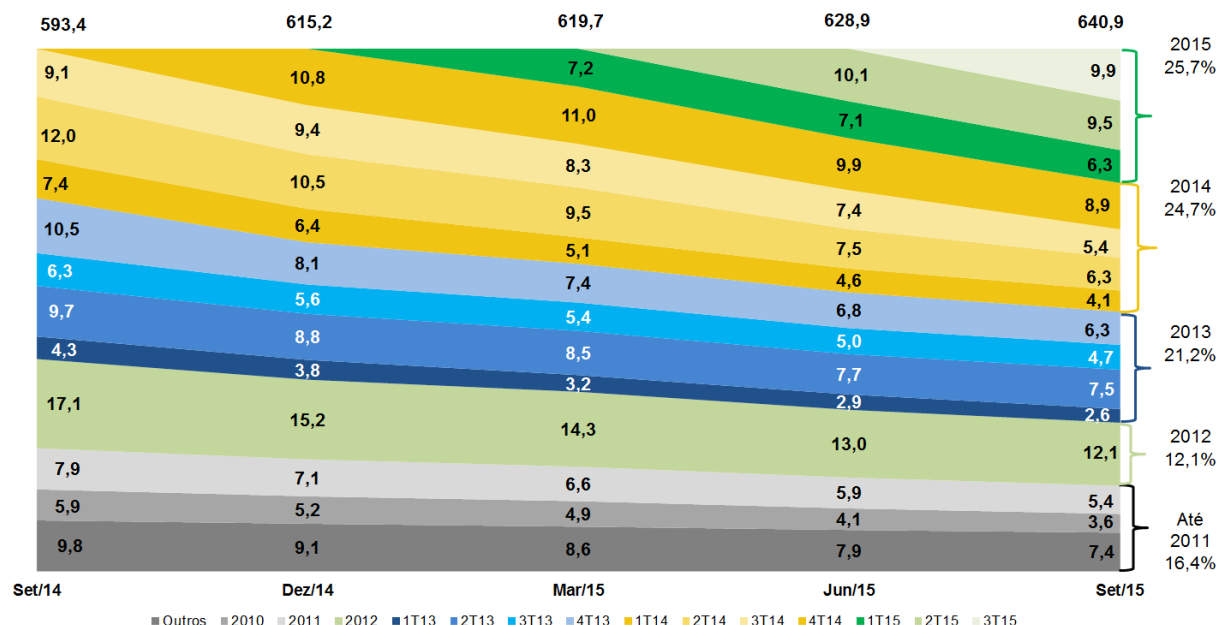
R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	s/ Set/14	s/ Jun/15
Cart. de Crédito Classificada(a)¹	662.670	100,0	704.438	100,0	726.860	100,0	9,7	3,2
Interna	612.048	92,4	645.818	91,7	657.741	90,5	7,5	1,8
Pessoa Física	174.941	26,4	186.297	26,4	188.834	26,0	7,9	1,4
CDC Consignação	63.065	9,5	65.469	9,3	65.780	9,0	4,3	0,5
Financiamento Imobiliário	25.717	3,9	32.833	4,7	35.188	4,8	36,8	7,2
Financiamento a Veículos	32.964	5,0	31.931	4,5	30.400	4,2	(7,8)	(4,8)
Cartão de Crédito	20.382	3,1	22.072	3,1	22.056	3,0	8,2	(0,1)
CDC Salário	17.911	2,7	18.784	2,7	19.425	2,7	8,4	3,4
Empréstimo Pessoal	5.927	0,9	6.797	1,0	6.921	1,0	16,8	1,8
Cheque Especial	2.735	0,4	2.525	0,4	2.564	0,4	(6,3)	1,5
Demais	6.238	0,9	5.886	0,8	6.500	0,9	4,2	10,4
Pessoa Jurídica	280.288	42,3	292.270	41,5	297.988	41,0	6,3	2,0
Médias e Grandes	152.145	23,0	161.866	23,0	163.145	22,4	7,2	0,8
MPE	101.486	15,3	97.827	13,9	95.191	13,1	(6,2)	(2,7)
Governo	26.657	4,0	32.576	4,6	39.652	5,5	48,8	21,7
Agronegócio	156.819	23,7	167.251	23,7	170.919	23,5	9,0	2,2
Pessoa Física	109.939	16,6	119.673	17,0	119.682	16,5	8,9	0,0
Pessoa Jurídica	46.881	7,1	47.578	6,8	51.237	7,0	9,3	7,7
Externa	50.622	7,6	58.620	8,3	69.118	9,5	36,5	17,9
TVM Priv. e Garantias	70.327		72.360		77.773		10,6	7,5
Cart. de Crédito Ampliada	732.997	100,0	776.799	100,0	804.633	100,0	9,8	3,6
Interna	675.818	92,2	708.482	91,2	723.566	89,9	7,1	2,1
Pessoa Física	175.390	23,9	186.885	24,1	189.560	23,6	8,1	1,4
Pessoa Jurídica	342.023	46,7	353.298	45,5	362.158	45,0	5,9	2,5
Agronegócio	158.405	21,6	168.298	21,7	171.848	21,4	8,5	2,1
Externa	57.179	7,8	68.317	8,8	81.067	10,1	41,8	18,7

1 - Total de operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras op. com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.
2 - Corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com TVM privados e das garantias prestadas.

Na próxima figura, apresenta-se a Carteira de Crédito Classificada Interna (Sem BV) considerando o período de contratação. Pode ocorrer, em alguns casos, que o desembolso do crédito continue ocorrendo nos trimestres subsequentes. Considerando a carteira de setembro/15, 25,7% dos ativos foram contratados nos 9M15. Em relação à representatividade dos anos de 2013 e 2014 na carteira

encerrada no 3T15, os percentuais foram de 21,2% e 24,7% respectivamente, conforme figura a seguir.

Figura 3. Carteira de Crédito Interna BB por Período de Contratação - % e R\$ bilhões



Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física supera R\$ 189 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física** encerrou setembro/15 em R\$ 189,6 bilhões, aumento de 8,1% sobre setembro/14, respondendo por 23,6% do total da Carteira. Destaque para as operações de financiamento imobiliário, detalhadas abaixo.

Considerando-se apenas a **Carteira de Crédito Classificada Orgânica Pessoa Física** (excluindo-se as carteiras adquiridas e a consolidação proporcional do BV), a expansão foi de 11,7% e 2,4% sobre setembro/14 e junho/15, respectivamente. Desse total, 77% concentram-se em operações de crédito de menor risco, como Crédito Consignado, CDC Salário, Financiamento de Veículos e Crédito Imobiliário, ante 76,1% em setembro/14.

Na **Carteira de Crédito Classificada Orgânica Pessoa Física**, a maioria das operações de CDC e de financiamento de veículos é realizada com servidores públicos, aposentados e pensionistas, num total de 86,6% em setembro/15, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

A maioria das operações de **crédito consignado contratadas no BB** no 3T15 tem prazo maior do que 60 meses (62,9% do total contratado). O perfil dos clientes dessa carteira permite o alongamento de prazos, fidelização e gera oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo. A participação de mercado do BB nesse segmento foi de 24,2% em setembro/15.

O saldo da **Carteira de Crédito Veículos Orgânica** totalizou R\$ 8,8 bilhões em setembro/15, queda de 6,8% sobre junho/15, em linha com a tendência do mercado. Nessa Carteira, 66,7% dos clientes são correntista há mais de 10 anos e 67,5% recebem proventos pelo Banco. As operações de financiamento de veículos contratadas no BB, no 3T15, com prazo de até 48 meses responderam por 71,2% do total contratado. O *Loan-to-Value* de veículos financiados na visão orgânica alcançou 67,2% em setembro/15.

Carteira de Crédito Imobiliária cresce 34% em 12 meses

A **Carteira de Crédito Imobiliário Total** atingiu R\$ 46,9 bilhões ao final de setembro/15, com expansão de 34,0% em 12 meses, como mostra a figura a seguir.

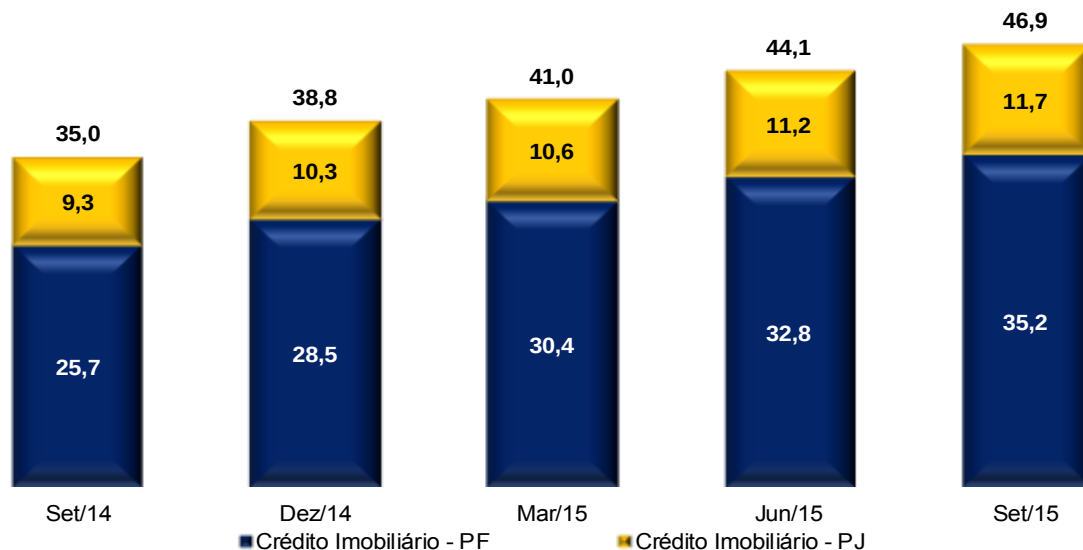
A **Carteira de Crédito Imobiliária PF** alcançou R\$ 35,2 bilhões em setembro/15, crescimento 36,8% nos últimos 12 meses. A expansão da carteira no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes e da consolidação do produto no portfólio do BB. A participação de

mercado do BB no Crédito Imobiliário PF atingiu 7,2% em setembro/15, acréscimo de 90 pontos base sobre igual período de 2014.

O percentual financiado do imóvel ficou em 62,9%, em linha com o praticado no Sistema Financeiro, que atingiu 63,0%, segundo dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) de agosto/15, cujo conceito considera o estoque da carteira.

No segmento imobiliário pessoa jurídica, o saldo da carteira atingiu R\$ 11,7 bilhões em setembro/15, crescimento de 26,2% em 12 meses.

Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)



Carteira de Crédito Pessoa Jurídica alcança R\$ 362 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada de Pessoa Jurídica** alcançou R\$ 362,2 bilhões, crescimento de 5,9% sobre setembro/14, respondendo por 45% da Carteira Ampliada Total.

Ao final de setembro/15, as **Médias e Grandes Empresas** (com TVM), somadas ao Governo representavam 73,7% do total da Carteira de Crédito Ampliada PJ, enquanto que a carteira MPE respondia por 26,3%.

Em 12 meses, as operações de capital de giro e de investimento cresceram 1,0% e 7,0% respectivamente, como mostra a tabela a seguir. Essas linhas foram impactadas pelo volume de contratações de empresas de médio e grande porte.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 64,2 bilhões ao final de setembro/15, apresentando crescimento de 5,1% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco.

Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada

R\$ bilhões	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Var. %	
							s/ Set/14	s/ Jun/15
Capital de Giro ¹	182,6	53,4	182,5	51,7	184,4	50,9	1,0	1,0
Investimento	63,8	18,7	67,0	19,0	68,3	18,9	7,0	2,0
TVM Privados	42,6	12,4	38,3	10,8	38,1	10,5	(10,6)	(0,7)
Garantias	19,2	5,6	22,7	6,4	26,1	7,2	36,1	15,0
Comércio Exterior ²	15,9	4,6	18,6	5,3	18,4	5,1	15,9	(0,9)
Crédito Imobiliário	9,3	2,7	11,2	3,2	11,7	3,2	26,2	4,2
Derais	8,7	2,5	13,0	3,7	15,2	4,2	74,7	17,1
Carteira de Crédito	342,0	100,0	353,3	100,0	362,2	100,0	5,9	2,5

1 - Inclui linhas de capital de giro, recebíveis, cartão de crédito, conta garantida e cheque especial.

2 - Inclui ACC/ACE e BNDES Exim.

Os desembolsos de crédito para investimentos alcançaram R\$ 32,7 bilhões nos 9M15. Destaque para o produto de Financiamento de Infraestrutura de Transportes.

As **operações de crédito com MPE** atingiram R\$ 95,2 bilhões em setembro/15, com queda de 6,2% em 12 meses. As linhas de capital de giro, investimentos e comércio exterior atingiram em setembro/15 R\$ 59,9 bilhões, R\$ 33,4 bilhões e R\$ 1,9 bilhões, respectivamente. Em setembro/15, o BB possuía 2,3 milhões de clientes nesse setor. Nesse segmento, o percentual de 95,9% do saldo da carteira foi aplicado junto a correntistas com tempo de relacionamento acima de dois anos.

O Banco tem utilizado instrumentos que permitem maior acesso ao crédito e redução de custo para o tomador final, como o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). Nesse trimestre, 25,2% estavam cobertas pelos fundos.

As operações de crédito realizadas com o **Governo** atingiram R\$ 39,6 bilhões em setembro/15, crescendo 48,8% em 12 meses, o que tem disponibilizado recursos para investimentos dos Estados e Municípios, principalmente em infraestrutura.

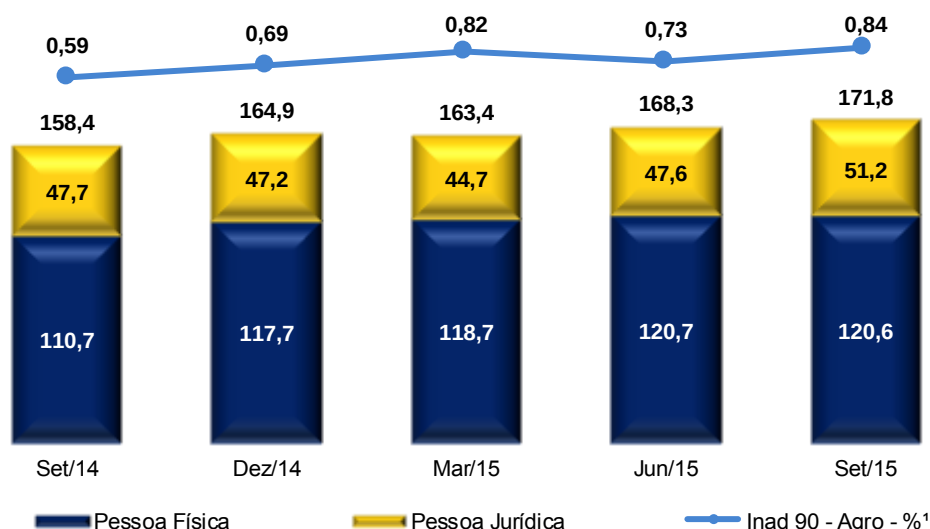
A Carteira de Crédito Ampliada no Exterior atingiu R\$ 81,1 bilhões em setembro/15. O Banco é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 3T15 com participação de mercado de 25,3% e 17,8% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou 3T15 com 27,0% de *market share*.

Crédito ao Agronegócio encerra o trimestre com saldo de R\$ 171,8 bilhões

O Banco do Brasil é líder absoluto no crédito ao agronegócio, com 60,1% de participação de mercado. Esse é um dos principais setores da economia, com importância fundamental para o crescimento e desenvolvimento do País.

A **Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada**, incluindo operações de crédito rural e agroindustrial, cresceu 8,5% em 12 meses, alcançando R\$ 171,8 bilhões em setembro/15, como mostra o gráfico a seguir. Esse segmento representou 21,4% da carteira total do BB no período. O índice de inadimplência dessa Carteira permaneceu em nível baixo, com INAD+90 de 0,84% em setembro/15, ante 0,59% em setembro/14 e 0,73% em junho/15.

Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)



1 – Inad 90 – Agro % considera Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios.

A atuação do Banco atinge desde o pequeno produtor até as empresas agroindustriais. No conceito ampliado, a carteira de agronegócio PF cresceu 9,0% em 12 meses, enquanto que a carteira PJ apresentou crescimento de 7,4% na mesma comparação.

A segmentação da Carteira de Crédito de Agronegócio por destinação destaca, no comparativo anual, as operações de: (i) Investimento, incremento de 14,1% (+R\$ 9,7 bilhões); (ii) Crédito Agroindustrial, aumento de 18,6% (+R\$ 5,8 bilhões); e (iii) Custeio, crescimento de 1,6% (+R\$ 781 milhões).

A abertura por Programa/Linha de Crédito, na comparação em 12 meses, ressalta as operações de: (i) Pronaf, acréscimo de 13,5% (+R\$ 4,5 bilhões); (ii) Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), aumento de 9% (+R\$ 1,8 bilhões); e (iii) Programa ABC, aumento de 29,9% (+R\$ 2,1 bilhões).

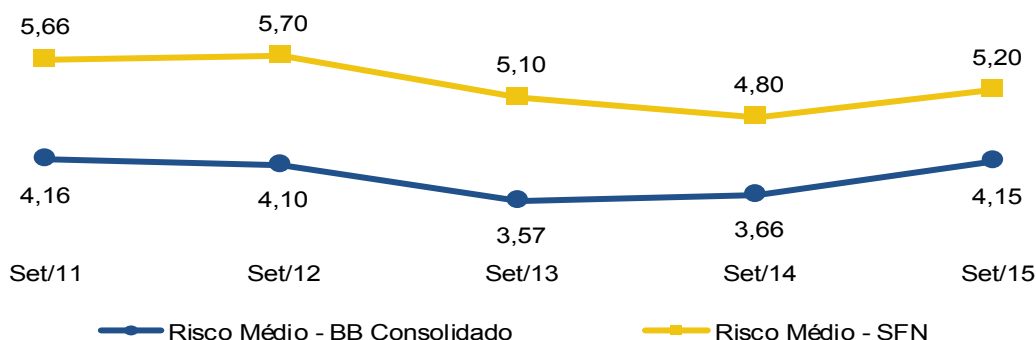
Nos três primeiros meses da safra 2015/16, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 21,7 bilhões em operações de crédito rural.

Na Agricultura Familiar foram aplicados R\$ 4,1 bilhões enquanto na Agricultura Empresarial o desembolso alcançou R\$ 13,2 bilhões. As operações por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) somaram R\$ 4,4 bilhões, aumento de 25,8%.

Indicadores de Inadimplência seguem abaixo do SFN

A evolução histórica do risco médio do Banco (relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada) mantém em patamar bastante inferior ao do SFN, como mostra o gráfico a seguir.

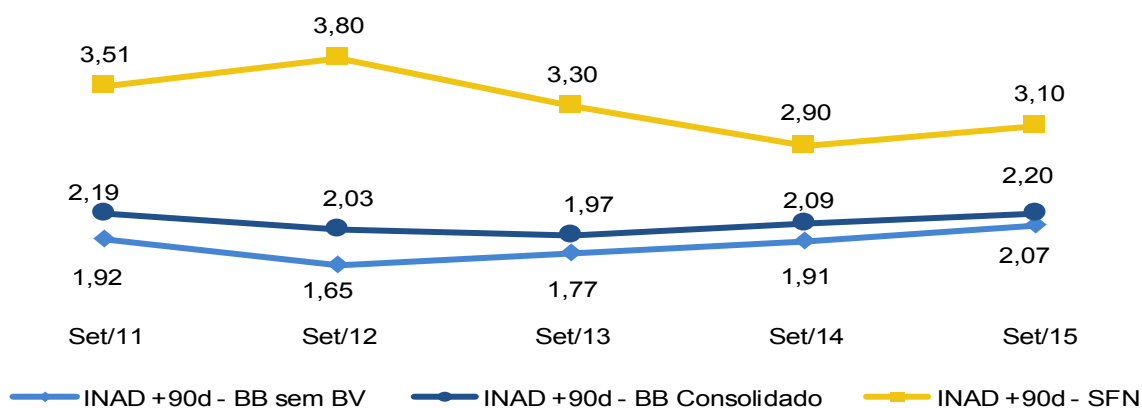
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



O índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 212,9%, percentual superior ao registrado pelo SFN.

Historicamente, o BB apresenta índice de inadimplência inferior ao do SFN, como apresentado na figura a seguir. O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) alcançou 2,20% em setembro/15.

Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



O indicador *New NPL*/Carteira de Crédito, que representa uma tendência da futura inadimplência, é detalhado no item 3.2 do relatório Análise do Desempenho.

Na próxima tabela são demonstrados os movimentos da PCLD na visão anual e trimestral, a carteira classificada média e os indicadores de despesa com PCLD sobre a carteira. O índice de PCLD em 12 meses (Despesas de PCLD dos últimos 12 meses/Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período) foi de 3,33% em setembro/15. Esse indicador permaneceu dentro do intervalo do *Guidance* 2015.

Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	Var. %	
						s/ 3T14	s/ 2T15
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(17.510)	(18.531)	(20.343)	(21.303)	(23.139)	32,1	8,6
(B) BB sem BV	(15.703)	(17.105)	(18.974)	(20.061)	(21.665)	38,0	8,0
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(4.571)	(5.203)	(5.999)	(5.530)	(6.407)	40,2	15,9
(D) BB sem BV	(4.266)	(4.867)	(5.655)	(5.273)	(5.870)	37,6	11,3
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	628.665	648.265	663.951	678.950	693.941	10,4	2,2
(F) BB - 3 meses	653.417	673.270	691.089	701.664	712.580	9,1	1,6
(G) BB sem BV - 3 meses	633.897	654.488	672.539	683.637	695.366	9,7	1,7
Recuperação de Crédito Parcelada							
(H) Trimestral	360	328	207	390	284	(21,1)	(27,0)
(I) 12 meses	1.140	1.214	1.171	1.285	1.209	6,1	(5,9)
Despesas de PCLD Líquida							
(C+H) Trimestral	(4.210)	(4.875)	(5.792)	(5.140)	(6.122)	45,4	19,1
(A+I) 12 meses	(16.370)	(17.317)	(19.172)	(20.018)	(21.930)	34,0	9,6
Índice de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,79	2,86	3,06	3,14	3,33		
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,70	0,77	0,87	0,79	0,90		
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,67	0,74	0,84	0,77	0,84		

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O item 3.3 do relatório Análise do Desempenho detalha o processo de Cobrança e Recuperação de Créditos. Do volume de créditos que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores ao 3T15, 94,8% foi resolvido em até 360 dias.

Na tabela a seguir são apresentados os principais indicadores de gestão do risco de crédito.

Tabela 13. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada

%	Set/14	Jun/15	Set/15
Risco Médio BB	3,66	3,97	4,15
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito	3,46	3,64	4,23
Op. Vencidas 15-59 dias/Carteira de Crédito	0,99	1,16	1,44
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito	2,47	2,49	2,79
Op. Vencidas 15-89 dias/Carteira de Crédito	1,37	1,60	2,03
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito	2,09	2,04	2,20
Op. de Risco AA - C/Carteira de Crédito	94,81	94,22	94,07
Provisão/Carteira de Crédito	3,89	4,19	4,68
Provisão PF/Carteira de Crédito	5,21	4,79	4,79
Provisão PJ/Carteira de Crédito	3,65	4,38	4,81
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias	112,29	114,85	110,66
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias	157,32	168,33	167,89
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias	185,93	205,21	212,88
Risco Médio – SFN	4,80	5,00	5,20
Op. Vencidas + 90 dias/Total da Carteira – SFN	2,90	2,90	3,10
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias (SFN)	165,52	172,41	167,74

Rendas de Tarifas

Expansão dos negócios diversifica Receitas de Tarifas

A expansão da oferta de crédito e a forte atuação do Banco nos segmentos de Seguros, Cartões e Administração de Recursos vêm favorecendo a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das Rendas de Tarifas.

Nos 9M15, as Rendas de Tarifas atingiram R\$ 19.675 milhões, crescimento 9,5% na comparação 9M15/9M14, com destaque para: (i) Administração de Fundos, elevação de R\$ 483,3 milhões; (ii) Conta Corrente, crescimento de R\$ 369,6 milhões e (iii) Cobrança, aumento de R\$ 190,8 milhões, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 14. Rendas de Tarifas

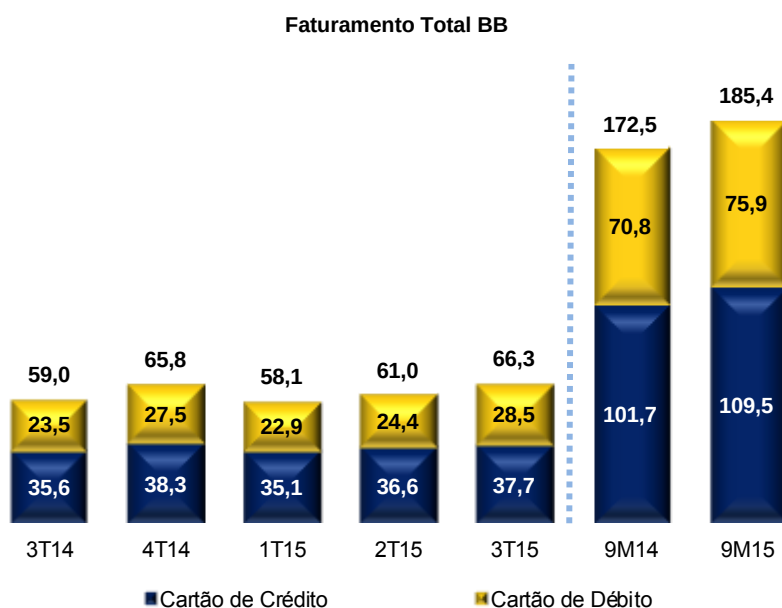
R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		
	3T14	2T15	3T15	s/ 3T14	s/ 2T15	9M14	9M15	s/ 9M14
Rendas de Tarifas	6.273	6.459	6.907	10,1	6,9	17.976	19.675	9,5
Cartão de Crédito/Débito	1.585	1.474	1.635	3,2	10,9	4.654	4.751	2,1
Conta Corrente	1.193	1.252	1.374	15,1	9,7	3.399	3.768	10,9
Administração de Fundos	1.116	1.171	1.254	12,4	7,1	3.023	3.506	16,0
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	440	452	503	14,4	11,4	1.333	1.362	2,2
Cobrança	376	426	435	15,9	2,2	1.090	1.281	17,5
Seguros, Previdência e Capitalização	243	276	231	(4,9)	(16,2)	721	758	5,2
Arrecadações	235	273	250	6,6	(8,3)	691	783	13,3
Interbancária	188	193	196	4,2	1,4	552	575	4,2
Serviços Fiduciários	119	124	130	8,9	5,1	329	367	11,4
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	95	117	130	36,6	11,7	260	333	27,8
Consórcio	97	110	109	11,9	(1,5)	242	314	29,6
Rendas do Mercado de Capitais	125	104	90	(27,5)	(13,3)	352	368	4,5
Outros	462	488	569	23,3	16,6	1.329	1.509	13,5

Diversificação dos negócios fortalece desempenho do Banco

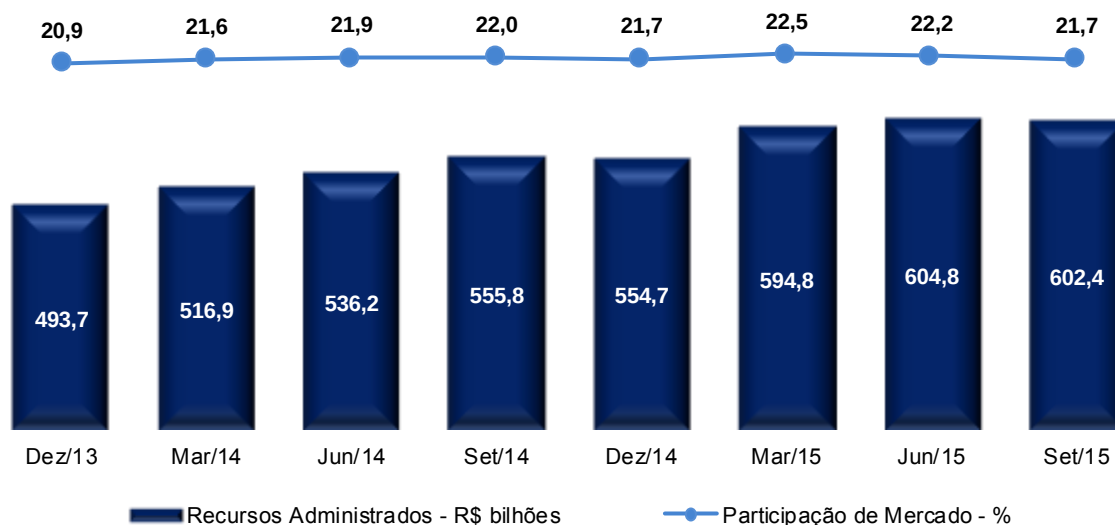
O Banco do Brasil, seguindo estratégia de diversificação dos negócios, tem ampliado a atuação no segmento de meios eletrônicos de pagamentos, notadamente no mercado de **cartões**.

A figura a seguir mostra os resultados alcançados em termos de faturamento no segmento de cartões, de R\$ 66,3 bilhões, com crescimento de 12,3% no comparativo 3T15/3T14. A quantidade de transações com cartões do BB cresceu 9,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, demonstrando o potencial de geração de receitas para o Banco, conforme ressaltado no item Rendas de Tarifas.

O resultado de serviços de cartões após a tributação no 3T15 alcançou R\$ 608 milhões, crescimento de 18,8% quando comparado ao ano anterior. Nos primeiros nove meses do ano o resultado foi de alta de 6,9% fechando o período em R\$ 1.592 milhões.

Figura 8. Faturamento Total de Cartões - R\$ bilhões

No segmento de **gestão de recursos de terceiros**, a BB DTVM é líder na indústria nacional de fundos de investimento, desde 1994. Ao final do 3T15 atingiu o total de R\$ 602,4 bilhões de recursos de terceiros administrados e participação de mercado de 21,7%, representando um crescimento de 8,4% sobre o mesmo período do ano anterior.

Figura 9. Gestão de Recursos de Terceiros

O Banco atua no **mercado de capitais** por meio de suas subsidiárias integrais no Brasil e no exterior. Juntas, as empresas do Conglomerado promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros.

No segmento de **seguros, previdência e capitalização**, o Banco atua por meio da *holding* BB Seguridade Participações, que possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Informações sobre cartões, gestão de recursos de terceiros, mercado de capitais, serviços fiduciários, seguros e consórcios podem ser consultadas no capítulo 6 do relatório Análise do Desempenho. Quanto à atuação da BB Seguridade, pode ainda ser consultado seu relatório Análise de Desempenho, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

O **mercado de consórcios** movimentou R\$ 57,3 bilhões em volume de negócios entre janeiro e agosto de 2015, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios

(ABAC). A receita originada pela taxa de administração de consórcios no BB no 3T15 alcançou R\$ 108,5 milhões, aumento de 11,8% sobre o 3T14.

Em 2014, o **Banco Votorantim** completou seu processo de reestruturação e consolidou o retorno à lucratividade. No 3T15 o lucro líquido foi de R\$ 137 milhões. Informações sobre investimentos estratégicos podem ser consultadas no capítulo 10 do relatório Análise do Desempenho.

Despesas Administrativas e Eficiência

Despesas Administrativas sob controle

O Banco busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo rígido controle das Despesas Administrativas. Na comparação 9M15/9M14, essas despesas elevaram-se em 6,9%, dentro do intervalo do *Guidance 2015* (5% - 8%). A evolução das Despesas Administrativas decorreu, principalmente, das despesas referentes ao ACT/2014/2015.

Tabela 15. Despesas Administrativas Ajustadas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo 9 Meses		Var. %
	3T14	2T15	3T15	s/ 3T14	s/ 2T15	9M14	9M15	
Despesas Administrativas	(8.048)	(8.439)	(8.551)	6,3	1,3	(23.596)	(25.216)	6,9
Despesas de Pessoal	(4.630)	(5.131)	(5.028)	8,6	(2,0)	(13.571)	(15.029)	10,7
Outras Despesas Administrativas	(3.417)	(3.308)	(3.523)	3,1	6,5	(10.025)	(10.187)	1,6

No acumulado dos últimos 12 meses, o índice que mede a cobertura das despesas administrativas aumentou para 77,7% no 3T15, ante 75,2% no 3T14, refletindo o desempenho das Rendas de Tarifas e o controle das Despesas Administrativas no período.

O índice de eficiência em 12 meses encerrou o 3T15 em 41,6%, ante os 44,5% no 3T14, devido principalmente, ao crescimento da margem financeira bruta em relação às despesas administrativas.

O capítulo 7 do relatório Análise do Desempenho apresenta informações detalhadas sobre Despesas Administrativas, Rede de Atendimento, Canais Automatizados, Outras Receitas e Despesas Operacionais, Indicadores de Produtividade e Perdas Operacionais.

1 - Informações Úteis

Tabela 16. Principais Indicadores Econômicos¹

	2011	2012	2013	2014	3T15
Atividade Econômica					
PIB (variação % em 12 meses)	3,9	1,8	2,7	0,1	ND
Consumo das Famílias	4,8	3,9	2,9	0,9	ND
Consumo do Governo	2,2	3,2	2,2	1,3	ND
Formação Bruta do Capital Fixo	6,6	(0,6)	6,1	(4,4)	ND
Exportações	4,8	0,5	2,1	(1,1)	ND
Importações	9,4	0,7	7,5	(1,0)	ND
Utilização da Capacidade Instalada (%)	82,8	82,8	82,3	81,1	ND
PEA (Variação % em 12 meses)	1,1	2,7	(0,8)	(0,1)	1,3
Taxa de Desemprego (variação % média em 12 meses)	6,0	5,5	5,4	4,8	6,1
Emprego Formal - criação líquida em 12 meses (mil empregos)	1.566,0	868,2	730,7	152,7	ND
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	0,4	(2,3)	2,1	(3,1)	ND
Sector Externo					
Transações Correntes (% PIB em 12 meses)	(2,1)	(2,4)	(3,6)	(4,5)	NA
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões - acumulado ano)	66,7	65,3	64,0	96,9	NA
Reservas Internacionais (US\$ bilhões - saldo final de período)	352,0	378,6	375,8	374,1	370,6
Risco País (pontos - final de período)	223,0	142,0	224,0	259,0	442,0
Balança Comercial (US\$ bilhões - acumulado no ano)	29,8	19,4	2,3	(4,0)	10,2
Exportações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	256,0	242,6	242,0	225,1	144,5
Importações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	226,2	223,2	239,7	229,1	134,3
Dólar Ptax Venda (cotação em R\$ - fim de período)	1,88	2,04	2,34	2,66	3,97
Dólar Ptax Venda (variação % em 12 meses)	12,6	8,9	14,6	13,4	62,1
Indicadores Monetários					
IGP-DI FGV (% acumulado em 12 meses)	5,0	8,1	5,5	3,8	9,3
IGP-M FGV (% acumulado em 12 meses)	5,1	7,8	5,5	3,7	8,4
IPCA - IBGE (% acumulado em 12 meses)	6,5	5,8	5,9	6,4	9,5
Selic (% - fim de período)	11,00	7,25	10,00	11,75	14,25
Selic Acumulado (% acumulado em 12 meses)	11,6	8,5	8,2	10,9	12,6
TR Acumulado (exBTN) (% acumulado em 12 meses)	1,40	0,28	0,27	0,97	1,66
TJLP - IBGE (% - fim de período)	6,0	5,5	5,0	5,0	6,5
Libor (% - fim de período)	0,4	0,4	0,2	0,2	ND
Finanças Públicas					
Superávit Primário (% PIB acumulado em 12 meses)	2,9	2,2	1,8	(0,6)	ND
DBSP (% PIB)	51,3	54,8	53,3	58,9	ND
DLSP (% PIB) - Sem Petrobrás	34,5	32,9	31,5	34,1	ND
Indicadores de Crédito					
Carteira de Crédito do SFN (R\$ bilhões) ²	2.034,0	2.368,3	2.711,4	3.017,5	3.160,2
Pessoa Física (R\$ bilhões) ²	921,1	1.075,8	1.245,8	1.412,1	1.484,7
Pessoa Jurídica (R\$ bilhões) ²	1.112,9	1.292,6	1.465,5	1.605,4	1.675,5
Crédito/PIB (PIB acumulado em 12 meses) - (%) ²	46,5	50,3	52,6	54,7	55,0
Endividamento Familiar (%)	41,6	43,6	45,1	46,0	ND
Inadimplência Total (% do saldo em atraso superior a 90 dias) ³	3,6	3,7	2,8	2,7	3,1
Spread Total (% a.a.)	14,3	11,5	13,8	14,9	18,5
PF	21,0	17,7	20,0	21,5	26,3
PJ	9,2	7,0	7,6	8,0	9,9
Prazo Médio (em meses)	40,3	44,3	41,3	45,2	48,2
PF	55,9	63,5	52,2	58,1	62,0
PJ	29,2	30,4	33,2	35,3	37,4

1 - Todos os indicadores são extraídos de fontes oficiais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, etc.

2 - Séries revisadas devido à mudança de metodologia da Nota para imprensa publicada pelo Bacen..

ND - Não Disponível.

Tabela 17. Composição Acionária - %

Acionistas	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
União Federal	57,9	57,9	57,9	57,9	57,7
Previ	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4
BNDESPar	0,1	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5
Free Float	29,2	29,3	29,3	29,3	29,4
Pessoas Físicas	5,0	5,3	5,1	5,2	5,8
Pessoas Jurídicas	3,9	3,5	3,7	2,6	2,0
Capital Estrangeiro	20,4	20,4	20,4	21,6	21,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Ações	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020

Tabela 18. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
União Federal	651,2	713,0	1.373,9	710,2	722,3
Previ	117,0	127,8	246,2	127,3	129,9
BNDES	0,9	-	-	-	-
Pessoas Físicas	55,7	65,7	121,9	63,4	72,2
Pessoas Jurídicas	43,4	43,5	88,8	31,6	24,8
Capital Estrangeiro	229,0	251,8	484,6	264,5	270,7
Total	1.097,1	1.201,9	2.315,6	1.197,0	1.220,0

Tabela 19. Indicadores de Mercado

	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Lucro por Ação - R\$	0,97	1,08	2,07	1,05	1,08
Preço / Lucro 12 meses ¹	6,26	5,91	4,45	4,66	2,86
Preço / Valor Patrimonial	0,87	0,82	0,77	0,82	0,51
Capitalização de Mercado - R\$ milhões	70.765	66.471	64.055	67.887	42.445
Valor Patrimonial - BBAS3 - R\$ ²	29,05	28,83	29,90	29,56	30,02
Cotação BBAS3 - Fechamento - R\$	25,30	23,77	22,91	24,28	15,20
Variação no Período - % - BBAS3	1,8	(6,0)	(3,6)	6,0	(37,4)
Dividend Yield - % ³	6,4	6,8	8,9	8,6	14,0

1 - Inclui as ações em tesouraria.

2 - Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

3 - Se refere à média dos últimos 4 trimestres.

Tabela 20. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %

	Mai/14 - Ago/14	Set/14 - Dez/14	Jan/15 - Abr/15	Mai/15 - Ago/15	Set/15 - Dez/15
Índice Bovespa - Ibovespa	2,277	2,676	2,324	2,381	1,871
Índice Brasil 50 - IBrX - 50	2,325	2,772	2,312	2,365	1,809
Índice Carbono Eficiente - ICO2	3,881	4,614	3,663	3,742	2,986
Índice Financeiro - IFNC	8,535	10,080	8,405	8,349	6,738
Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT	2,453	3,005	2,374	2,562	1,970
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX	3,123	3,789	2,950	3,193	2,383
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	1,247	1,447	1,173	1,214	1,068
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG	2,855	3,431	2,633	2,840	2,147
Índice Mid-Large Cap - MLCX	2,158	2,614	2,156	2,258	1,714

Tabela 21. Participação no Índice de Mercado Internacional - %

	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
MSCI Brazil Index	2,186	2,275	2,158	2,230	1,635

Tabela 22. Informações do BB

	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Itens Patrimoniais – R\$ bilhões					
Ativos	1.431,6	1.437,5	1.523,7	1.533,9	1.575,0
Patrimônio Líquido	81,2	80,6	83,6	82,6	83,8
Carteira de Crédito Classificada	662,7	687,9	700,8	704,4	726,9
Carteira de Crédito Ampliada ¹	733,0	760,9	776,9	776,8	804,6
Depósitos	468,8	468,4	468,0	445,6	463,8
à Vista	69,5	74,2	73,7	64,8	66,0
De Poupança	149,0	148,7	144,1	147,3	149,8
a Prazo	221,8	214,5	212,7	199,3	205,6
Rentabilidade					
RSPL Ajustado Anualizado - %	16,1	16,6	14,5	14,2	13,3
RSPL Societário Anualizado - %	15,5	16,2	29,3	14,1	14,2
Rentabilidade Ajustada s/ Ativos Médios - trimestral - An. %	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7
Spread Global Anualizado – %	4,2	4,4	4,3	4,2	4,3
Produtividade					
Eficiência - %	43,4	43,5	40,9	42,0	39,9
Eficiência Acumulada em 12 meses - %	44,5	43,6	42,6	42,4	41,6
RPS / Despesas de Pessoal - %	135,5	136,9	129,6	125,9	137,4
RPS / Despesas Administrativas - %	77,9	76,7	76,7	76,5	80,8
Desp. de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	41,4	43,6	43,6	45,8	41,8
Funcionários em Agências / (Ag.+Pontos de Aten.)	12	12	12	12	12
Contas Correntes por Funcionário em Agência	449	440	441	436	437
Ativos por Funcionário – R\$ mil	12.793	12.877	13.651	13.656	14.403
Cart. de Créd. Amp./Pontos Atend. – R\$ milhões	38,7	40,1	41,1	41,6	44,1
Qualidade da Carteira de Crédito					
Provisão / Carteira Total - %	3,9	4,0	4,1	4,2	4,7
Índice de Cobertura + 90 dias - %	185,9	195,4	201,6	205,2	212,9
Carteira Liq. de Prov. / Carteira Total - %	96,1	96,0	95,9	95,8	95,3
Estrutura de Capital					
Alavancagem (vezes)	17,6	17,8	18,2	18,6	18,8
Índice de Basileia - % ²	16,0	16,1	16,0	16,2	16,2
Nível I	11,5	11,4	11,4	11,4	11,6
Índice de Capital Principal	9,3	9,0	8,7	8,7	8,1
Quantidade Total de Ações - milhões	2.865,4	2.865,4	2.865,4	2.865,4	2.865,4
Dados Estruturais					
Agências	5.493	5.524	5.544	5.544	5.424
Rede Própria	18.924	18.956	18.892	18.690	18.260
Base de Clientes – mil	61.887	61.758	62.083	62.247	62.432
Total de Contas Corrente – mil	39.039	38.085	38.212	38.157	38.058
Pessoa Física – mil	36.552	35.655	35.781	35.725	35.628
Pessoa Jurídica – mil	2.487	2.430	2.431	2.432	2.430
Total de Contas de Poupança – mil	38.440	39.390	38.927	38.736	38.999
Colaboradores	117.922	116.931	117.352	117.956	114.942
Funcionários	111.904	111.628	111.613	112.325	109.352
Estagiários	6.018	5.303	5.739	5.631	5.590
Participação de Mercado					
Ativos	21,7	20,8	20,9	20,9	ND
Depósitos	24,3	23,1	23,8	23,7	ND
Crédito	21,1	21,0	20,8	20,8	20,8
Agronegócio ³	60,0	60,4	59,7	60,6	60,1
Gestão de Recursos de Terceiros ⁴	22,0	21,7	22,5	22,2	21,7
Faturamento de Cartão de Crédito	24,3	24,0	23,2	23,4	ND
Prêmio de Seguros					
Automóveis	15,2	15,1	14,5	16,2	14,6
Pessoas	19,2	26,4	19,2	20,2	16,7
Habitacionais	6,6	7,0	6,3	6,3	6,2
Rurais	67,0	63,4	77,2	74,8	71,4
Arrecadação					
Previdência (PGBL, VGBL, Tradicional)	37,9	35,1	40,2	40,4	36,3
Capitalização	25,9	34,9	27,3	35,3	26,1
Câmbio Importação	22,3	24,1	19,1	18,0	17,8
Câmbio Exportação	26,3	27,2	26,4	24,9	25,3

1 - Inclui TVM privados, garantias prestadas e o saldo de carteiras de crédito PF adquiridas com coobrigação, em conformidade à Resolução CMN 3.533/08.

2 - A partir do 1T15 o índice de Basileia foi calculado em referência ao conglomerado prudencial.

3 - Série revisada no 1T15 em decorrência de alteração na Notimp do Banco Central.

4 - Não considera os recursos administrados pelo Banco Votorantim.

ND - Não Disponível.

Tabela 23. Ratings

	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Ratings Globais					
Fitch Ratings					
Viabilidade	bb+	bb+	bb+	bb+	bb+
CP em Moeda Local	F2	F2	F2	F2	F3
LP em Moeda Local	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB-
Perspectiva - Moeda Local	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>
CP em Moeda Estrangeira	F2	F2	F2	F2	F3
LP em Moeda Estrangeira	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB-
Perspectiva - Moeda Estrangeira	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>
Moody's¹					
CP em Moeda Local	P-2	P-2	P-2	P-3	P-3
CP em Moeda Estrangeira	P-2	P-2	P-2	P-3	P-3
Dívida de LP em Moeda Estrangeira	Baa2	Baa2	Baa2	Baa3	Baa3
Depósitos de LP em Moeda Local	Baa2	Baa2	Baa2	Baa3	Baa3
Depósitos de LP em Moeda Estrangeira	Baa2	Baa2	Baa2	Baa3	Baa3
Perspectiva	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Standard & Poor's					
LP em Moeda Local	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BB+
Perspectiva - Moeda Local ²	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>
CP em Moeda Estrangeira	A-3	A-3	A-3	A-3	B
LP em Moeda Estrangeira	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BB+
Perspectiva - Moeda Estrangeira ²	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>
Ratings Nacionais					
Fitch Ratings					
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F2
Longo Prazo	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	BBB
Perspectiva	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Negative</i>
Moody's¹					
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-2
Longo Prazo	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Baa2.cr
Perspectiva	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>

1 – Rating revisado em 12/08/2015.

2 – Perspectiva revisada em 28/07/2015.

Tabela 24. Compulsório/Exigibilidade (%)

	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Compulsório/Exigibilidade (%)					
Depósitos à Vista					
Alíquota	45	45	45	45	45
Adicional	0	0	0	0	0
Exigibilidade (crédito rural)	34	34	34	34	34
Exigibilidade (microfinanças)	2	2	2	2	2
Livre	19	19	19	19	19
Depósitos de Poupança					
Rural					
Alíquota	18	13	13	15,5	15,5
Adicional	10	10	10	5,5	5,5
Exigibilidade	67	72	72	72,0	74,0
Livre	5	5	5	7,0	5,0
Imobiliário					
Alíquota	20	20	20	24,5	24,5
Adicional	10	10	10	5,5	5,5
Exigibilidade	65	65	65	65,0	65,0
Livre	5	5	5	5,0	5,0
Depósitos a Prazo					
Alíquota	20	20	20	20	25
Adicional	11	11	11	11	11
Livre	69	69	69	69	64

Governança Corporativa

A governança no Banco do Brasil (BB) define uma ampla visão sobre princípios e práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Essas diretrizes são constantemente atualizadas em decorrência de alterações legais ou estatutárias.

O BB mantém a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos aos interesses de seus públicos e acionistas e da sociedade em geral.

Desde 2006, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento de listagem que reúne empresas sujeitas às mais rigorosas práticas de governança corporativa. Além disso, está listado nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC). Em 2012, o BB despontou pela primeira vez no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque, onde se manteve em 2014, fato que impulsiona ainda mais sua inserção no cenário internacional.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por 8 membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e 9 Vice-Presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por 5 membros titulares e 5 suplentes.

O Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

Em 2012, o Banco do Brasil criou o modelo para Avaliação de Desempenho de Estatutários e o Comitê de Remuneração, órgão responsável por propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração variável de dirigentes do Conglomerado.

O Estatuto Social do Banco estabelece a segregação de funções na definição das atribuições dos órgãos de administração com vistas a se evitar eventuais conflitos de interesse. Também está previsto impedimento que integrantes do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva tomem decisões nos assuntos para os quais apresentem eventual conflito de interesses.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada, com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Está previsto também no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 24, Inciso III, § 2º, que os diretores membros da Diretoria Executiva sejam funcionários de carreira do Banco do Brasil.

Abaixo apresentamos os organogramas da Administração do Banco do Brasil.

Figura 10. Estrutura da Alta Administração

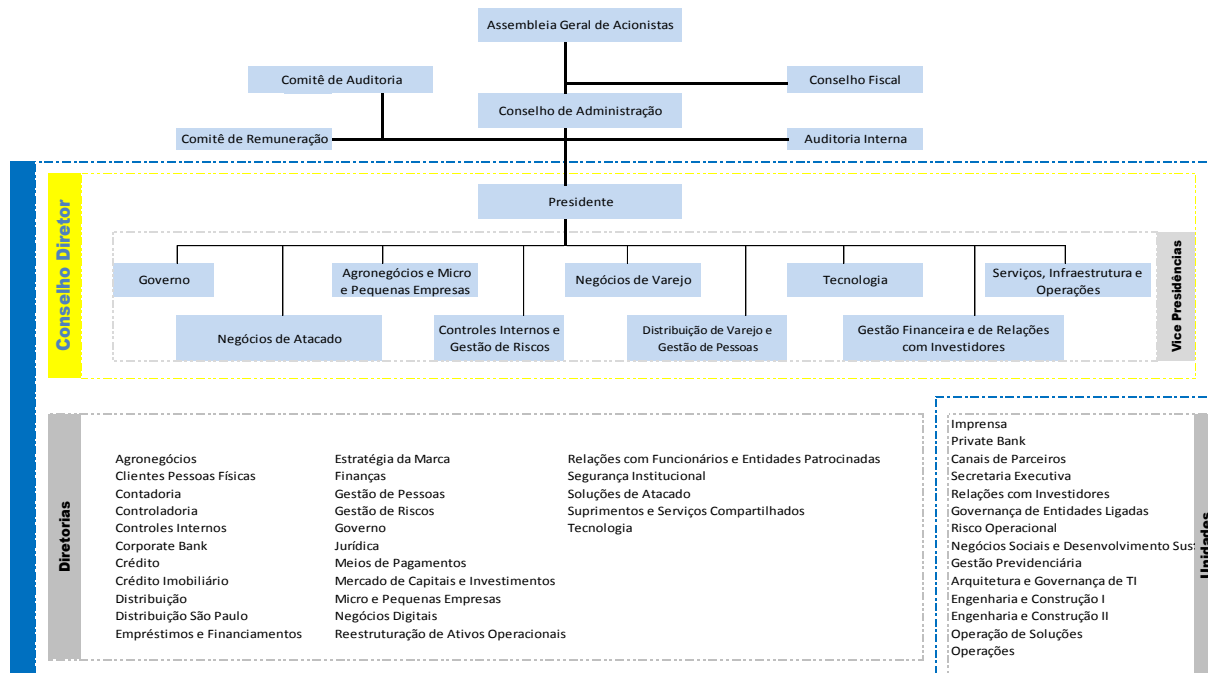
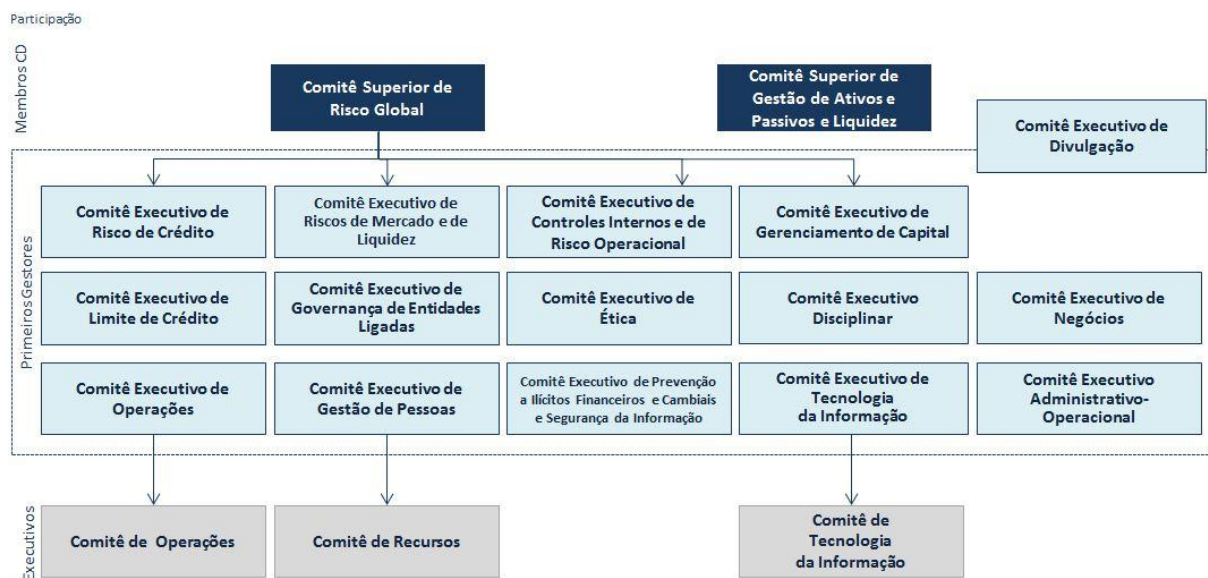


Figura 11. Comitês Estratégicos



Conheça o Código de Governança no site de Relações com Investidores do BB: www.bb.com.br/ri.

2 - Demonstrações Contábeis Resumidas

2.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 25. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. (%) s/	
				Set/14	Jun/15
ATIVO	1.431.629	1.533.864	1.574.961	10,0	2,7
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.410.394	1.512.672	1.553.947	10,2	2,7
Disponibilidades	13.961	17.056	19.773	41,6	15,9
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	317.820	357.325	349.196	9,9	(2,3)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	210.435	239.571	250.714	19,1	4,7
Títulos Disponíveis para Negociação	93.817	112.253	118.139	25,9	5,2
Títulos Disponíveis para Venda	100.356	107.459	108.855	8,5	1,3
Títulos Mantidos até o Vencimento	14.539	17.324	17.231	18,5	(0,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.723	2.535	6.488	-	156,0
Relações Interfinanceiras	86.925	65.594	68.616	(21,1)	4,6
Depósitos no Banco Central	78.739	57.190	60.376	(23,3)	5,6
Compuls. s/ Depósitos não Remunerados	15.404	10.710	9.594	(37,7)	(10,4)
Compuls. s/ Depósitos Remunerados	63.335	46.480	50.782	(19,8)	9,3
Demais	8.186	8.404	8.240	0,7	(2,0)
Relações Interdependências	273	205	175	(35,9)	(14,6)
Operações de Crédito	598.022	630.788	647.898	8,3	2,7
(PCLD)	(24.674)	(28.241)	(32.667)	32,4	15,7
Operações de Arrendamento Mercantil	1.017	1.046	1.090	7,2	4,3
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	1.066	1.088	1.154	8,3	6,1
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(49)	(42)	(64)	30,6	52,0
Outros Créditos	177.489	196.970	211.987	19,4	7,6
Créd. por Avais e Fianças Honrados	460	207	401	(12,9)	93,2
Carteira de Câmbio	16.372	20.384	25.112	53,4	23,2
Rendas a Receber	2.689	2.972	3.069	14,1	3,3
Negoc. e Intermed. de Valores	1.852	1.453	2.324	25,5	60,0
Créditos Específicos	1.509	1.634	1.686	11,7	3,2
Créd. de Oper. de Seg., Previd. e Capitaliz.	4.713	5.492	5.812	23,3	5,8
Crédito Tributário	29.384	36.400	45.368	54,4	24,6
Ativo Atuarial	10.083	3.032	3.193	(68,3)	5,3
Fundo Paridade	118	113	116	(1,9)	2,6
Deved. por Depósitos em Garantia	36.918	42.734	44.803	21,4	4,8
Fundo Destinação Superávit - Previ	8.092	8.667	8.768	8,4	1,2
Diversos	67.427	76.183	73.874	9,6	(3,0)
(Provisão para Outros Créditos)	(2.127)	(2.301)	(2.539)	19,3	10,3
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(1.048)	(1.198)	(1.288)	22,9	7,5
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(1.080)	(1.102)	(1.251)	15,8	13,5
Outros Valores e Bens	4.452	4.118	4.499	1,1	9,2
Bens Não de Uso Próprio e Mat. em Estoque	686	634	698	1,8	10,2
(Provisões para Desvalorizações)	(146)	(144)	(142)	(2,6)	(1,2)
Despesas Antecipadas	3.912	3.628	3.943	0,8	8,7
Permanente	21.235	21.192	21.014	(1,0)	(0,8)
Investimentos	3.398	3.377	3.541	4,2	4,9
Imobilizado de Uso	7.098	7.507	7.537	6,2	0,4
Intangível	10.694	10.275	9.906	(7,4)	(3,6)
Diferido	45	33	30	(32,1)	(8,7)

Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. (%) s/	
				Set/14	Jun/15
PASSIVO	1.431.629	1.533.864	1.574.961	10,0	2,7
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.349.956	1.450.793	1.490.687	10,4	2,7
Depósitos	468.825	445.631	463.838	(1,1)	4,1
Depósitos à Vista	69.521	64.761	66.026	(5,0)	2,0
Depósitos de Poupança	148.996	147.306	149.764	0,5	1,7
Depósitos Interfinanceiros	28.531	34.223	42.404	48,6	23,9
Depósitos a Prazo	221.777	199.341	205.644	(7,3)	3,2
Captações no Mercado Aberto	319.723	352.872	331.364	3,6	(6,1)
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	41.184	43.955	44.671	8,5	1,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	155.071	200.714	210.141	35,5	4,7
Letras de Crédito do Agronegócio	105.520	133.897	135.896	28,8	1,5
Letras de Crédito Imobiliário	7.995	18.741	18.734	134,3	(0,0)
Demais Letras Bancárias	9.637	9.719	7.301	(24,2)	(24,9)
Obrigações por TVM no Exterior	31.920	38.357	48.210	51,0	25,7
Relações Interfinanceiras	3.238	3.343	3.329	2,8	(0,4)
Relações Interdependências	2.340	3.277	3.611	54,3	10,2
Obrigações por Empréstimos	20.661	26.537	35.853	73,5	35,1
Empréstimos no País - Outras Instituições	346	1.040	1.106	-	6,4
Empréstimos no Exterior	20.315	25.497	34.747	71,0	36,3
Obrig. por Repasses do País - Inst. Oficiais	88.036	91.877	92.303	4,8	0,5
Tesouro Nacional	557	317	239	(57,0)	(24,6)
BNDES	44.181	41.701	39.740	(10,1)	(4,7)
CEF	9.992	16.324	18.220	82,4	11,6
Finame	32.065	33.058	31.882	(0,6)	(3,6)
Outras Instituições	1.243	475	2.222	78,8	-
Obrigações por Repasses do Exterior	0	0	9	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.918	3.638	6.629	127,2	82,2
Outras Obrigações	289.143	322.905	343.609	18,8	6,4
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	5.385	4.801	4.494	(16,5)	(6,4)
Carteira de Câmbio	20.100	15.164	11.020	(45,2)	(27,3)
Sociais e Estatutárias	1.407	2.374	2.348	66,9	(1,1)
Fiscais e Previdenciárias	24.239	25.649	26.751	10,4	4,3
Negociação e Intermediação de Valores	1.974	966	1.466	(25,7)	51,8
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	94.766	117.246	123.259	30,1	5,1
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.569	12.404	14.675	53,4	18,3
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	4.807	5.660	7.851	63,3	38,7
Dívida Subordinada	51.087	53.839	57.230	12,0	6,3
Passivo Atuarial	5.873	6.319	6.389	8,8	1,1
Diversas	50.048	53.808	57.875	15,6	7,6
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	19.890	24.675	30.250	52,1	22,6
Resultados de Exercícios Futuros	427	428	459	7,6	7,2
Patrimônio Líquido	81.246	82.643	83.814	3,2	1,4
Capital	54.000	60.000	60.000	11,1	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	-	(0,0)
Reservas de Capital	11	14	14	33,1	-
Reservas de Reavaliação	3	3	3	(3,0)	(0,6)
Reservas de Lucros	23.142	25.768	25.809	11,5	0,2
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(6.944)	(12.567)	(13.830)	99,2	10,0
Planos de Benefícios	(6.240)	(11.145)	(11.145)	78,6	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.784	-	1.798	0,8	-
(Ações em Tesouraria)	(1.604)	(1.629)	(1.697)	5,8	4,2
Participações Minoritárias nas Controladas	2.755	2.955	3.617	31,3	22,4

2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 27. Demonstração Resumida do Resultado Societário

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Receitas da Intermediação Financeira	39.527	37.894	62.211	57,4	64,2	103.315	149.539	44,7
Operações de Crédito	24.677	23.509	35.375	43,4	50,5	65.799	88.206	34,1
Operações de Arrendamento Mercantil	34	38	49	44,0	30,6	108	131	21,3
Resultado de Operações com TVM	12.349	12.648	20.646	67,2	63,2	31.015	50.267	62,1
Resultado Instrum. Finan. Derivativos	622	(401)	1.687	171,4	-	(103)	2.190	-
Resultado de Operações de Câmbio	(32)	364	2.618	-	-	830	3.406	-
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.503	1.195	1.322	(12,1)	10,6	4.390	3.707	(15,6)
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	127	107	123	(3,9)	14,3	467	338	(27,6)
Result. Fin. Oper. Seg., Prev. e Cap.	248	434	392	58,2	(9,7)	809	1.294	60,1
Despesas de Intermediação Financeira	(32.944)	(29.502)	(62.171)	88,7	110,7	(81.147)	(136.254)	67,9
Operações de Captação no Mercado	(21.428)	(24.804)	(28.912)	34,9	16,6	(58.545)	(77.272)	32,0
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(6.788)	915	(24.339)	-	-	(8.707)	(38.500)	-
PCLD	(4.728)	(5.614)	(8.919)	88,6	58,9	(13.895)	(20.482)	47,4
Resultado Bruto da Interm. Financeira	6.583	8.392	40	(99,4)	(99,5)	22.168	13.285	(40,1)
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(2.696)	(3.231)	(3.511)	30,2	8,7	(8.791)	(9.393)	6,9
Receitas de Prestação de Serviços ¹	4.555	4.668	4.959	8,9	6,2	13.090	14.281	9,1
Rendas de Tarifas Bancárias	1.718	1.791	1.948	13,4	8,8	4.886	5.394	10,4
Despesas de Pessoal	(4.949)	(5.516)	(5.987)	21,0	8,5	(14.325)	(16.693)	16,5
Outras Despesas Administrativas	(4.139)	(4.068)	(4.325)	4,5	6,3	(12.646)	(12.515)	(1,0)
Outras Despesas Tributárias	(1.277)	(1.482)	(1.319)	3,3	(11,0)	(3.613)	(4.647)	28,6
Result. Part. Colig. e Controladas	677	(228)	3.059	-	-	(29)	4.539	-
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização ¹	1.175	1.646	1.285	9,3	(21,9)	3.485	4.085	17,2
Outras Receitas Operacionais	2.525	2.603	3.000	18,8	15,2	9.735	8.743	(10,2)
Outras Despesas Operacionais	(2.982)	(2.644)	(6.131)	105,6	131,9	(9.373)	(12.580)	34,2
Resultado Operacional	3.887	5.160	(3.471)	-	-	13.377	3.892	(70,9)
Resultado Não Operacional	40	(2)	18	(55,0)	-	173	5.786	-
Result. Antes Tribut. s/ Lucro	3.927	5.158	(3.453)	-	-	13.551	9.678	(28,6)
IR e CS	(377)	(1.245)	7.383	-	-	(3.051)	5.154	-
Participações Estatutárias no Lucro	(392)	(428)	(419)	7,1	(2,0)	(1.187)	(1.613)	35,9
Participações Minoritárias	(378)	(478)	(448)	18,6	(6,2)	(1.026)	(1.331)	29,7
Lucro Líquido	2.780	3.008	3.062	10,1	1,8	8.287	11.888	43,5

1 – Série revisada do 1T13 ao 4T14.

2.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 28. Demonstração do Resultado com Realocações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	
Receitas da Intermediação Financeira	40.746	37.475	67.643	66,0	80,5	103.914	157.489	51,6
Operações de Crédito (1) (2) (17) (20)	24.804	23.616	35.521	43,2	50,4	66.151	88.567	33,9
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ. (1)	127	107	123	(3,9)	14,3	467	338	(27,6)
Operações de Arrendamento Mercantil	34	38	49	44,0	30,6	108	131	21,3
Resultado de Operações com TVM (3) (4) (21) ¹	12.353	12.653	20.694	67,5	63,6	31.037	50.340	62,2
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (5) (6)	622	(401)	1.687	171,5	-	(103)	2.190	-
Resultado de Operações de Câmbio	(32)	364	2.618	-	-	830	3.406	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.503	1.195	1.322	(12,1)	10,6	4.390	3.707	(15,6)
Res. Finan. das Op. de Seguridade, Previd. e Capitaliz. (7) ²	316	434	392	24,1	(9,7)	936	1.294	38,3
Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior (8) (9) (10)	674	(261)	3.246	-	-	(7)	4.807	-
Outras Receitas Op. com Caract. de Interm. Fin. (11) (12)	26	37	(480)	-	-	432	(577)	-
Hedge Fiscal (13) (14)	447	(198)	2.593	-	-	140	3.623	-
Despesa da Intermediação Financeira	(28.145)	(23.791)	(53.279)	89,3	123,9	(67.052)	(115.619)	72,4
Operações de Captação no Mercado (15) (35)	(21.273)	(24.530)	(28.724)	35,0	17,1	(58.092)	(76.639)	31,9
Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses (15) (16) (46)	(6.871)	739	(24.554)	-	-	(8.959)	(38.980)	-
Margem Financeira Bruta	12.602	13.684	14.364	14,0	5,0	36.862	41.870	13,6
Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa (17) (22) (34)	(4.571)	(5.530)	(6.407)	40,2	15,9	(13.328)	(17.936)	34,6
Margem Financeira Líquida	8.031	8.154	7.957	(0,9)	(2,4)	23.535	23.934	1,7
Rendas de Tarifas	6.273	6.459	6.907	10,1	6,9	17.976	19.675	9,5
Receitas de Prestação de Serviços ³	4.555	4.668	4.959	8,9	6,2	13.090	14.281	9,1
Rendas de Tarifas Bancárias	1.718	1.791	1.948	13,4	8,8	4.886	5.394	10,4
Res. de Op. com Seguridade, Prev. e Capitalização (7) (41) ³	1.107	1.261	1.285	16,1	1,9	3.357	3.700	10,2
Despesas Tributárias s/ Faturamento (13) (26) (31) (32) (43) (50)	(1.224)	(1.335)	(1.314)	7,4	(1,6)	(3.609)	(3.921)	8,6
Margem de Contribuição	14.187	14.539	14.835	4,6	2,0	41.259	43.388	5,2
Despesas Administrativas	(8.048)	(8.439)	(8.551)	6,3	1,3	(23.596)	(25.216)	6,9
Despesas de Pessoal (30) (47)	(4.630)	(5.131)	(5.028)	8,6	(2,0)	(13.571)	(15.029)	10,7
Outras Despesas Administrativas (23) (24) (25)	(3.417)	(3.308)	(3.523)	3,1	6,5	(10.025)	(10.187)	1,6
Outras Despesas Tributárias (26)	(102)	(116)	(161)	57,9	38,4	(279)	(399)	43,0
Resultado Comercial	6.038	5.983	6.123	1,4	2,3	17.384	17.772	2,2
Risco Legal	(529)	(219)	(726)	37,2	-	(1.497)	(1.386)	(7,4)
Demandas Cíveis (27) (28) (36) (37) (39)	(263)	(46)	(399)	51,8	-	(741)	(722)	(2,5)
Demandas Trabalhistas (29) (30) (38) (40)	(266)	(173)	(327)	22,9	88,7	(756)	(664)	(12,2)
Outros Componentes do Resultado	(1.038)	(856)	(881)	(15,1)	3,0	(2.326)	(2.332)	0,3
Res. de Part. em Coligadas e Controladas (8)	3	6	(3)	-	-	(22)	4	-
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.041)	(862)	(879)	(15,6)	1,9	(2.305)	(2.336)	1,4
Outras Receitas Operacionais (2) (3) (4) (5) (9) (11) (18) (19) (27) (29) ¹	1.972	2.046	2.468	25,2	20,6	5.419	6.762	24,8
Previ - Plano de Benefícios 1 (18)	228	139	40	(82,5)	(71,2)	1.120	318	(71,6)
Previ - Atualização de Fundo Utilização (19)	163	316	223	37,0	(29,3)	651	983	51,0
Outras Despesas Operacionais (6) (10) (12) (16) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (28) (48)	(3.403)	(3.363)	(3.610)	6,1	7,3	(9.495)	(10.399)	9,5
Resultado Operacional	4.471	4.909	4.516	1,0	(8,0)	13.561	14.053	3,6
Resultado Não Operacional (44)	40	(2)	18	(55,0)	-	173	15	(91,4)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.511	4.907	4.534	0,5	(7,6)	13.735	14.068	2,4
IR e CSLL (14) (33) (49) (51) (52)	(845)	(1.026)	(651)	(22,9)	(36,6)	(3.200)	(2.306)	(27,9)
Benefício Fiscal de JCP	377	463	488	29,6	5,4	1.089	1.373	26,0
Participações Estatutárias no Lucro (53)	(403)	(437)	(553)	37,1	26,5	(1.186)	(1.559)	31,5
Participações Minoritárias (42)	(378)	(403)	(448)	18,6	11,1	(1.026)	(1.256)	22,5
Lucro Líquido Ajustado	2.885	3.040	2.881	(0,1)	(5,2)	8.323	8.947	7,5
Itens Extraordinários	(104)	(32)	181	-	-	(36)	2.941	-
Planos Econômicos (35) (36)	(248)	33	(247)	(0,2)	-	(920)	(402)	(56,2)
Eficiência Tributária (31)	-	-	-	-	-	260	-	-
PCLD Adicional (34)	-	-	(2.370)	-	-	(143)	(2.370)	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (37) (38)	63	(208)	(1.794)	-	-	359	(2.560)	-
Prov. Demandas Legais: Aj. Parâmetros e Pol. Acordos (39) (40)	-	-	-	-	-	385	-	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13 (41)	-	385	-	-	-	-	385	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários (42)	-	(74)	-	-	-	-	(74)	-
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A (44) (45)	-	-	-	-	-	-	11.572	-
Crédito Tributário (32) (33)	-	-	-	-	-	-	2.326	-
Resultado Não Realizado - Cateno (45)	-	-	-	-	-	-	(5.800)	-
Ajuste de Posição com Alocadores de Recursos (46)	-	(127)	-	-	-	-	(127)	-
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada (47)	-	-	(372)	-	-	-	(372)	-
Prov. p/ Compromisso c/ Parceiros p/ Compra de Pontos de Relac. (48)	-	-	(765)	-	-	-	(765)	-
Crédito Tributário s/ CSLL (49)	-	-	3.405	-	-	-	3.405	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (43) (50) (51) (52) (53)	81	(42)	2.325	-	-	23	(2.275)	-
Lucro Líquido	2.780	3.008	3.062	10,1	1,8	8.287	11.888	43,5

(n) - Representa o item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

1 - Série revisada do 1T14 ao 1T15.

2 - Série revisada do 1T14 ao 4T14.

3 - Série revisada do 1T13 ao 4T14.

2.3.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, buscando informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:
 - I - Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II - Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III - Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em outras receitas / despesas operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV - Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período

Tabela 29. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões			Fluxo Trimestral			Fluxo 9 Meses		
Item	De	Para	Evento	3T14	2T15	3T15	9M14	9M15
1	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	Operações de Crédito	Operações de Crédito	127,4	107,1	122,5	467,4	338,5
2	Outras Receitas Operacionais	Operações de Crédito	Ajuste de Recuperação	-	-	-	65,0	-
3	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM	Rendas de Captações Compromissadas	-	-	5,6	-	5,6
4	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	4,1	4,3	11,0	22,3	35,2
5	Outras Receitas Operacionais	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	1,4	(1,4)	-	-
6	Outras Despesas Operacionais	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(2,0)	2,0	-	-
7	Res. de Op. com Seguridade, Prev. e Capitalização	Res. Finan. das Op. de Seguridade, Previd. e Capitaliz.	Ajuste Variação Cambial IRB	68,1	-	-	127,4	-
8	Res. de Part. em Coligadas e Controladas	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior	674,4	(234,8)	3.061,6	(7,2)	4.534,3
9	Outras Receitas Operacionais	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior	-	(21,2)	184,2	-	277,1
10	Outras Despesas Operacionais	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Exterior	-	(4,6)	0,0	-	(4,6)
11	Outras Receitas Operacionais	Outras Receitas Op. com Caract. de Interm. Fin.	Reajuste Cambial	53,6	0,9	1,3	1.794,5	5,7
12	Outras Despesas Operacionais	Outras Receitas Op. com Caract. de Interm. Fin.	Reajuste Cambial	(28,1)	36,1	(480,8)	(1.362,5)	(582,5)
13	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	48,6	(12,5)	156,1	15,2	226,8
14	IR e CSLL	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	398,4	(186,0)	2.437,2	124,6	3.396,5
15	Operações de Captação no Mercado	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Despesas de Atualização - Fundos e Programas	-	(163,9)	(97,8)	-	(349,3)
16	Outras Despesas Operacionais	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	(139,3)	(117,3)	-	(256,6)
17	Operações de Crédito	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Ajuste de Recuperação/PCLD	-	-	-	180,0	-
18	Outras Receitas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	228,3	138,9	40,1	1.119,7	317,9
19	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	162,9	315,5	223,0	651,1	983,0
20	Operacoes de Credito	(Outras Despesas Operacionais)	Recuperação de Desp. Sem Caract. De Crédito	-	-	(23,3)	-	(23,3)
21	Resultado de Operações com TVM	Outras Despesas Operacionais	Provisão para Imparidade	-	-	(31,9)	-	(31,9)
22	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	(157,5)	(83,7)	(141,9)	(244,1)	(175,6)
23	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(237,1)	(271,2)	(274,4)	(705,4)	(816,6)
24	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização do Banco Postal	-	-	-	(480,8)	-
25	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(484,4)	(489,1)	(527,4)	(1.435,0)	(1.511,3)
26	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.175,0)	(1.366,0)	(1.157,8)	(3.333,7)	(4.247,7)
27	Outras Receitas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contingentes	52,1	15,6	18,1	72,1	49,7
28	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Cíveis	(429,1)	(15,5)	(2.159,1)	(1.381,5)	(3.130,6)
29	Outras Receitas Operacionais	Demandas Trabalhistas	Reversão de Passivos Trabalhistas	52,2	101,4	50,0	591,2	306,9
30	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(318,4)	(385,2)	(586,5)	(754,6)	(1.290,9)
31	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Eficiência Tributária	Eficiência Tributária	-	-	-	260,0	-
32	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Resultado Não Realizado - Cateno	Crédito Tributário s/ Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	-	-	535,0
33	IR e CSLL	Resultado Não Realizado - Cateno	Crédito Tributário s/ Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	-	-	1.791,2
34	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	PCLD Adicional	PCLD Adicional	-	-	(2.370,4)	(143,1)	(2.370,4)
35	Operações de Captação no Mercado	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(71,5)	(109,8)	(90,1)	(200,0)	(283,8)
36	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(176,4)	142,7	(157,4)	(719,6)	(118,6)
37	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	62,5	(97,0)	(1.584,5)	358,5	(2.239,9)
38	Demandas Trabalhistas	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	(110,5)	(209,5)	-	(320,0)
39	Demandas Cíveis	Prov. Demandas Legais: Aj. Parâmetros e Pol. Acordos	Prov. Demandas Legais: Aj. Parâmetros e Pol. Acordos	-	-	-	(207,7)	-
40	Demandas Trabalhistas	Prov. Demandas Legais: Aj. Parâmetros e Pol. Acordos	Prov. Demandas Legais: Aj. Parâmetros e Pol. Acordos	-	-	-	592,6	-
41	Res. de Op. com Segurdade, Prev. e Capitalização	BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	385,0	-	-	385,0
42	Participações Minoritárias	Efeito BrasilPrev nos Minoritários	Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	(74,5)	-	-	(74,5)
43	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Pasep/Cofins - Cateno	-	-	-	-	(1.070,4)
44	Resultado Não Operacional	Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	Operação Cateno	-	-	-	-	5.771,5
45	Resultado Não Realizado - Cateno	Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	Operação Cateno	-	-	-	-	5.800,5
46	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses	Ajuste de Posição com Alocadores de Recursos	Ajuste de Posição com Alocadores de Recursos	-	(126,6)	-	-	(126,6)
47	Despesas de Pessoal	PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	-	-	(372,5)	-	(372,5)
48	Outras Despesas Operacionais	Prov. p/ Compromisso c/ Parceiros p/ Compra de Pontos de Relac.	Provisão - Programas de Relacionamento	-	-	(765,0)	-	(765,0)
49	Operações de Crédito	Crédito Tributário s/ CSLL	Crédito Tributário s/ CSLL	-	-	3.404,9	-	3.404,9
50	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	-	(18,1)	-	-	(18,1)
51	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	69,5	(32,9)	2.191,6	24,2	2.437,6
52	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Operação Cateno	-	-	-	-	(3.570,5)
53	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	11,8	9,1	133,6	(1,1)	(53,6)

2.3.2. Glossário das Realocações

- (1) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
- (2) Recuperação de operação com característica de crédito.
- (3) Receitas de operações em captações compromissadas.
- (4) Receitas de aplicações financeiras das empresas do segmento de meios de pagamentos.
- (5) e (6) Ajuste de derivativos das empresas do segmento de meios de pagamentos.
- (7) Resultado de operações cambiais da empresa IRB Resseguros.
- (8), (9) e (10) Corresponde ao resultado das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (11) e (12) Inclui as receitas e despesas financeiras de câmbio.
- (13) e (14) Redução dos efeitos de variação cambial sobre o resultado.
- (15) Despesas de captação em fundos e programas.
- (16) Despesas operacionais classificadas como operações de repasses.
- (17) Ajuste na recuperação/provisão de operação com grupo empresarial.
- (18) Receitas financeiras oriundas da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (19) Receitas financeiras oriundas de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (20) Recuperação de Despesa sem característica de crédito.
- (21) Provisão para imparidade de títulos e valores mobiliários privados.
- (22) Despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (23) Despesas provenientes de amortização de ágio de investimentos e intangível.
- (24) Despesa de amortização do ativo intangível relacionado ao Banco Postal.
- (25) Amortização de aquisição de folha de pagamento.
- (26) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (27) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (Cosif), não pôde ser contabilizada em Outras Despesas Administrativas na DRE societária.
- (28) Despesas provenientes de demandas cíveis.
- (29) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (Cosif), não pôde ser contabilizada em Despesas de Pessoal na DRE societária.
- (30) Despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (31) Receita referente à eficiência tributária gerada pelo Banco do Brasil em revisão periódica da base fiscal.
- (32) e (33) Crédito tributário referente a Resultado Não Realizado na operação Cateno.
- (34) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores.
- (35) e (36) Despesas com provisão proveniente de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (37) e (38) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (39) e (40) Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros e Políticas de Acordos.
- (41) Adequação de passivos da BrasilPrev em cumprimento à Circular Susep nº 457/12 e nº 462/13.
- (42) Participação minoritária sobre o resultado financeiro da BB Seguridade, referente ao resultado financeiro da adequação de passivos da BrasilPrev.
- (43) Despesas de Pasep/Cofins ocorridas na operação Cateno.
- (44) Resultado Não Operacional ocorrido na operação Cateno.
- (45) Resultado Não Realizado ocorrido na operação Cateno.

(46) Despesa extraordinária decorrente de ajustes de fundos e programas.

(47) Despesa decorrente do programa de aposentadoria incentivada.

(48) Provisão para compromisso com parceiros para compra de pontos de programas de relacionamento.

(49) Provisão extraordinária relativa a operações de crédito do Banco Votorantim.

(50), (51) e (53) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR), e a unificação dos efeitos desses itens sobre os impostos (IR e CSLL).

(52) Despesas de IR e CS ocorridas na operação Cateno.

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 30. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Planos Econômicos	109	(14)	108	(0,5)	-	404	176	(56,4)
Eficiência Tributária ¹	-	-	-	-	-	(116)	-	-
PCLD Adicional	-	-	1.075	-	-	63	1.075	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(27)	72	850	-	-	(157)	1.167	-
Prov. Demandas Legais: Aj. Parâmetros e Pol. Acordos	-	-	-	-	-	(170)	-	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	(155)	-	-	-	-	(155)	-
Ajuste de Posição com Alocadores de Recursos	-	55	-	-	-	-	55	-
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	-	-	163	-	-	-	163	-
Prov. p/ Compromisso c/ Parceiros p/ Compra de Pontos de Relac.	-	-	342	-	-	-	342	-
Crédito Tributário s/ CSLL ¹	-	-	(212)	-	-	-	(212)	-
Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	-	-	-	-	(4.886)	-
Total	81	(42)	2.325	-	-	23	(2.275)	-

1 – Somente efeito de PLR (não possui efeitos fiscais).

3 - Crédito

O Processo de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida por avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses após a análise do risco. Essa avaliação determina o volume de recursos que o Banco está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

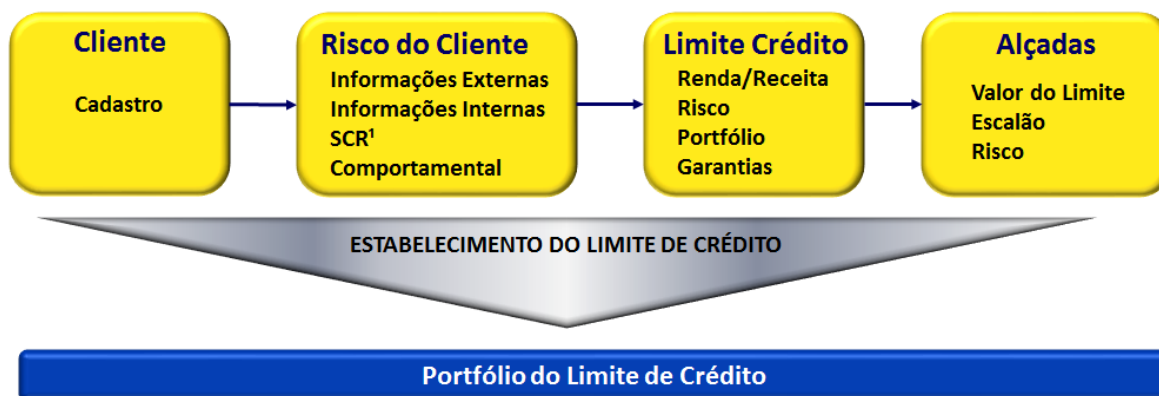
- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

3.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito, sendo que a Carteira Interna é originada no Brasil e a Carteira Externa originada no Exterior.

b) Carteira de Crédito Classificada BB: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito, sem as operações do Banco Votorantim, do Banco Patagonia e do BB Americas.

c) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias, onde:

c.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

c.2) Garantias: são operações onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 31. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

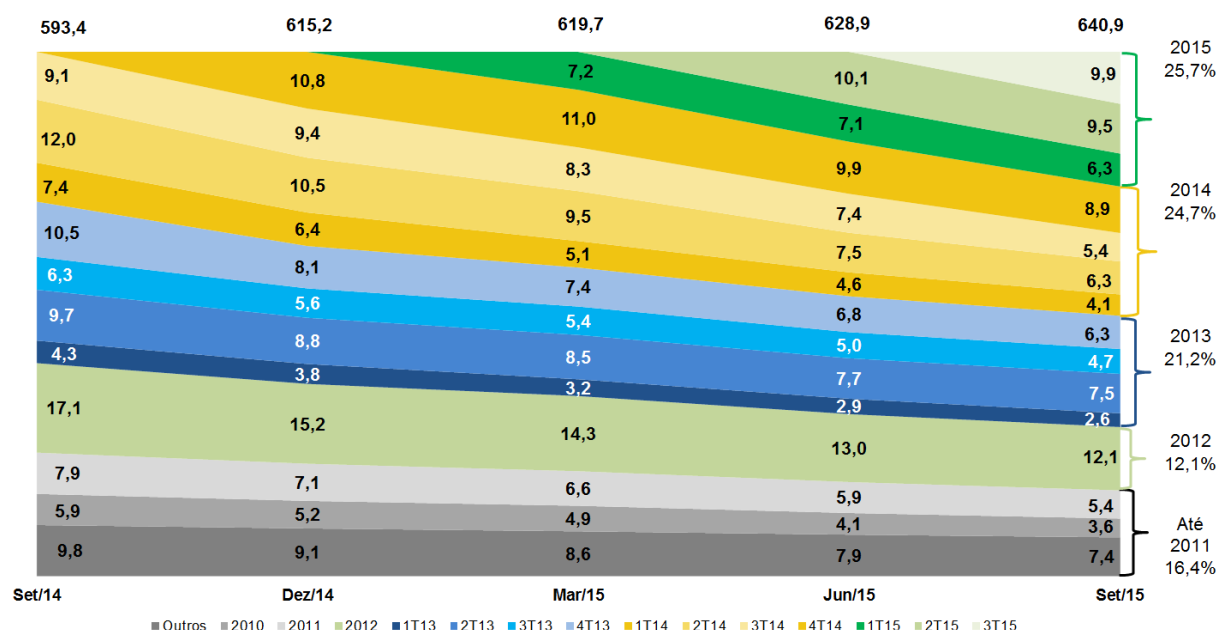
R\$ milhões	Saldos				Var. % s/				
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15	Dez/14
Carteira de Crédito Classificada (a)	662.670	100,0	704.438	100,0	726.860	100,0	9,7	3,2	5,7
Interna	612.048	92,4	645.818	91,7	657.741	90,5	7,5	1,8	3,8
Pessoa Física	174.941	26,4	186.297	26,4	188.834	26,0	7,9	1,4	5,4
CDC Consignação	63.065	9,5	65.469	9,3	65.780	9,0	4,3	0,5	2,4
Financiamento Imobiliário	25.717	3,9	32.833	4,7	35.188	4,8	36,8	7,2	23,5
Financiamento de Veículos	32.964	5,0	31.931	4,5	30.400	4,2	(7,8)	(4,8)	(7,2)
Cartão de Crédito	20.382	3,1	22.072	3,1	22.056	3,0	8,2	(0,1)	(2,7)
CDC Salário	17.911	2,7	18.784	2,7	19.425	2,7	8,4	3,4	15,4
Empréstimo Pessoal	5.927	0,9	6.797	1,0	6.921	1,0	16,8	1,8	18,8
Cheque Especial	2.735	0,4	2.525	0,4	2.564	0,4	(6,3)	1,5	11,6
Demais	6.238	0,9	5.886	0,8	6.500	0,9	4,2	10,4	6,6
Pessoa Jurídica	280.288	42,3	292.270	41,5	297.988	41,0	6,3	2,0	2,4
Médias e Grandes	152.145	23,0	161.866	23,0	163.145	22,4	7,2	0,8	2,3
MPE	101.486	15,3	97.827	13,9	95.191	13,1	(6,2)	(2,7)	(6,9)
Governo	26.657	4,0	32.576	4,6	39.652	5,5	48,8	21,7	36,2
Agronegócio	156.819	23,7	167.251	23,7	170.919	23,5	9,0	2,2	4,4
Pessoa Física	109.939	16,6	119.673	17,0	119.682	16,5	8,9	0,0	2,4
Pessoa Jurídica	46.881	7,1	47.578	6,8	51.237	7,0	9,3	7,7	9,5
Externa	50.622	7,6	58.620	8,3	69.118	9,5	36,5	17,9	27,6
TVM Privados e Garantias (b)	70.327		72.360		77.773		10,6	7,5	6,6
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	732.997	100,0	776.799	100,0	804.633	100,0	9,8	3,6	5,8
Interna	675.818	92,2	708.482	91,2	723.566	89,9	7,1	2,1	3,6
Pessoa Física	175.390	23,9	186.885	24,1	189.560	23,6	8,1	1,4	5,5
Pessoa Jurídica	342.023	46,7	353.298	45,5	362.158	45,0	5,9	2,5	2,3
Agronegócio	158.405	21,6	168.298	21,7	171.848	21,4	8,5	2,1	4,2
Externa	57.179	7,8	68.317	8,8	81.067	10,1	41,8	18,7	30,4

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN.

Tabela 32. Crédito SFN

R\$ bilhões	Saldos					Var. % s/	
	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
SFN	2.897	3.017	3.061	3.100	3.160	9,1	1,9
Pessoa Física	1.357	1.412	1.439	1.463	1.485	9,4	1,5
Pessoa Jurídica	1.539	1.605	1.622	1.637	1.676	8,9	2,4
Participação de Mercado BB - %	21,1	21,0	20,8	20,8	20,8		

A próxima figura apresenta a Carteira de Crédito Classificada Interna BB considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito continuar ocorrendo nos trimestres subsequentes à contratação, sendo somado a este.

Figura 13 Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões

3.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. Ressalta-se que as linhas de crédito consignado e financiamento de veículos incluem o saldo das carteiras de crédito adquiridas com coobrigação.

Tabela 33. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	SalDOS				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	174.941	99,7	186.297	99,7	188.834	99,6	7,9	1,4
CDC	86.903	49,5	91.050	48,7	92.125	48,6	6,0	1,2
Crédito Consignado	63.065	36,0	65.469	35,0	65.780	34,7	4,3	0,5
CDC Salário	17.911	10,2	18.784	10,1	19.425	10,2	8,4	3,4
Empréstimo Pessoal	5.927	3,4	6.797	3,6	6.921	3,7	16,8	1,8
Financiamento Imobiliário	25.717	14,7	32.833	17,6	35.188	18,6	36,8	7,2
Financiamento de Veículos	32.964	18,8	31.931	17,1	30.400	16,0	(7,8)	(4,8)
Cartão de Crédito	20.382	11,6	22.072	11,8	22.056	11,6	8,2	(0,1)
Cheque Especial	2.735	1,6	2.525	1,4	2.564	1,4	(6,3)	1,5
Microcrédito	1.387	0,8	810	0,4	839	0,4	(39,5)	3,6
Demais	4.851	2,8	5.076	2,7	5.661	3,0	16,7	11,5
TVM Privados e Garantias	449	0,3	589	0,3	726	0,4	61,8	23,4
Carteira de Crédito Ampliada	175.390	100,0	186.885	100,0	189.560	100,0	8,1	1,4

O BB mantém-se entre os líderes de mercado nos segmentos de crédito com menor risco. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

Tabela 34. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	BB¹	SFN	Part. %	BB¹	SFN	Part. %	BB¹	SFN	Part. %
Crédito Consignado	63.065	244.589	25,8	65.469	266.518	24,6	65.780	271.920	24,2
Financiamento de Veículos²	32.081	187.775	17,1	30.932	175.210	17,7	29.385	168.726	17,4
Financiamento Imobiliário	25.717	405.282	6,3	32.833	470.936	7,0	35.188	485.524	7,2

1 – Inclui carteira adquirida com coobrigação segundo Resolução CMN nº 3.533/08.

2 – Apenas carteira de recursos livres.

As carteiras de crédito adquiridas pelo BB compõem-se de operações de crédito consignado e financiamento de veículos. A queda da carteira adquirida total em 12 meses foi motivada pela

consolidação e reorganização do setor, especialmente no segmento de crédito consignado. As operações com coobrigação respondem por mais de 99,0% do total.

Tabela 35. Carteiras Adquiridas¹

R\$ milhões	Saldos					Var. % s/	
	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
Financiamento a Veículos	12.999	13.014	13.842	14.901	14.252	9,6	(4,4)
Crédito Consignado	4.705	3.514	2.864	2.376	2.044	(56,6)	(14,0)
Total	17.703	16.528	16.706	17.278	16.296	(7,9)	(5,7)

1 - Inclui carteira adquirida com coobrigação segundo Resolução CMN nº 3.533/08.

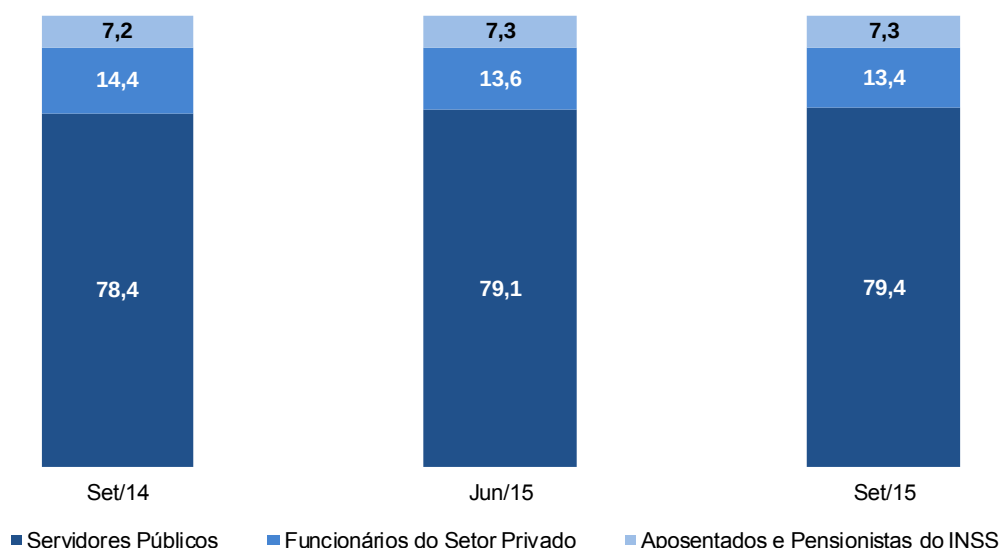
A Carteira de Crédito Classificada Orgânica PF BB, que exclui as carteiras adquiridas e 50% das operações do Banco Votorantim, é demonstrada a seguir.

Tabela 36. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física

	Saldos				Var. % s/			
R\$ milhões	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira Classificada Orgânica	145.621	100,0	158.894	100,0	162.648	100,0	11,7	2,4
CDC	80.472	55,3	86.634	54,5	88.070	54,1	9,4	1,7
Crédito Consignado	56.659	38,9	61.087	38,4	61.758	38,0	9,0	1,1
CDC Salário	17.911	12,3	18.784	11,8	19.425	11,9	8,4	3,4
Empréstimo Pessoal	5.902	4,1	6.764	4,3	6.888	4,2	16,7	1,8
Financiamento Imobiliário	25.717	17,7	32.833	20,7	35.188	21,6	36,8	7,2
Cartão de Crédito	19.918	13,7	21.529	13,5	21.483	13,2	7,9	(0,2)
Financiamento de Veículos	10.540	7,2	9.487	6,0	8.842	5,4	(16,1)	(6,8)
Cheque Especial	2.735	1,9	2.525	1,6	2.564	1,6	(6,3)	1,5
Microcrédito	1.387	1,0	810	0,5	839	0,5	(39,5)	3,6
Demais	4.851	3,3	5.076	3,2	5.661	3,5	16,7	11,5

Considerando as operações de CDC e de financiamento de veículos, que alcançaram R\$ 96,9 bilhões em setembro/15, a maioria das operações é realizada com servidores públicos e pensionistas.

Figura 14. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %



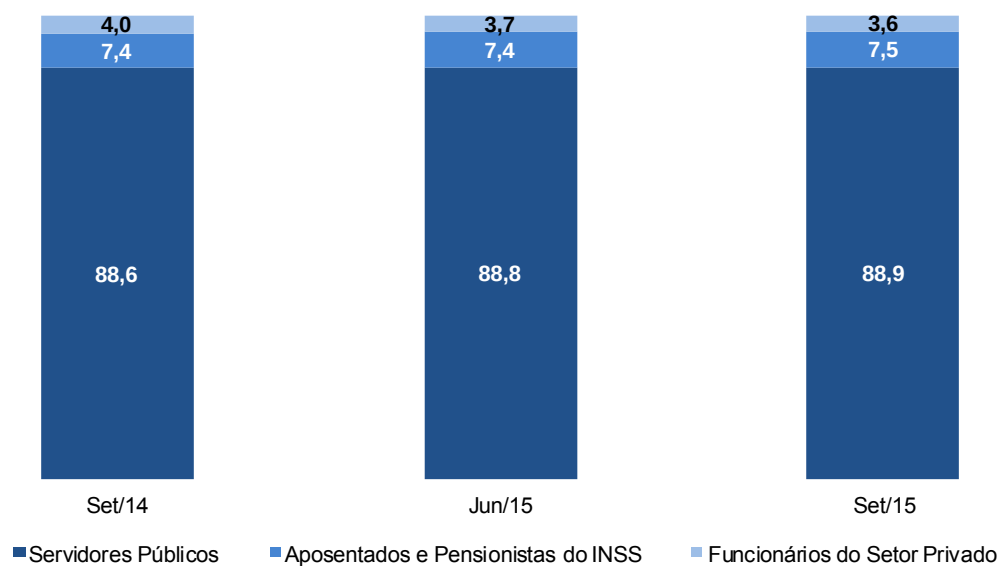
Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 87,8% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 37. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

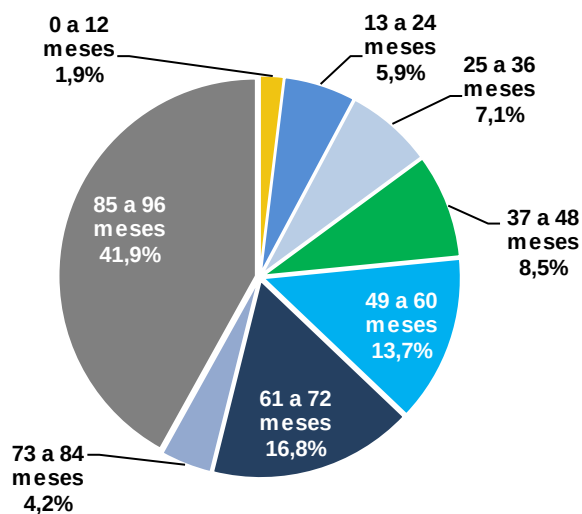
%	Set/14	Jun/15	Set/15
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	2,0	1,6	1,3
Entre 1 a 2 anos	2,8	3,0	3,0
Entre 2 a 5 anos	13,3	7,9	7,9
Entre 5 a 10 anos	15,9	20,9	21,0
Mais de 10 anos	66,0	66,6	66,8

Crédito Consignado

A carteira de crédito consignado BB, que alcançou R\$ 61,8 bilhões em setembro/15, é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas, que oferecem menor risco. A figura a seguir demonstra a composição da carteira.

Figura 15. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 3T15 tem prazo maior do que 60 meses. A característica dos clientes dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo.

Figura 16. Prazo das Operações Contratadas no 3T15 – Crédito Consignado**Financiamento de Veículos**

As operações de veículos originadas nas agências BB totalizaram saldo de R\$ 8,8 bilhões em setembro/15.

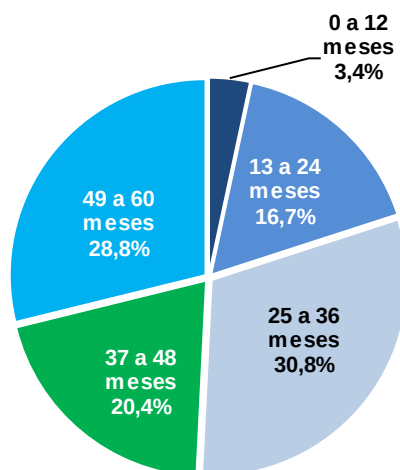
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 38. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Set/14	Jun/15	Set/15
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	17,1	13,5	13,1
Entre 5 a 10 anos	17,7	20,2	20,2
Mais de 10 anos	65,2	66,4	66,7
Proventos			
Recebem Proventos	62,8	66,0	67,5
Não Recebem Proventos	37,2	34,0	32,5

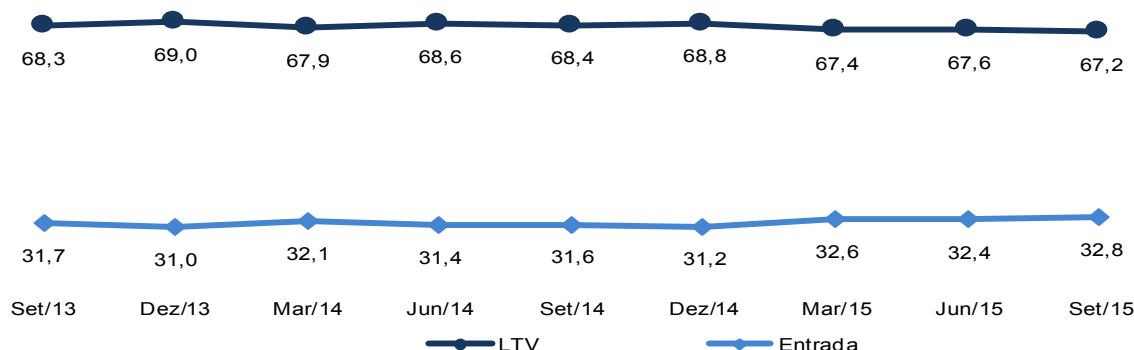
A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 3T15. Cerca de 71,2% das contratações no trimestre tem prazo de até 48 meses.

Figura 17. Prazo das Operações Contratadas no 3T15 – Financiamento de Veículos



Na próxima figura, apresenta-se o indicador de percentual financiado de um bem (*Loan-to-Value LTV*). No BB, os clientes se comprometem, em média, com 32,8% do valor do bem, o que reduz ainda mais a probabilidade de inadimplência.

Figura 18. LTV e Entrada – Financiamento de Veículos da Carteira Orgânica PF - %



Financiamento Imobiliário

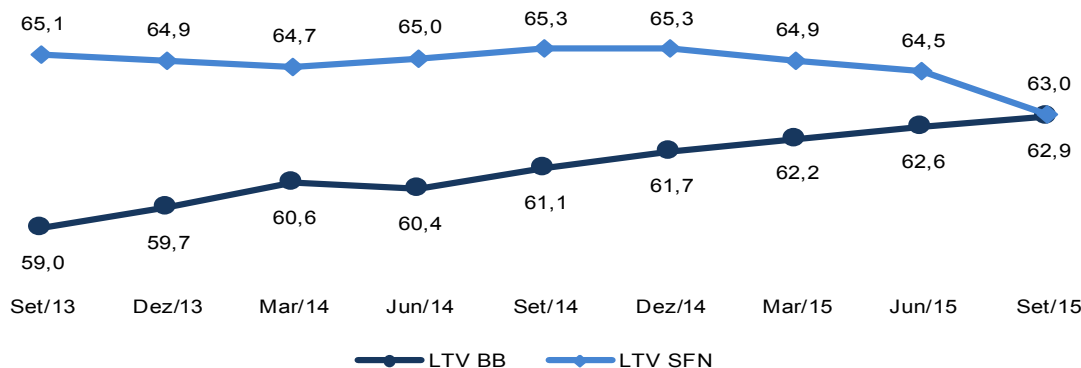
A carteira de crédito imobiliário pessoa física chegou a R\$ 35,2 bilhões em setembro/15, elevação de 36,8% em relação a setembro/14 e 7,2% na visão trimestral. Nos últimos 12 meses o crescimento do saldo foi de R\$ 9,5 bilhões, confirmando a tendência de ganho de relevância da carteira, com elevação na participação de 14,7% para 18,6% na visão classificada. O incremento observado no

período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, bem como ganhos de eficiência na análise e liberação de operações.

O BB atingiu a participação de mercado de 7,2% em setembro/15, aumento de 90 pontos base em relação ao mesmo período do ano passado.

O percentual financiado do imóvel ficou em linha com o praticado no SFN, segundo dados da Abecip¹. Seguindo conceito dessa Associação, o percentual demonstrado considera o estoque da carteira.

Figura 19. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário - %



1 – Fonte: Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) - Considera operações contratadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) – Posição Agosto/15. Os dados do BB consideram toda carteira PF.

A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas operações com menor risco. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante das operações pelo saldo devedor.

Tabela 39. Taxas e Prazos Médios

	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
Banco do Brasil									
CDC Veículos									
Taxa Média - % a.m.	1,26	1,28	1,31	1,35	1,38	1,42	1,47	1,54	1,58
Prazo Médio - meses	34	33	33	32	32	32	31	31	30
Financiamento Imobiliário									
Ticket Médio - R\$ mil	127,7	136,5	112,5	115,4	105,6	113,4	108,9	120,3	115,0
Taxa Média - % a.a.	8,18	7,99	7,81	7,64	7,51	7,34	7,24	7,16	7,11
Prazo Médio - meses	318	317	332	334	340	338	342	338	344
Crédito Consignado									
Taxa Média - % a.m.	1,82	1,79	1,77	1,76	1,76	1,76	1,77	1,78	1,81
Prazo Médio - meses	53	53	53	54	54	58	59	59	59
Crédito Pessoal									
Taxa Média - % a.m.	2,88	2,92	3,02	3,11	3,20	3,23	3,38	3,59	3,73
Prazo Médio - meses	42	43	41	40	40	42	42	42	43
BV - Financiamento de Veículos									
Taxa Média - % a.m.	1,87	1,90	1,99	1,97	1,96	1,97	2,05	2,05	2,08
Prazo Médio - meses	45	45	44	44	44	45	44	44	44

3.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

O crescimento da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica na comparação anual resulta do incremento das operações de investimento, crédito imobiliário e ACC/ACE. Essas linhas foram influenciadas positivamente pelo volume de contratações de médias e grandes empresas.

Tabela 40. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	280.288	82,0	292.270	82,7	297.988	82,3	6,3	2,0
Capital de Giro	147.077	43,0	149.675	42,4	152.728	42,2	3,8	2,0
Investimento	63.833	18,7	66.985	19,0	68.329	18,9	7,0	2,0
ACC/ACE	11.822	3,5	15.282	4,3	16.196	4,5	37,0	6,0
Cartão de Crédito	14.528	4,2	15.236	4,3	15.203	4,2	4,7	(0,2)
Recebíveis	16.658	4,9	13.466	3,8	12.881	3,6	(22,7)	(4,3)
Crédito Imobiliário	9.274	2,7	11.230	3,2	11.706	3,2	26,2	4,2
Conta Garantida	4.025	1,2	3.707	1,0	3.080	0,9	(23,5)	(16,9)
BNDES Exim	4.051	1,2	3.282	0,9	2.208	0,6	(45,5)	(32,7)
Cheque Especial	327	0,1	430	0,1	466	0,1	42,4	8,2
Demais	8.693	2,5	12.976	3,7	15.191	4,2	74,7	17,1
TVM Privados e Garantias	61.735	18,0	61.028	17,3	64.170	17,7	3,9	5,1
Carteira de Crédito Ampliada	342.023	100,0	353.298	100,0	362.158	100,0	5,9	2,5

A segmentação da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil, considerando a visão ampliada, é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 41. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Médias e Grandes Empresas	213.880	62,5	222.894	63,1	227.315	62,8	6,3	2,0
MPE	101.486	29,7	97.827	27,7	95.191	26,3	(6,2)	(2,7)
Governo	26.657	7,8	32.576	9,2	39.652	10,9	48,8	21,7
Carteira de Crédito Ampliada	342.023	100,0	353.298	100,0	362.158	100,0	5,9	2,5

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é o principal parceiro do comércio exterior brasileiro, encerrando o 3T15 com participação de mercado de 25,3% e 17,8% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou o trimestre com 27,0% de participação neste mercado.

Tabela 42. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos					Var. % s/	
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	3T14	2T15
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ milhões)	15.043	14.258	11.432	13.049	11.503	(23,5)	(11,8)
Participação de Mercado - %	26,3	27,2	26,4	24,9	25,3	(3,5)	1,6
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ milhões)	12.498	12.380	8.042	7.577	6.597	(47,2)	(12,9)
Participação de Mercado - %	22,3	24,1	19,1	18,0	17,8	(20,2)	(1,2)

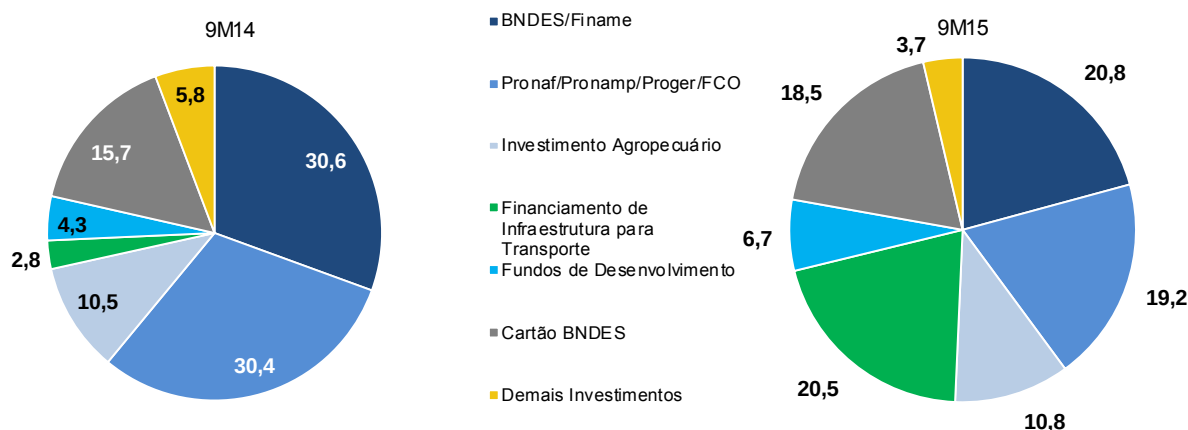
Tabela 43. ACC/ACE

	Saldos					Var. % s/	
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	3T14	2T15
Volume Contratado (US\$ milhões)	2.612	2.483	2.042	3.047	2.187	(16,3)	(28,2)
Quantidade de Contratos	3.249	3.121	2.253	3.057	3.004	(7,5)	(1,7)
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	804	795	906	997	728	(9,5)	(27,0)

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 32,7 bilhões no 9M15. Destaque para o produto de Financiamento de Infraestrutura de Transportes, que ganhou relevância.

O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 20. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %

Crédito para Governo

O Banco do Brasil vem se empenhando para atender os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, buscando apresentar soluções aos entes públicos, que viabilizem suas políticas públicas por meio de investimentos em setores como mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, de modo a contribuir com o desenvolvimento do País e de gerar benefícios efetivos para a população das localidades atendidas. No trimestre foram desembolsados R\$ 616,6 milhões para os estados.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

O Banco do Brasil mantém seu posicionamento de “Banco da Micro e Pequena Empresa”, reforçando sua atuação como principal parceiro desse segmento. Ao final do 3T15, o BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE.

Enquadram-se como clientes no segmento MPE as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 25 milhões.

Do saldo dessa carteira, 95,9% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 44. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE

%	Set/14	Jun/15	Set/15
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	1,4	0,7	0,6
De 1 a 2 anos	4,7	4,3	3,5
De 2 a 5 anos	23,8	21,2	21,1
Entre 5 a 10 anos	30,5	33,1	33,3
Mais de 10 anos	39,6	40,7	41,6

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

Tabela 45. Crédito MPE por Setor de Atividade

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Comércio	41.929	41,3	40.858	41,8	39.750	41,8	(5,2)	(2,7)
Serviço	29.957	29,5	30.415	31,1	29.900	31,4	(0,2)	(1,7)
Indústria	29.600	29,2	26.554	27,1	25.540	26,8	(13,7)	(3,8)
Total	101.486	100,0	97.827	100,0	95.191	100,0	(6,2)	(2,7)

Tabela 46. Produtos de Crédito - MPE

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Capital de Giro	65.073	64,1	61.782	63,2	59.952	63,0	(7,9)	(3,0)
Investimento	34.334	33,8	34.147	34,9	33.373	35,1	(2,8)	(2,3)
Comércio Exterior	2.079	2,0	1.899	1,9	1.865	2,0	(10,3)	(1,8)
Total	101.486	100,0	97.827	100,0	95.191	100,0	(6,2)	(2,7)

Nas operações de capital de giro e de financiamento de investimentos com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utiliza amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar os riscos de crédito das operações, ampliar o volume da carteira e facilitar o acesso ao crédito para MPE.

O Banco do Brasil é administrador e cotista do FGO, fundo com natureza privada e cujo patrimônio é formado pela integralização de cotas pelo Tesouro Nacional e outros agentes financeiros.

As garantias prestadas pelo FGO nas operações de empréstimos e financiamentos complementam em até 80% as garantias exigidas das pessoas jurídicas em empréstimos e financiamentos bancários, em especial às de micro e pequeno porte. A partir de julho de 2015, o FGO passou a atender as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 90 milhões.

Ao final de setembro de 2015, havia 424,0 mil operações com cobertura do fundo, totalizando o saldo aplicado de R\$ 20,9 bilhões, aumento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na mesma data, as operações garantidas por esse fundo representavam 44,3% dos desembolsos observados nas linhas de giro e investimento, que admitem a vinculação dessa garantia.

Outro importante mecanismo para viabilizar a contratação de operações de financiamentos de investimentos é o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O Fampe complementa em até 80% o valor das garantias necessárias à realização de operações com micro e pequenas empresas.

Ao final do 3T15, o saldo devedor das operações garantidas pelos fundos garantidores para os clientes MPE atingiu R\$ 23,9 bilhões, representando 25,2% do portfólio.

A participação dos fundos, em relação à carteira MPE, pode ser observada a seguir:

Tabela 47. Fundos Garantidores de Crédito – FGO e FAMPE

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Total	23.498	23,2	24.147	24,7	23.950	25,2	1,9	(0,8)
FGO	19.854	19,6	20.949	21,4	20.774	21,8	4,6	(0,8)
FAMPE	3.644	3,6	3.198	3,3	3.176	3,3	(12,8)	(0,7)
Carteira de Crédito MPE	101.486	100,0	97.827	100,0	95.191	100,0	(6,2)	(2,7)

3.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos maiores exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportação e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 48. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em setembro/15

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	77,4%
Açúcar	1º	1º	43,6%
Complexo de Soja	2º	1º	44,5%
Carne de Frango	2º	1º	36,3%
Café	1º	1º	26,7%
Milho	3º	2º	24,3%
Carne Bovina	2º	2º	17,9%
Algodão	5º	3º	11,0%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro está associado à competência dos produtores rurais, recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta e oferta de crédito. Esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no cenário mundial.

A atividade agropecuária brasileira respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte. Os dados apresentados neste relatório contemplam as informações do primeiro trimestre do ano safra 2015/2016.

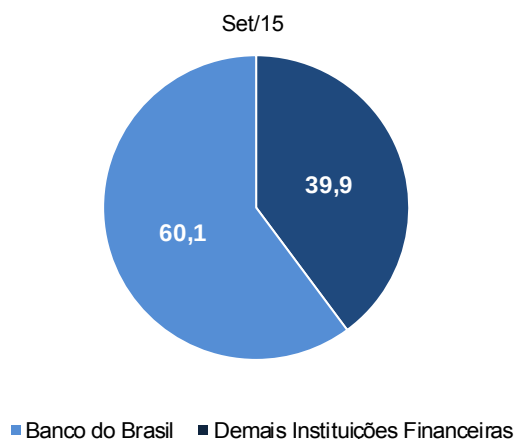
Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o BB apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 60,1% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em setembro/2015.

Figura 21. Participação do BB no Agronegócio – %



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 49. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	32,9	97,5	46,9
Sul	34,2	1,7	27,2
Centro-Oeste	22,0	0,4	17,3
Nordeste	6,2	0,2	4,9
Norte	4,7	0,1	3,7

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial e demais.

Tabela 50. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	99,0	167.251	99,4	170.919	99,5	9,0	2,2
Investimento	68.983	43,5	78.350	46,6	78.695	45,8	14,1	0,4
Custeio	47.845	30,2	48.680	28,9	48.626	28,3	1,6	(0,1)
Agroindustrial	31.285	19,8	33.192	19,7	37.118	21,6	18,6	11,8
Comercialização	6.444	4,1	4.946	2,9	4.631	2,7	(28,1)	(6,4)
Demais	2.262	1,4	2.084	1,2	1.850	1,1	(18,2)	(11,2)
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.586	1,0	1.047	0,6	929	0,5	(41,4)	(11,3)
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	100,0	168.298	100,0	171.848	100,0	8,5	2,1

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que totalizou R\$ 37,9 bilhões em setembro/2015, crescimento de 13,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Destaque também para a evolução do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que totalizou R\$ 22,2 bilhões no período, crescimento de 9,0% em 12 meses e para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que totalizou R\$ 9,1 bilhões em setembro/2015, crescimento de 29,9% em 12 meses.

Tabela 51. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	99,0	167.251	99,4	170.919	99,5	9,0	2,2
Crédito Rural	125.534	79,2	134.059	79,7	133.801	77,9	6,6	(0,2)
Pronaf	33.409	21,1	37.681	22,4	37.910	22,1	13,5	0,6
Custeio Agropecuário	29.186	18,4	28.969	17,2	28.542	16,6	(2,2)	(1,5)
Pronamp	20.395	12,9	21.867	13,0	22.230	12,9	9,0	1,7
BNDES/Finame Rural	9.516	6,0	10.467	6,2	10.213	5,9	7,3	(2,4)
Investimento Agropecuário	7.753	4,9	9.089	5,4	9.299	5,4	19,9	2,3
Programa ABC	7.008	4,4	8.940	5,3	9.103	5,3	29,9	1,8
FCO Rural	8.547	5,4	8.835	5,2	8.791	5,1	2,9	(0,5)
Comercialização Agropecuária	6.010	3,8	4.501	2,7	4.236	2,5	(29,5)	(5,9)
Demais	3.709	2,3	3.710	2,2	3.477	2,0	(6,2)	(6,3)
Crédito Agroindustrial	31.285	19,8	33.192	19,7	37.118	21,6	18,6	11,8
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.586	1,0	1.047	0,6	929	0,5	(41,4)	(11,3)
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	100,0	168.298	100,0	171.848	100,0	8,5	2,1

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 52. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	99,0	167.251	99,4	170.919	99,5	9,0	2,2
Bovinocultura	29.909	18,9	33.616	20,0	33.454	19,5	11,9	(0,5)
Carne	19.944	12,6	22.401	13,3	22.095	12,9	10,8	(1,4)
Leite	9.965	6,3	11.215	6,7	11.359	6,6	14,0	1,3
Maquinas e Implementos	20.560	13,0	22.691	13,5	22.599	13,2	9,9	(0,4)
Soja	12.178	7,7	10.959	6,5	11.754	6,8	(3,5)	7,3
Milho	5.929	3,7	5.521	3,3	4.721	2,7	(20,4)	(14,5)
Café	3.947	2,5	3.771	2,2	3.957	2,3	0,3	5,0
Avicultura	3.531	2,2	3.799	2,3	3.832	2,2	8,5	0,9
Cana	7.045	4,4	3.490	2,1	3.673	2,1	(47,9)	5,3
Arroz	2.076	1,3	1.979	1,2	2.070	1,2	(0,3)	4,6
Suinocultura	2.207	1,4	2.026	1,2	1.978	1,2	(10,4)	(2,4)
Algodão	1.298	0,8	691	0,4	699	0,4	(46,1)	1,2
Outros	36.854	23,3	45.519	27,0	45.064	26,2	22,3	(1,0)
Crédito Agroindustrial	31.285	19,8	33.192	19,7	37.118	21,6	18,6	11,8
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.586	1,0	1.047	0,6	929	0,5	(41,4)	(11,3)
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	100,0	168.298	100,0	171.848	100,0	8,5	2,1

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 53. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	99,0	167.251	99,4	170.919	99,5	9,0	2,2
Médio e Grande Produtor	73.566	46,4	79.024	47,0	78.946	45,9	7,3	(0,1)
Empresas	39.660	25,0	40.390	24,0	43.588	25,4	9,9	7,9
Pequeno Produtor	36.373	23,0	40.649	24,2	40.736	23,7	12,0	0,2
Cooperativas Agroindustriais	7.220	4,6	7.189	4,3	7.649	4,5	5,9	6,4
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.586	1,0	1.047	0,6	929	0,5	(41,4)	(11,3)
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	100,0	168.298	100,0	171.848	100,0	8,5	2,1

Na tabela seguinte, é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	99,0	167.251	99,4	170.919	99,5	9,0	2,2
Pessoa Física	109.939	69,4	119.673	71,1	119.682	69,6	8,9	0,0
Pessoa Jurídica	46.881	29,6	47.578	28,3	51.237	29,8	9,3	7,7
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.586	1,0	1.047	0,6	929	0,5	(41,4)	(11,3)
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	100,0	168.298	100,0	171.848	100,0	8,5	2,1

Nos financiamentos rurais e agroindustriais o BB utiliza 80,8% de recursos próprios (principalmente poupança rural, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, e depósitos a vista). Além destes, o Banco também repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de Fundos Constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 55. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %
Poupança Rural	77.838	49,1	83.200	49,4	84.639	49,3
LCA	27.348	17,3	33.317	19,8	38.260	22,3
Depósitos à Vista	21.824	13,8	18.218	10,8	15.922	9,3
FCO	11.488	7,3	12.583	7,5	12.602	7,3
BNDES/FINAME	10.000	6,3	11.384	6,8	11.199	6,5
FAT	372	0,2	194	0,1	157	0,1
Demais ¹	9.535	6,0	9.402	5,6	9.070	5,3
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	100,0	168.298	100,0	171.848	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

O Banco do Brasil atua como agente financeiro em operações de crédito rural incentivadas pelo governo e destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Essas operações são realizadas com taxas de juros diferenciadas ao tomador e o Banco utiliza como *funding* os recursos da Poupança, Depósitos à Vista, FAT, Tesouro Nacional, Funcafé e FCO.

Para tornar essa intermediação viável e cobrir o custo da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar:

a) Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) Fator de Ponderação: é um multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, possibilitando que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz a quantidade de recursos que o governo tem que equalizar e permite aos bancos a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 56. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Saldos				
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Receitas de Equalização	1.406	1.565	1.801	1.802	2.004
Fator de Ponderação	466	403	270	249	101
Total	1.872	1.968	2.070	2.051	2.105

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 57. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Set/14	Jun/15	Set/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	167.251	170.919
Recursos Equalizáveis	74.829	85.768	88.861
Investimento	38.735	47.206	48.108
Custeio	33.873	36.013	38.745
Comercialização	2.221	2.549	2.008
Recursos Não-Equalizáveis	81.990	81.483	82.059
Cédula de Produto Rural e Garantias	1.586	1.047	929
Carteira de Crédito Ampliada	158.405	168.298	171.848

Nos três primeiros meses da safra 2015/16, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 21,7 bilhões em operações de crédito rural. O volume é 1,1% superior ao realizado no mesmo período da safra anterior. Para as operações de custeio, finalidade mais demandada nesse período, foram desembolsados R\$ 16,8 bilhões, crescimento de 36,6% na comparação com o primeiro trimestre da safra anterior.

Na Agricultura Familiar foram aplicados R\$ 4,1 bilhões enquanto na Agricultura Empresarial o desembolso alcançou R\$ 13,2 bilhões. As operações por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) somaram R\$ 4,4 bilhões, aumento de 25,8%.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso dos três primeiros meses da safra 2014/2015 com o mesmo período da safra 2015/2016, detalhando a finalidade do crédito e o segmento do cliente.

Tabela 58. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 14/15 (A)	Safra 15/16 (B)	Var. (%) (B/A)
Agricultura Familiar - Pronaf	5.117	4.087	(20,1)
Custeio	2.655	2.714	2,2
Investimento	2.461	1.373	(44,2)
Médios Produtores - Pronamp	3.525	4.433	25,8
Custeio	2.621	4.202	60,3
Investimento	904	230	(74,5)
Demais Produtores	12.817	13.178	2,8
Custeio/Comercialização	10.128	11.728	15,8
Investimento	2.688	1.450	(46,1)
Total	21.458	21.698	1,1

Mitigadores de Risco

Desde a safra 2006/07, o Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries climáticas (seguro agrícola ou proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo o Seguro Faturamento. Esse seguro conjuga a mitigação de riscos climáticos com riscos de preços, garantindo assim o faturamento e a renda coberta ao produtor.

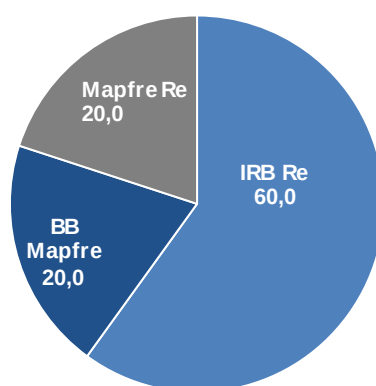
A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco da operação.

A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola.

Tabela 59. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 13/14	Part. %	Safra 14/15	Part. %	Safra 15/16	Part. %
Custeio Agrícola	7.235	100,0	6.824	100,0	12.701	100,0
Total com Mitigador	4.721	65,2	4.367	64,0	9.668	76,1
Proagro	2.149	29,7	2.217	32,5	2.152	16,9
Seguro Agrícola	2.475	34,2	2.064	30,3	6.198	48,8
Proteção de Preço	96	1,3	86	1,3	1.318	10,4
Sem Mitigador	2.515	34,8	2.457	36,0	3.033	23,9

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola na safra 2015/2016 foram distribuídos conforme a figura a seguir:

Figura 22. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %

3.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração com os clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 60. 100 Maiores Tomadores em relação à Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Dez/13	3,2	19.647	11,6	72.295	9,0	56.383	23,8	148.325
Mar/14	3,2	20.485	11,5	72.384	9,1	57.669	23,8	150.538
Jun/14	3,1	20.114	10,8	70.172	9,3	60.185	23,2	150.471
Set/14	3,1	20.757	11,7	77.275	9,5	62.729	24,3	160.761
Dez/14	2,9	20.039	11,6	79.759	9,7	66.969	24,2	166.767
Mar/15	3,0	21.322	12,7	89.175	10,0	69.856	25,7	180.352
Jun/15	3,6	25.101	12,4	87.530	9,8	69.123	25,8	181.753
Set/15	3,5	25.780	13,2	95.844	9,9	71.822	26,6	193.446

Tabela 61. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR¹

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Dez/13	16,6	19.647	61,1	72.295	47,7	56.383	125,4	148.325
Mar/14	18,2	20.485	64,5	72.384	51,4	57.669	134,1	150.538
Jun/14	17,0	20.114	59,4	70.172	51,0	60.185	127,5	150.471
Set/14	16,8	20.757	62,5	77.275	50,7	62.729	129,9	160.761
Dez/14	15,8	20.039	63,0	79.759	52,9	66.969	131,7	166.767
Mar/15	16,6	21.322	69,3	89.175	54,3	69.856	140,1	180.352
Jun/15	19,6	25.101	68,4	87.530	54,0	69.123	142,0	181.753
Set/15	18,9	25.780	70,1	95.844	52,6	71.822	141,6	193.446

1 – Patrimônio de referência utilizado para setembro/15 foi de R\$ 136.634 milhões, referente ao conglomerado prudencial.

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 62. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ

Macrossetor	Saldos				Var. % s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Petroleiro	41.014	9,5	45.997	10,2	49.270	10,4	20,1	7,1
Metalurgia e Siderurgia	40.837	9,5	41.917	9,3	43.723	9,3	7,1	4,3
Administração Pública	26.898	6,2	33.017	7,3	40.526	8,6	50,7	22,7
Energia Elétrica	34.996	8,1	40.182	8,9	40.122	8,5	14,6	(0,1)
Alimentos de Origem Vegetal	37.079	8,6	35.732	7,9	37.302	7,9	0,6	4,4
Transportes	26.321	6,1	30.945	6,9	34.225	7,2	30,0	10,6
Automotivo	25.631	5,9	27.633	6,1	28.408	6,0	10,8	2,8
Serviços	25.714	6,0	24.371	5,4	25.226	5,3	(1,9)	3,5
Imobiliário	19.024	4,4	20.587	4,6	21.122	4,5	11,0	2,6
Comércio Varejista	19.356	4,5	19.217	4,3	19.384	4,1	0,1	0,9
Atividades Específicas da Construção	14.835	3,4	14.840	3,3	15.271	3,2	2,9	2,9
Alimentos de Origem Animal	14.154	3,3	14.824	3,3	14.519	3,1	2,6	(2,1)
Instituições e Serviços Financeiros	11.703	2,7	12.268	2,7	13.328	2,8	13,9	8,6
Têxtil e Confecções	13.080	3,0	12.475	2,8	12.378	2,6	(5,4)	(0,8)
Insumos Agrícolas	9.767	2,3	10.856	2,4	11.076	2,3	13,4	2,0
Papel e Celulose	10.856	2,5	10.779	2,4	10.945	2,3	0,8	1,5
Eletroeletrônico	10.893	2,5	9.648	2,1	10.074	2,1	(7,5)	4,4
Químico	9.498	2,2	9.291	2,1	9.686	2,1	2,0	4,3
Construção Pesada	8.285	1,9	8.978	2,0	8.817	1,9	6,4	(1,8)
Telecomunicações	9.703	2,3	8.342	1,8	7.844	1,7	(19,2)	(6,0)
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	7.582	1,8	6.851	1,5	6.930	1,5	(8,6)	1,2
Madeireiro e Moveleiro	6.813	1,6	6.836	1,5	6.685	1,4	(1,9)	(2,2)
Couro e Calçados	3.050	0,7	3.054	0,7	3.102	0,7	1,7	1,6
Bebidas	1.722	0,4	1.741	0,4	1.812	0,4	5,3	4,1
Demais Atividades	2.330	0,5	1.119	0,2	414	0,1	(82,2)	(63,0)
Total	431.141	100,0	451.502	100,0	472.189	100,0	9,5	4,6
Carteira de Crédito Interna	320.171		333.041		342.242			
Carteira de Crédito Externa	42.044		48.134		54.275			
Garantias	21.143		25.527		31.260			
TVM	47.783		44.800		44.412			
Total	431.141		451.502		472.189			

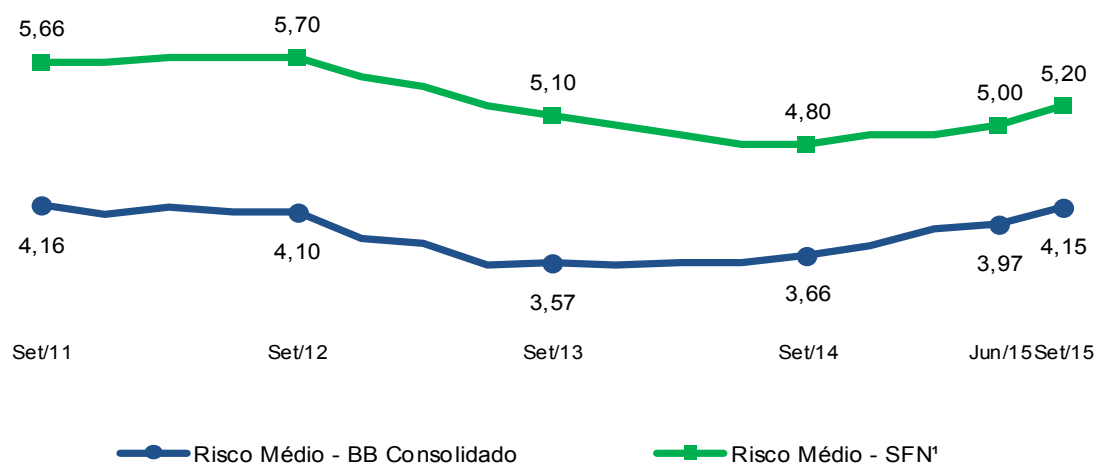
3.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O Banco do Brasil mantém um consistente processo de avaliação e acompanhamento do risco de crédito nas operações realizadas com clientes. O principal indicador de qualidade da carteira de crédito é o Risco Médio, que demonstra a relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O patamar continua bastante inferior ao do SFN.

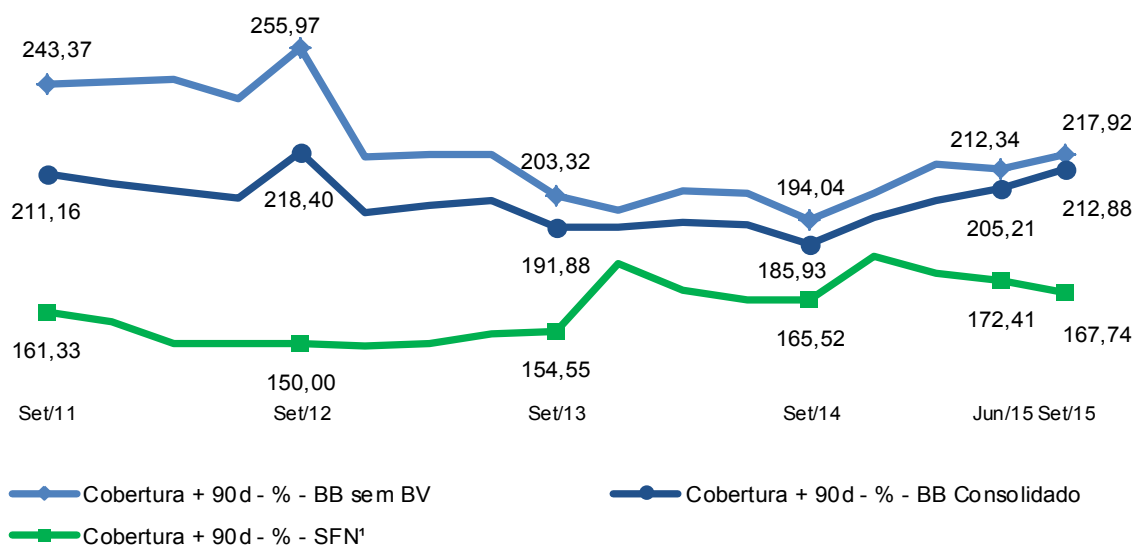
Figura 23. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 – Indicador elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura superior ao registrado pelo SFN. É válido ressaltar que o Banco possui níveis de provisões suficientes para suportar eventuais mudanças de cenários, como elevação do nível de inadimplência.

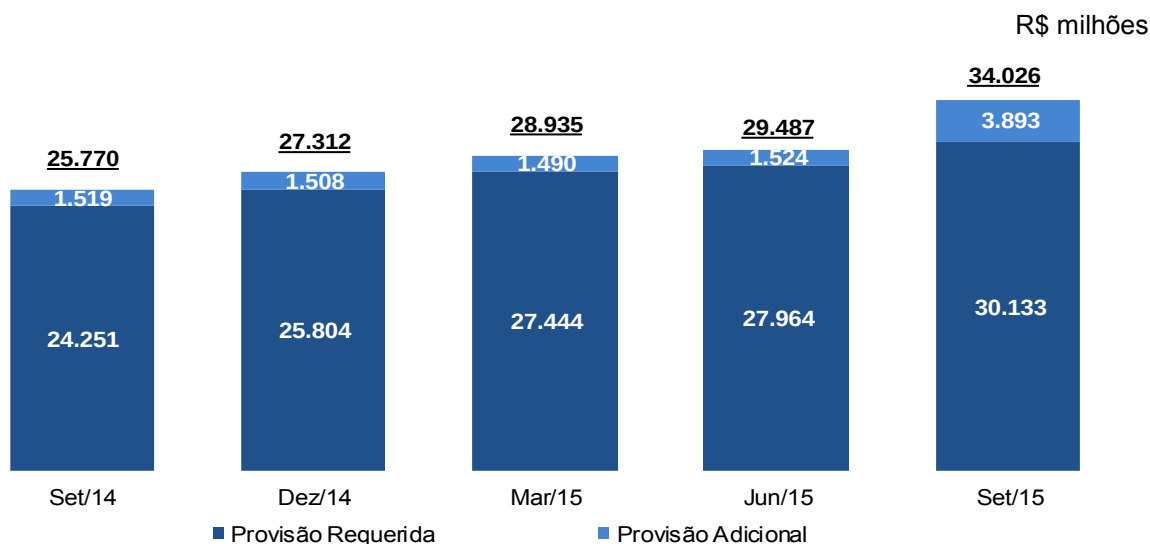
Figura 24. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



1 – Indicador elaborado através do Índice de Risco Médio, disponível no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.

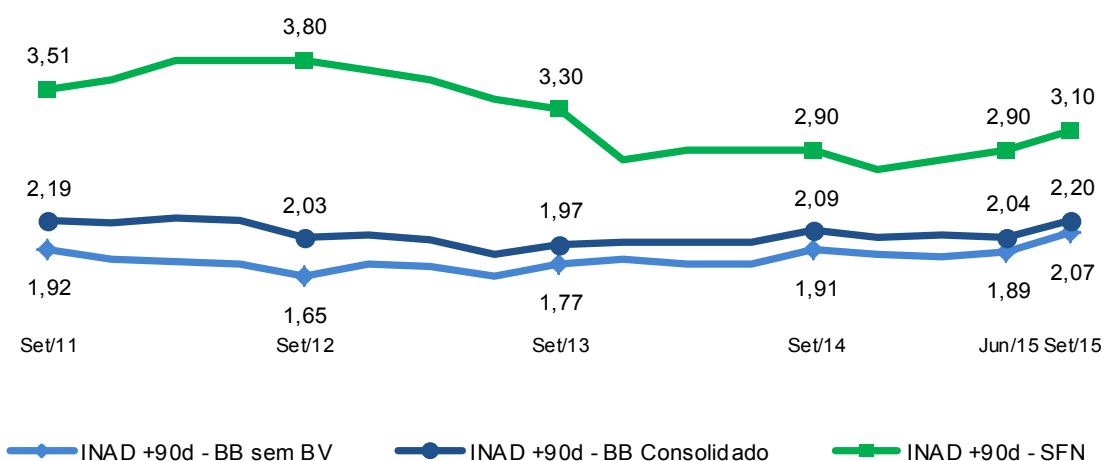
Na figura a seguir, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é detalhada segregando-se as provisões requerida e adicional. No padrão contábil BR GAAP, o Banco do Brasil realiza provisão de crédito sobre sua carteira seguindo o modelo estatístico de provisão de risco conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, como forma de provisão requerida. A provisão adicional é constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

Figura 25. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada



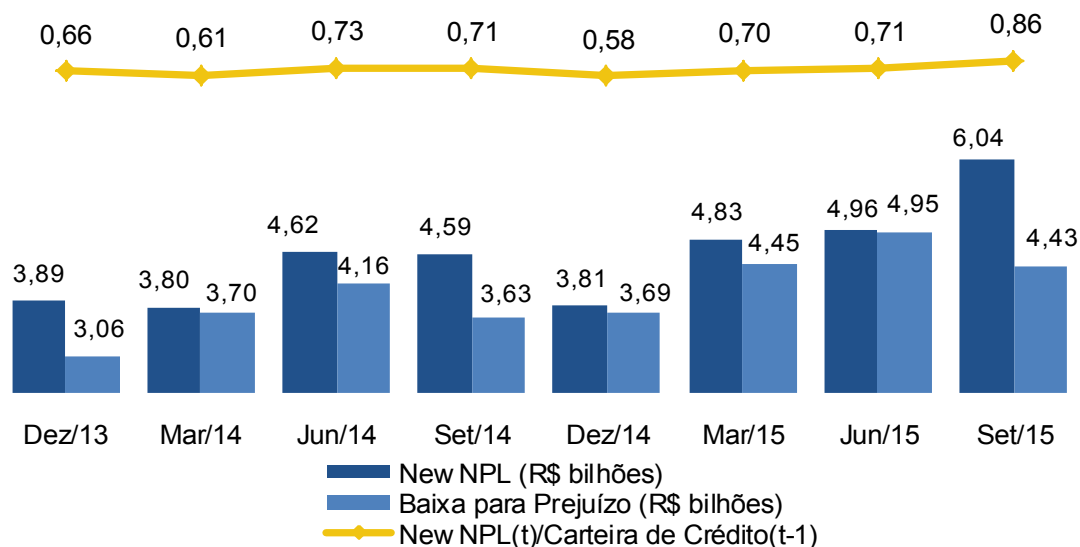
Historicamente, o BB apresenta índice de inadimplência inferior ao do SFN, conforme demonstrado na figura a seguir. O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada. Na figura a seguir são apresentadas a inadimplência da carteira de crédito classificada e essa sem os saldos do BV.

Figura 26. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada sem BV



No gráfico a seguir é possível observar o indicador New NPL/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre imediatamente anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco e com mais de 180 dias de atraso, não sendo admitido o registro em período inferior.

Figura 27. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada

Os resultados alcançados com a gestão do risco da carteira de crédito, aliados ao baixo índice de inadimplência e histórico de cobertura da PCLD elevado, têm permitido o contínuo aprimoramento das metodologias de classificação de risco das operações de crédito do Banco.

Tabela 63. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	377.220	-	56,9	389.415	-	55,3	396.589	-	54,6
A	105.009	525	15,8	120.627	603	17,1	126.895	634	17,5
B	120.179	1.202	18,1	121.298	1.213	17,2	126.209	1.262	17,4
C	25.857	776	3,9	32.349	970	4,6	34.029	1.021	4,7
D	4.172	417	0,6	5.713	571	0,8	6.042	604	0,8
E	8.950	2.685	1,4	10.431	3.129	1,5	10.519	3.156	1,4
F	3.265	1.632	0,5	3.757	1.878	0,5	3.966	1.983	0,5
G	3.349	2.344	0,5	4.166	2.916	0,6	3.791	2.654	0,5
H	14.670	14.670	2,2	16.682	16.682	2,4	18.819	18.819	2,6
Total	662.670	24.251	100,0	704.438	27.964	100,0	726.860	30.133	100,0
AA-C	628.265	2.503	94,8	663.690	2.787	94,2	683.722	2.917	94,1
D-H	34.406	21.749	5,2	40.749	25.177	5,8	43.137	27.216	5,9

Na próxima tabela é apresentada a PCLD na visão anual e trimestral, bem como a carteira classificada média, a recuperação de crédito e o seu impacto nas despesas de PCLD, além dos indicadores de despesa sobre a carteira. Apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 64. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV

R\$ milhões, exceto quando indicado	Saldo					Var. %	
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	s/ 3T14	s/ 2T15
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(17.510)	(18.531)	(20.343)	(21.303)	(23.139)	32,1	8,6
(B) BB sem BV	(15.703)	(17.105)	(18.974)	(20.061)	(21.665)	38,0	8,0
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(4.571)	(5.203)	(5.999)	(5.530)	(6.407)	40,2	15,9
(D) BB sem BV	(4.266)	(4.867)	(5.655)	(5.273)	(5.870)	37,6	11,3
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	628.665	648.265	663.951	678.950	693.941	10,4	2,2
(F) BB - 3 meses	653.417	673.270	691.089	701.664	712.580	9,1	1,6
(G) BB sem BV - 3 meses ¹	633.897	654.488	672.539	683.637	695.366	9,7	1,7
Recuperação de Crédito Parcelada							
(H) Trimestral	360	328	207	390	284	(21,1)	(27,0)
(I) 12 meses	1.140	1.214	1.171	1.285	1.209	6,1	(5,9)
Despesas de PCLD Líquida							
(C+H) Trimestral	(4.210)	(4.875)	(5.792)	(5.140)	(6.122)	45,4	19,1
(A+I) 12 meses	(16.370)	(17.317)	(19.172)	(20.018)	(21.930)	34,0	9,6
Índices de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,79	2,86	3,06	3,14	3,33	-	-
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,70	0,77	0,87	0,79	0,90	-	-
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,67	0,74	0,84	0,77	0,84	-	-

1 – Série revista

A seguir apresentamos resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns já mencionados anteriormente.

Tabela 65. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Carteira de Crédito Classificada	662.670	687.911	700.825	704.438	726.860
Operações Vencidas + 15 dias	22.949	23.486	30.149	25.674	30.748
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	3,46	3,41	4,30	3,64	4,23
Operações Vencidas + 60 dias	16.381	16.274	17.475	17.518	20.266
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	2,47	2,37	2,49	2,49	2,79
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	0,99	1,05	1,81	1,16	1,44
Operações Vencidas + 90 dias	13.860	13.979	14.354	14.369	15.984
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	2,09	2,03	2,05	2,04	2,20
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,37	1,38	2,25	1,60	2,03
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	2,90	2,70	2,80	2,90	3,10
Baixa para Prejuízo	3.632	3.695	4.451	4.946	4.427
Recuperação	(903)	(1.065)	(923)	(987)	(804)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	24,86	28,82	20,73	19,95	18,16
Saldo Perda	2.730	2.630	3.528	3.959	3.623
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	1,66	1,54	2,03	2,27	2,01
Provisão (Requerida + Adicional)	25.770	27.312	28.935	29.487	34.026
Provisão/Carteira de Crédito - %	3,89	3,97	4,13	4,19	4,68
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias - %	112,29	116,29	95,97	114,85	110,66
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias - %	157,32	167,82	165,57	168,33	167,89
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias - %	185,93	195,37	201,58	205,21	212,88

3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência de mais de 90 dias são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV, ou seja, corresponde a carteira de crédito pessoa física orgânica acrescida da carteira adquirida.

Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	50.513	-	30,9	50.463	-	28,6	49.802	-	27,8
A	29.602	148	18,1	47.576	238	27,0	49.411	247	27,6
B	55.477	555	34,0	53.256	532	30,2	56.263	563	31,4
C	15.913	477	9,7	13.402	402	7,6	12.471	374	7,0
D	1.736	174	1,1	2.259	226	1,3	1.739	174	1,0
E	2.888	866	1,8	1.852	556	1,1	1.713	514	1,0
F	1.294	647	0,8	1.115	557	0,6	1.082	541	0,6
G	890	623	0,5	1.096	767	0,6	1.010	707	0,6
H	5.011	5.011	3,1	5.152	5.152	2,9	5.453	5.453	3,0
Total	163.324	8.501	100,0	176.171	8.430	100,0	178.944	8.572	100,0
AA-C	151.505	1.180	92,8	164.698	1.172	93,5	167.948	1.184	93,9
D-H	11.819	7.321	7,2	11.473	7.258	6,5	10.996	7.388	6,1

Tabela 67. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Carteira de Crédito Classificada PF	163.324	167.615	170.349	176.171	178.944
Provisão Inicial	8.255	8.501	8.601	8.801	8.430
1 - Migração de Risco	1.486	1.440	1.495	669	1.276
a) Piora de Risco	2.545	2.391	2.335	2.323	2.053
b) Melhora de Risco	(1.059)	(950)	(840)	(1.654)	(776)
2 - Contratações	217	230	211	283	290
3 - Perdas	(1.136)	(1.190)	(1.205)	(1.051)	(1.080)
Total (1 + 2 + 3)	567	480	501	(98)	487
Outros Impactos ¹	(321)	(380)	(302)	(273)	(345)
Provisão Final	8.501	8.601	8.801	8.430	8.572
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	8.501	8.601	8.801	8.430	8.572
Fluxo da Provisão	1.382	1.291	1.405	680	1.221
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	1.382	1.291	1.405	680	1.221
Provisão / Carteira - %	5,21	5,13	5,17	4,79	4,79
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,85	0,77	0,82	0,39	0,68
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	4,32	4,26	4,60	4,47	4,79
Op. Vencidas +90 dias/Carteira	2,39	2,30	2,20	2,16	2,17

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Destaque para a queda de inadimplência nas linhas de CDC Consignação e CDC Salário nas comparações trimestral e em 12 meses.

Tabela 68. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – Em % por Linha de Crédito

	Set/14		Jun/15		Set/15	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Física	2,39	100,0	2,16	100,0	2,17	100,0
CDC Consignação	1,51	37,6	1,32	36,0	1,31	35,7
CDC Salário	2,79	11,0	2,61	10,7	2,28	10,9
Financiamento Imobiliário	0,53	15,7	1,22	18,6	1,17	19,7
Financiamento de Veículos	0,89	14,4	0,79	13,8	0,82	12,9

Acompanhamento por Safras

Nos gráficos seguintes é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, permitindo avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

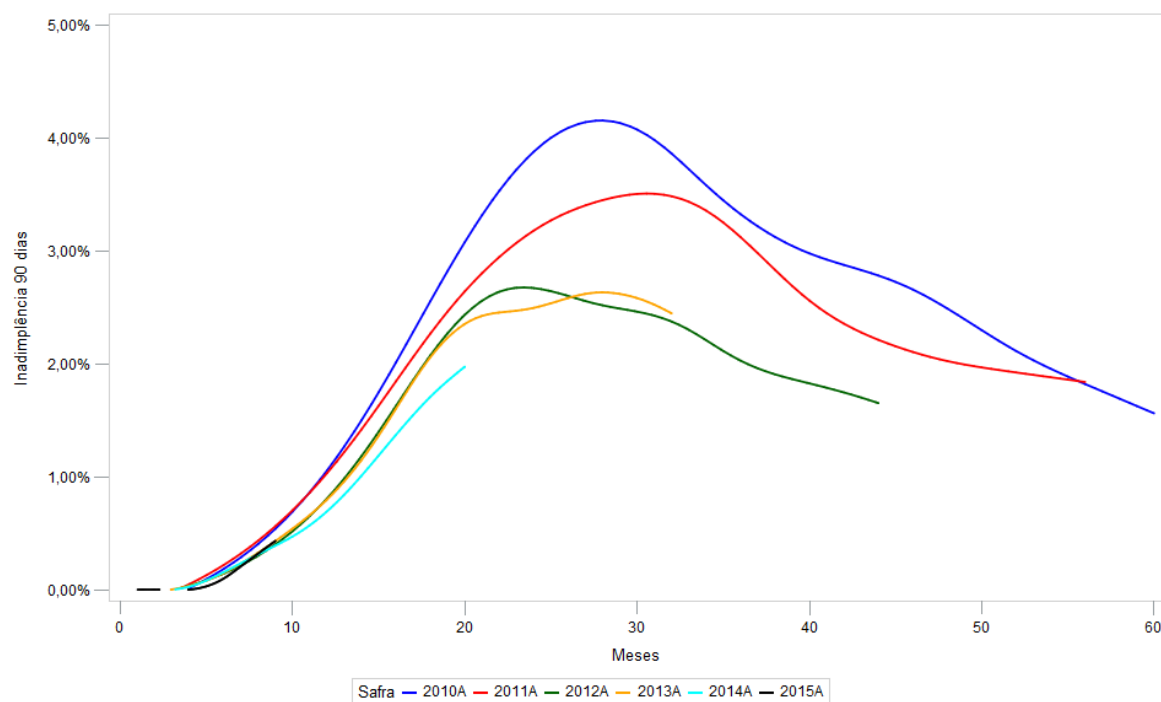
Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

O acompanhamento demonstra que as operações mais recentes apresentam uma curva de inadimplência mais favorável do que aquelas contratadas em períodos anteriores.

Esses resultados espelham o aperfeiçoamento constante nos modelos de análise, concessão e acompanhamento do crédito. As inflexões apresentadas nas curvas da figura referem-se às cessões de créditos.

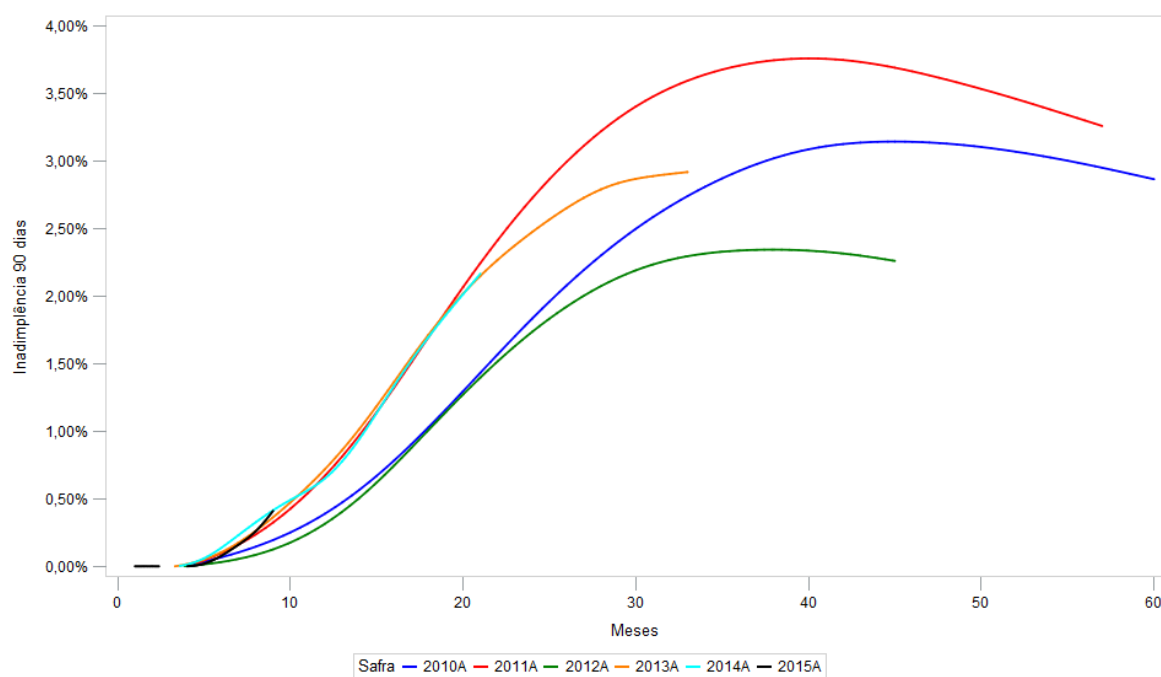
O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados. É possível observar que a safra 2014 apresenta melhor desempenho se comparada às safras anteriores.

Figura 28. Safra Anual – Crédito Pessoa Física



O próximo gráfico apresenta a safra anual da carteira própria de financiamento de veículos:

Figura 29. Safra Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos



3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV.

Tabela 69. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	199.194	-	72,9	195.715	-	68,6	198.675	-	68,3
A	31.088	155	11,4	35.161	176	12,3	31.810	159	10,9
B	25.905	259	9,5	29.965	300	10,5	32.352	324	11,1
C	3.677	110	1,3	5.971	179	2,1	6.958	209	2,4
D	1.237	124	0,5	2.182	218	0,8	2.926	293	1,0
E	2.434	730	0,9	4.478	1.343	1,6	5.163	1.549	1,8
F	1.268	634	0,5	1.976	988	0,7	2.116	1.058	0,7
G	1.479	1.035	0,5	1.983	1.388	0,7	1.889	1.322	0,6
H	6.914	6.914	2,5	7.906	7.906	2,8	9.083	9.083	3,1
Total	273.198	9.962	100,0	285.338	12.499	100,0	290.972	13.996	100,0
AA-C	259.865	525	95,1	266.812	655	93,5	269.794	691	92,7
D-H	13.333	9.438	4,9	18.526	11.844	6,5	21.178	13.305	7,3

Tabela 70. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Carteira de Crédito Classificada PJ	273.198	283.827	286.679	285.338	290.972
Provisão Inicial	9.158	9.962	10.924	11.538	12.499
1 - Migração de Risco	2.753	2.855	3.015	3.559	3.469
a) Piora de Risco	3.237	3.195	3.337	4.216	4.114
b) Melhora de Risco	(484)	(341)	(322)	(657)	(645)
2 - Contratações	178	556	265	608	601
3 - Perdas	(1.739)	(1.870)	(2.528)	(2.848)	(2.335)
Total (1 + 2 + 3)	1.193	1.541	753	1.319	1.734
Outros Impactos ¹	(388)	(579)	(139)	(359)	(237)
Provisão Final	9.962	10.924	11.538	12.499	13.996
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	9.962	10.924	11.538	12.499	13.996
Fluxo da Provisão	2.543	2.832	3.142	3.809	3.833
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	2.543	2.832	3.142	3.809	3.833
Provisão / Carteira - %	3,65	3,85	4,02	4,38	4,81
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,93	1,00	1,10	1,33	1,32
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	4,07	3,90	4,69	4,50	5,62
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira	2,68	2,59	2,52	2,72	3,10

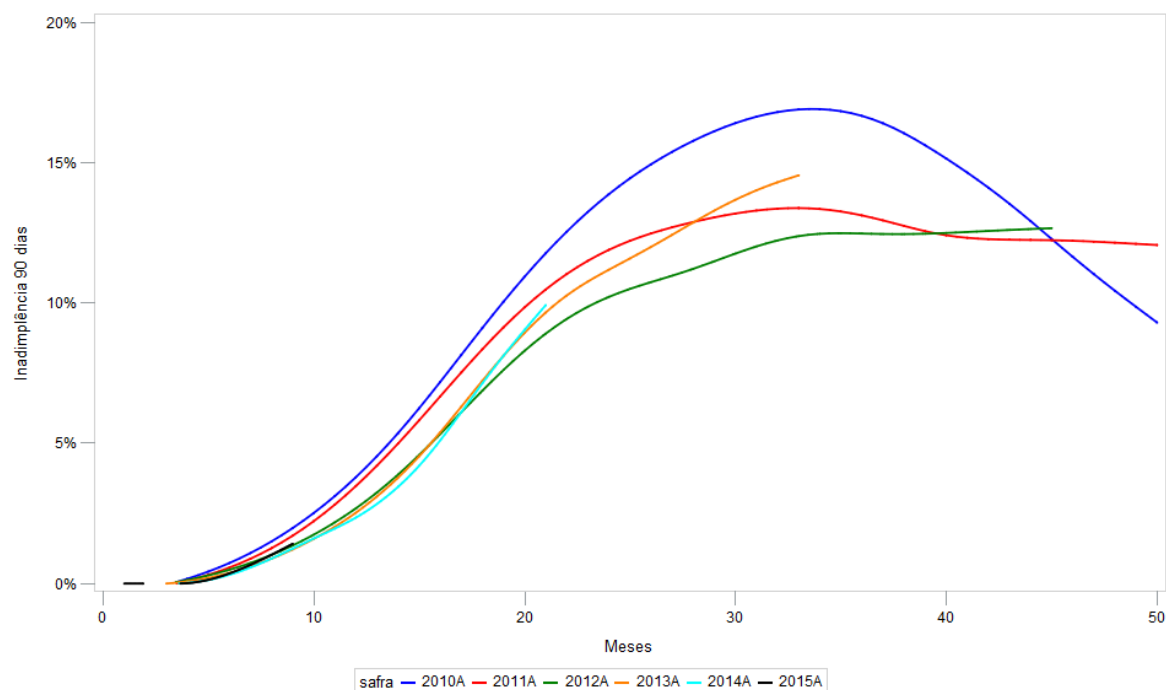
1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinados aos clientes pessoas jurídicas do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 71. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – Em % por Linha de Crédito

	Set/14		Jun/15		Set/15	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Jurídica	2,68	100,0	2,72	100,0	3,10	100,0
Capital de Giro	2,54	53,0	2,44	51,8	2,58	51,9
Investimento	0,91	22,6	0,91	22,8	1,23	22,9
Recebíveis	3,65	6,1	4,60	4,7	4,60	4,4
ACC/ACE	0,25	4,2	0,44	5,2	0,28	5,5

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 30. Safra Anual – Carteira MPE

3.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 72. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	89.957	-	57,4	103.053	-	61,6	106.613	-	62,4
A	27.097	135	17,3	20.891	104	12,5	20.974	105	12,3
B	30.961	310	19,7	32.176	322	19,2	31.662	317	18,5
C	2.970	89	1,9	3.731	112	2,2	4.293	129	2,5
D	530	53	0,3	581	58	0,3	759	76	0,4
E	3.041	912	1,9	3.684	1.105	2,2	3.257	977	1,9
F	386	193	0,2	459	229	0,3	554	277	0,3
G	241	168	0,2	366	256	0,2	426	298	0,2
H	1.637	1.637	1,0	2.310	2.310	1,4	2.381	2.381	1,4
Total	156.819	3.498	100,0	167.251	4.497	100,0	170.919	4.560	100,0
AA-C	150.984	534	96,3	159.851	538	95,6	163.542	550	95,7
D-H	5.835	2.964	3,7	7.400	3.959	4,4	7.377	4.009	4,3

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes do agronegócio e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 73. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

	Set/14		Jun/15		Set/15	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Agronegócios	0,59	100,0	0,73	100,0	0,84	100,0
Pronaf	1,05	21,3	0,97	22,5	1,10	22,2
Custeio Agropecuário	0,66	18,6	1,02	17,3	1,25	16,7
Pronamp	0,60	13,0	1,08	13,1	1,23	13,0
BNDES/Finame Rural	0,28	6,1	0,24	6,3	0,33	6,0

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a movimentação da PCLD relativa a tais operações.

Tabela 74. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	53.384	-	48,6	63.077	-	52,7	62.192	-	52,0
A	20.633	103	18,8	17.637	88	14,7	17.753	89	14,8
B	27.866	279	25,3	28.789	288	24,1	28.883	289	24,1
C	2.472	74	2,2	3.180	95	2,7	3.754	113	3,1
D	456	46	0,4	498	50	0,4	749	75	0,6
E	2.930	879	2,7	3.520	1.056	2,9	3.136	941	2,6
F	376	188	0,3	416	208	0,3	535	267	0,4
G	235	165	0,2	341	238	0,3	396	277	0,3
H	1.586	1.586	1,4	2.215	2.215	1,9	2.284	2.284	1,9
Total	109.939	3.320	100,0	119.673	4.239	100,0	119.682	4.335	100,0
AA-C	104.355	456	94,9	112.683	471	94,2	112.581	490	94,1
D-H	5.583	2.864	5,1	6.990	3.767	5,8	7.100	3.845	5,9

Tabela 75. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	109.939	116.851	117.806	119.673	119.682
Provisão Inicial	3.301	3.320	3.701	4.200	4.239
1 - Migração de Risco	444	684	866	593	645
a) Piora de Risco	1.047	1.312	1.531	1.561	1.302
b) Melhora de Risco	(603)	(627)	(665)	(967)	(657)
2 - Contratações	68	68	41	60	64
3 - Perdas	(367)	(282)	(340)	(498)	(432)
Total (1 + 2 + 3)	144	470	568	155	277
Outros Impactos ¹	(125)	(88)	(69)	(117)	(180)
Provisão Final	3.320	3.701	4.200	4.239	4.335
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	3.320	3.701	4.200	4.239	4.335
Fluxo da Provisão	386	664	839	536	528
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	386	664	839	536	528
Provisão / Carteira - %	3,02	3,17	3,57	3,54	3,62
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,35	0,57	0,71	0,45	0,44

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 76. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	36.572	-	78,0	39.977	-	84,0	44.422	-	86,7
A	6.463	32	13,8	3.254	16	6,8	3.221	16	6,3
B	3.096	31	6,6	3.387	34	7,1	2.779	28	5,4
C	498	15	1,1	551	17	1,2	539	16	1,1
D	75	7	0,2	82	8	0,2	10	1	0,0
E	111	33	0,2	165	49	0,3	121	36	0,2
F	10	5	0,0	43	22	0,1	19	9	0,0
G	5	4	0,0	25	18	0,1	30	21	0,1
H	51	51	0,1	95	95	0,2	97	97	0,2
Total	46.881	179	100,0	47.578	258	100,0	51.237	225	100,0
AA-C	46.629	78	99,5	47.168	67	99,1	50.961	60	99,5
D-H	252	100	0,5	410	192	0,9	277	165	0,5

Tabela 77. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	46.881	46.789	44.713	47.578	51.237
Provisão Inicial	145	179	220	254	258
1 - Migração de Risco	40	56	52	44	11
a) Piora de Risco	53	72	60	92	44
b) Melhora de Risco	(12)	(16)	(8)	(48)	(33)
2 - Contratações	10	12	24	24	5
3 - Perdas	(12)	(7)	(28)	(16)	(42)
Total (1 + 2 + 3)	38	60	48	51	(26)
Outros Impactos ¹	(5)	(19)	(14)	(47)	(8)
Provisão Final	179	220	254	258	225
Provisão Exigida (Res. CMN nº 2.682)	179	220	254	258	225
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	45	48	63	21	8
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	45	48	63	21	8
Provisão / Carteira - %	0,38	0,47	0,57	0,54	0,44
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,10	0,10	0,14	0,04	0,02

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007, com saldo total de R\$ 5.092 milhões em setembro/15. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Na tabela a seguir, a carteira de crédito classificada de agronegócios é segregada em operações prorrogadas e não prorrogadas. Verifica-se que as operações em atraso acima de 90 dias (risco BB+Terceiros) representam 0,71% da carteira total não prorrogada em setembro/15, enquanto que esse mesmo indicador para as operações prorrogadas alcançou 4,55%.

Tabela 78. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão	Atraso 90	Saldo	Provisão	Atraso 90
AA	105.819	-	34	795	-	-
A	20.295	101	-	679	3	-
B	30.139	301	-	1.523	15	-
C	3.795	114	9	498	15	4
D	545	54	13	215	21	8
E	2.674	802	186	583	175	41
F	411	205	117	143	71	29
G	317	222	99	110	77	17
H	1.833	1.833	758	548	548	132
Total	165.827	3.634	1.183	5.092	926	232
A-C	54.229	517	9	2.700	34	4
D-H	5.780	3.117	1.174	1.598	892	227

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na tabela seguinte são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

Tabela 79. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
Carteira de Crédito Classificada	156.819	163.640	162.519	167.251	170.919
Provisão	3.498	3.921	4.455	4.497	4.560
Operações Vencidas + 15 dias	1.691	1.955	2.091	2.156	2.895
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	1,08	1,19	1,29	1,29	1,69
Operações Vencidas + 90 dias	925	1.130	1.330	1.213	1.442
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - % ¹	0,59	0,69	0,82	0,73	0,84
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,23	2,40	2,74	2,69	2,67
Baixa para Prejuízo	380	292	368	462	474
 Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	 151.563	 158.409	 157.243	 162.043	 165.827
Provisão	2.588	2.996	3.502	3.560	3.634
Operações Vencidas + 90 dias	707	905	1.105	1.045	1.217
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	0,47	0,57	0,70	0,64	0,73
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,71	1,89	2,23	2,20	2,19
Baixa para Prejuízo	272	204	279	336	398
 Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	 5.256	 5.231	 5.276	 5.208	 5.092
Provisão	910	925	952	937	926
Operações Vencidas + 90 dias	220	214	231	191	232
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	4,19	4,10	4,37	3,66	4,55
Provisão/Operações Prorrogadas - %	17,32	17,69	18,05	17,99	18,18
Baixa para Prejuízo	108	88	89	126	75
 Simulação Op. não Pror. sem Efeito Arrasto das Pror.					
a - Risco BB + Terceiros	151.563	158.409	157.243	162.043	165.827
b - Provisão	671	874	1.073	1.011	1.183
Risco Médio (b/a) - %	0,44	0,55	0,68	0,62	0,71

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV

As tabelas a seguir demonstram a carteira de crédito no exterior e a carteira do BV por nível de risco, respectivamente.

Tabela 80. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	36.099	-	71,3	39.333	-	67,1	41.205	-	59,6
A	8.446	42	16,7	8.893	44	15,2	15.509	78	22,4
B	5.164	52	10,2	5.087	51	8,7	5.712	57	8,3
C	354	11	0,7	4.596	138	7,8	5.730	172	8,3
D	63	6	0,1	83	8	0,1	72	7	0,1
E	265	80	0,5	45	13	0,1	123	37	0,2
F	25	13	0,0	11	6	0,0	7	3	0,0
G	7	5	0,0	254	178	0,4	15	11	0,0
H	199	199	0,4	318	318	0,5	746	746	1,1
Total	50.622	407	100,0	58.620	757	100,0	69.118	1.110	100,0
AA-C	50.063	104	98,9	57.909	233	98,8	68.156	307	98,6
D-H	559	302	1,1	712	524	1,2	962	804	1,4

Tabela 81. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim¹

R\$ milhões	Set/14			Jun/15			Set/15		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	1.457	-	6,4	851	-	5,0	294	-	1,7
A	8.776	44	47,6	8.106	41	47,5	9.191	46	54,4
B	2.672	27	14,5	813	8	4,8	220	2	1,3
C	2.943	88	16,0	4.649	139	27,3	4.578	137	27,1
D	606	61	3,3	608	61	3,6	545	55	3,2
E	322	97	1,7	372	112	2,2	263	79	1,6
F	291	145	1,6	196	98	1,1	208	104	1,2
G	733	513	4,0	467	327	2,7	451	316	2,7
H	908	908	4,9	996	996	5,8	1.157	1.157	6,8
Total	18.707	1.883	100,0	17.058	1.781	100,0	16.906	1.895	100,0
AA-C	15.848	159	84,7	14.419	188	84,5	14.282	185	84,5
D-H	2.860	1.724	15,3	2.638	1.593	15,5	2.624	1.710	15,5

1 – Não contempla o saldo das operações provenientes de cessão de crédito (Resolução CMN nº 3.533/2008). Representa a participação de 50% do BB no BV,

3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos

3.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em três fases: condução, cobrança e recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar a operação inadimplente, o que reduz os custos processuais e mantém o bom relacionamento com o cliente;
- III. A recuperação tem como finalidade minimizar as perdas e recuperar o maior montante possível.

3.3.2. O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios, que em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e recuperação, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade de regularização dos créditos em atraso, e são classificados como aqueles com:

- I. Alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto, cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e recuperação de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de recuperação ocorre em diversos canais, de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo decorrido.
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

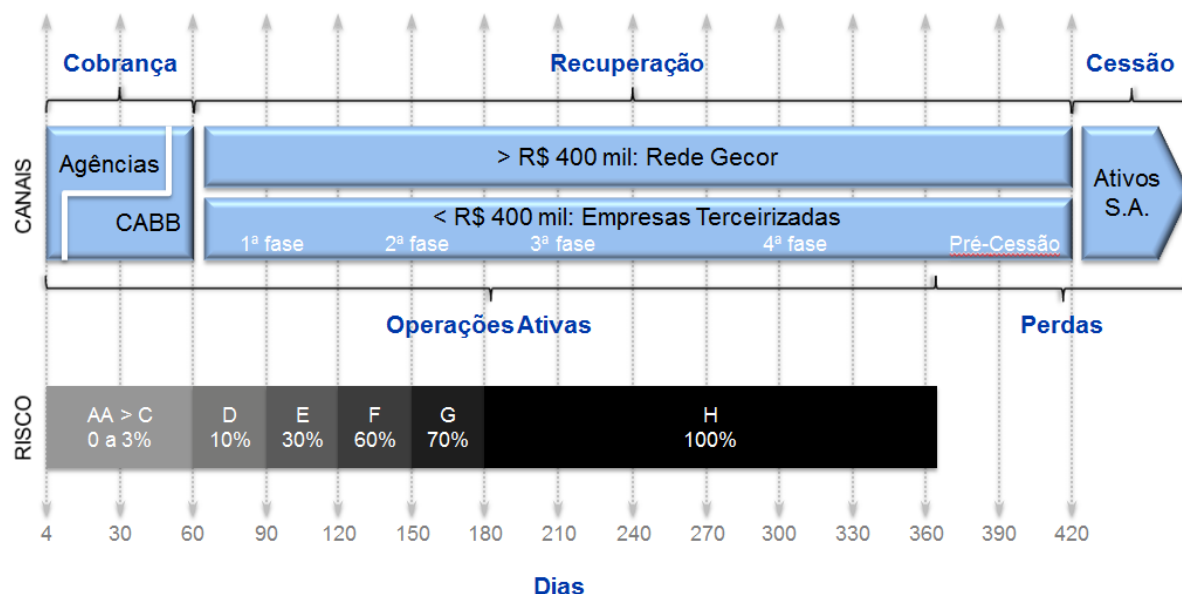
O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e recuperação, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza a cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

3.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos

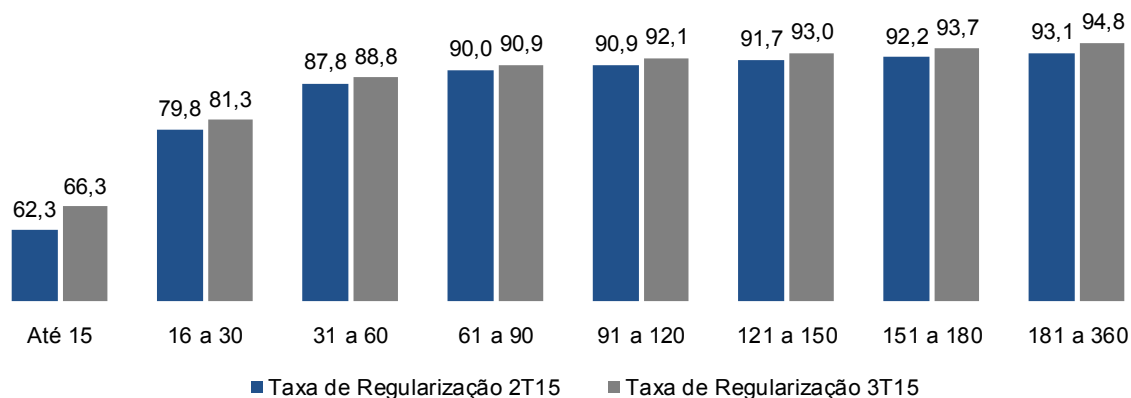
A utilização dos canais de cobrança e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 31. Canais de Cobrança e Recuperação¹

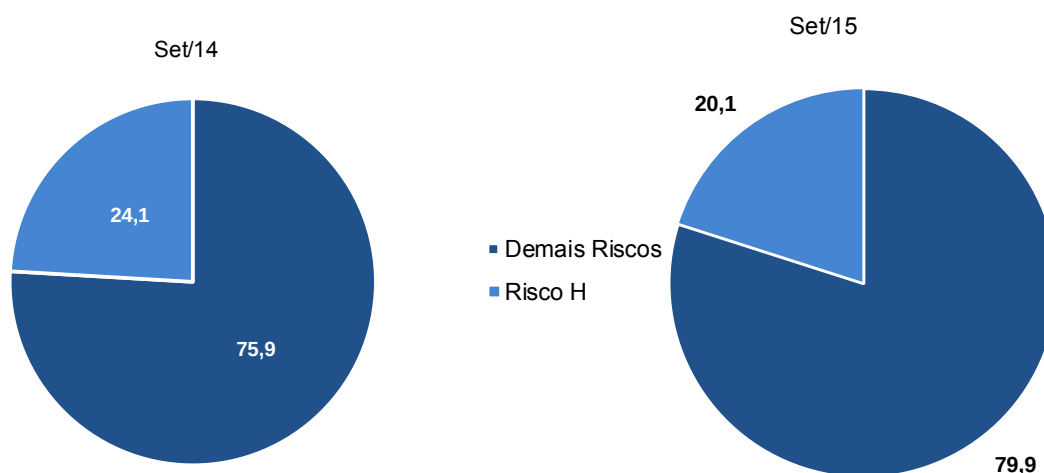
1 - Rede Gecor: refere-se ao conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos inadimplidos de clientes com endividamento superior a R\$ 400 mil.

3.3.4. Eficiência do Processo

Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e recuperação de créditos. Do volume de créditos que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores ao 3T15, 94,8% foi resolvido em até 360 dias.

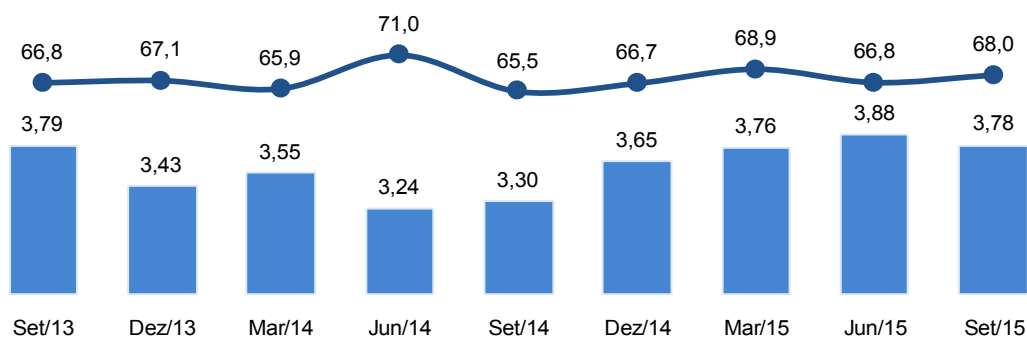
Figura 32. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %

O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso há mais de 90 dias, antes de serem enviados para perda, seguindo o fluxo de cobrança. Nos últimos doze meses foram cobrados e recuperados R\$ 12,3 bilhões em caixa, sendo que créditos em atraso classificados em risco H representaram 20,1% desse total. Os outros 79,9% foram cobrados e recuperados enquanto estavam em outros níveis de risco. Tanto o valor recebido quanto o percentual de recuperação nos demais níveis de risco são os maiores da série, reflexo do sucesso da estratégia de cobrança do Banco do Brasil.

Figura 33. Cobrança e Recuperação em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %

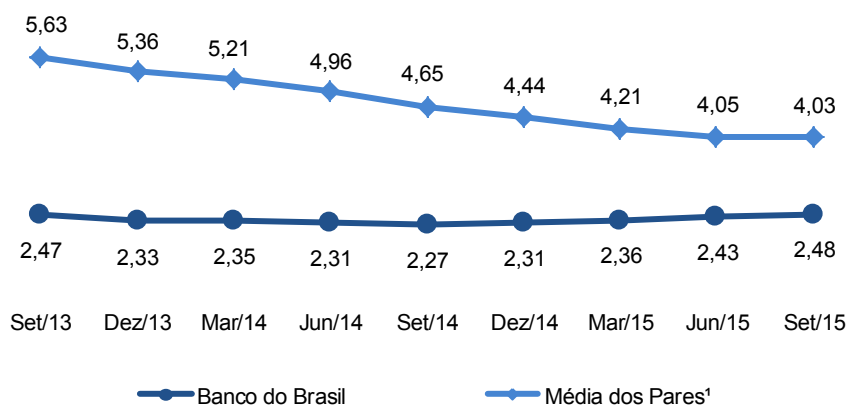
1 - Acumulado em 12 meses

Para os ativos em perdas, a estratégia das ações de recuperação é direcionada para recebimento à vista das operações inadimplidas, que não geram novas provisões de crédito. Nos últimos doze meses foram recuperados R\$ 3,8 bilhões pelo Conglomerado BB. Desse total, o montante de R\$ 2,6 bilhões foi recebido em caixa e R\$ 1,2 bilhão recuperado a prazo.

Figura 34. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista¹ - %

1 - Percentual de recuperação à vista revisito.

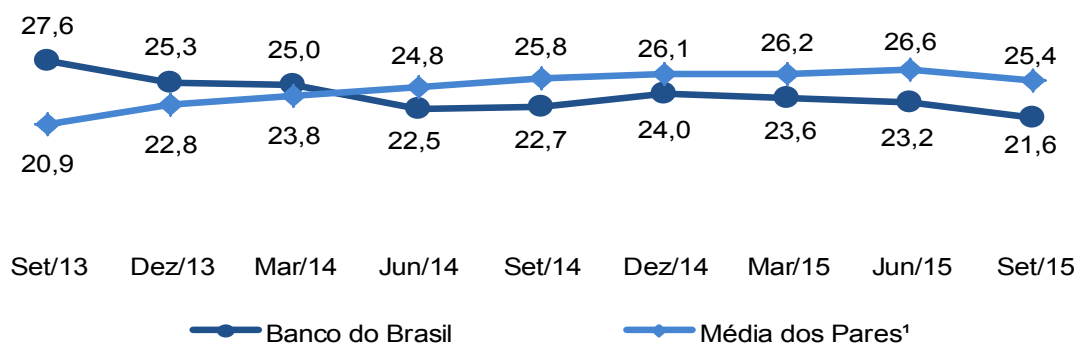
O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que os principais pares de mercado.

Figura 35. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada

1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Adicionalmente, o próximo gráfico demonstra a relação entre o montante de crédito recuperado e o total baixado para prejuízo, ambos acumulados em 12 meses.

Figura 36. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

3.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. O saldo dessa carteira inclui as operações do BV e, por outro lado, não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 3.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados – Operações Vincendas: operações contratadas para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Tabela 82. Carteira de Crédito Renegociada¹

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Créditos Renegociados	9.254	14.564	10.875	13.024	11.612
Renegociados por Atraso	1.081	2.052	1.947	3.689	3.921
Renovados - Operações Vincendas	8.173	12.512	8.928	9.335	7.691
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação					
Saldo Inicial	8.659	8.952	10.089	11.306	13.681
Contratações	1.081	2.052	1.947	3.689	3.921
Recebimento e Apropriação de Juros	(414)	(362)	(135)	(438)	(436)
Baixas para Prejuízo	(374)	(554)	(595)	(876)	(572)
Saldo Final (A)	8.952	10.089	11.306	13.681	16.595
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	5.362	5.931	6.302	6.823	7.718
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	1.629	1.446	1.602	1.746	2.490
Indicadores - %					
Provisão/Carteira (A/B)	59,9	58,8	55,7	49,9	46,5
Inadimplência + 90 dias/Carteira (C/A)	18,2	14,3	14,2	12,8	15,0
Índice de Cobertura (B/C)	329,1	410,1	393,4	390,8	310,0

1 - Conforme Nota Explicativa 10.k – Créditos Renegociados

4 - Captações

O Banco do Brasil manteve a estratégia de seu *mix* de captações visando redução de custos. Destaque para a evolução em doze meses das linhas: Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Operações Compromissadas com Títulos Privados e Letras de Créditos do Agronegócio (LCA). No trimestre, destaques para as linhas de Depósitos à Prazo e Depósitos de Poupança, crescimentos respectivos de 7,0 e 2,5 bilhões no período.

Tabela 83. Captações Comerciais

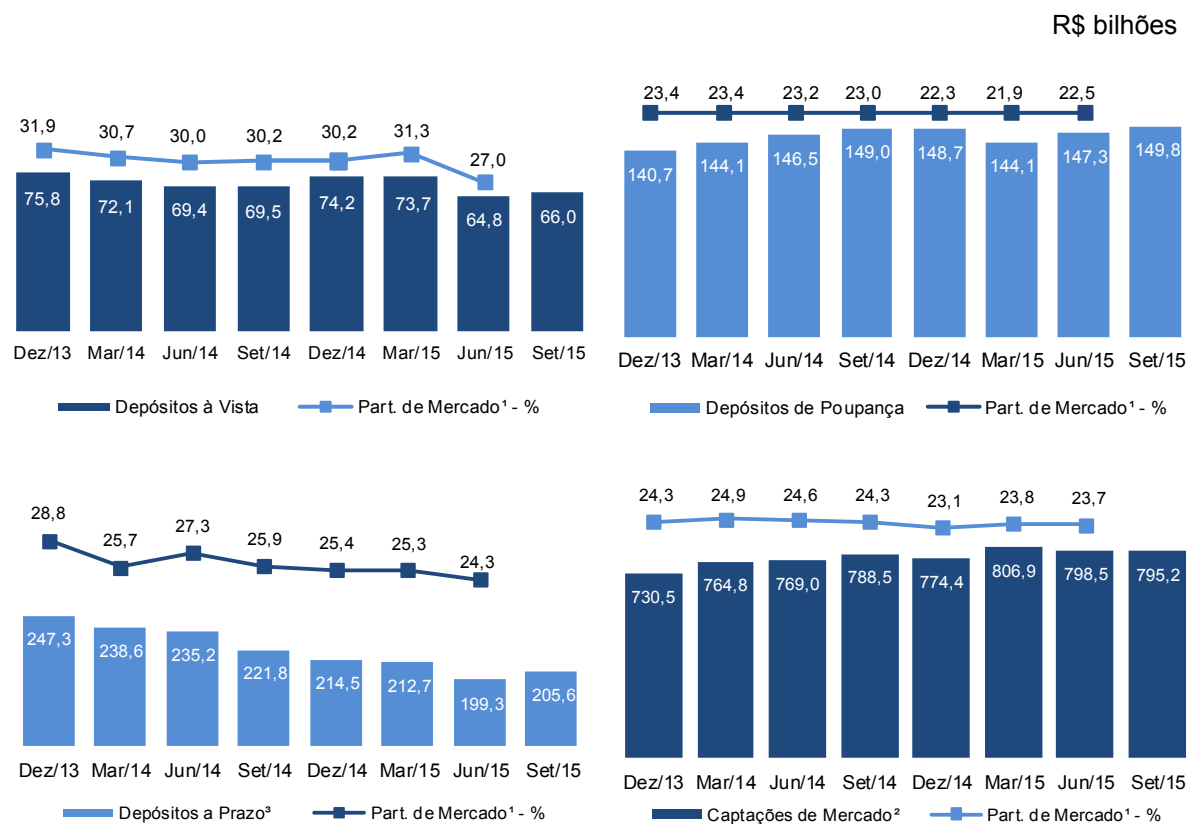
R\$ milhões	Saldos						Var. (%) s/	
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Depósitos de Poupança	148.996	23,9	147.306	22,9	149.764	22,6	0,5	1,7
Letras de Crédito do Agronegócio	105.520	16,9	133.897	20,8	135.896	20,5	28,8	1,5
Depósitos Judiciais	110.095	17,7	116.805	18,2	116.107	17,5	5,5	(0,6)
Depósitos a Prazo	111.682	17,9	82.535	12,9	89.537	13,5	(19,8)	8,5
Depósitos à Vista	69.521	11,1	64.761	10,1	66.026	10,0	(5,0)	2,0
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	41.184	6,6	43.955	6,8	44.671	6,7	8,5	1,6
Depósitos Interfinanceiros	28.531	4,6	34.223	5,3	42.404	6,4	48,6	23,9
Letras de Crédito Imobiliário ²	7.995	1,3	18.741	2,9	18.734	2,8	134,3	(0,0)
TOTAL	623.524	100,0	642.224	100,0	663.140	100,0	6,4	3,3

1 - A linha de Operações Compromissadas com Títulos Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - O saldo de LCI inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Figura 37. Participação de Mercado das Captações do BB



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes do relatório "50 Maiores" bancos do Banco Central. Posição: Jun/15;

2 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.

3 - Inclui os depósitos judiciais.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais.

Tabela 84. Captações Institucionais

R\$ milhões	Saldos						Var. (%) s/	
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Op. de Emp., Cessões e Repasses	117.596	58,8	125.907	57,8	129.026	55,2	9,7	2,5
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	31.920	16,0	38.357	17,6	48.210	20,6	51,0	25,7
Letras Financeiras	32.443	16,2	34.978	16,1	33.414	14,3	3,0	(4,5)
Dívida Subordinada no Exterior	8.670	4,3	11.210	5,1	13.374	5,7	54,3	19,3
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	4.807	2,4	5.660	2,6	7.851	3,4	63,3	38,7
CDBs Subordinados	4.637	2,3	1.752	0,8	1.815	0,8	(60,9)	3,6
TOTAL	200.071	100,0	217.864	100,0	233.690	100,0	16,8	7,3

O Banco do Brasil atingiu US\$ 50,0 bilhões de saldo em captações no exterior no ao final do 3T15.

Tabela 85. Captações no Exterior - Modalidade

US\$ milhões	Saldos						Var. (%) s/	
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Modalidade								
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	22.370	43,5	21.400	42,5	21.541	43,1	(3,7)	0,7
Interbancário	16.670	32,4	17.488	34,7	16.991	34,0	1,9	(2,8)
Pessoa Jurídica	8.373	16,3	7.236	14,4	7.177	14,4	(14,3)	(0,8)
Pessoa Física	3.229	6,3	3.532	7,0	3.549	7,1	9,9	0,5
Compromissadas	499	1,0	588	1,2	600	1,2	20,2	2,1
Outros	266	0,5	153	0,3	148	0,3	(44,5)	(3,6)
TOTAL	51.407	100,0	50.397	100,0	50.006	100,0	(2,7)	(0,8)

Tabela 86. Captações no Exterior - Produto

US\$ milhões	Saldos						Var. (%) s/	
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Produto								
Depósitos a Prazo	20.123	39,1	20.713	41,1	20.510	41,0	1,9	(1,0)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	22.370	43,5	21.400	42,5	21.541	43,1	(3,7)	0,7
Depósitos à Vista	3.039	5,9	3.037	6,0	2.803	5,6	(7,8)	(7,7)
Over	2.613	5,1	1.830	3,6	1.688	3,4	(35,4)	(7,8)
Depósitos de Poupança	1.301	2,5	1.320	2,6	1.291	2,6	(0,8)	(2,2)
Call Account	735	1,4	889	1,8	909	1,8	23,7	2,2
Compromissadas	499	1,0	588	1,2	600	1,2	20,2	2,1
Pledge	461	0,9	468	0,9	517	1,0	12,1	10,4
Special Account	266	0,5	153	0,3	148	0,3	(44,5)	(3,6)
TOTAL	51.407	100,0	50.397	100,0	50.006	100,0	(2,7)	(0,8)

A tabela a seguir apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. O volume das operações vigentes no exterior soma US\$ 16,6 bilhões em valores nominais.

Tabela 87. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Volume em US\$ milhões	Moeda	Prazo em anos	Cupom (%)	Frequência do Cupom	Preço de Emissão	Retorno p/ Investidor(%)	Spread s/ Treasury	Rating ¹ S&P/Moody's/Fitch	Estrutura
18/07/2007	187	BRL	10,0	9,750	Semestral	100,000	9,750	-	SR / Baa3 / SR	Sênior
29/04/2008	150	USD	7,2	5,250	Trimestral	100,000	5,250	-	BBB+ / Baa2 / SR	Securitização
20/10/2009	1.500	USD	Perpétuo	8,500	Semestral	100,000	8,500	-	SR / Ba2 / SR	Perpétuo
22/01/2010	500	USD	10,0	6,000	Semestral	99,451	6,074	237,5	BB+ / Baa3 / BBB	Sênior
05/10/2010	660	USD	10,0	5,375	Semestral	99,361	5,464	300,0	SR / Ba1 / SR	Subordinada Nível II
20/01/2011	1.009	EUR	5,0	4,500	Anual	99,453	4,625	mid-sw ap+200	BB+ / Baa3 / SR	Sênior
26/05/2011	1.500	USD	10,0	5,875	Semestral	98,695	6,044	287,5	SR / Ba1 / SR	Subordinada Nível II
23/11/2011	500	USD	5,0	3,875	Semestral	99,413	4,000	312,3	SR / Baa3 / SR	Sênior
20/01/2012	1.000	USD	Perpétuo	9,250	Semestral	100,000	9,250	732,7	B / SR / SR	Perpétuo
05/03/2012	750	USD	Perpétuo	9,250	Semestral	108,500	8,488	-	B / SR / SR	Perpétuo
19/06/2012	750	USD	10,0	5,875	Semestral	99,023	6,000	434,1	B+ / Ba1 / SR	Subordinada Nível II
10/10/2012	1.925	USD	10,0	3,875	Semestral	98,978	4,000	237,5	BB+ / Baa3 / BBB	Sênior
31/01/2013	2.000	USD	Perpétuo	6,250	Semestral	100,000	6,250	439,8	B / SR / SR	Perpétuo
25/07/2013	930	EUR	5,0	3,750	Anual	99,442	3,875	mid-sw ap+337.2	BB+ N / Baa3 / BBB	Sênior
20/12/2013	307	CHF	5,5	2,500	Anual	99,729	2,555	CHF mid-sw ap+190	BB+ / Baa3 / BBB	Sênior
26/03/2014	417	EUR	4,4	3,750	Anual	102,304	3,169	230,0	BB+ N / Baa3 / BBB	Sênior
18/06/2014	2.500	USD	Perpétuo	9,000	Semestral	100,000	9,000	636,2	B / Ba3 / SR	Perpétuo

1 – Os ratings das emissões foram revisados em 20/10/2015.

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados, com crescimento de 7,8% em doze meses e participação de 81,6% do total de usos.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, a tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse. Ao final de setembro/15, o índice atingiu 91,8%, demonstrando que a carteira de crédito do BB está adequada ao seu nível de captações comerciais.

Tabela 88. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Fontes	788.146	100,0	855.161	100,0	903.440	100,0	14,6	5,6
Captações Comerciais	623.524	79,1	642.224	75,1	663.140	73,4	6,4	3,3
Depósitos Totais	468.825	59,5	445.631	52,1	463.838	51,3	(1,1)	4,1
LCA + LCI	113.515	14,4	152.638	17,8	154.630	17,1	36,2	1,3
Operações Compromissadas com Títulos Privados ¹	41.184	5,2	43.955	5,1	44.671	4,9	8,5	1,6
Obrigações por Repasses no País	88.036	11,2	91.877	10,7	92.303	10,2	4,8	0,5
Obrigações no Exterior ²	65.622	8,3	80.724	9,4	104.191	11,5	58,8	29,1
Dívida Subordinada	42.417	5,4	42.628	5,0	43.856	4,9	3,4	2,9
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	27.990	3,6	32.775	3,8	38.350	4,2	37,0	17,0
Demais Letras Bancárias ⁴	9.637	1,2	9.719	1,1	7.301	0,8	(24,2)	(24,9)
IHCD no País	90	0,0	-	-	-	-	-	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.569	1,2	12.404	1,5	14.675	1,6	53,4	18,3
Depósitos Compulsórios	(78.739)	(10,0)	(57.190)	(6,7)	(60.376)	(6,7)	(23,3)	5,6
Usos	788.146	100,0	855.161	100,0	903.440	100,0	14,6	5,6
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) + (d)	683.982	86,8	720.029	84,2	737.528	81,6	7,8	2,4
Carteira de Crédito Classificada (b)	662.670	84,1	704.438	82,4	726.860	80,5	9,7	3,2
TVM Privados (c)	47.082	6,0	45.078	5,3	44.695	4,9	(5,1)	(0,8)
Provisão para Risco de Crédito (d)	(25.770)	(3,3)	(29.487)	(3,4)	(34.026)	(3,8)	32,0	15,4
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	566.296	71,9	594.121	69,5	608.503	67,4	7,5	2,4
Linhas de Repasse no País (e)	117.686	14,9	125.907	14,7	129.026	14,3	9,6	2,5
Recursos Disponíveis	104.164	13,2	135.132	15,8	165.912	18,4	59,3	22,8
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	145,9		161,6		159,0			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	109,7		112,1		111,2			
Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais	90,8		92,5		91,8			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	86,8		84,2		81,6			

1 - Abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) no Exterior.

3 - A partir do 3T14, inclui os recursos do IHCD País elegíveis a Capital Principal, conforme autorização do Bacen através do Ofício 15006/2014-BCB/DEORF/DIFIN.

4 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

5 - Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

A partir do 1T15 foi apresentada nova organização de parte das informações financeiras. Nesse novo formato, o capítulo será iniciado com a composição da Margem Financeira Bruta (MFB) e, em seguida, será analisada a constituição de cada uma de suas linhas.

No processo de revisão foram reavaliados conceitos utilizados para compor as linhas da Margem Financeira, de modo que foi necessário o ajuste da série histórica desde 2014.

É importante ressaltar que os saldos apresentados nas linhas de Receitas de Operação de Crédito, Despesas de Captação e Captação Institucional não consideram os efeitos de variação cambial, que são classificados gerencialmente na linha de Resultado de Tesouraria.

5.1. Margem Financeira Bruta

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 89. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Margem Financeira Bruta	12.602	13.684	14.364	14,0	5,0	36.863	41.870	13,6
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	21.455	23.750	25.599	19,3	7,8	62.202	72.126	16,0
Despesa Financeira de Captação	(8.993)	(10.378)	(11.700)	30,1	12,7	(25.340)	(31.460)	24,2
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(3.191)	(3.665)	(4.130)	29,4	12,7	(9.688)	(11.420)	17,9
Recuperação de Crédito	903	987	804	(11,0)	(18,5)	2.583	2.713	5,0
Resultado de Tesouraria ²	2.429	2.991	3.792	56,1	26,8	7.106	9.911	39,5

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Ao final dos 9M15, a Margem Financeira Bruta cresceu pelo desempenho dos seguintes itens:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito, incremento em virtude da maior rentabilidade da carteira e do maior volume de crédito na comparação 12 meses;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram devido ao aumento no volume de recursos captados e crescimento de 22,0% da taxa efetiva do CDI, respectivamente. A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria cresceu influenciado principalmente pelo aumento na média de saldo diário de TVM e da elevação de 21,2% da TMS efetiva.

5.2. Receita Financeira com operações de Crédito

Tabela 90. Receita Financeira de Operação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	21.455	23.750	25.599	19,3	7,8	62.202	72.126	16,0
Operações de Crédito - PF	8.114	8.917	9.347	15,2	4,8	23.665	26.580	12,3
Operações de Crédito - PJ	8.562	9.246	9.824	14,7	6,2	23.947	28.029	17,0
Operações de Crédito - Agronegócio	3.865	4.578	5.052	30,7	10,4	10.958	13.988	27,7
Receita de Equalização	1.406	1.802	2.004	42,5	11,2	3.889	5.606	44,1
Operações de Crédito - Rede Externa	744	815	1.120	50,5	37,5	2.977	2.871	(3,5)
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	127	107	123	(3,9)	14,3	467	338	(27,6)
Demais Operações de Crédito	7	48	84	-	73,3	80	187	133,9
Operações de Arrendamento Mercantil	34	38	49	44,0	30,6	108	131	21,3

No comparativo 9M a alta ocorreu devido à elevação na receita com crédito PJ, que foi influenciada principalmente pela maior rentabilidade da carteira.

5.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 91. Despesa de Captação¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Despesa Financeira de Captação²	(8.993)	(10.378)	(11.700)	30,1	12,7	(25.340)	(31.460)	24,2
Despesas de Captação com Depósitos	(7.674)	(7.537)	(8.272)	7,8	9,7	(22.414)	(23.034)	2,8
Depósitos a Prazo	(2.611)	(1.962)	(2.135)	(18,3)	8,8	(8.113)	(6.145)	(24,3)
Depósitos de Poupança	(2.542)	(2.645)	(2.944)	15,8	11,3	(7.218)	(8.084)	12,0
Depósitos Judiciais	(2.521)	(2.931)	(3.193)	26,7	9,0	(7.083)	(8.805)	24,3
Emissão de Títulos	(2.662)	(3.871)	(4.582)	72,1	18,4	(6.842)	(11.636)	70,1
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.486)	(3.417)	(4.075)	63,9	19,2	(6.383)	(10.290)	61,2
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(176)	(454)	(507)	187,9	11,8	(458)	(1.346)	193,6
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.503	1.195	1.322	(12,1)	10,6	4.390	3.707	(15,6)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(160)	(165)	(168)	4,9	1,9	(474)	(498)	5,0

1 – Não considera despesas de operações compromissadas com títulos privados;

2 – Série revisada a partir do 1T15 para ajustes de composição.

No comparativo 9M, aproximadamente 77% do crescimento nas despesas de captação ocorreram em LCA e LCI.

No caso das LCA, apesar da variação do taxa efetiva do CDI (9M14: 7,8%; 9M15: 9,6%), o principal motivador do crescimento das despesas foi o aumento de 32,7% na média de saldo diária (MSD).

A LCI apresenta tendência semelhante, com aproximadamente 90% do crescimento das despesas atribuído à elevação na MSD.

Na visão trimestral, o destaque também foi o aumento em despesas com LCA devido principalmente à elevação da taxa efetiva do CDI (2T15: 3,0%; 3T15: 3,4%).

5.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional. A composição da linha foi revisada, passando a considerar CDB Subordinado, TVM no Exterior, Letras Financeiras e Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, de forma a apresentar um conceito mais abrangente das despesas, excluindo variação cambial.

Tabela 92. Despesa de Captação Institucional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Despesa Financeira de Captação Institucional¹	(3.191)	(3.665)	(4.130)	29,4	12,7	(9.688)	(11.420)	17,9
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.345)	(1.535)	(1.810)	34,5	17,9	(4.651)	(4.866)	4,6
Letras Financeiras	(837)	(1.228)	(1.137)	35,8	(7,5)	(2.337)	(3.419)	46,3
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(468)	(482)	(640)	36,7	32,6	(1.168)	(1.638)	40,3
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(258)	(238)	(311)	20,5	30,7	(747)	(828)	10,9
Despesas com Dívida Subordinada no Exterior	(119)	(128)	(170)	43,0	32,6	(335)	(435)	29,8
CDB Subordinado	(165)	(54)	(63)	(61,7)	17,0	(451)	(234)	(48,2)

1 – Série revisada a partir do 1T15 para ajustes de composição.

Na comparação 9M14/9M15, as despesas de captação institucional cresceram principalmente devido ao aumento nas despesas com Letras Financeiras, devido à elevação na taxa efetiva do CDI.

No comparativo trimestral, destacam-se as despesas com operações de empréstimos, cessões e repasses, que cresceram influenciadas principalmente pela alta da TJLP (2T15: 6,0%; 3T15: 6,5%).

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 93. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	3T14			2T15			3T15		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos Totais	580.703	(10.515)	65,9	598.609	(11.620)	64,0	612.690	(13.110)	62,3
Depósitos a Prazo	115.584	(2.611)	82,3	86.490	(1.962)	74,8	87.056	(2.135)	71,4
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	109.194	(2.521)	84,0	117.077	(2.931)	82,5	117.661	(3.193)	79,0
Depósitos de Poupança	148.674	(2.542)	62,2	145.381	(2.645)	60,0	148.972	(2.944)	57,5
Letras de Crédito do Agronegócio	104.038	(2.486)	87,0	130.189	(3.417)	86,5	135.354	(4.075)	87,6
Letras de Crédito Imobiliário	8.168	(176)	78,5	18.953	(454)	78,9	18.782	(507)	78,6
Depósitos Interfinanceiros	27.477	(179)	23,7	34.331	(212)	20,4	39.393	(256)	18,9
Depósitos à Vista	67.569	-	-	66.188	-	-	65.471	-	-
Captações no Mercado Aberto¹	303.422	(8.231)	98,8	348.865	(10.652)	100,6	333.139	(11.787)	103,0
Total	884.125	(18.746)	77,2	947.474	(22.272)	77,5	945.828	(24.897)	76,6

1 – Não considera os Depósitos Interfinanceiros.

5.5. Receita de recuperação de Crédito

A receita de recuperação de crédito no 9M15 cresceu 5,0%. O menor crescimento comparado à variação de 13,6% na comparação 1S14/1S15 foi influenciada pela queda de 18,5% no 3T15.

Mais informações sobre o processo e saldos de operações de Recuperação de Crédito podem ser encontradas nos capítulos 3.2 e 3.3 desse relatório.

Tabela 94. Recuperação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Recuperação de Crédito	903	987	804	(11,0)	(18,5)	2.583	2.713	5,0

5.6. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 95. Resultado de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Resultado de Tesouraria	2.429	2.991	3.792	56,1	26,8	7.106	9.911	39,5
Res. Títulos e Valores Mobiliários	10.645	13.527	14.791	38,9	9,3	29.405	40.648	38,2
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(8.409)	(10.864)	(12.043)	43,2	10,9	(22.861)	(32.609)	42,6
Res. Fin. das Op. com Seg., Previd. e Capitaliz.	316	434	392	24,1	(9,7)	936	1.294	38,3
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(170)	(244)	404	-	-	(788)	305	-
Outros Componentes de Tesouraria ¹	47	138	248	427,3	80,1	414	273	(34,1)

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

O Resultado de Tesouraria subiu no 9M 2015 quando comparado a igual período de 2014. O destaque foi a elevação nos resultados com TVM, parcialmente compensados pela alta em despesas de captação no mercado aberto. Tendência semelhante pode ser percebida na visão trimestral.

A seguir, a análise dos componentes do resultado de tesouraria.

Resultado com TVM

O Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários foi impactado principalmente pelas aplicações interfinanceiras de liquidez, que se constituem majoritariamente em operações compromissadas.

No comparativo 9M, o crescimento de 21,5% na MSD dessas compromissadas responde por 56,2% da variação do resultado no período. O restante da variação foi impactado pela alta de 21,2% da TMS efetiva.

Na comparação 2T15/3T15, percebe-se uma dinâmica diferente, com a predominância da variação da taxa na movimentação da linha. No período, o aumento da taxa efetiva da TMS (2T15: 3,0%; 3T15: 3,4%) foi o principal determinante no aumento das receitas.

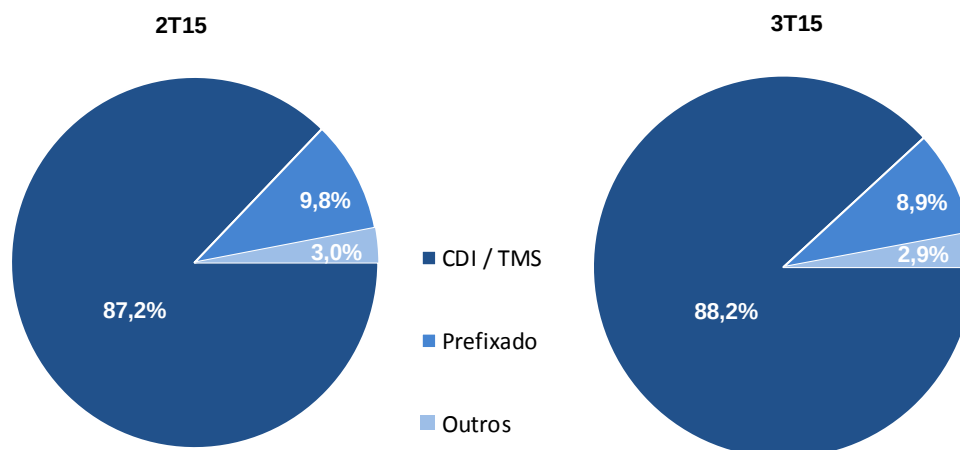
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações de todo o conglomerado (incluindo empresas não financeiras, BB Banco de Investimento, Banco Votorantim, subsidiárias e agências no exterior) apresentando apenas as operações classificadas pelo Banco Central como TVM/Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

Tabela 96. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/	
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14	
Res. Títulos e Valores Mobiliários	10.645	13.527	14.791	38,9	9,3	29.405	40.648	38,2	
Res. Títulos de Renda Fixa	10.546	13.401	14.706	39,4	9,7	29.113	40.331	38,5	
Aplicações Interf. de Liquidez	7.608	10.117	11.129	46,3	10,0	20.533	30.047	46,3	
Reavaliação - Curva	2.871	3.290	3.580	24,7	8,8	8.267	10.263	24,1	
Resultado das Negociações	120	(11)	(418)	-	-	155	(465)	-	
Marcação a Mercado	(69)	14	374	-	-	65	415	-	
Rendas no Exterior	16	(9)	42	152,7	-	92	70	(23,7)	
Demais	99	126	85	(14,3)	(32,8)	293	317	8,3	

A figura a seguir apresenta a classificação da carteira de títulos do Banco Múltiplo por tipo de indexador.

Figura 38. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



Como pode ser observado no gráfico acima, ocorreu um aumento da posição ativa do Banco Múltiplo em títulos pós-fixados atrelados a CDI/TMS, movimento que está em linha com as posições passivas do Banco em taxas pós-fixadas.

Como o gráfico apresenta a posição de títulos apenas do Banco Múltiplo, ele não necessariamente representa a exposição de todo o conglomerado.

As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 97. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	s/ Set/14	s/ Jun/15
Títulos e Valores Mobiliários	209.908	100,0	238.086	100,0	244.383	100,0	16,4	2,6
Títulos Disponíveis p/ Negociação	93.817	44,7	112.253	47,1	118.139	48,3	25,9	5,2
Títulos Disponíveis p/ Venda	100.356	47,8	107.459	45,1	108.855	44,5	8,5	1,3
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.735	7,5	18.374	7,7	17.389	7,1	10,5	(5,4)

Tabela 98. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Dez/13	63.913	31,7%	95.361	47,4%	27.623	13,7%	14.409	7,2%	201.306
Mar/14	72.194	36,9%	84.521	43,2%	26.145	13,4%	12.758	6,5%	195.618
Jun/14	76.774	36,9%	89.802	43,2%	29.098	14,0%	12.439	6,0%	208.113
Set/14	101.193	48,2%	75.255	35,9%	21.117	10,1%	12.342	5,9%	209.908
Dez/14	77.543	34,6%	94.768	42,3%	37.456	16,7%	14.387	6,4%	224.153
Mar/15	76.717	32,9%	96.419	41,4%	45.123	19,4%	14.845	6,4%	233.105
Jun/15	73.091	30,7%	113.362	47,6%	40.130	16,9%	11.503	4,8%	238.086
Set/15	68.320	28,0%	96.382	39,4%	68.267	27,9%	11.415	4,7%	244.383

Tabela 99. Instrumentos Financeiros Derivativos

R\$ milhões	Saldos		Var. (%) s/	
	Set/14	Jun/15	Set/15	Set/14 Jun/15
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.723	2.535	6.488	276,7 156,0

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 100. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Ativos de Liquidez (A)	542.217	100,0	613.952	100,0	619.682	100,0	14,3	0,9
Disponibilidades	13.961	2,6	17.056	2,8	19.773	3,2	41,6	15,9
Aplicações Interfinanceiras	317.820	58,6	357.325	58,2	349.196	56,4	9,9	(2,3)
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	210.435	38,8	239.571	39,0	250.714	40,5	19,1	4,7
Passivos de Liquidez (B)	348.254	100,0	387.095	100,0	373.769	100,0	7,3	(3,4)
Depósitos Interfinanceiros	28.531	8,2	34.223	8,8	42.404	11,3	48,6	23,9
Captações no Mercado Aberto	319.723	91,8	352.872	91,2	331.364	88,7	3,6	(6,1)
Saldo da Liquidez (A-B)	193.963		226.857		245.914		26,8	8,4

Captação no Mercado Aberto

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros.

Tabela 101. Despesa de Captação no Mercado Aberto

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(8.409)	(10.864)	(12.043)	43,2	10,9	(22.861)	(32.609)	42,6
Carteira de Terceiros	(6.842)	(9.017)	(9.640)	40,9	6,9	(18.138)	(26.546)	46,4
Carteira Própria	(1.377)	(1.625)	(2.124)	54,2	30,7	(4.082)	(5.321)	30,4
Depósitos Interfinanceiros	(179)	(212)	(256)	43,4	20,6	(606)	(680)	12,2
Carteira de Livre Movimentação	(11)	(10)	(20)	87,0	101,5	(34)	(34)	(0,8)
Outras Operações de Captação no Mercado	(1)	0	(3)	-	-	(1)	(28)	-

Na comparação 9M14/9M15, aproximadamente metade do aumento nas despesas de captação no mercado aberto pode ser atribuído à elevação de 19,7% na MSD de operações lastreadas em carteira de terceiros.

Comparando-se 2T15/3T15, a variação do CDI foi o principal influenciador no aumento das despesas.

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e hedge fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 102. Outros Componentes de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Outros Componentes de Tesouraria	47	138	248	427,3	80,1	414	273	(34,1)
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	674	(261)	3.246	-	-	(7)	4.807	-
Hedge Fiscal	447	(198)	2.593	-	-	140	3.623	-
Resultado de Operações de Câmbio	130	80	297	-	-	251	600	139,6
Outros Rec. Op. com Caract. de Interm.	26	37	(480)	-	-	432	(577)	-
Demais	(1.230)	480	(5.408)	-	-	(401)	(8.181)	-

Nos 9M15, a queda na linha foi influenciada pela variação cambial (alta de 62% no dólar: Set/14: R\$ 2,45 e Set/15: R\$ 3,97) cujo efeito mais relevante foi em operações de empréstimos, cessões e repasses.

5.7. Análise de Ativos e Passivos

5.7.1. Análise de Ativos

Tabela 103. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	2T15			3T15		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.336.337	38.506	12,0	1.355.867	41.801	12,9
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	591.010	13.527	9,5	596.037	14.791	10,3
Operações de Crédito + Leasing ⁴	687.879	23.750	14,5	700.176	25.599	15,4
Depósito Compulsório Rentável	47.772	1.195	10,4	48.319	1.322	11,4
Demais	9.676	34	1,4	11.335	90	3,2
Ativos Não Rentáveis	198.183			199.521		
Créditos Tributários	35.885			40.344		
Demais Ativos	140.951			138.150		
Ativo Permanente	21.347			21.027		
ATIVO TOTAL	1.534.519			1.555.388		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada;

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas;

Tabela 104. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (9 Meses)

R\$ milhões	9M14			9M15		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.204.003	96.197	10,8	1.332.352	116.680	11,8
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	497.028	29.405	8,0	585.459	40.648	9,4
Operações de Crédito + Leasing ⁴	629.985	62.202	13,4	689.039	72.126	14,2
Depósito Compulsório Rentável	72.301	4.390	8,2	47.932	3.707	10,4
Demais	4.689	199	5,7	9.921	200	2,7
Ativos Não Rentáveis	180.687			196.282		
Créditos Tributários	28.343			36.488		
Demais Ativos	130.032			138.372		
Ativo Permanente	22.311			21.421		
Ativo Total	1.384.689			1.528.634		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada;

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas;

5.7.2. Análise de Passivos

Tabela 105. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	2T15			3T15		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.152.386	(26.081)	9,4	1.171.670	(29.165)	10,3
Depósitos de Poupança	145.381	(2.645)	7,5	148.972	(2.944)	8,1
Depósitos Interfinanceiros	34.331	(212)	2,5	39.393	(256)	2,6
Depósitos a Prazo	203.566	(4.892)	10,0	204.717	(5.328)	10,8
Captações no Mercado Aberto	348.865	(10.652)	12,8	333.139	(11.787)	14,9
Obrig. por Emprest. e Rep. no Exterior	25.391	(311)	5,0	30.512	(427)	5,7
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	93.522	(1.224)	5,3	92.961	(1.382)	6,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	11.953	(135)	4,6	13.783	(166)	4,9
Dívida Subordinada	91.571	(1.901)	8,6	99.737	(1.981)	8,2
Obrigações com T.V.M. no Exterior	38.766	(238)	2,5	45.925	(311)	2,7
Letras de Crédito do Agronegócio	130.189	(3.417)	10,9	135.354	(4.075)	12,6
Demais Letras Bancárias ³	28.849	(454)	6,4	27.176	(507)	7,7
Demais Passivos	382.134			383.718		
Depósitos à Vista	66.188			65.471		
Outros Passivos	244.030			243.350		
Patrimônio Líquido	71.916			74.897		
PASSIVO TOTAL	1.534.519			1.555.388		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada;

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 106. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (9 Meses)

R\$ milhões	9M14			9M15		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.038.862	(61.782)	8,0	1.147.363	(79.115)	9,3
Depósitos de Poupança	145.768	(7.218)	6,7	146.854	(8.084)	7,4
Depósitos Interfinanceiros	27.805	(606)	2,9	35.942	(680)	2,5
Depósitos a Prazo	233.806	(15.196)	8,8	206.422	(14.950)	9,8
Captações no Mercado Aberto	289.425	(22.255)	10,4	337.540	(31.929)	12,8
Obrig. por Emprest. e Rep. no Exterior	18.556	(1.867)	13,6	27.026	(1.088)	5,4
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	90.747	(2.784)	4,1	93.398	(3.778)	5,4
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	8.324	(345)	5,6	12.477	(440)	4,7
Dívida Subordinada	77.277	(3.860)	6,7	93.747	(5.702)	8,2
Obrigações com T.V.M. no Exterior	34.089	(747)	2,9	39.203	(828)	2,8
Letras de Crédito do Agronegócio	95.565	(6.383)	9,0	126.899	(10.290)	11,0
Demais Letras Bancárias ³	17.499	(520)	4,0	27.855	(1.346)	6,5
Demais Passivos	345.827			381.271		
Depósitos à Vista	69.151			67.937		
Outros Passivos	203.674			239.442		
Patrimônio Líquido	73.002			73.893		
PASSIVO TOTAL	1.384.689			1.528.634		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada;

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

5.7.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 107. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	2T15	3T15	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.336.337	1.355.867	19.530
Margem Financeira Bruta (b)	13.684	14.364	680
Spread - % (b/a)	1,024	1,059	0,035
Ganho/(Perda) com Volume ²			200
Ganho/(Perda) com Taxa ³			473
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			7

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

Tabela 108. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 9 Meses

R\$ milhões	9M14	9M15	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.204.003	1.332.352	128.350
Margem Financeira Bruta (b)	36.862	41.870	5.007
Spread - % (a/b)	3,062	3,143	0,081
Ganho/(Perda) com Volume ²			3.930
Ganho/(Perda) com Taxa ³			974
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			104

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

A seguir apresenta-se a evolução da Margem Global.

Tabela 109. Margem Global

%	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Spread Global ¹	4,3	4,1	4,1	4,2	4,4	4,3	4,2	4,3
Spread Ajustado pelo risco ²	2,8	2,7	2,6	2,6	2,7	2,4	2,5	2,4

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 110. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	3T14	2T15	3T15	9M14	9M15
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.225.690	1.336.337	1.355.867	1.204.003	1.332.352
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.059.868	1.152.386	1.171.670	1.038.862	1.147.363
Margem Financeira Bruta (c)	12.602	13.684	14.364	36.862	41.870
Receita Líquida de Juros (d)	11.718	12.425	12.636	34.415	37.565
Receitas de Juros (1.d)	33.657	38.506	41.801	96.197	116.680
Despesas de Juros (2.d)	(21.939)	(26.081)	(29.165)	(61.782)	(79.115)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	884	1.259	1.728	2.448	4.305
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	86,5	86,2	86,4	86,3	86,1
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} - % (1.d/a)	11,4	12,0	12,9	10,8	11,8
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} - % (2.d/b)	8,5	9,4	10,3	8,0	9,3
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} - %	2,9	2,7	2,6	2,8	2,5
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	3,9	3,8	3,8	3,8	3,8
Spread Global ² - % (c/a)	4,2	4,2	4,3	4,1	4,2

1 - Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de cré. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 111. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	3T15 / 2T15			3T15 / 3T14		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis *	602	2.694	3.296	4.013	4.131	8.145
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	125	1.139	1.263	2.116	2.029	4.146
Operações de Crédito + Leasing	450	1.400	1.849	2.110	2.033	4.144
Depósito Compulsório Rentável	15	112	127	(527)	346	(181)
Demais	13	43	56	51	(15)	36
Passivos Onerosos *	(480)	(2.605)	(3.085)	(2.783)	(4.443)	(7.226)
Depósitos de Poupança	(71)	(228)	(299)	(6)	(396)	(402)
Depósitos Interfinanceiros	(33)	(11)	(44)	(77)	(0)	(78)
Depósitos a Prazo	(30)	(406)	(436)	522	(718)	(196)
Captações no Mercado Aberto	556	(1.692)	(1.135)	(1.051)	(2.505)	(3.556)
Obrig. por Emprést. e Repasses no Exterior	(72)	(45)	(117)	(159)	62	(98)
Obrig. por Emprést. e Repasses no País	8	(167)	(158)	(45)	(322)	(367)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(22)	(9)	(31)	(55)	11	(44)
Dívida Subordinada	(162)	82	(81)	(342)	(196)	(537)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(49)	(25)	(73)	(88)	35	(53)
Letras de Crédito do Agronegócio	(155)	(502)	(658)	(943)	(646)	(1.588)
Demais Letras Bancárias ⁵	31	(85)	(53)	(177)	(131)	(307)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 112. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (9 Meses)

R\$ milhões	9M15 / 9M14		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis *	11.240	9.243	20.483
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	6.140	5.102	11.242
Operações de Crédito + Leasing	6.182	3.742	9.923
Depósito Compulsório Rentável	(1.885)	1.202	(683)
Demais	105	(104)	1
Passivos Onerosos *	(7.482)	(9.851)	(17.333)
Depósitos de Poupança	(60)	(806)	(866)
Depósitos Interfinanceiros	(154)	80	(74)
Depósitos a Prazo	1.983	(1.737)	247
Captações no Mercado Aberto	(4.551)	(5.122)	(9.674)
Obrig. por Emprést. e Repasses no Exterior	(341)	1.120	779
Obrig. por Emprést. e Repasses no País	(107)	(886)	(994)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(146)	51	(95)
Dívida Subordinada	(1.002)	(840)	(1.842)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(108)	27	(81)
Letras de Crédito do Agronegócio	(2.541)	(1.366)	(3.907)
Demais Letras Bancárias ⁵	(500)	(326)	(826)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

5.8. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é auferida considerando:

- a) Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- b) Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

A partir do 1T15 foi aprimorada a metodologia de cálculo do spread, que passará a considerar, para efeito de cálculo, a carteira orgânica país. De forma a manter a comparabilidade, a série histórica foi revista.

Tabela 113. Margem Gerencial

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Operações de Crédito¹	9.528	9.998	10.233	7,4	2,4	27.521	29.901	8,6
Pessoa Física	4.239	4.635	5.049	19,1	8,9	12.344	14.029	13,6
Pessoa Jurídica ²	3.303	3.421	3.329	0,8	(2,7)	9.535	10.124	6,2
Agronegócios	1.986	1.941	1.856	(6,6)	(4,4)	5.642	5.747	1,9

1 – Série revisada desde o 1T15 devido a ajuste de metodologia;

2 – Não inclui operações com o Governo.

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o spread gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 114. Taxa por Carteira

%	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Operações de Crédito¹	7,0	6,8	7,1	7,0	7,0	6,9	7,0	7,1
Pessoa Física	14,6	13,9	13,9	14,0	13,8	13,5	14,0	14,9
Pessoa Jurídica ²	5,2	5,3	5,5	5,5	5,7	5,5	5,6	5,7
Agronegócios	4,7	4,8	4,9	5,1	5,1	4,9	4,8	4,5

1 – Série revisada desde o 1T15 devido a ajustes de metodologia;

2 – Não inclui operações com o Governo.

6 – Rendas de Tarifas

A atuação do Banco busca alcançar a excelência no relacionamento com os clientes e favorece a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das rendas de tarifas. A tabela a seguir demonstra a composição das rendas de tarifas do Banco do Brasil.

No comparativo 9M15/9M14, destaque para as linhas de administração de fundos e conta-corrente.

Tabela 115. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo 9 Meses			Var. (%)
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14	
Rendas de Tarifas	6.273	6.459	6.907	10,1	6,9	17.976	19.675	9,5	
Cartão de Crédito/Débito	1.585	1.474	1.635	3,2	10,9	4.654	4.751	2,1	
Conta-corrente	1.193	1.252	1.374	15,1	9,7	3.399	3.768	10,9	
Administração de Fundos	1.116	1.171	1.254	12,4	7,1	3.023	3.506	16,0	
Operações de Crédito e Garantias	440	452	503	14,4	11,4	1.333	1.362	2,2	
Cobrança	376	426	435	15,9	2,2	1.090	1.281	17,5	
Arrecadações	235	273	250	6,6	(8,3)	691	783	13,3	
Seguros, Previdência e Capitalização ¹	243	276	231	(4,9)	(16,2)	721	758	5,2	
Interbancária	188	193	196	4,2	1,4	552	575	4,2	
Rendas do Mercado de Capitais	125	104	90	(27,5)	(13,3)	352	368	4,5	
Serviços Fiduciários	119	124	130	8,9	5,1	329	367	11,4	
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	95	117	130	36,6	11,7	260	333	27,8	
Consórcios	97	110	109	11,9	(1,5)	242	314	29,6	
Outros	462	488	569	23,3	16,6	1.329	1.509	13,5	

1 – Série revisada do 1T13 a 4T14.

A seguir apresentamos os principais negócios originadores de tarifas no Banco do Brasil.

6.1. Conta-Corrente

O BB manteve o ritmo de crescimento em sua base de clientes nos últimos trimestres. Na tabela a seguir é demonstrada a base de clientes e correntistas nos últimos 12 meses.

Tabela 116. Base de Clientes e Contas-correntes

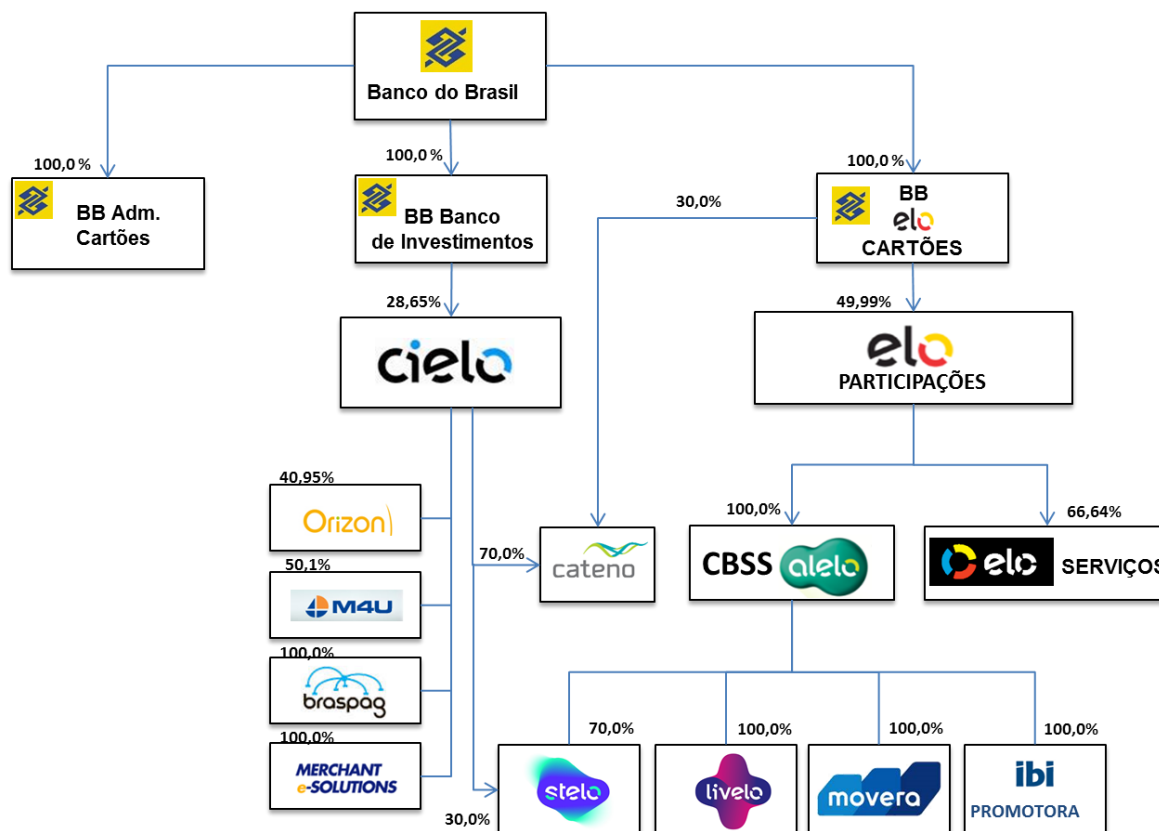
milhares	Posição				Var. (%)		
	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
Base de Clientes	61.887	61.758	62.083	62.247	62.432	0,9	0,3
Contas-correntes	39.039	38.085	38.212	38.157	38.058	(2,5)	(0,3)
Pessoa Física	36.552	35.655	35.781	35.725	35.628	(2,5)	(0,3)
Pessoa Jurídica	2.487	2.430	2.431	2.432	2.430	(2,3)	(0,1)

6.2. Meios de Pagamento

O Banco do Brasil mantém sua estratégia de ampliação dos resultados com os negócios de cartões, diversificando sua atuação por meio de lançamento de novos produtos e soluções, tanto para segmentos tradicionais quanto para novos segmentos comerciais.

A busca de sinergias e ampliação dos negócios em parceria com as empresas coligadas complementam os alicerces da estratégia.

A seguir é apresentado o organograma dos principais negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta. Permanece em fase pré-operacional apenas a Lívolo, empresa que explorará os negócios relacionados a programas de fidelidade.

Figura 39. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas¹

1 – Considera a posição de 30/09/2015.

6.2.1. Base de Cartões e Faturamento

O BB é um dos principais emissores das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, posição alcançada devido à ampla base de clientes e à estratégia de atuação diversificada, além da plataforma de emissão de cartões de múltiplas funções (crédito, débito, bancária e crediário).

Tabela 117. Base de Cartões

milhares	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. (%)	
				Set/14	Jun/15
Base de Cartões	82.212	79.658	76.553	(6,9)	(3,9)
Cartões de Crédito	23.021	22.582	22.468	(2,4)	(0,5)
Cartões de Débito/Pré-Pago	59.191	57.076	54.085	(8,6)	(5,2)
ELO	7.153	7.126	7.460	4,3	4,7

A base de cartões do BB com uso recorrente – com pelo menos uma transação de compra nos últimos 30 dias – atingiu em Set/15 o patamar de 9,1 milhões na função cartão de crédito e 11,3 milhões na função cartão de débito. Esses números reforçam o alto potencial de crescimento dos negócios de cartões junto à significativa base de clientes portadores de cartão já existente no Conglomerado BB.

O investimento em inovação, com foco no aprimoramento do relacionamento digital, por meio do Ourocard-e já acumula prêmios como o E-Finance, conferido pela CIAB/Febraban em junho deste ano, além de já ter sido considerada a melhor solução na categoria *Cybersecurity Initiative*, durante a 15ª edição do *Banking Technology Awards*, realizada em Londres, em novembro de 2014.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de transações com cartões do BB. A evolução demonstra o potencial de geração de receitas para o Banco.

Tabela 118. Quantidade de Transações

milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo 9 Meses		Var. (%)
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Quantidade de Transações	530	566	586	10,6	3,6	1.549	1.691	9,2
Cartões de Crédito	227	241	247	8,8	2,5	659	713	8,2
Cartões de Débito/Pré-Pagos	303	325	340	12,0	4,5	890	978	9,9

O volume financeiro transacionado por meio de cartões - faturamento total - do Banco do Brasil alcançou, em 9M15, R\$ 185,4 bilhões, crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando somente as transações tradicionais, o crescimento alcançou 11,3% em igual comparação.

Figura 40. Faturamento Total de Cartões – R\$ bilhões

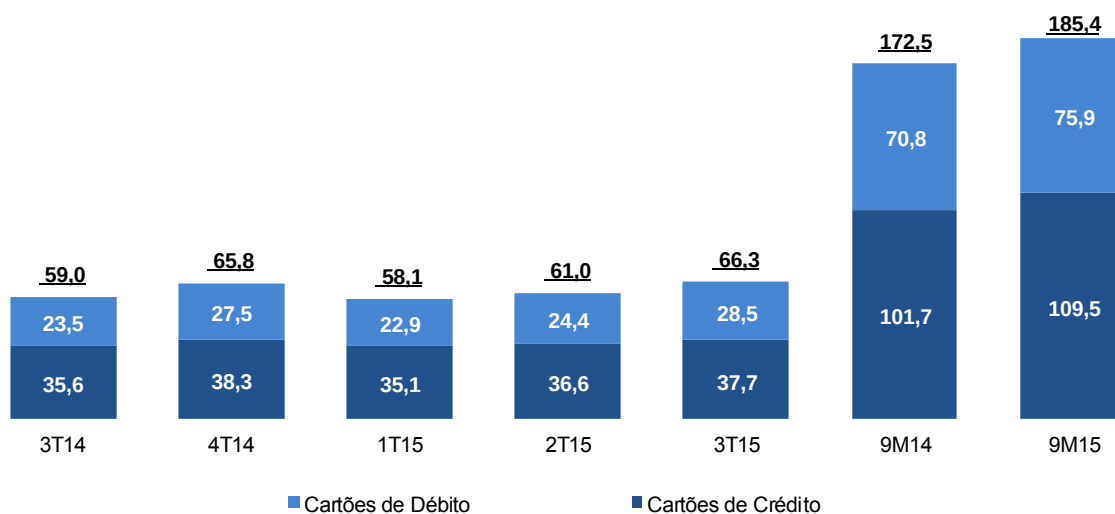
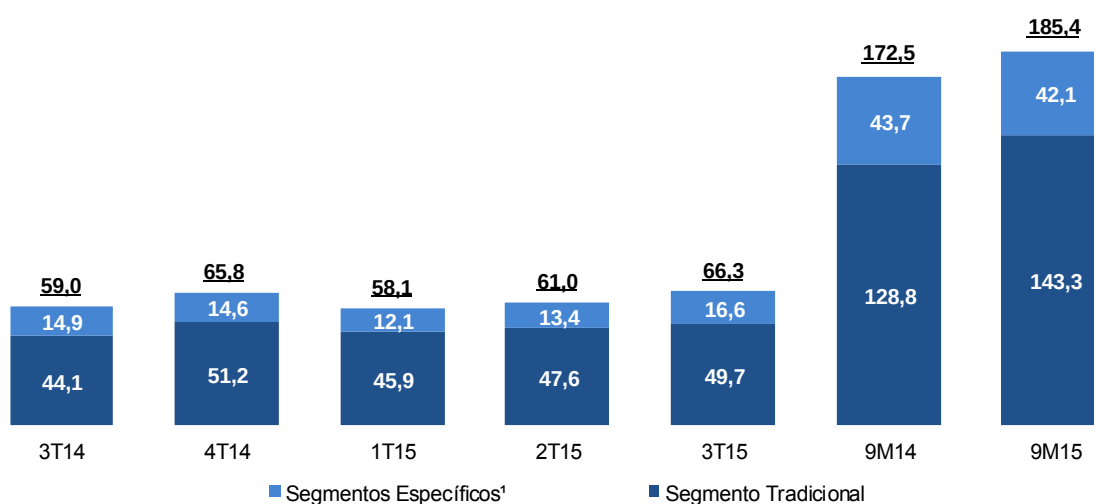


Figura 41. Faturamento Total de Cartões por Tipo de Segmento Negocial – R\$ bilhões



1 – Representa o volume de transações com Ourocard Agronegócios, Ourocard Crediário, Cartão BNDES, pagamento de títulos com cartão, Ourocard Pré-pago e Alelo e compras B2B/empresariais com cartões.

6.2.2. Resultado do Serviço de Cartões

O resultado de serviços de cartões advém, principalmente, da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito e crediário pelos clientes. Inclui também o resultado dos serviços de credenciamento e adquirência, cartões pré-pagos/*voucher* e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

O resultado de serviços não abrange as receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo), porém, contempla os custos administrativos e operacionais diretamente relacionados ao negócio cartão.

Nas tabelas a seguir é apresentado o detalhamento do resultado dos serviços de cartões e o resultado após a tributação.

Tabela 119. Resultado de Serviços de Cartões – Visão Trimestral

R\$ milhões	3T14	3T15	Var. (%) s/
Receitas Operacionais Totais	2.031	2.251	10,8
Emissão	1.048	921	(12,1)
Adquirência	570	612	7,4
Outras Receitas	413	718	73,8
Outras Despesas	(1.221)	(1.303)	6,7
Emissão	(763)	(633)	(17,0)
Adquirência	(370)	(614)	65,9
Outras Despesas	(88)	(56)	(36,4)
Resultado de Serviços de Cartões	810	948	17,0
Efeito Tributário	(298)	(340)	14,1
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos	512	608	18,8

No 9M15 foi apurado um resultado após a tributação de R\$ 1.592 milhões, crescimento de 6,9% quando comparado a igual período do ano anterior.

O resultado desse período traz os impactos da reorganização dos negócios de meios de pagamento, sendo que a partir de 27 fevereiro de 2015, as receitas de intercâmbio passaram a ser apropriadas pela Cateno, empresa que gere as transações de contas de pagamento pós-pagas e a funcionalidade de compras via débito.

Tabela 120. Resultado de Serviços de Cartões – Visão 9 Meses

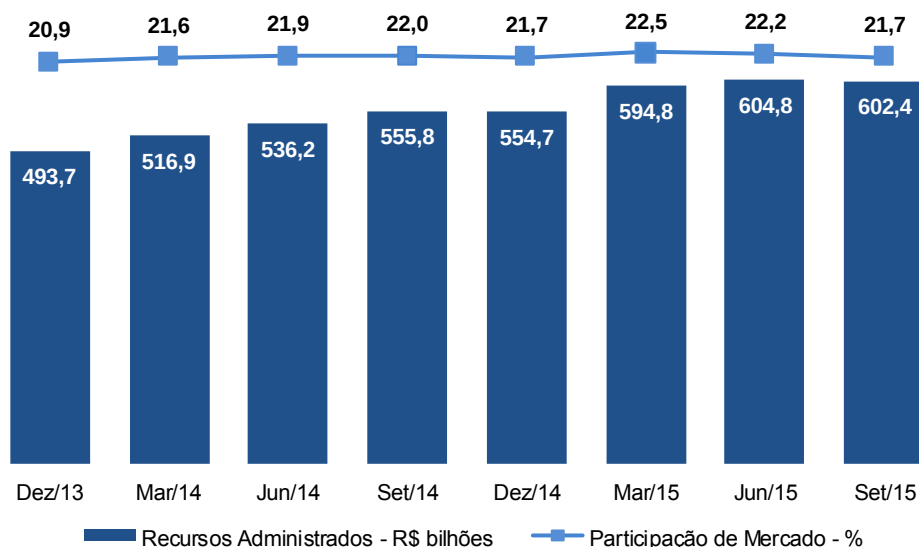
R\$ milhões	9M14	9M15	Var. (%) s/
Receitas Operacionais Totais	5.764	6.385	10,8
Emissão	3.049	2.661	(12,7)
Adquirência	1.661	1.815	9,3
Outras Receitas	1.054	1.909	81,1
Outras Despesas	(3.412)	(3.917)	14,8
Emissão	(2.153)	(1.984)	(7,8)
Adquirência	(1.029)	(1.731)	68,2
Outras Despesas	(230)	(202)	(12,2)
Resultado de Serviços de Cartões	2.352	2.468	4,9
Efeito Tributário	(863)	(876)	1,5
Result. Oper. de Serviços de Cartões Líq. de Tributos	1.489	1.592	6,9

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a estruturação, instituição, administração e gestão de fundos, carteiras e clubes de investimento.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros geridos e a participação da BB DTVM no *ranking* de Administração de Recursos da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).

Figura 42. Gestão de Recursos de Terceiros



Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM detém R\$ 49,9 bilhões de patrimônio líquido em fundos extramercados.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da ANBIMA, a BB DTVM é líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo. As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e produto.

Tabela 121. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Investidor Institucional	236.900	42,6	269.701	44,6	280.328	46,5	18,3	3,9
Poder Público	118.442	21,3	124.542	20,6	106.753	17,7	(9,9)	(14,3)
Varejo	64.515	11,6	76.120	12,6	77.465	12,9	20,1	1,8
Alta Renda	34.956	6,3	41.399	6,8	42.898	7,1	22,7	3,6
RPPS	32.309	5,8	38.183	6,3	38.480	6,4	19,1	0,8
Private	18.132	3,3	20.907	3,5	20.378	3,4	12,4	(2,5)
Middle Market	13.030	2,3	14.919	2,5	14.905	2,5	14,4	(0,1)
Corporate	17.004	3,1	11.539	1,9	12.376	2,1	(27,2)	7,3
Investidor Estrangeiro	20.467	3,7	7.483	1,2	8.814	1,5	(56,9)	17,8
Total	555.755	100,0	604.792	100,0	602.395	100,0	8,4	(0,4)

Tabela 122. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Fundos de Investimentos	543.877	97,9	592.204	97,9	589.031	97,8	8,3	(0,5)
Renda Fixa	222.856	40,1	245.621	40,6	242.204	40,2	8,7	(1,4)
Curto Prazo	85.312	15,4	93.952	15,5	87.112	14,5	2,1	(7,3)
Referenciado DI	46.012	8,3	54.234	9,0	55.429	9,2	20,5	2,2
Renda Variável	58.085	10,5	51.377	8,5	49.733	8,3	(14,4)	(3,2)
Multimercado	12.215	2,2	12.080	2,0	11.119	1,8	(9,0)	(8,0)
Outros	119.397	21,5	134.940	22,3	143.433	23,8	20,1	6,3
Carteiras Administradas	11.878	2,1	12.587	2,1	13.364	2,2	12,5	6,2
Renda Fixa	11.878	2,1	12.587	2,1	13.205	2,2	11,2	4,9
Renda Variável	-	-	-	-	159	0,0	-	-
Total	555.755	100,0	604.792	100,0	602.395	100,0	8,4	(0,4)

Sustentabilidade

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nos cinco fundos.

Tabela 123. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos		Var. (%) s/
	Set/14	Set/15	Set/14
BB Multi Global Acqua LP Private FI	492,2	511,7	4,0
BB Previdenciário Ações Governança	204,6	138,9	(32,1)
BB Referenciado DI Social 50	83,7	104,2	24,5
BB Ações ISE Jovem FIC	14,8	10,6	(28,4)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4,3	6,0	39,5
BB Ações Carbono Sustent. Op. Venda FIA ¹	3,9	-	(100,0)
BB Multi Mercado LP Jovem FIC ²	1,1	-	(100,0)
Total	804,6	771,4	(4,1)

Fonte: Anbima.

1 – Fundo incorporado pelo BB Multimercado Macro LP 200 FIC em 20/03/2015

2 – Fundo incorporado pelo BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA em 13/03/2015.

6.4. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB Banco de Investimento S.A (BB-BI).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

No portfólio do BB-BI estão serviços que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia dos ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas.

6.4.1. Produtos e Serviços do BB-BI

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas e emite laudos de avaliação e de *fairness opinion* para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes pelos clientes, além da custódia desses ativos.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 16 fundos e atua como assessor em 7 deles, com 54 investimentos indiretos em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, portos, ferrovias, agroindústria, etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i) Mercado doméstico: através do BB Investimentos são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de papéis emitidos por empresas, bancos e governo brasileiro por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. **Renda Variável:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e ofertas de Cepacs (instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas). Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.
- VI. **Securitização:** O BB-BI atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em

títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

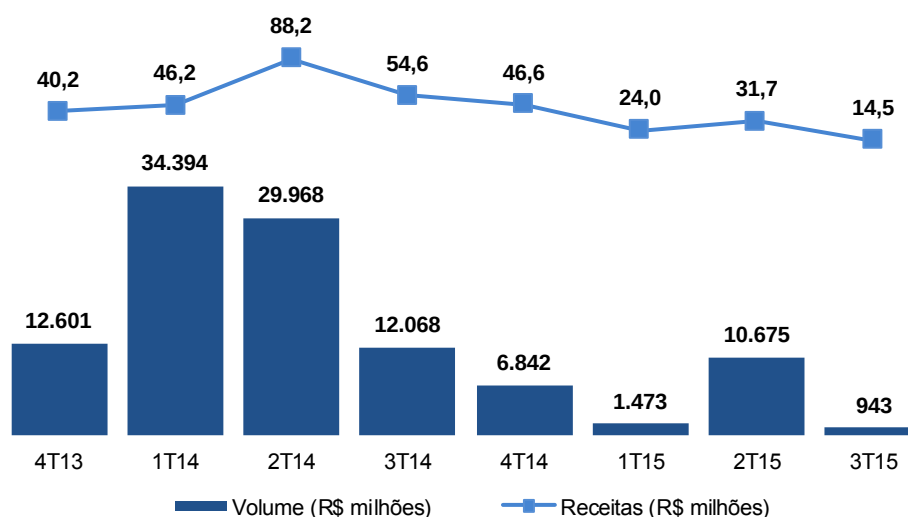
6.4.2. Desempenho em Mercado de Capitais

No 9M15, o BB-BI atuou como coordenador em 29 emissões de títulos de renda fixa, entre debêntures e notas promissórias, totalizando volume de R\$ 5,9 bilhões. Em termos de originação, o BB-BI ocupou a 3ª posição no *ranking* Anbima, com 12,9% de participação de mercado. Em termos de distribuição, o BB-BI ocupou a 5ª posição no *ranking* ANBIMA, com 7,2% de participação do mercado.

Tendo em vista as incertezas que permearam os cenários internacional e doméstico, no terceiro trimestre não houve emissão de *bonds* de empresas brasileiras no mercado de capitais internacional. Ainda assim, o BB continuou com a estratégia de diversificação geográfica e expansão de sua atuação, participando como *co-manager* em 5 operações de emissores estrangeiros, totalizando US\$ 7,3 bilhões no período.

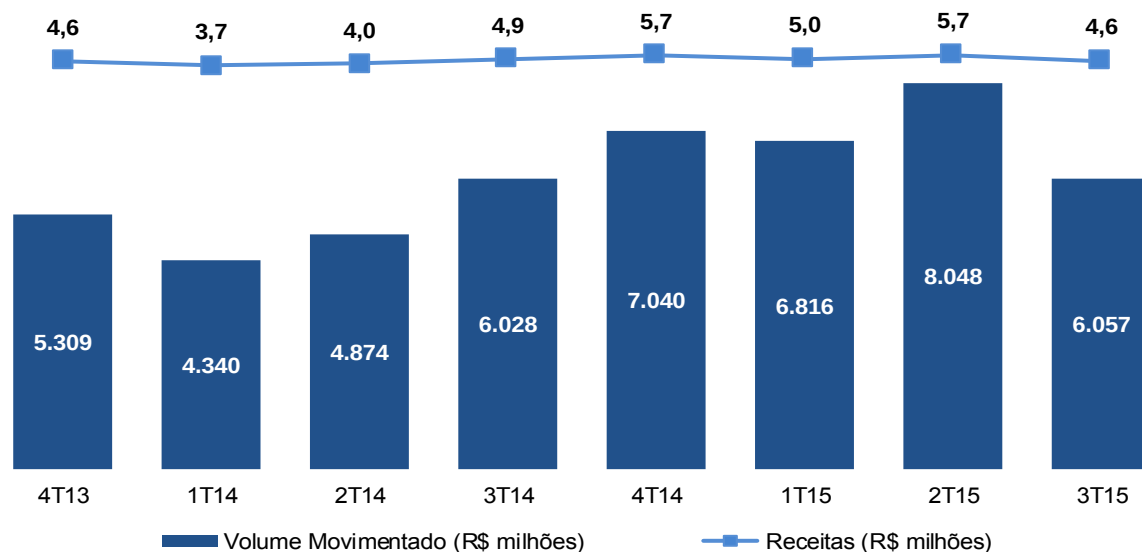
O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior.

Figura 43. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional



Para os investidores de Varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, internet (*home broker*) e *mobile*. No 3T15, o volume movimentado foi de R\$ 6 bilhões. A seguir apresentamos a movimentação trimestral.

Figura 44. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



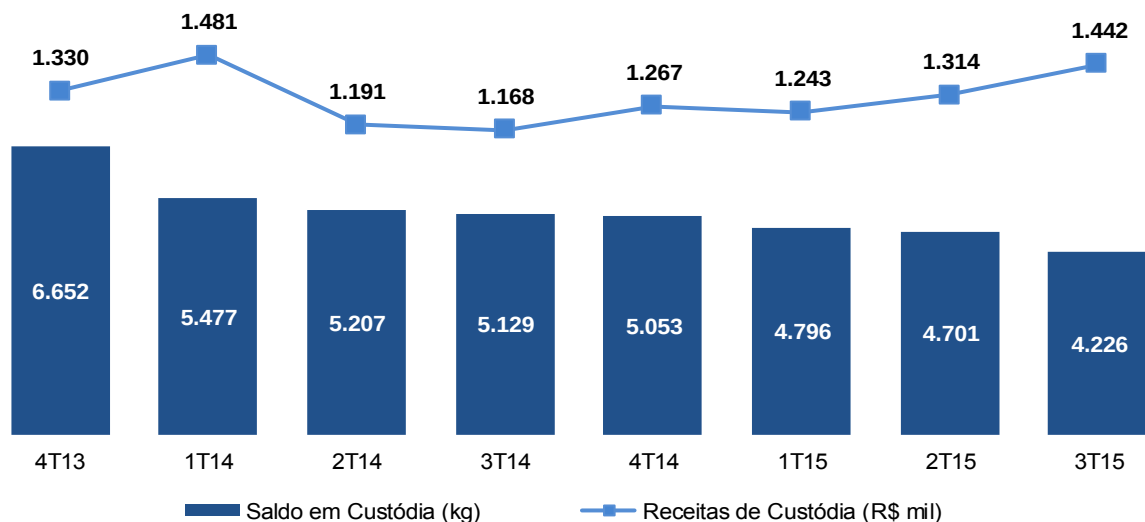
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 16 fundos. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1.774,1 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 124. Private Equity – Participação Indireta

R\$ milhões	Set/14		Jun/15		Set/15	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	59,9	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,4	5,8	60,4	5,8	60,4	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Coliseu	200,0	15,0	266,7	20,1	266,7	20,1
FIP Redentor	400,3	28,6	400,3	28,6	400,3	28,6
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	20,0	15,2	20,0	15,2
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,1	160,0	19,1
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	112,5	30,0	150,0	21,4	150,0	21,4
Total	1.669,9		1.774,1		1.774,1	

A figura a seguir apresenta o saldo e a receita de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 45. Ouro – Custódia



6.5. Serviços Fiduciários

Os serviços fiduciários são representados pelas atividades complementares ao mercado de capitais, à indústria de fundos e às operações de crédito. Esses serviços compreendem basicamente administração fiduciária, custódia e *trustee* (administração de garantias e contratos). Destaca-se que nos serviços de custódia estão agregados serviços de controladoria, contabilidade, escrituração de ativos, banco liquidante e banco mandatário.

Na tabela a seguir é apresentado o resultado consolidado de serviços fiduciários.

Tabela 125. Resultado de Serviços Fiduciários

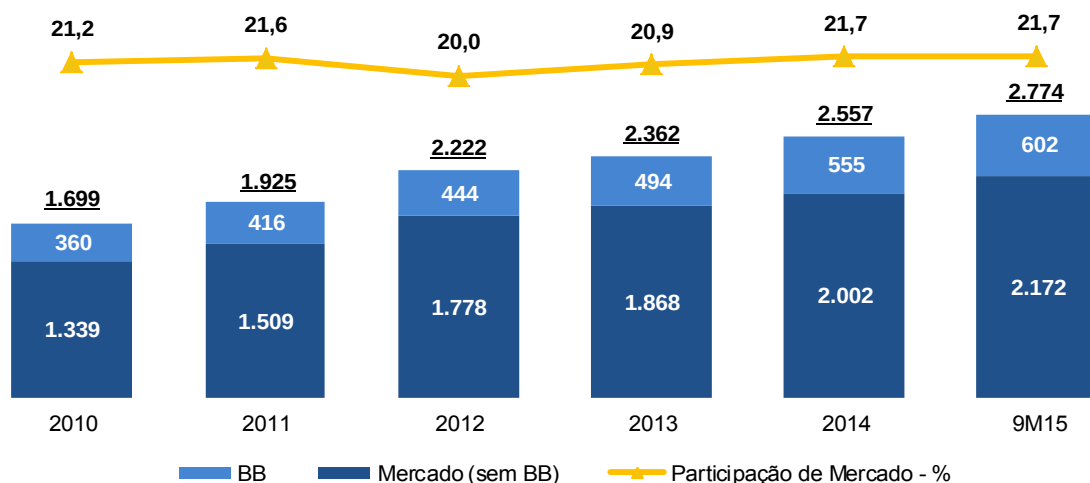
R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15
Receitas Operacionais	119	123	130	9,2	5,7
Receitas de Serviços Fiduciários	119	123	130	9,2	5,7
Despesas Operacionais	(15)	(15)	(14)	(6,7)	(6,7)
Despesas de Pessoal	(10)	(10)	(9)	(10,0)	(10,0)
Outras Despesas Administrativas	(5)	(5)	(5)	-	-
Result. de Serviços Fiduciários	104	108	116	11,5	7,4
IR/CSLL	(42)	(43)	(47)	11,9	9,3
Resultado após Tributação	62	65	69	11,3	6,2

6.5.1. Administração Fiduciária

O BB presta o serviço de administração fiduciária por meio de sua subsidiária integral, a BB Gestão de Recursos - DTVM S.A.. Dentro deste contexto, o conglomerado BB se destaca como líder da indústria no país. Esta posição traduz a confiança e solidez com que o conglomerado é visto pelos aplicadores de fundos de investimento.

O gráfico abaixo mostra a evolução da indústria de administração de recursos de terceiros brasileira, nos últimos 6 anos.

Figura 46. Administração Fiduciária e Market Share – R\$ bilhões



Fonte: Ambima.

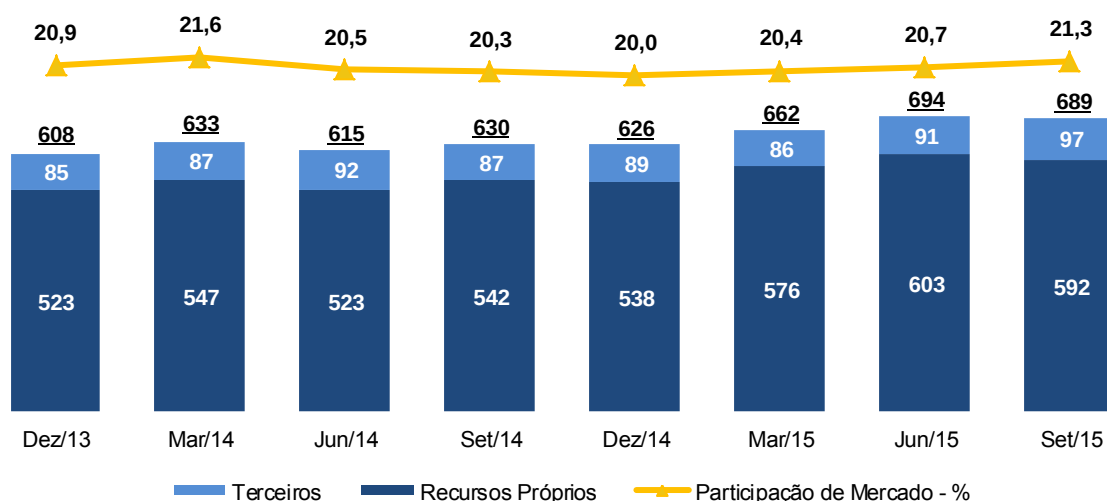
6.5.2. Custódia

O Banco do Brasil se destaca como um dos principais líderes da indústria de custódia, controladoria, contabilidade e escrituração de ativos. Ao final do terceiro trimestre de 2015, o BB alcançou a marca de R\$ 689 bilhões sob custódia. Evolução de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A expansão de volume sob custódia se baseia, principalmente a:

- i) elevação do volume de recursos sob gestão da BB DTVM;
- ii) avanço de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e;
- iii) crescimento do montante líquido de recursos do segmento previdenciário.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 47. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Ambima.

6.6. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no Relatório Análise de Desempenho daquela empresa, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

Tabela 126. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (p.p)	
	3T14	2T15	3T15	s/ 3T14	s/ 2T15
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade ¹	31,7	31,2	25,6	(19,2)	(17,9)
Índice de Comissionamento ²	26,1	26,4	27,0	3,1	2,0
Margem Técnica	42,3	42,6	47,8	13,1	12,4
Índice Combinado ³	71,0	69,8	65,1	(8,2)	(6,6)
Índice Combinado Ampliado ⁴	66,1	63,6	59,3	(10,3)	(6,7)
RSPL Ajustado	56,0	53,4	68,0	21,5	27,3
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade ¹	56,2	56,9	57,2	1,7	0,5
Índice de Comissionamento ²	22,3	21,9	22,6	1,1	3,2
Margem Técnica	21,5	21,3	20,9	(3,1)	(2,3)
Índice Combinado ³	97,8	97,7	100,3	2,5	2,7
Índice Combinado Ampliado ⁴	93,0	91,2	91,3	(1,9)	0,1
RSPL Ajustado	9,8	12,9	12,7	29,7	(1,8)
Previdência					
Índice de Comissionamento ²	1,1	0,9	1,3	19,2	43,9
RSPL Ajustado	58,7	43,4	43,7	(25,5)	0,8
Capitalização					
Índice de Comissionamento ²	45,1	47,2	47,3	4,8	0,3
Margem de Capitalização	21,1	14,0	20,5	(2,7)	46,2
RSPL Ajustado	116,4	123,1	83,3	(28,5)	(32,3)
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	81,8	81,3	83,7	2,3	3,0
Margem Líquida Ajustada	56,7	57,8	59,1	4,3	2,2

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.

2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.

3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.

4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

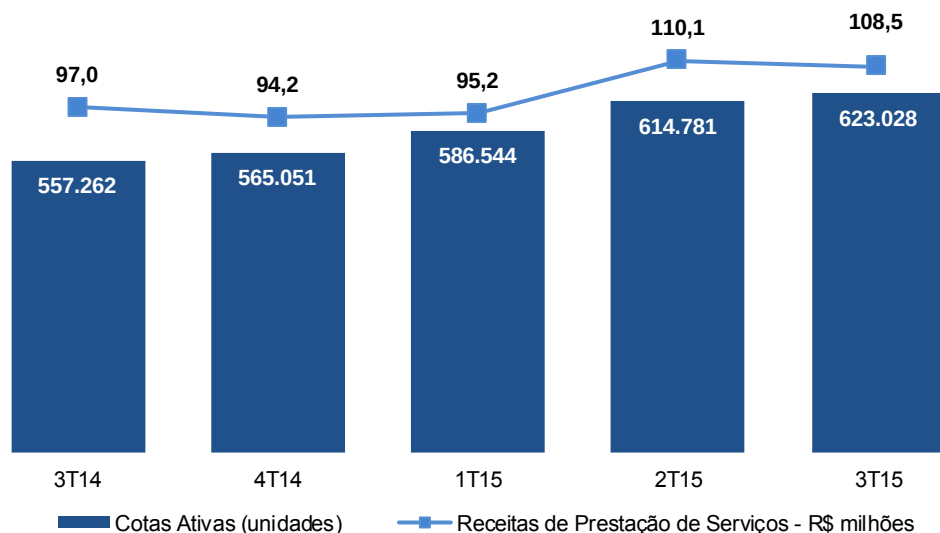
6.7. Consórcios

O mercado de consórcios movimentou, de janeiro a agosto deste ano, R\$ 57,3 bilhões em volume de negócios, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC. Em agosto, o número de participantes atingiu 7,2 milhões, 3,5% superior ao número de participantes registrados no mesmo mês de 2014.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua controlada, BB Administradora de Consórcios S.A. Em julho de 2015, último dado disponibilizado pelo site do Banco Central, a BB Consórcios contava com 8,7% de participação de mercado.

Tabela 127. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

unidades	Saldos				Var. (%) s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Automóveis	522.307	93,7	574.711	93,5	581.236	93,3	11,3	1,1
Imóveis	16.679	3,0	17.815	2,9	18.348	2,9	10,0	3,0
Moto	7.552	1,4	9.797	1,6	10.277	1,6	36,1	4,9
Trator/Caminhão	6.766	1,2	7.160	1,2	7.220	1,2	6,7	0,8
Serviços	2.155	0,4	3.023	0,5	3.267	0,5	51,6	8,1
Eletrodomésticos	1.803	0,3	2.275	0,4	2.680	0,4	48,6	17,8
Total	557.262	100,0	614.781	100,0	623.028	100,0	11,8	1,3

Figura 48. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas

As tabelas a seguir apresentam comparativo entre valor médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 128. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Imóveis	114.861	115.233	121.765	191.267	180.205
Trator/Caminhão	134.159	132.404	126.799	132.655	139.218
Automóveis	24.319	29.555	26.174	27.238	25.629
Moto	8.433	8.849	8.438	8.712	8.696
Serviços	4.839	5.940	5.162	5.254	4.429
Eletrodomésticos	2.433	2.457	2.455	2.684	3.126

Tabela 129. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	3T14		2T15		3T15	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Imóveis	138	16,1	155	19,2	139	19,2
Trator/Caminhão	75	11,2	96	14,9	93	15,1
Automóveis	66	12,6	66	13,7	67	13,9
Moto	56	16,9	51	20,0	48	20,2
Serviços	28	16,1	26	20,3	23	23,1
Eletrodomésticos	32	15,6	28	17,5	31	20,2

7 – Produtividade e Eficiência

O Banco do Brasil tem buscado melhorar sua eficiência operacional e produtividade mantendo rígido controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

7.1. Indicadores

Nesta seção são apresentados os indicadores normalmente utilizados para análise de instituições financeiras. A seguir é apresentada tabela com o reagrupamento das receitas e das despesas da DRE com Realocações, com objetivo de evidenciar o percentual de consumo das despesas operacionais totais em relação ao total de receitas.

Tabela 130. Receitas e Despesas Operacionais Totais

R\$ milhões	3T14	(%)	2T15	(%)	3T15	(%)	9M14	(%)	9M15	(%)
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)¹	22.348	100,0	23.911	100,0	25.285	100,0	65.364	100,0	73.312	100,0
Receitas Operacionais	21.956	98,2	23.457	98,1	25.022	99,0	63.593	97,3	72.011	98,2
Margem Financeira Bruta	12.602	56,4	13.684	57,2	14.364	56,8	36.862	56,4	41.870	57,1
Rendas de Tarifas	6.273	28,1	6.459	27,0	6.907	27,3	17.976	27,5	19.675	26,8
Res. de Op. com Seguridade, Prev. e Capitalização	1.107	5,0	1.261	5,3	1.285	5,1	3.357	5,1	3.700	5,0
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	3	0,0	6	0,0	(3)	(0,0)	(22)	(0,0)	4	0,0
Outras Receitas Operacionais	1.972	8,8	2.046	8,6	2.468	9,8	5.419	8,3	6.762	9,2
Previ - Plano de Benefícios 1	228	1,0	139	0,6	40	0,2	1.120	1,7	318	0,4
Previ - Atualização de Fundo Utilização	163	0,7	316	1,3	223	0,9	651	1,0	983	1,3
Despesas Operacionais Totais¹	(17.877)	(80,0)	(19.003)	(79,5)	(20.769)	(82,1)	(51.803)	(79,3)	(59.258)	(80,8)
Despesas Administrativas Ampliadas	(8.577)	(38,4)	(8.658)	(36,2)	(9.277)	(36,7)	(25.092)	(38,4)	(26.603)	(36,3)
Despesas Administrativas	(8.048)	(36,0)	(8.439)	(35,3)	(8.551)	(33,8)	(23.596)	(36,1)	(25.216)	(34,4)
Despesas de Pessoal	(4.630)	(20,7)	(5.131)	(21,5)	(5.028)	(19,9)	(13.571)	(20,8)	(15.029)	(20,5)
Outras Despesas Administrativas	(3.417)	(15,3)	(3.308)	(13,8)	(3.523)	(13,9)	(10.025)	(15,3)	(10.187)	(13,9)
Risco Legal	(529)	(2,4)	(219)	(0,9)	(726)	(2,9)	(1.497)	(2,3)	(1.387)	(1,9)
Outras Despesas Tributárias	(102)	(0,5)	(116)	(0,5)	(161)	(0,6)	(279)	(0,4)	(399)	(0,5)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.224)	(5,5)	(1.335)	(5,6)	(1.314)	(5,2)	(3.609)	(5,5)	(3.921)	(5,3)
Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.571)	(20,5)	(5.530)	(23,1)	(6.407)	(25,3)	(13.328)	(20,4)	(17.936)	(24,5)
Outras Despesas Operacionais ¹	(3.403)	(15,2)	(3.363)	(14,1)	(3.610)	(14,3)	(9.495)	(14,5)	(10.399)	(14,2)
Resultado Operacional	4.471	20,0	4.909	20,5	4.516	17,9	13.561	20,7	14.053	19,2
Resultado Não Operacional	40	0,2	(2)	(0,0)	18	0,1	173	0,3	15	0,0
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.511	20,2	4.907	20,5	4.533	17,9	13.735	21,0	14.068	19,2
Imposto de Renda e Participações no Lucro	(1.248)	(5,6)	(1.463)	(6,1)	(1.204)	(4,8)	(4.386)	(6,7)	(3.865)	(5,3)
Participações Minoritárias	(378)	(1,7)	(403)	(1,7)	(448)	(1,8)	(1.026)	(1,6)	(1.256)	(1,7)
Lucro Líquido Ajustado	2.885	12,9	3.040	12,7	2.881	11,4	8.323	12,7	8.947	12,2
Itens Extraordinários	(104)	(0,5)	(32)	(0,1)	181	0,7	(36)	(0,1)	2.942	4,0
Lucro Líquido	2.780	12,4	3.008	12,6	3.062	12,1	8.287	12,7	11.888	16,2

1 – Série revisada. A linha "Outras Despesas Operacionais" foi realocada do grupamento "Receitas Operacionais Totais" para o grupamento "Despesas Operacionais Totais".

Pode-se observar na tabela a seguir, que os índices de cobertura das despesas de pessoal (renda de tarifas/despesa de pessoal), cobertura das despesas administrativas (renda de tarifas/despesas administrativas) e de eficiência (despesas administrativas/receitas operacionais) apresentaram evolução em função do desempenho favorável da margem financeira bruta e das rendas de tarifas.

Tabela 131. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				Fluxo 9 Meses		
	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15	9M14	9M15
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	135,5	136,9	129,6	125,9	137,4	132,5	130,9
Cobertura das Despesas de Pessoal - 12 meses	132,1	133,6	134,3	131,8	132,4	-	-
Cobertura das Despesas Adm. - Trimestral	77,9	76,7	76,7	76,5	80,8	76,2	78,0
Cobertura das Despesas Adm. - 12 meses	75,2	76,3	77,1	77,0	77,7	-	-
Índice de Eficiência - % ²	43,4	43,5	40,9	42,0	39,9	43,6	40,9
Índice de Eficiência - 12 meses - % ²	44,5	43,6	42,6	42,4	41,6	-	-

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

2 - Receitas Operacionais, líquido das Outras Despesas Operacionais.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

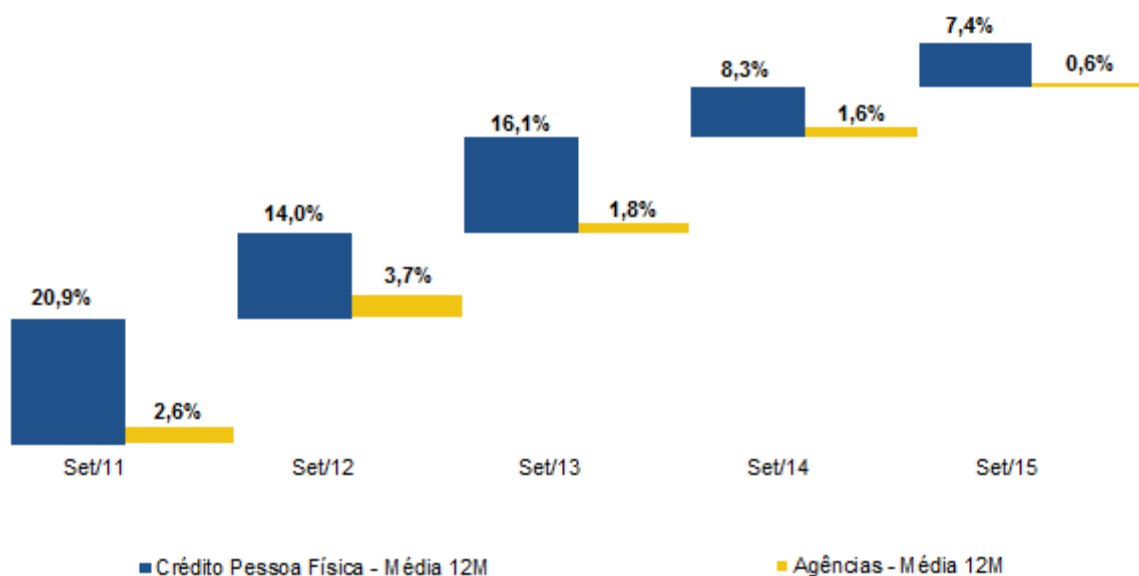
Tabela 132. Outros Indicadores de Produtividade

	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
Ativos por Funcionário - R\$ mil	12.793	12.877	13.651	13.656	14.403
Contas Correntes/Rede Própria	2.063	2.009	2.023	2.042	2.084
Contas Correntes/Funcionários em Agências	449	440	441	436	437
Renda de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	331	352	334	346	378
Despesa de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	41	44	44	46	45
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	39	40	41	42	44
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	12	12	12	12	12

Os próximos gráficos apresentam a evolução da produtividade do BB ao longo dos últimos 5 anos.

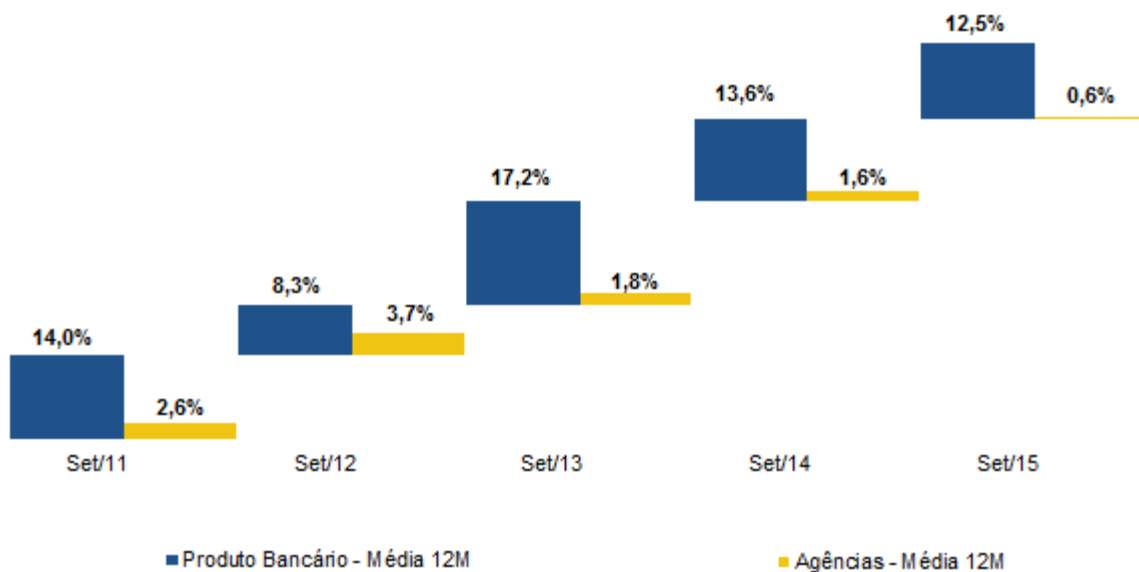
No primeiro gráfico são apresentados os percentuais de crescimento da Carteira de Crédito PF e do número de agências em relação ao período anterior.

Figura 49. Crédito Pessoa Física e Agências



No próximo gráfico é demonstrada a evolução do produto bancário e do número de agências.

Figura 50. Produto Bancário e Agências



7.2. Despesas de Pessoal

No 9M15, as despesas de pessoal apresentaram crescimento de 10,7%, com relação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas principalmente pelas despesas referentes ao ACT 2014/2015.

Tabela 133. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	
Despesas de Pessoal	(4.630)	(5.131)	(5.028)	8,6	(2,0)	(13.571)	(15.029)	10,7
Proventos	(2.186)	(2.752)	(2.393)	9,5	(13,1)	(6.745)	(7.451)	10,5
Encargos Sociais	(802)	(892)	(844)	5,2	(5,4)	(2.398)	(2.579)	7,6
Provisões Administrativas de Pessoal	(880)	(664)	(950)	7,9	43,0	(2.184)	(2.527)	15,7
Benefícios	(615)	(670)	(679)	10,4	1,3	(1.832)	(2.008)	9,6
Previdência Complementar	(102)	(110)	(115)	12,9	4,7	(294)	(335)	13,7
Honorários de Diretores e Conselheiros	(24)	(24)	(26)	9,8	10,2	(67)	(76)	12,3
Treinamento	(21)	(19)	(21)	1,9	12,7	(49)	(54)	9,4

A seguir apresentamos a evolução do quadro de pessoal e o perfil dos funcionários do BB.

Figura 51. Evolução do Quadro de Pessoal

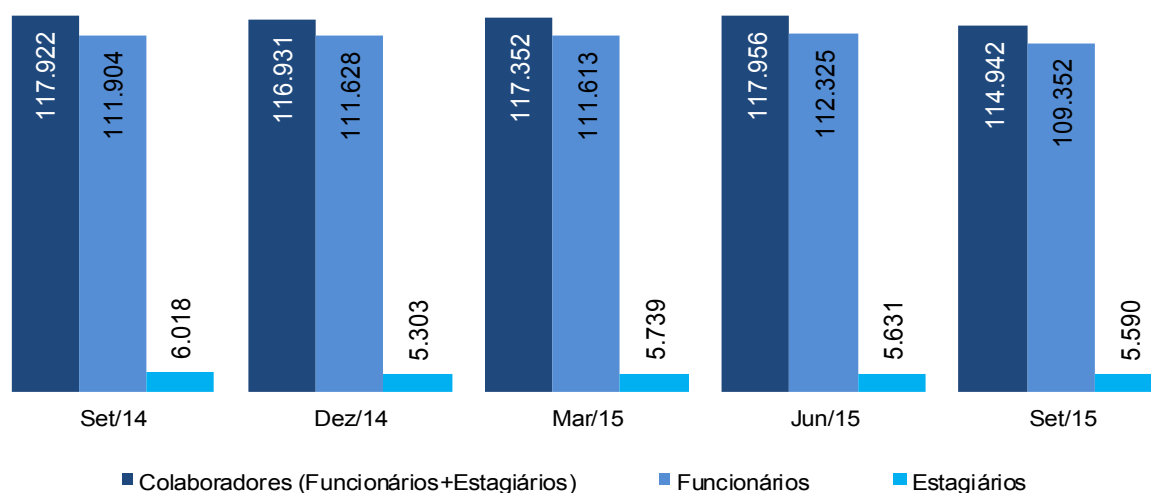


Tabela 134. Perfil dos Funcionários

	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
Funcionários	111.904	111.628	111.613	112.325	109.352
Feminino	46.498	46.364	46.387	46.681	45.451
Masculino	65.406	65.264	65.226	65.644	63.901
Escolaridade					
Ensino Médio	25.443	24.956	24.607	24.617	23.894
Graduação	50.864	49.772	49.679	49.756	48.211
Especialização, Mestrado e Doutorado	35.208	36.515	36.949	37.580	36.930
Demais	389	385	378	372	317
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	1,0	0,7	0,7	0,5	4,8

7.3. Outras Despesas Administrativas

Nos 9M15 as Outras Despesas Administrativas apresentaram crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se as linhas a seguir:

- II - Imóveis e Bens de Uso – crescimento de 16,0%, decorrentes de novos contratos e reajustes contratuais de aluguéis e reajustes tarifários de água, energia e gás;
- II - Amortização e Depreciação – aumento de 14,1%, principalmente pelas aquisições de móveis, equipamentos de uso e software.

Tabela 135. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	9M14
Outras Despesas Administrativas	(3.417)	(3.308)	(3.523)	3,1	6,5	(10.025)	(10.187)	1,6
Imóveis e Bens de Uso	(618)	(683)	(705)	14,2	3,3	(1.782)	(2.068)	16,0
Serviços de Terceiros	(646)	(605)	(626)	(3,1)	3,5	(1.948)	(1.827)	(6,2)
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(588)	(548)	(583)	(1,0)	6,3	(1.673)	(1.697)	1,4
Comunicação e Processamento de Dados	(590)	(523)	(537)	(9,0)	2,6	(1.792)	(1.634)	(8,9)
Amortização e Depreciação	(339)	(359)	(378)	11,7	5,2	(953)	(1.087)	14,1
Publicidade e Relações Públicas	(178)	(128)	(186)	4,3	45,9	(550)	(441)	(19,9)
Demais Despesas Administrativas	(459)	(462)	(508)	10,7	10,0	(1.327)	(1.434)	8,1

Apresentamos a seguir dados sobre a estrutura do Banco que contribuem para a formação das outras despesas administrativas.

7.3.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o 3T15 com 67,7 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,7% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas onde é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam o atendimento pulverizado e nacional da rede do Banco do Brasil.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede própria de atendimento do BB, que engloba as seguintes categorias: agências, postos de atendimento e postos de atendimento eletrônico (inclui salas de autoatendimento).

Tabela 136. Rede de Atendimento

	Posição			Var. (%) s/	
	Set/14	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
Rede Própria	18.924	18.690	18.260	(3,5)	(2,3)
Agência	5.493	5.544	5.424	(1,3)	(2,2)
Postos de Atendimento	1.700	1.683	1.807	6,3	7,4
Postos de Atendimento Eletrônico	11.731	11.463	11.029	(6,0)	(3,8)
Rede MaisBB	15.148	14.574	14.399	(4,9)	(1,2)
Correspondentes no País ¹	8.959	8.408	8.235	(8,1)	(2,1)
Banco Postal	6.189	6.166	6.164	(0,4)	(0,0)
Rede Compartilhada	34.964	34.898	35.066	0,3	0,5
CEF - Lotéricas	13.482	13.239	13.216	(2,0)	(0,2)
Banco 24h	16.143	17.539	17.912	11,0	2,1
TAA: BRB + CEF	5.339	4.120	3.938	(26,2)	(4,4)
Total	69.036	68.162	67.725	(1,9)	(0,6)

1 – Revisão dos convênios com correspondentes ativos.

O BB possui a maior rede de agências do Brasil. A tabela seguinte apresenta a distribuição da rede de agências por região do País.

Tabela 137. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Sudeste	2.424	12.033	20,1
Nordeste	1.134	3.622	31,3
Sul	1.064	4.338	24,5
Centro-Oeste	482	1.834	26,3
Norte	320	1.148	27,9
Total	5.424	22.975	23,6

Rede MaisBB

A Rede MaisBB, composta por Correspondentes no País e Banco Postal, está presente em 14,4 mil pontos espalhados pelo País. A Rede oferece atendimento em horários diferenciados.

A tabela a seguir apresenta dados operacionais da Rede MaisBB, segregados em Correspondentes no País e Banco Postal.

Tabela 138. Rede MaisBB – Dados Operacionais

milhares	Rede MaisBB			
	Correspondentes no País		Banco Postal	
	3T14	3T15	3T14	3T15
Dados Operacionais				
Aberturas de Contas PF ¹ (unidades)	160.705	70.604	218.504	154.805
Pagamentos, Recebimentos e Consultas				
Recebimentos ²	45.235	42.045	18.778	20.112
Depósitos	1.725	1.905	6.240	6.974
Saques	1.329	1.483	7.575	8.124
SalDOS	528	686	3.797	4.222
Extratos	90	69	3.041	2.982
Crédito³				
Quantidade de Operações (unidades)	269.022	249.611	87.998	159.476
Volume Desembolsado (R\$ milhões)	1.722	1.549	128	223

1 - Quantidade de propostas.

2 - Recebimentos de títulos, tributos e convênios.

3 - Informações do Banco Postal: operações efetuadas na Rede Banco Postal e por clientes do Banco Postal em outros canais do Banco.

Banco Postal

O Banco Postal está presente em 94% dos municípios brasileiros, prestando atendimento em mais de 6,1 mil agências. A tabela seguinte demonstra algumas características dos seus clientes.

Tabela 139. Banco Postal – Perfil Cliente

milhares	Banco Postal	
	2T15	3T15
Correntistas Pessoa Física	2.130,1	2.102,2
Empréstimos Realizados por Correntistas	148,6	159,5
Correntistas com Produtos - %	71,9	72,5
Correntistas com Mais de 2 Produtos - %	23,1	24,4
Grau de Instrução - %		
Ensino Fundamental	35,4	35,3
Ensino Médio	52,5	52,0
Ensino Superior	10,3	11,0
Outros	1,7	1,6

Rede Externa

A rede externa do Banco é composta por 41 dependências localizadas em 23 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 3º trimestre de 2015, havia 853 bancos atuando como correspondentes do BB em 107 países.

Tabela 140. Rede de Distribuição no Exterior

Agências	Subagências	Escritórios de Representação	Subsidiárias e Sucursais	Unid. de Serv. Compartilhados
Assunção	Cidade do Leste	Caracas	Banco do Brasil AG Madri	BB USA Serv. Center
Buenos Aires	Hamamatsu	Cidade do México	Banco do Brasil AG Milão	BB Europa Serv. Center
Frankfurt	Nagoia	Dubai	Banco do Brasil AG Paris	
Grand Cayman	Sta. Cruz de La Sierra	Lima	Banco do Brasil AG Viena	
La Paz		Luanda	Banco do Brasil Securities LLC	
Londres		Montevideu	BB Leasing Company Ltd.	
Miami		Panamá	BAMB Brazilian Americ. Merch. Bank	
Nova Iorque			BB Securities Ltd. Londres	
Santiago			BB USA Holding Company	
Tóquio			BB Money Transfers, Inc.	
Xangai			BB Securities Asia PTE, Ltd	
			BB AG - Sucursais em Portugal	
			Cascais	
			Costa da Caparica	
			Marquês de Pombal	
			Lisboa	
			Parque das Nações	
			Porto	

Rede Compartilhada – Banco 24 Horas

A TecBan (Tecnologia Bancária S.A) é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário, atuando como a extensão dos bancos no relacionamento com seus clientes.

O Banco do Brasil possui participação de 12,5% do capital social da empresa. Com mais de 30 anos no mercado, a TecBan é referência em redes de autoatendimento em locais de acesso público, sendo a principal rede nacional multibanco. A companhia é reconhecida pelos seus elevados índices de disponibilidade, qualidade e segurança e conta atualmente com mais de 17,9 mil terminais, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

Em Jul/14, foi aprovado um novo acordo de acionistas que prevê a expansão da marca atual. A expectativa do acordo é ampliar o acesso dos brasileiros aos serviços bancários, até atingir um parque de 30 mil ATMs em 2020.

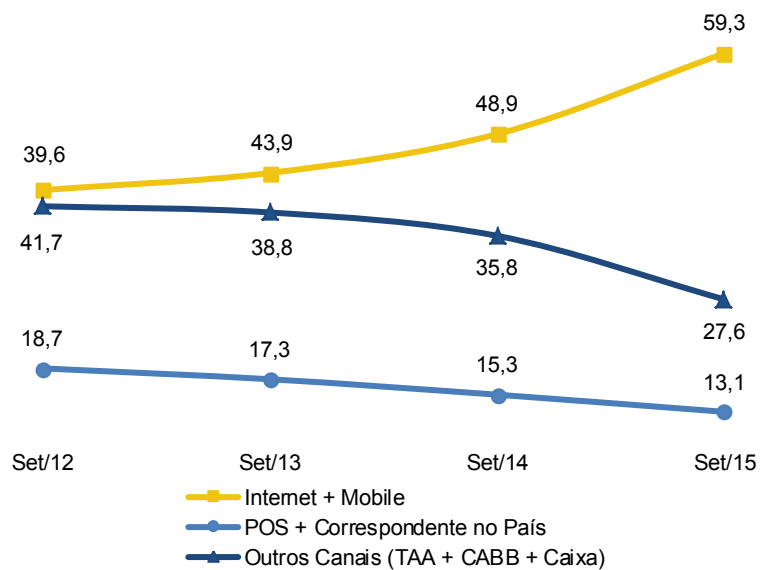
7.3.2. Canais Automatizados

Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil são um diferencial estratégico, disponibilizando uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos. Ao final do 3T15, estes canais foram responsáveis por 95,6% das transações realizadas no banco.

Mobile e Internet Banking

O BB *Mobile* e *Internet Banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que ele esteja.

As transações realizadas por esses canais são responsáveis por parcela expressiva do total das operações bancárias realizadas no Banco do Brasil. A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento.

Figura 52. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações - %

Os próximos dois gráficos apresentam a recente evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

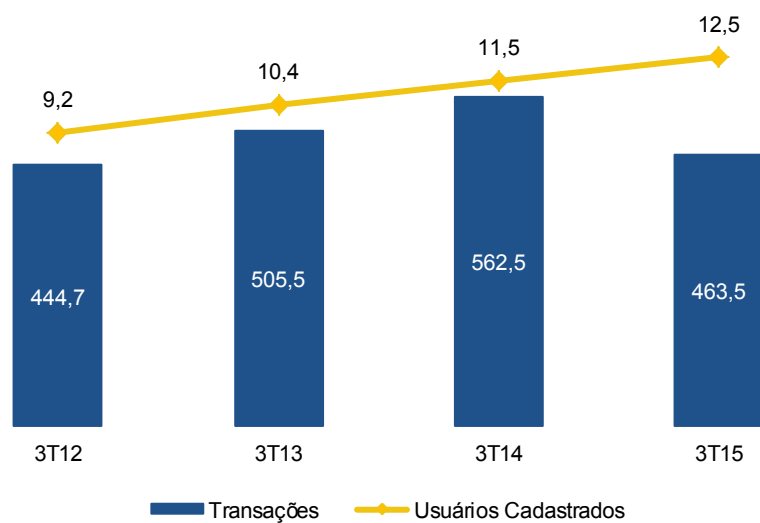
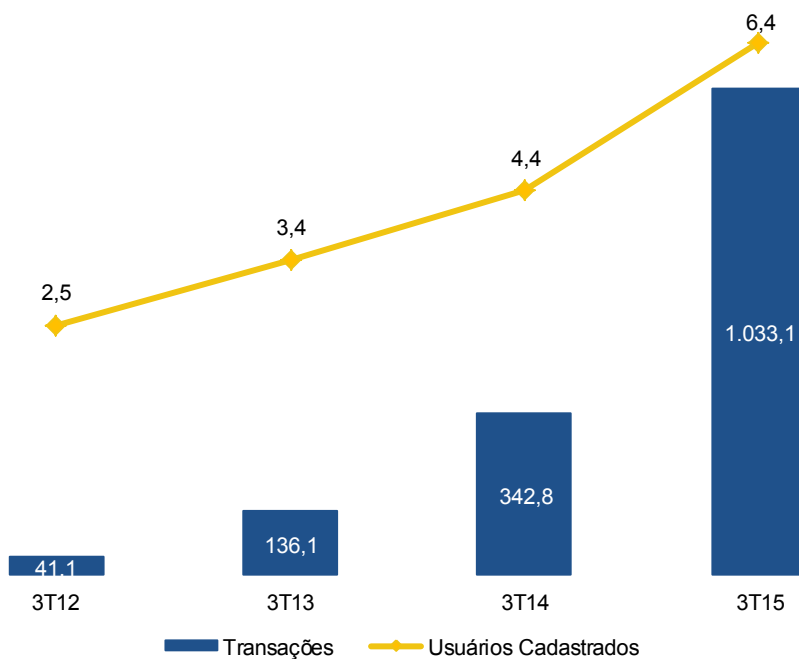
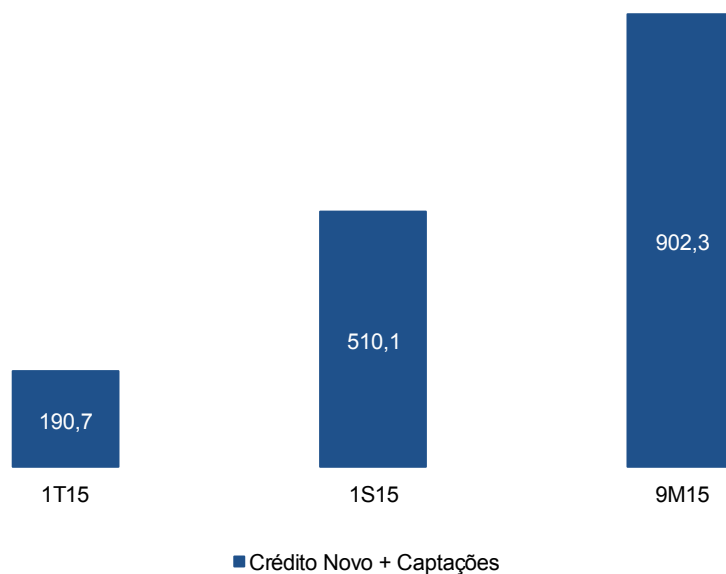
Figura 53. Quantidade de Usuários e das Transações PF (milhões) – Internet Banking

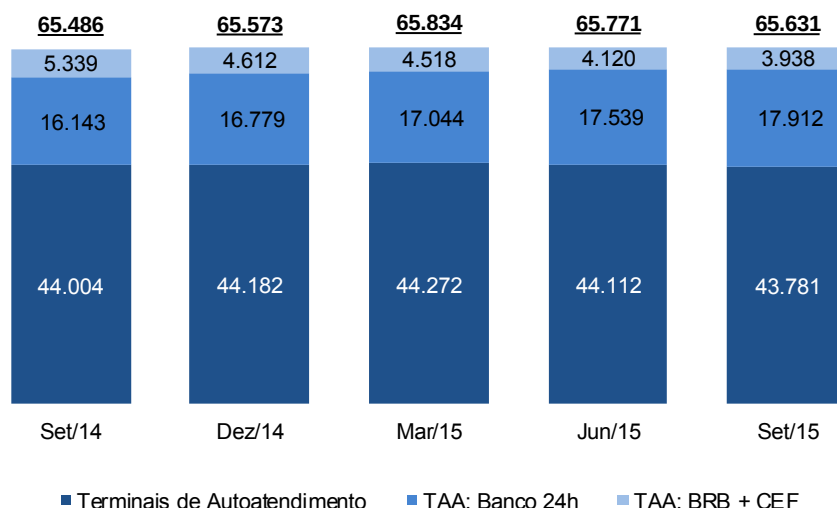
Figura 54. Quantidade de Usuários e das Transações (milhões) – *Mobile Banking*

O gráfico abaixo mostra a evolução na quantidade de transações nas linhas crédito novo e captações, realizadas através do *mobile banking*.

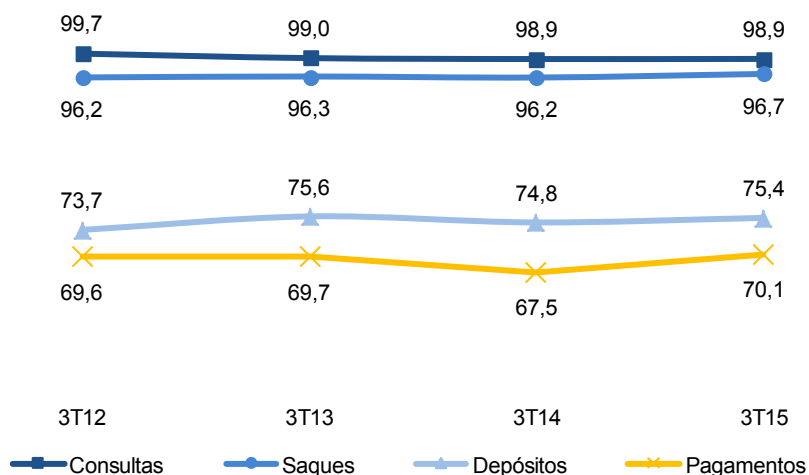
Figura 55. Quantidade de Transações Crédito Novo + Captações (milhões) – *Mobile Banking*

Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil conta com a maior rede de terminais de autoatendimento (TAA) do País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais de autoatendimento da rede própria e das parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Regional de Brasília (BRB) e rede do Banco 24h.

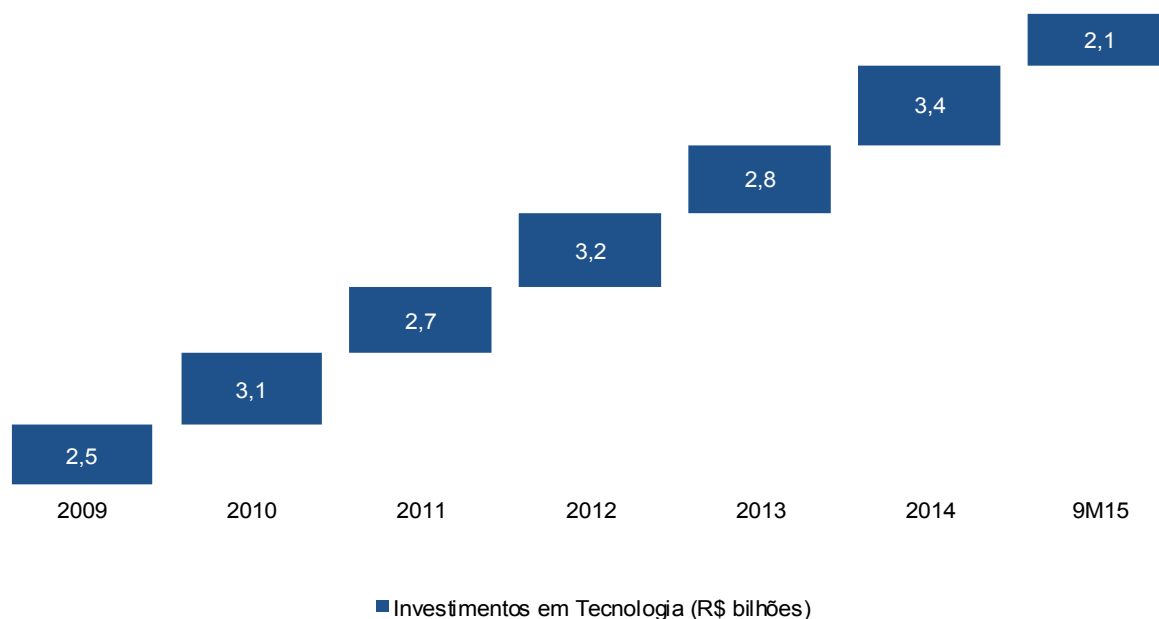
Figura 56. Terminais de Autoatendimento

No próximo gráfico é possível observar que os terminais de autoatendimento, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria absoluta das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

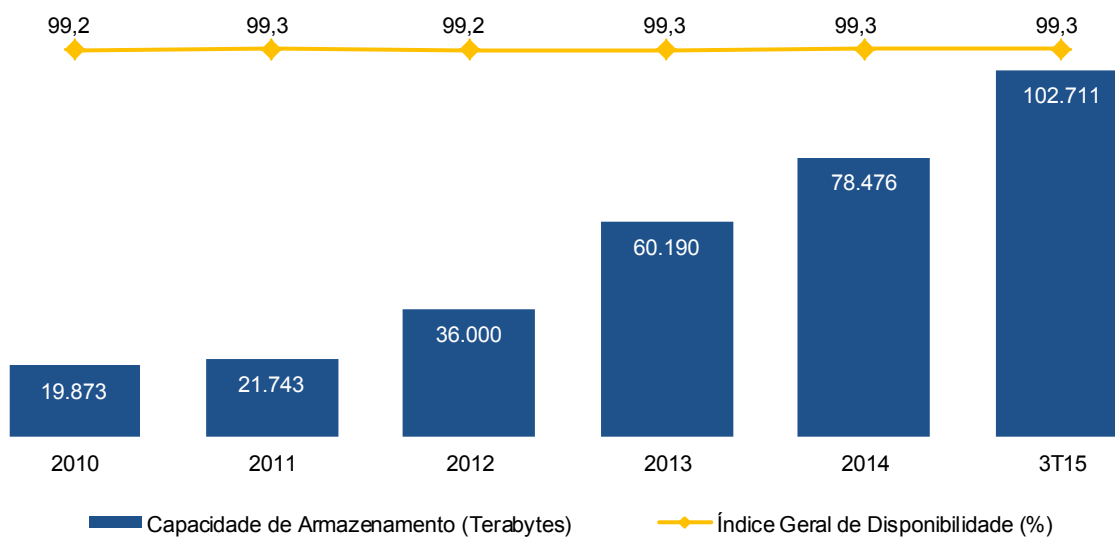
Figura 57. Participação dos TAAs nas Transações Bancárias Básicas (média)

Investimento em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2009 a Set/15 foi investido o montante de R\$ 19,7 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a distribuição desse total investido ao longo do período.

Figura 58. Investimentos em Tecnologia

Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 59. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade

7.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes e pulverizados.

Tabela 141. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/		Fluxo 9 Meses		Var. (%) s/
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15	9M14	9M15	
Outras Receitas Operacionais	1.972	2.046	2.468	25,2	20,6	5.419	6.762	24,8
Atualização de Depósitos em Garantia	496	639	745	50,3	16,7	1.429	1.940	35,7
Operações com Cartões	404	383	533	31,8	39,1	1.052	1.430	35,9
Recuperação de Encargos e Despesas	203	260	304	49,9	16,7	574	824	43,7
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	241	226	223	(7,5)	(1,6)	540	638	18,0
Rec. de Empresas Colig./Control. Não Financeiras	258	108	157	(38,9)	45,6	506	447	(11,8)
Outras Despesas Operacionais	(3.403)	(3.363)	(3.610)	6,1	7,3	(9.495)	(10.399)	9,5
Operações com Cartões	(728)	(898)	(933)	28,2	3,9	(2.025)	(2.751)	35,9
Verba de Relacionamento Negocial	(484)	(489)	(527)	8,9	7,8	(1.435)	(1.511)	5,3
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(284)	(288)	(297)	4,8	0,0	(378)	(868)	129,6
Amortização de Ágio em Investimentos	(237)	(271)	(274)	15,7	1,2	(705)	(817)	15,8
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(297)	(201)	(298)	0,4	48,1	(921)	(748)	(18,7)
Atualização das Obrigações Atuariais	(237)	(245)	(248)	4,6	1,1	(781)	(740)	(5,3)
Descontos Concedidos em Renegociação	(146)	(213)	(220)	50,9	3,6	(518)	(596)	15,0
Amortização de Intangível - Banco Postal	-	-	-	-	-	(481)	-	-
Demais	(620)	(328)	(305)	(50,8)	(7,0)	(933)	(884)	(5,2)

7.5. Perdas Operacionais

O Banco do Brasil classifica suas perdas operacionais em categorias de eventos de risco operacional conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006. Ressalta-se que o BB considera as constituições/reversões de provisões – notadamente para passivos contingentes – no total apurado de perdas operacionais para as categorias Problemas Trabalhistas, Falhas nos Negócios e Falhas em Processos.

O BB registra na categoria “Falhas nos Negócios” as perdas operacionais relacionadas aos ressarcimentos ou indenizações a correntistas e não correntistas decorrentes de ações judiciais e administrativas, excluídas aquelas decorrentes de fraudes, resultantes de questionamentos relacionados a práticas de atendimento e aos produtos e serviços comercializados pelo Banco e seus parceiros de negócios.

Na categoria “Problemas Trabalhistas” são registradas as perdas decorrentes de divergências na relação empregado-empregador envolvendo contratos ou leis, saúde, segurança e discriminação no ambiente de trabalho, incluídas as perdas por responsabilidade subsidiária relativas aos empregadores terceirizados.

As perdas decorrentes de “Fraudes e Roubos Externos” caracterizam-se por atos praticados por terceiros com intenção de apropriar-se indevidamente de valores e ativos físicos do Banco ou de clientes. Destacam-se, nessa categoria, as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas e roubos externos.

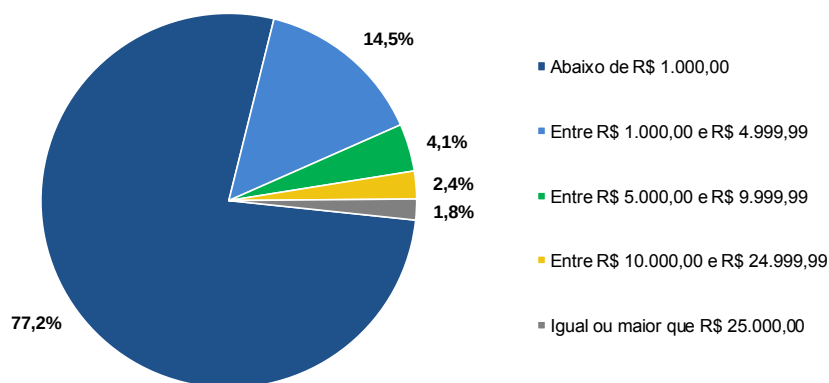
A categoria “Falhas em Processos” caracteriza-se pela possibilidade de perdas com pagamentos a outros Bancos, parceiros de negócio, fornecedores, órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle, decorrentes de falhas ou inadequações na execução, condução e gerenciamento das atividades associadas aos respectivos processos internos.

A participação percentual de cada categoria é discriminada na tabela a seguir.

Tabela 142. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)

	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Falhas nos Negócios	52,3	68,3	81,9	24,2	69,7
Fraudes e Roubos Externos	11,8	13,1	8,7	25,4	5,1
Falhas em Processos	5,1	8,2	5,4	2,9	5,9
Problemas Trabalhistas	29,9	8,8	3,5	46,3	19,1
Fraude Interna	0,6	0,8	0,3	0,6	0,2
Danos ao Patrimônio Físico	0,2	0,4	0,2	0,5	0,0
Falhas de Sistemas	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A distribuição das perdas operacionais do BB está concentrada (92%) em valores abaixo de R\$ 5.000,00, sendo 77% abaixo de R\$ 1.000,00.

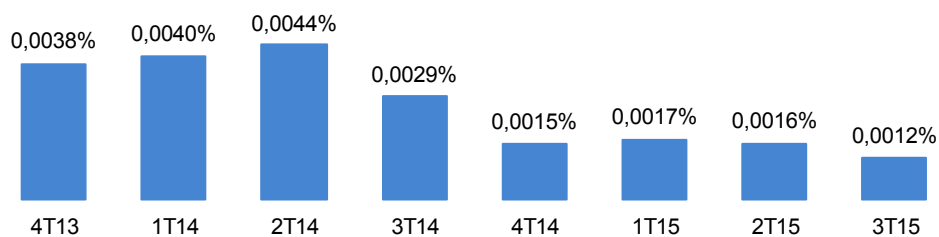
Figura 60. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %

A seguir é apresentado o comportamento da categoria Fraudes e Roubos Externos, descrevendo as principais variações de valores e quantidades, entre outras informações. Ressalta-se que nessa categoria são consideradas as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas, roubos externos, perdas com cartões e fraude documental.

Fraudes Eletrônicas

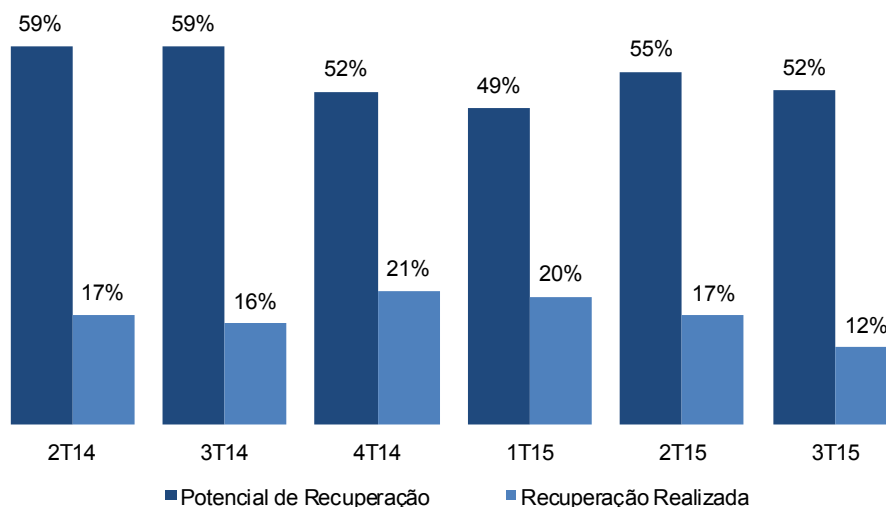
O resultado observado no 3T15 denota a tendência de redução no percentual das transações contestadas por clientes, apurada desde o 3T14. A redução é resultado das ações de mitigação implantadas pelo Banco nos canais de autoatendimento. Dentre estas, podemos destacar: expansão da biometria nos terminais de autoatendimento BB; migração massificada de cartões com tarja para cartões com chip; e, melhorias nas regras de monitoração de transações nos canais de autoatendimento.

O gráfico a seguir apresenta a relação entre a quantidade de transações fraudadas e a quantidade de transações realizadas nesses canais.

Figura 61. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas

O Banco desenvolve ações visando à mitigação das perdas operacionais nos canais de atendimento, bem como atua na recuperação de valores subtraídos. Na próxima figura observam-se os percentuais recuperados comparados com o potencial de recuperação.

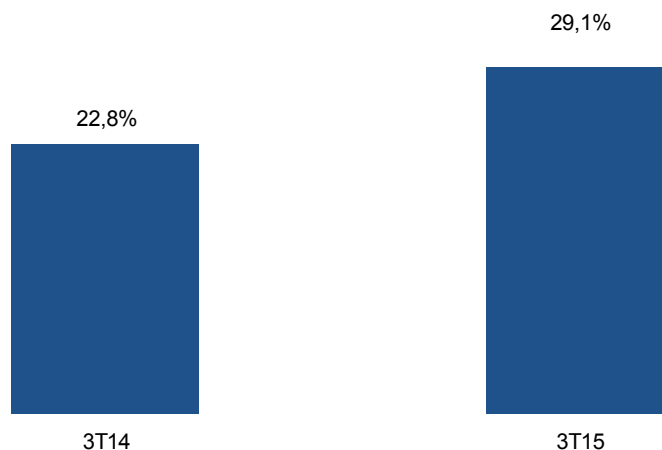
Figura 62. Potencial de Recup. vs Recup. Realizada – Canais de Atendimento



Roubos Externos

O Banco continua adotando ações para reduzir incidentes com roubos externos, promovendo a substituição completa do sistema de alarme, a modernização do monitoramento da rede de negócios, a instalação de cofres modernos com abertura compartilhada, a substituição dos terminais obsoletos por novos com a tecnologia de entintamento. Todas as ações tem como objetivo mitigar perdas operacionais provenientes de atos de terceiros contra as dependências do Banco. Ademais, as ações de melhoria na gestão do numerário foram expandidas. Houve no 3T15 maior efetividade tanto no volume de perdas evitadas quanto de ataques evitados quando comparado com o mesmo período de 2014.

Figura 63. Ataques Obstados vs. Quantidade de Ataques



7.5.1. Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes

Os órgãos reguladores e de fiscalização, além do cumprimento de suas atribuições, também acompanham o desempenho das instituições financeiras por meio de indicadores públicos de reclamações, tais como as demandas de clientes e usuários apresentadas ao Banco Central do Brasil (Bacen) e à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon/MJ), por meio de Procons e outras entidades de defesa do consumidor.

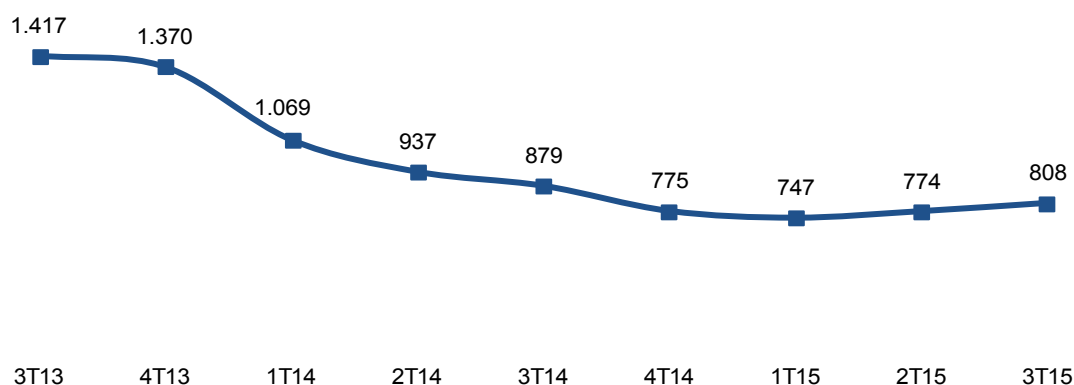
O Banco do Brasil vem obtendo resultados positivos nesses indicadores nos últimos anos, consequência de investimentos no aprimoramento do atendimento, na transparência e na otimização e abertura de novos canais de comunicação aos clientes.

Ao longo do 3T15 o BB mantém tendência de queda em reclamações procedentes Bacen, com média mensal de 269 reclamações. Essa quantidade foi 8,08% inferior à do 3T14, quando foi registrada a média de 293 reclamações.

Destaca-se a mudança positiva de patamar observada pelo Banco do Brasil desde Set/2013, com redução absoluta de reclamações procedentes da ordem de 42,98% (3T15 x 3T13).

Na figura a seguir pode-se observar que, desde 3T13, o Banco vem reduzindo, de maneira consistente, a quantidade de demandas julgadas procedentes nas centrais de atendimento ao público do Bacen.

Figura 64. Quantidade de Reclamações Procedentes Junto ao Bacen

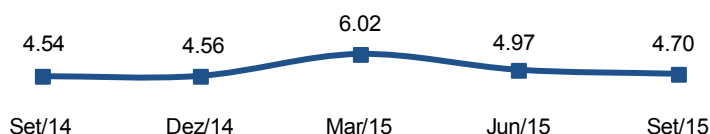


Fonte: Banco Central do Brasil.

Com essa significativa redução na quantidade bruta de reclamações procedentes, o Banco do Brasil permaneceu com índices abaixo dos apresentados pelo mercado e no mês de Set/15, situou-se fora do Ranking das IF's Mais Reclamadas no Bacen, figurando apenas na 6ª colocação nesse ranking, melhor posição entre os bancos com mais de 10 milhões de clientes.

A seguir é apresentado a evolução do índice de reclamações apurado pelo Bacen. O BB permanece com índices abaixo da média de mercado.

Figura 65. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil



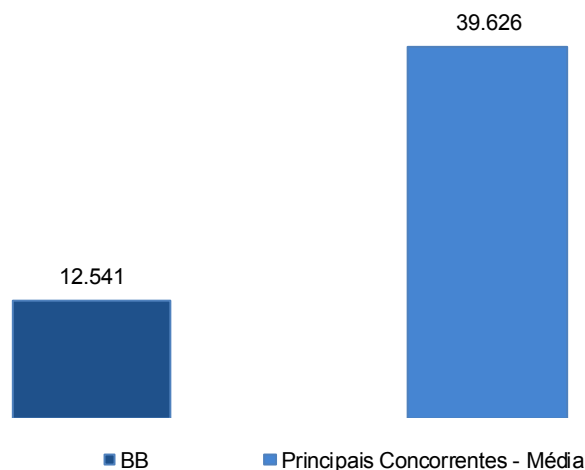
Também nos indicadores públicos da Secretaria Nacional do Consumidor-Senacon/MJ, o BB tem apresentado constante e expressiva evolução.

Considerando-se as demandas registradas nos Procon integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec, o número de reclamações do Banco do Brasil foi

68,4% menor do que a média registrada para os principais bancos concorrentes (Jan a Ago/15 X Jan a Ago/14), conforme demonstrado na próxima figura.

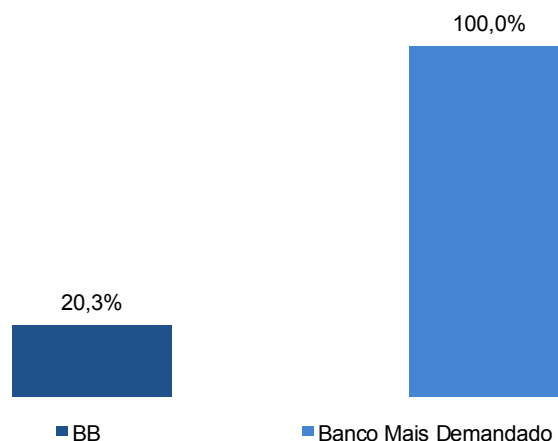
Além disso, a quantidade registrada para o BB representa apenas 6,22% do total de reclamações das IF's avaliadas nos indicadores públicos da Senacon/MJ, que foi de 201.752 no período de Jan a Ago/15.

Figura 66. Registros nos Procon: BB versus Principais Concorrentes

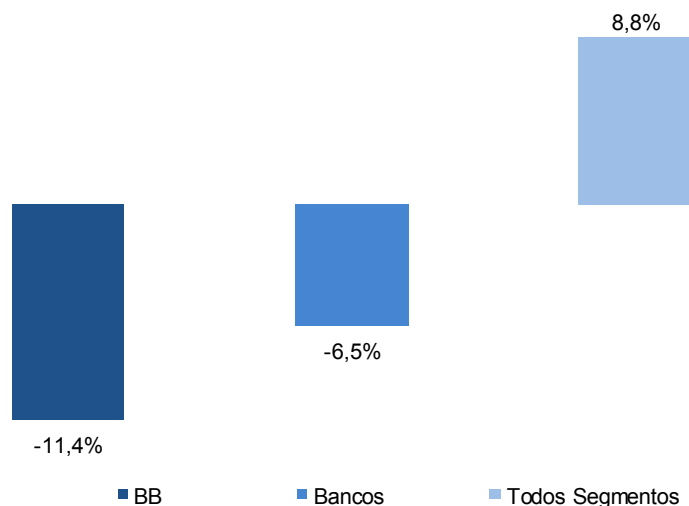


No mesmo período comparativo (Jan a Ago/15 X Jan a Ago/14), observa-se a seguir que o BB possui participação 79,7% menor em relação ao banco que detém o maior número de ocorrências.

Figura 67. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado



Em relação ao total de demandas ingressadas nos Procon, na comparação Jan a Ago/15 x Jan a Ago/14, o BB conseguiu redução de 11,42%, ou seja, mesmo tendo um dos menores volumes de ocorrências de Procon entre as Instituições Financeiras com mais de 2 milhões de clientes, o BB ainda conquistou redução superior em 4,93 pontos percentuais à apresentada pelo segmento de bancos que apresentaram redução de 6,49%.

Figura 68. Novos Registros no Procon: BB versus Principais Concorrentes

Com o aprimoramento do trabalho realizado pelo Banco do Brasil, verificou-se no período de Jan a Ago/15 a resolução de 79,84% das demandas recebidas dos Procon integrados ao Sindec, apresentando índice semelhante à resolutividade média das demais instituições financeiras no indicador que avalia a solução de demandas de consumidores por meio de Cartas de Informações Preliminares (CIP).

Em audiências administrativas junto às Entidades de Defesa do Consumidor, no período de Jan a Ago/15, o BB melhorou 4,42 pontos percentuais em seu índice de solução em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre as medidas que contribuíram para a melhoria do Banco nos indicadores de reclamações de clientes, desde 2013, estão a simplificação do portfólio de pacotes comercializados e disponibilização do extrato de serviços.

O Banco também disponibilizou o serviço de reclamações no autoatendimento na internet e *mobile*, tornando mais rápido o tratamento de demandas pelo SAC que passou a ser ainda mais resolutivo com alçadas para solução imediata que também estão disponíveis para a rede de agências do BB.

O atendimento realizado pelo Banco nas redes sociais demonstra-se como uma eficiente estratégia para melhorar a percepção do cliente sobre a marca e proporcionar experiências positivas no relacionamento, em canais de maior conveniência. Desde 2013 o BB interage com os consumidores por meio do *Facebook* e *Twitter*.

Ainda visando a melhoria de comunicação e atendimento ao cliente, o Banco foi a primeira instituição financeira a aderir a solução “consumidor.gov.br”, sob a gestão da Senacon/MJ, a qual tem por objetivo a solução alternativa de conflitos de consumo por meio da internet, permitindo o incentivo à competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

8 – Outros Componentes Patrimoniais

A partir do 3T15 as informações que eram apresentadas nos capítulos 8.5 - Ágios sobre investimentos e 8.6 - Ativos Intangíveis estarão disponíveis no site do Banco do Brasil na seção de relações com investidores (www.bb.com.br/ri), na planilha de séries históricas.

8.1. Ativo Atuarial

Histórico

O ativo atuarial do Banco do Brasil representa a parcela do patrocinador no superávit obtido pelo Plano de Benefícios 1 (Plano 1), administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. Seu valor é apurado periodicamente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano 1, estabelecido sob a modalidade Benefício Definido, foi custeado pelas contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e patrocinador (Banco do Brasil) até dezembro/2000, à razão de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro/2001, foi implementada a contribuição paritária (50%) pelo Banco do Brasil e pelos participantes e beneficiários, visando adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20.

Em vista da paridade contributiva, a participação do Banco no superávit é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

Em novembro/2010, o Banco firmou Memorando de Entendimentos do Plano 1 com a Previ visando a destinação e utilização parcial do superávit, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008).

A mensuração do saldo atuarial do Plano 1 é realizada semestralmente (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superávit do plano para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro do plano para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

A partir da estimativa de resultado financeiro do Plano 1 para o final do semestre subsequente, o BB efetua o reconhecimento antecipado mensal desse montante à razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetados, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes do Plano 1

São participantes do Plano 1 os funcionários que detinham a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: grupo de participantes admitidos até 14/04/1967 que não estavam aposentados e até aquela data não reuniam condições para a aposentadoria. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento pelo patrocinador das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo de participantes passaram a ser integralizadas ao Plano 1;
- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997;
- III. Grupo Especial: abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Em vista da situação superavitária do Plano 1, as contribuições pelos participantes e patrocinador foram suspensas entre jan/2007 e nov/2010, quando ocorreu o acordo de revisão do Plano. Entre dez/10 e dez/13, as contribuições foram compensadas com o saldo do Fundo de Contribuição.

Os ativos do Plano 1 da Previ, conforme composição apresentada na tabela a seguir, são mensurados a valor justo principalmente com referência ao valor de mercado.

Tabela 143. Composição dos Ativos

%	Set/14	Jun/15	Set/15
Renda Fixa	31,6	35,8	35,8
Renda Variável	58,6	53,8	53,8
Investimentos Imobiliários	5,7	6,1	6,1
Empréstimos e Financiamentos	3,5	3,6	3,6
Outros	0,7	0,7	0,7
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	7,8	7,9	7,9
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 144. Principais Premissas Atuariais

%	1S14	2014	1S15
Taxa real de desconto (a.a.)	6,1	6,3	6,2
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,3	12,8	12,5

O passivo atuarial do Plano 1 corresponde ao valor presente líquido dos benefícios devidos aos participantes, considerando-se a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 e taxa nominal de desconto apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos (NTN-B). A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pelo CGPC 26/2008.

O ativo atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração do superávit do Plano 1 ocorrer semestralmente, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente o crescimento projetado para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo atuarial.

Tabela 145. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	141.679	135.146	135.146	136.105	136.105
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(122.205)	(122.885)	(122.885)	(130.042)	(130.042)
(c) Superávit BB = [(a) + (b)] x 50%	9.737	6.130	6.130	3.032	3.032
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	9.737	10.083	6.130	6.395	3.032
(e) Resultado Financeiro Antecipado	228	228	139	139	40
(f) Contribuição de Fundos	117	163	126	139	122
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	-	(4.343)	-	(3.641)	-
(h) Saldo do Ativo Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g)	10.083	6.130	6.395	3.032	3.193

8.2. Fundos de Destinação de Superávit

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo, valores relativos a:

- I. Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em mai/06 a partir do saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;
- II. Destinação parcial do superávit acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização, que são usados para fazer frente às contribuições do Banco ao Plano 1.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde jan/07 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 146. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Saldo Inicial	117	118	119	125	113
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	-	-	-	(12)	-
Atualização	2	3	7	4	3
Contribuições - Grupo Especial	(1)	(3)	(1)	(4)	-
Saldo Final	118	119	125	113	116

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído inicialmente no 2T11 e reforçado trimestralmente pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse Fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superávit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC 26/2008).

Com a retomada dos aportes periódicos por parte dos participantes e do patrocinador, a partir do 1T14 as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas através desse Fundo.

Tabela 147. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Saldo Inicial	8.046	8.092	8.155	8.474	8.667
Atualização	163	223	444	316	223
Contribuições ao Plano 1	(117)	(160)	(125)	(123)	(122)
Saldo Final	8.092	8.155	8.474	8.667	8.768

8.3. Passivo Atuarial

O passivo atuarial do Banco do Brasil é composto por suas obrigações junto ao Plano Informal (Previ), ao Plano de Associados (Cassi) e alguns planos Economus. A Cassi é responsável por 77,4% do total do passivo atuarial do BB e está constituído sob forma de plano de benefício definido.

Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde do associado e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade;
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

A Cassi apresentava sucessivos descasamentos entre receitas e despesas. Em 1995, a cobertura do déficit operacional ocorreu por rateio entre patrocinador e associados. Para garantir o equilíbrio financeiro do plano, Cassi e Banco reformularam o Estatuto Social em 1996. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e patrocinador.

Em 2007 o Banco firmou novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até hoje. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão passou a ser de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB para investimentos no aprimoramento do seu modelo de atuação relativo aos serviços próprios pela Cassi;
- IV. assunção pelo Banco do déficit dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

Com a vigência da CVM 695/2012, a partir de 2013, a tabela abaixo passou a demonstrar a evolução do passivo atuarial Cassi.

Tabela 148. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012

R\$ milhões	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.790)	(5.830)	(5.830)	(6.319)	(6.319)
(c) Déficit BB = [(a) + (b)]	(5.790)	(5.830)	(5.830)	(6.319)	(6.319)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(5.790)	(5.873)	(5.830)	(5.907)	(6.319)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(195)	(195)	(201)	(201)	(212)
(f) Contribuição BB	113	157	125	124	142
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	-	81	-	(334)	-
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(5.873)	(5.830)	(5.907)	(6.319)	(6.389)

Efeitos no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme deliberação CVM 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 149. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

R\$ milhões	Previ - Plano 1	Cassi	Outros Planos	Total
Jun/14				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.905)	786	(153)	(6.271)
Efeitos Fiscais	2.955	(315)	61	2.701
Efeito no Patrimônio Líquido	(3.950)	472	(91)	(3.570)
Dez/14				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(4.343)	81	(6)	(4.268)
Efeitos Fiscais	1.858	(33)	2	1.828
Efeito no Patrimônio Líquido	(2.485)	49	(4)	(2.440)
Jun/15				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3.641)	(334)	92	(3.884)
Efeitos Fiscais	1.558	134	(273)	1.419
Efeito no Patrimônio Líquido	(2.083)	(201)	(181)	(2.465)

8.4. Impostos Diferidos**Crédito Tributário (Ativo Fiscal Diferido)**

O crédito tributário origina-se principalmente de diferenças intertemporais de Imposto de Renda e Contribuição Social.

As diferenças intertemporais decorrem no tratamento diferenciado atribuído pelas normas contábeis e fiscais a determinadas despesas que compõem o lucro do período. As despesas com provisão, por serem constituídas com fundamento em perdas prováveis, são um exemplo. Elas somente poderão ser dedutíveis quando as perdas ocorrerem efetivamente. A partir de janeiro/2013, passaram a ser considerados os valores de ajustes patrimoniais dos planos de benefícios, conforme Deliberação CVM 695/2012.

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social representam um benefício fiscal pela possibilidade de sua compensação conforme ocorra geração de lucro tributável futuro.

Tabela 150. Abertura do Crédito Tributário

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Diferenças Intertemporais	27.264	92,8	34.469	94,7	43.334	95,5	58,9	25,7
PCLD ¹	16.735	57,0	19.296	53,0	24.057	53,0	43,8	24,7
Provisões Passivas	7.699	26,2	8.112	22,3	10.439	23,0	35,6	28,7
Ajustes Patrimoniais Negativos de Plan. Benef.	193	0,7	166	0,5	274	0,6	41,7	64,8
Marcação a Mercado	1.033	3,5	1.420	3,9	2.798	6,2	170,9	97,0
Outras Provisões	1.605	5,5	5.474	15,0	5.766	12,7	259,4	5,3
CSLL Escriturada a 18% (MP 2.158/2001)	1.255	4,3	1.159	3,2	1.256	2,8	0,1	8,4
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	393	1,3	352	1,0	371	0,8	(5,6)	5,4
Superveniência de Depreciação	472	1,6	420	1,2	408	0,9	(13,6)	(2,8)
Total de Crédito Tributário	29.384	100,0	36.400	100,0	45.368	100,0	54,4	24,6

1 – Incluem valores de PCLD e Operações de Crédito – Lei nº 9.430/96.

Passivo Fiscal Diferido

O passivo fiscal diferido representa o valor do tributo devido em período futuro e relacionado às receitas e ganhos tributáveis classificados como diferenças intertemporais. De forma análoga ao crédito tributário por diferença intertemporal, provém do tratamento contábil e fiscal sobre as receitas decorrentes de ajustes patrimoniais e cuja realização está condicionada no futuro.

A tabela abaixo mostra a abertura do passivo fiscal diferido:

Tabela 151. Abertura do Passivo Fiscal Diferido

R\$ milhões	Saldos				Var. (%) s/			
	Set/14	Part. %	Jun/15	Part. %	Set/15	Part. %	Set/14	Jun/15
Ajustes Patrimoniais Positivos de Planos de Benef.	2.033	56,1	50	3,1	67	2,8	(96,7)	34,6
Atualização de Depósitos Judiciais	443	12,2	474	29,6	486	20,5	9,8	2,6
Marcação a Mercado	388	10,7	648	40,5	1.247	52,6	221,1	92,4
Ajuste a Valor Presente - Arrend. Mercantil	186	5,1	100	6,2	93	3,9	(50,1)	(6,9)
Créditos Recuperados a Prazo	170	4,7	183	11,4	216	9,1	26,7	17,9
Outros	404	11,2	144	9,0	264	11,1	(34,7)	82,8
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	3.625	100,0	1.599	100,0	2.373	100,0	(34,5)	48,4

9 - Gestão de Riscos

9.1. Gestão dos Riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla de forma abrangente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos. Não obstante as atividades estarem focadas nos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, o Banco adota mecanismos para garantir a suficiência de capital para cobertura de outros riscos incorridos.

A gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco e formuladas pelo Comitê Superior de Risco Global - CSRG, um fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês específicos (Crédito, Mercado e Liquidez e Operacional), que são fóruns constituídos por Diretores Estatutários.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o [website bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri).

As tabelas e gráficos constantes deste capítulo não consideram as informações contábeis do Banco Votorantim (BV), a menos que haja referência explícita em contrário. Nesse sentido, define-se a expressão BB Consolidado como Banco do Brasil no país e exterior exclusive BV.

9.1.1. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

I - o risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;

II - o risco país: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

III - o risco de *commitment*: a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

IV - o risco de interveniente: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito; e

V - o risco de concentração: a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

No Banco do Brasil, a estrutura de gerenciamento do risco de crédito é composta pelas Diretorias de Gestão de Riscos, Diretoria de Crédito e Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, sendo o diretor de Gestão de Riscos, por meio de indicação do Conselho de Administração, o responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Banco. Essa estrutura está em consonância a Resolução CMN nº 3.721, de 30/04/2009.

9.1.2. Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas

à variação cambial, das taxas de juros, incluindo a Carteira de Não Negociação (Parcela RBAN), dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), conforme previsto na Resolução nº 3.464, de 26/06/2007, é responsável pelo gerenciamento do risco de mercado no Banco do Brasil, com estrutura para gerenciamento dos riscos de mercado compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos da instituição, segregada das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- I - Sensibilidades;
- II - Valor em Risco (*VaR*); e
- III - Estresse.

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado Econômico-Financeiro.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 30/09/2015, é passiva no valor de US\$ 3.122 milhões.

Tabela 152. Balanço em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões

MOEDA	CONTAS PATRIMONIAIS	
	ATIVO	PASSIVO
Dólar dos EUA	219.364	230.165
Euro	16.220	18.292
Libra Esterlina	774	1.744
Iene	3.468	3.960
Franco Suíço	19	1.299
Dólar Canadense	13	50
Ouro	7	-
Demais	20.010	19.873
Total	259.875	275.384
Posição Líquida - Patrimoniais		(15.509)

MOEDA	DERIVATIVOS	
	COMPRADO	VENDIDO
Dólar dos EUA	52.378	53.726
Euro	4.317	2.595
Libra Esterlina	467	327
Iene	929	707
Franco Suíço	1.445	-
Dólar Canadense	45	0
Demais	886	6
Total	60.467	57.361
Posição Líquida - Derivativos		3.106

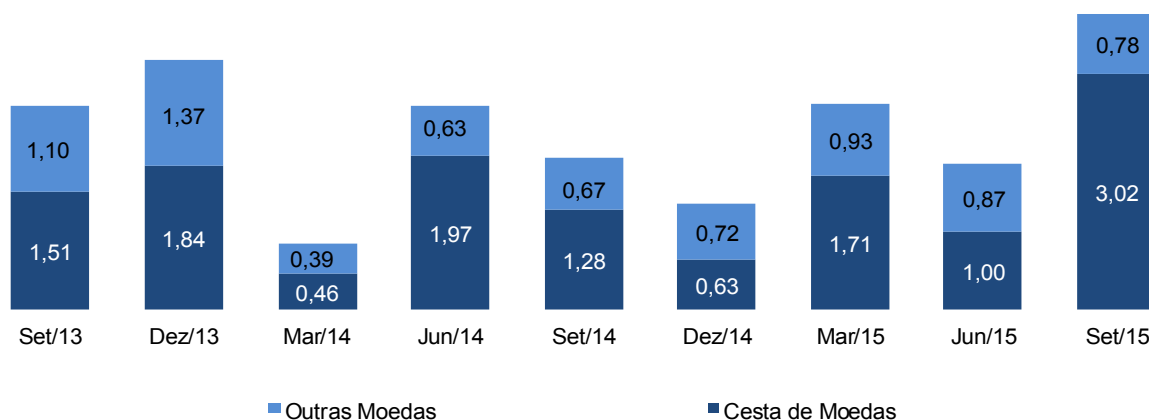
TOTAIS PATRIMONIAIS E DERIVATIVOS	320.343	332.745
Posição Líquida Total		(12.403)
Posição Líquida Total - Em US\$		(3.122)

Destaca-se que no mês de setembro/2015, as alterações dos volumes do mapa de descasamento cambial, visão regulatória, decorrem dos efeitos de marcação a mercado e cotação de moedas estrangeiras para o real.

Entretanto, a exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen 3.641, de 04 de março de 2013, contemplando a estratégia de hedge fiscal, é da ordem de R\$ 4.948,3 milhões para a data de 30 de setembro de 2015. O hedge fiscal objetiva reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similamente, as perdas não geram dedução na base tributária.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde setembro de 2013.

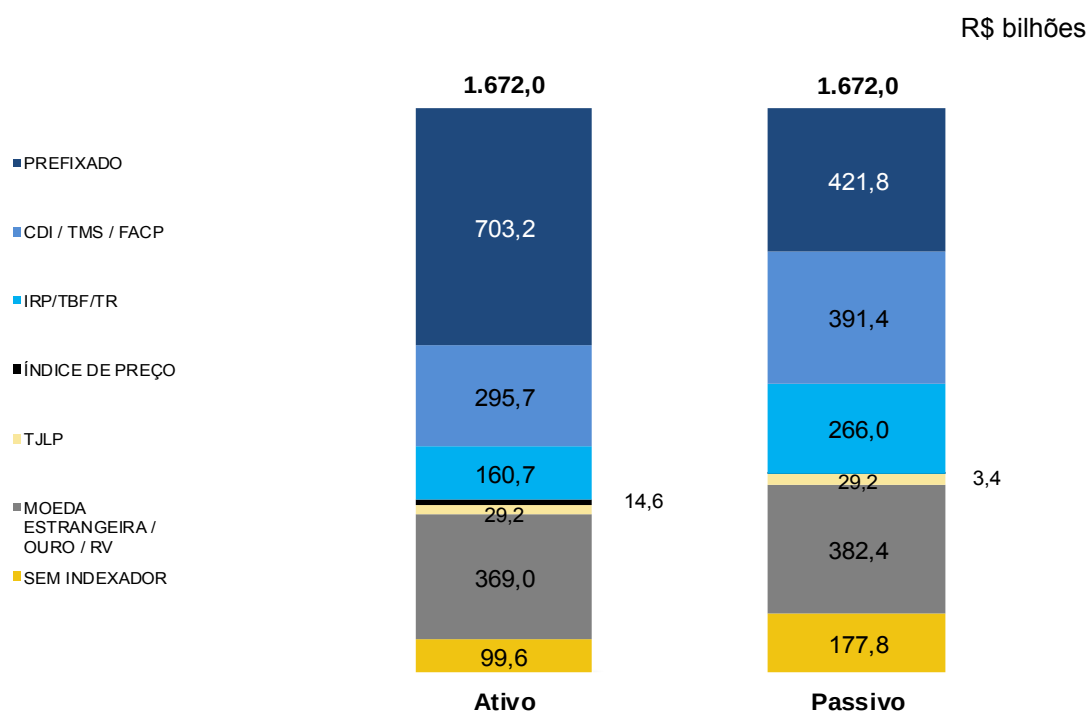
Figura 69. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balanço por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 30/09/2015:

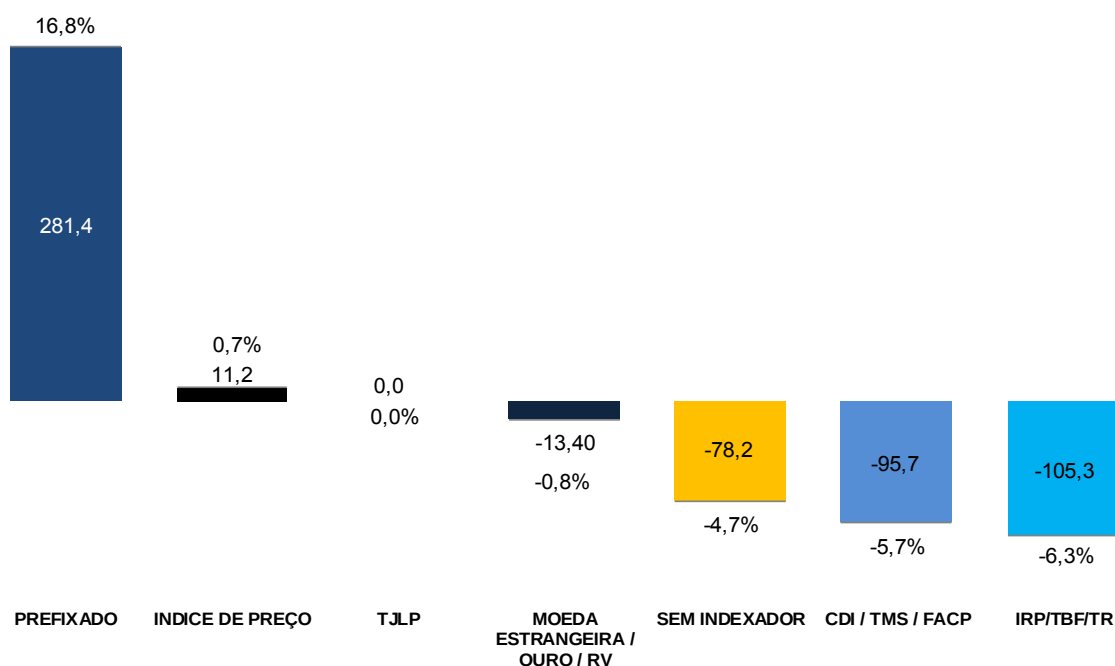
Figura 70. Ativos e Passivos por Indexador



O gráfico a seguir evidencia os descasamentos líquidos por indexador do BB Consolidado:

Figura 71. Posição Líquida por Indexador

R\$ bilhões



Demonstrativo do Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por fator de risco e por prazo de indexação de taxa de juros do BB Consolidado:

Tabela 153. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

R\$ milhões

Ativos	< 1 Meses	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Prefixado	373.440	45.576	34.446	51.078	110.427	88.293	703.261
CDI/TMS	295.766	-	-	-	-	-	295.766
TR/TBF/IRP	-	-	160.727	-	-	-	160.727
Índice de Preço	-	-	14.665	-	-	-	14.665
TJLP	2.163	27.112	-	-	-	-	29.274
US\$/ME	109.233	26.379	22.175	24.698	48.703	137.853	369.041
Total - Ativos	780.602	99.066	232.014	75.776	159.130	226.146	1.572.734
Passivos							
Prefixado ¹	252.141	18.544	21.941	27.727	44.024	57.506	421.882
CDI/TMS	391.476	-	-	-	-	-	391.476
TR/TBF/IRP	-	-	266.098	-	-	-	266.098
Índice de Preço	-	-	3.459	-	-	-	3.459
TJLP	1.617	27.639	-	-	-	-	29.256
US\$/ME	95.817	33.122	25.071	30.891	35.227	162.271	382.399
Total - Passivos	741.050	79.305	316.568	58.618	79.251	219.777	1.494.570
Gap	39.552	19.761	(84.554)	17.158	79.879	6.369	78.165
Gap Acumulado	39.552	59.313	(25.241)	(8.084)	71.796	78.165	-
Gap Acumulado como % Ativos	5,1%	19,9%	-36,4%	22,6%	50,2%	2,8%	5,0%

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 43,5 bilhões) em passivos prefixados.

9.1.3. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e da sua capacidade de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política de Risco de Liquidez estabelecida pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banco do Brasil segrega a Liquidez em Reais da Liquidez em Moedas Estrangeiras. Os principais instrumentos utilizados na gestão são:

- I - Projeções de Liquidez;
- II - Limites de Risco de Liquidez;
- III - Plano de Contingência de Liquidez;
- IV - Monitoramento Prospectivo; e
- V - Teste de Estresse de Liquidez

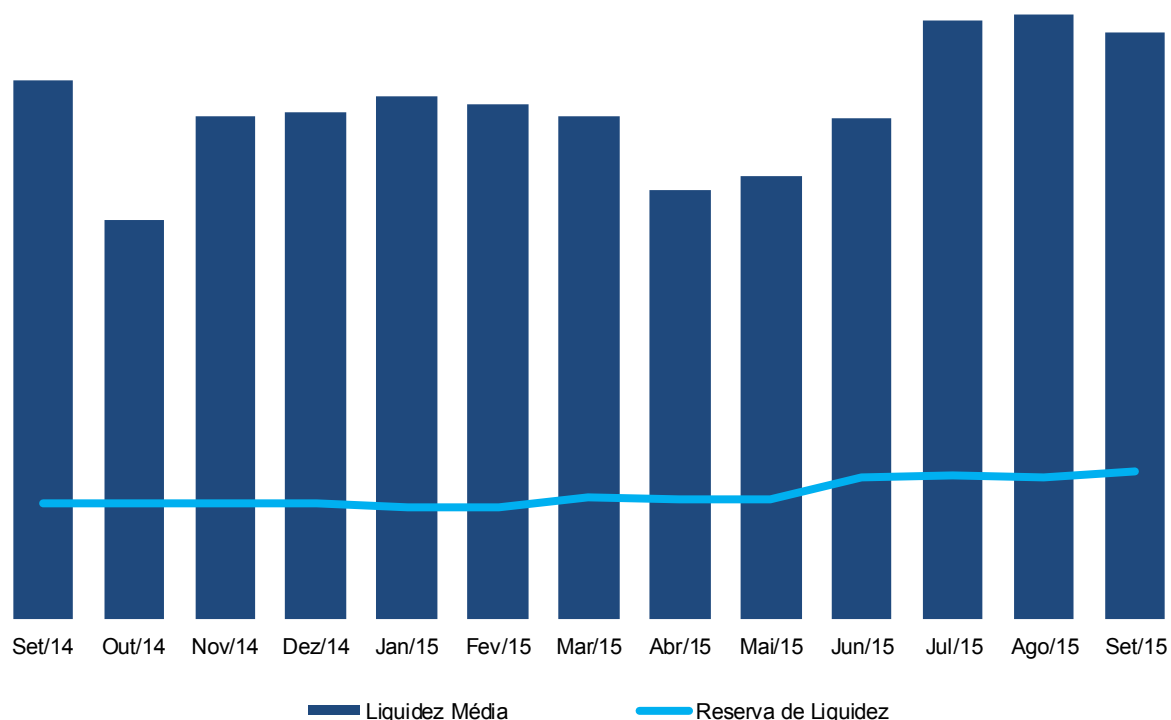
Os limites de risco de liquidez atualmente utilizados no Banco do Brasil são:

- a Reserva de Liquidez, que representa o volume de ativos de alta liquidez que devem ser mantidos para fazer face ao risco de liquidez de curto prazo, utilizado como parâmetro de identificação de situação de estresse de liquidez prevista no Plano de Contingência de Liquidez e no Monitoramento Prospectivo de Liquidez;
- o Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (Indicador DRL), voltado ao gerenciamento do risco de liquidez de médio e longo prazo; e
- o Colchão de Liquidez, representando o nível de liquidez prudencial para o gerenciamento do risco de liquidez em cenários de estresse.

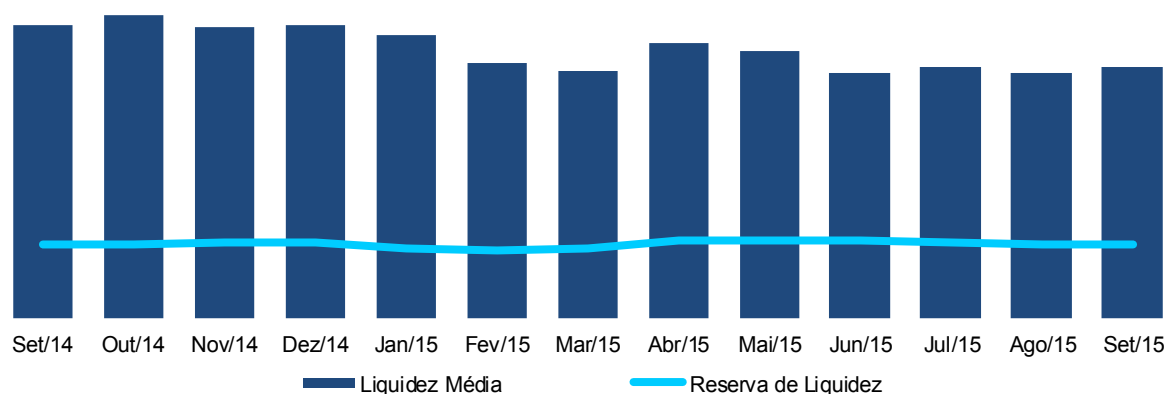
Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos.

A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

Figura 72. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional

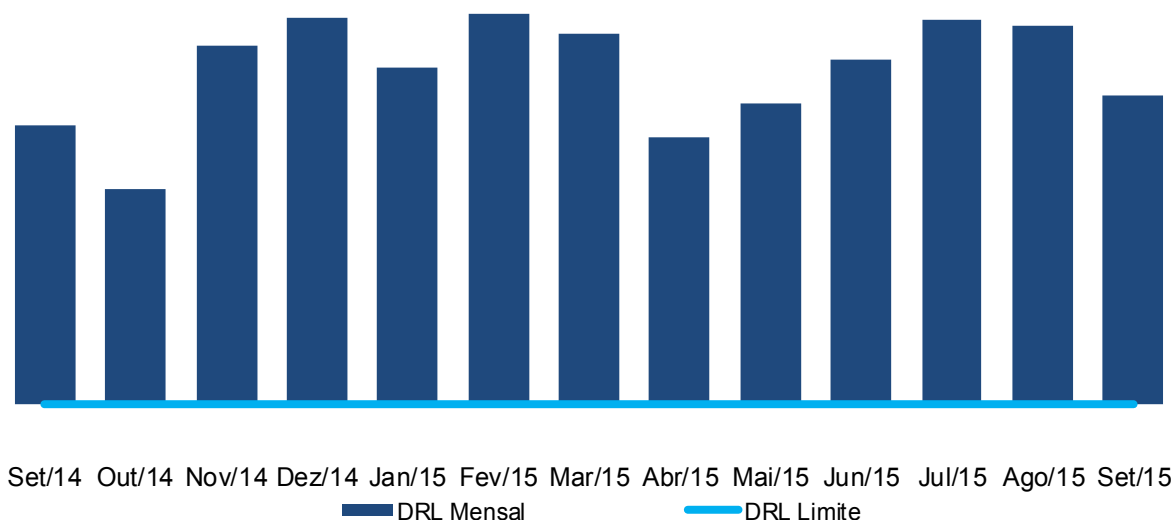


A figura seguinte apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

Figura 73. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira

O indicador de Disponibilidades de Recursos Livres (DRL) visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial da área interna e garantir o financiamento da Liquidez em moeda nacional com recursos comerciais.

O limite do Indicador DRL, definido anualmente pelo Comitê de Risco Global (CRG) de acordo com as metas de captações e aplicações comerciais, é parâmetro utilizado no planejamento e na execução do orçamento da instituição e é monitorado sob periodicidade mensal.

Figura 74. Indicador DRL

Alinhado com a estratégia de financiamento das operações comerciais, o indicador DRL observado no primeiro trimestre se manteve acima do limite anual estabelecido.

Tal medida permite ao Banco a realização de sua estratégia comercial sem comprometer a gestão do risco de liquidez da instituição, conforme monitoramento do limite da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional apresentado neste capítulo.

Destaca-se que a manutenção da Liquidez em moeda nacional e em moeda estrangeira, acima dos limites das suas respectivas Reserva de Liquidez, possibilita a execução do planejamento estratégico do Banco em níveis confortáveis de exposição ao risco de liquidez.

9.1.4. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de eventos externos. Esta

definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal que está associado às atividades desenvolvidas pela Instituição.

O processo de gestão do risco operacional adotado permite identificar, avaliar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais, proporcionando uma gestão efetiva, contribuindo para a continuidade e solidez da Organização.

O gerenciamento do risco operacional no Banco é realizado de maneira corporativa, por meio de metodologias e instrumentos, com a participação das áreas gestoras de processos, produtos e serviços, envolvidos diretamente na identificação e implementação de ações mitigadoras. As etapas de avaliação, controle e monitoramento são executadas de maneira independente, sendo realizados reportes periódicos aos colegiados estratégicos.

Informações detalhadas sobre risco operacional podem ser consultadas no capítulo 7.5 deste Relatório e no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3 no site do Banco do Brasil – Relações com Investidores – Gestão de Riscos.

9.2. Estrutura de Capital

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

Desempenho

O Banco do Brasil encerrou o terceiro trimestre de 2015 com Índice de Basileia de 16,20% permanecendo acima do mínimo regulatório, que corresponde ao fator “F” disposto na Resolução CMN nº 4.193/2013:

Tabela 154. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O PR, que considera os novos requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 136.634 milhões.

O Índice de Capital Nível 1 (ICN1) realizado em setembro de 2015 registrou 11,61%, sendo 8,07% de Índice de Capital Principal (ICP). Ambos os indicadores estão enquadrados no limite mínimo regulatório, 6%, a partir de 01.01.2015.

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor PR e do RWA, até dezembro de 2014, para o Conglomerado Financeiro, a partir de março de 2015 a apuração faz referência ao Conglomerado Prudencial.

Tabela 155. Índice de Basileia

R\$ milhões	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
Patrimônio de Referência - PR	123.713	126.588	128.705	127.991	136.634
Nível I	88.810	89.538	91.298	89.853	97.962
Capital Principal	71.554	71.036	69.739	68.936	68.071
Patrimônio Líquido	71.489	70.675	73.316	72.534	73.368
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(8.035)	(7.740)	(11.677)	(11.699)	(13.397)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(3.776)	(3.714)	(3.805)	(3.900)	(3.874)
Ativos intangíveis constituídos a partir de 01.10.2013	(758)	(1.066)	(2.048)	(2.095)	(2.148)
Créd. tributários decorrentes de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 10%)	-	-	(620)	(1.990)	(3.187)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(758)	(715)	(1.343)	(1.246)	(1.155)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(1.628)	(1.192)	(2.470)	(1.243)	(1.302)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	(251)	(255)	(499)	(464)	(502)
Participação de não controladores	(149)	(171)	(434)	(379)	(508)
Inv. Sup. e créd. Trib. dec. de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 15%)	(641)	(556)	(359)	(291)	(635)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(39)	(38)	(72)	(69)	(65)
Ativos Diferidos	(35)	(32)	(26)	(23)	(19)
Capital Complementar	17.256	18.503	21.558	20.918	29.891
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	14.886	16.133	19.485	18.844	24.131
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013¹	2.370	2.370	2.074	2.074	5.760
Nível II	34.903	37.050	37.407	38.138	38.672
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	34.937	37.065	37.425	38.144	38.675
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	2.308	3.960	5.291	5.459	5.569
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	32.629	33.105	32.134	32.685	33.106
Recursos captados no FCO²	19.991	20.467	21.076	21.627	22.048
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB³	12.638	12.638	11.058	11.058	11.058
Dedução do Nível II	(34)	(15)	(18)	(7)	(3)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(34)	(15)	(18)	(7)	(3)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	771.394	785.974	803.430	791.057	843.590
Risco de Crédito (RWACPAD)	720.364	734.716	753.728	749.291	782.970
Risco de Mercado (RWAMPAD)	11.318	11.545	19.585	11.649	24.231
Risco Operacional (RWAOPAD)	39.712	39.712	30.117	30.117	36.389
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁴	84.853	86.457	88.377	87.016	92.795
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	38.860	40.131	40.328	40.975	43.839
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - %	11,51%	11,39%	11,36%	11,36%	11,61%
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - %	9,28%	9,04%	8,68%	8,71%	8,07%
Índice de Basileia (PR / RWA) - %	16,04%	16,11%	16,02%	16,18%	16,20%

1 - Em 30.09.2015, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

2 - De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

3 - Em 30.09.2015, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 30%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

4 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

No 2T15 o título perpétuo emitido em Out/2009, ao cupom de 8,50%a.a., no valor de US\$ 1,5 bilhão, compôs o Capital Nível 1 do Banco do Brasil pelo valor equivalente a R\$ 2.073 milhões. No 3T15, após reavaliação do artigo 28 da Resolução Bacen 4.192/13, e ratificação pelo Banco Central do Brasil, este instrumento computou o valor de R\$ 5.760 milhões no Capital de Nível 1.

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido do BB alcançou o montante de R\$ 92.795 milhões em setembro de 2015, aumento de R\$ 5.779 milhões frente a junho de 2015. A maior variação no trimestre refere-se ao requerimento de capital para a parcela de risco de crédito (R\$ 3.705 milhões), reflexo principalmente do incremento nas exposições decorrentes de operações de crédito, títulos e valores mobiliários e créditos tributários.

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD}, considerando as principais exposições.

Tabela 156. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Set/15		
	RWA_{CPAD}	PRMR	(%)
Operações de Crédito	465.501	51.205	59,5
Outros Direitos	108.811	11.969	13,9
TVM e Derivativos	54.836	6.032	7,0
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	27.750	3.053	3,5
Garantias Prestadas	12.099	1.331	1,5
Permanente	26.851	2.954	3,4
Créditos Tributários	45.266	4.979	5,8
Demais	41.856	4.604	5,3
TOTAL	782.970	86.127	100,0

Em relação ao risco de mercado RWA_{MPAD} , apresentamos na tabela a seguir, o PRMR, em setembro de 2015, por fator de risco:

Tabela 157. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Set/15		
	RWA_{MPAD}	PRMR	(%)
Câmbio	19.576	2.153	80,8
Taxa de Juros	4.655	512	19,2
Commodities	1	0	0,0
TOTAL	24.231	2.665	100,0

Na apuração do PRMR para a parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional (RWA_{OPAD}), o BB utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) prevista na Circular Bacen nº 3.640/2013, e suas alterações. A atual parcela de capital para risco operacional refere-se ao Conglomerado Prudencial (BB banco múltiplo, empresas financeiras e de meios de pagamentos) conforme previsão normativa e será cumprido com a respectiva alocação de capital, mensalmente, durante o período de julho a dezembro de 2015.

Tabela 158. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Set/15		
	RWA_{OPAD}	PRMR	(%)
Administração de Ativos	1.335	147	3,7
Comercial	21.337	2.347	58,6
Corretagem de Varejo	48	5	0,1
Finanças Corporativas	(11.847)	(1.303)	(32,6)
Negociação e Vendas	6.320	695	17,4
Pagamentos e Liquidações	5.038	554	13,8
Serviços de Agente Financeiro	1.526	168	4,2
Varejo	12.633	1.390	34,7
TOTAL	36.389	4.003	100,0

Tabela 159. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR

R\$ milhões	FPR	Set/15	
		RWA_{CPAD}^1	PRMR ²
Disponibilidades	20%	1.608	177
	100%	2.019	222
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20%	1.957	215
	50%	745	82
	75%	1	0
	85%	3.765	414
	100%	12.063	1.327
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2%	17	2
	20%	103	11
	50%	243	27
	85%	21.313	2.344
	100%	25.533	2.809
	1250%	7.627	839
Relações Interfinanceiras	20%	489	54
	50%	165	18
	100%	1.221	134
Operações de Crédito	20%	162	18
	35%	10.320	1.135
	50%	3.166	348
	75%	180.469	19.852
	85%	122.646	13.491
	100%	148.738	16.361
Operações de Arrendamento Mercantil	75%	422	46
	85%	28	3
	100%	396	44
Outros Direitos	50%	8.674	954
	75%	13.827	1.521
	85%	3.561	392
	100%	82.749	9.102
Outros Valores e Bens	100%	491	54
Permanente	100%	16.878	1.857
	250%	9.973	1.097
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	20%	-	-
	50%	692	76
	75%	9.581	1.054
	85%	725	80
	100%	2.469	272
Créditos a Liberar	20%	-	-
	50%	1.706	188
	75%	651	72
	85%	5.193	571
	100%	6.733	741
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75%	153	17
	85%	10.106	1.112
	100%	3.593	395
Garantias prestadas-avais, fianças e coobrigações	20%	11	1
	50%	612	67
	75%	183	20
	85%	6.420	706
	100%	4.873	536
Créditos tributários	100%	27.159	2.987
	250%	15.554	1.711
	300%	2.554	281
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	2%	0	0
	50%	0	0
	100%	5	1
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	2%	0	0
	50%	0	0
	100%	5	1
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVI)		2.627	289
Total		782.970	86.127

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 0,11.

10 - Investimentos Estratégicos

10.1. Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 160. Participações Societárias via BB Banco Múltiplo

Participações Consolidadas			Participação	Saldo de Investimento		Result. de
R\$ mil	Atividade		Total (%)	Set/14	Set/15	Particip.
			Set/15			3T15
Segmento Bancário						
Banco do Brasil - AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	685.467	1.201.578	(5.324)
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	3.835	861	
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.860.509	4.131.896	72.623
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	112.399	601	16
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	126.913	219.200	685
Brasileian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	1.108.520	1.756.830	(23.600)
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	14.730	18.728	(1.416)
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	140.908	179.643	(24.483)
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.195	7.230	105
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	1.067.772	1.825.570	144.843
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.775.618	3.874.027	77.183
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	88.464	177.427	5.162
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.106.318	3.103.624	244.938
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	344.348	339.619	207.977
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	3.949.332	4.606.714	681.693
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	31.729	34.188	4.678
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	577.525	4.565.154	215.959
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	209.975	220.033	52.511
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	14.792	12.743	(1.174)
BB Money Transfers Inc.¹	Serviços	(I)	-	4.281	-	-
BB Tecnologia e Serviços S.A.	Informática	(I)	99,97	200.487	232.369	4.629

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

1 - BB Money Transfers Inc. - Em dezembro/2014 foi concluído o processo de encerramento da empresa de serviços.

A tabela a seguir apresenta as participações societárias majoritárias detidas diretamente pelo BB Banco de Investimentos S.A. (BB-BI) e que são consolidadas contabilmente pela formação do grupo econômico BB Consolidado.

Tabela 161. Participações Societárias via BB Banco de Investimentos

Participações Consolidadas			Participação Total (%)	Saldo de Investimento		Result. de Particip.
R\$ mil	Atividade		Set/15	Set/14	Set/15	3T15
Segmento Investimentos						
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,46	82.097	83.662	1.268
Companhia Brasileira de Securit. – Cibrasec	Aquisição de Créd.	(III)	12,12	9.060	9.155	158
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	11,99	1.109.683	1.156.323	(12.363)
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(II)	12,09	3.149	3.038	311
Segmento Meios de Pagamento						
Cielo S.A. ¹	Serviços	(II)	28,72	1.831.047	2.325.552	225.874
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Serviços	(III)	12,52	45.951	47.347	(408)
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ.	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	913.758	1.088.797	42.816

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(III) Coligadas, consolidadas proporcionalmente conforme determinação do Bacen.

1 - Considera ágio gerado no aumento da participação acionária.

O BB detém participações adicionais por meio de outras subsidiárias nas seguintes empresas:

- I. Ativos S.A.: 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo Brazilian American Merchant Bank (BAMB), totalizando 100%;
- II. Cibrasec: 9,09% pelo BB-BI e 3,03 pelo Banco Múltiplo, totalizando 12,12%;
- III. Tecban: 8,01% pelo BB-BI e 4,51% pelo Banco Múltiplo, totalizando 12,52%.

A tabela seguinte apresenta as participações societárias majoritárias detidas diretamente pela BB Seguridade Participações S.A.

Tabela 162. Participações Societárias via BB Seguridade Participações S.A

Participações Consolidadas			Participação Total (%)	Saldo de Investimento		Result. de Particip.
R\$ mil	Atividade		Set/15	Set/14	Set/15	3T15
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	5.525.081	6.388.318	672.966
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,68	1.452.241	1.667.055	368.719
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	33,13	1.416.419	1.598.404	66.180
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,68	1.105.444	1.634.151	167.480
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,16	220.694	234.207	45.562
BB Capitalização S.A. (Nossa Caixa Capitalização S.A.)¹	Capitalização	(I)	-	5.554	-	-
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	13,53	578.493	634.585	16.195
Brasilental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,68	2.585	1.513	(441)
BB Cor. Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	362.400	427.832	366.063
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,25	353.872	401.073	366.070

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(1) BB Capitalização S.A.- Incorporada BB Seguros em 28.11.2014.

A próxima tabela apresenta as participações societárias majoritárias detidas diretamente pela BB Elo Cartões Participações S.A.

Tabela 163. Participações Societárias via BB Elo Cartões Participações S.A

Participações Consolidadas			Participação Total (%)	Saldo de Investimento		Result. de Particip.
R\$ mil	Atividade		Set/15	Set/14	Set/15	3T15
Segmento Prestação de Serviços						
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	574.764	769.122	65.019
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	501.013	705.626	72.327
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	12.448	18.351	(390)
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	Serviços	(II)	50,11	-	4.032.802	65.833

(II) Coligadas, consolidadas proporcionalmente.

Participações societárias não consolidadas são apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 164. Participações Societárias Não Consolidadas

Participações não Consolidadas R\$ mil	Atividade		Participação Total (%) Set/15	Saldo de Investimento		Result. de Particip. 3T15
				Set/14	Set/15	
Cadam S.A.	Mineradora	(IV)	21,64	25.201	15.861	(1.601)
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(IV)	14,26	2.514	2.715	49
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(IV)	11,11	8.181	6.496	(70)

(IV) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

10.2. Banco Votorantim

A parceria estratégica com o Banco Votorantim (BV), através da Votorantim Finanças, foi iniciada em 2009 e tem como principais objetivos:

- I) A ampliação dos canais de atendimento;
- II) Ação conjunta no desenvolvimento e distribuição de produtos de investimento;
- III) Ampliação dos negócios no segmento atacado; e,
- IV) Expansão da capacidade de originação de ativos no mercado de financiamento de veículos.

A consolidação das informações financeiras do Banco Votorantim nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil é proporcional à participação no capital social e considera as eliminações de saldos de transações entre os bancos.

Todos os dados apresentados nesta seção refletem 100% dos saldos, entre contas patrimoniais e contas de resultado do BV. Informações mais detalhadas sobre o BV podem ser obtidas no Relatório Gerencial de Resultados 3T15, disponível em www.bancovotorantim.com.br/ri.

A tabela a seguir apresenta os principais itens patrimoniais do período.

Tabela 165. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. (%) s/	
				Set/14	Jun/15
Ativos Totais	98.016	103.335	110.313	12,5	6,8
TVM e Derivativos	26.473	25.753	33.290	25,8	29,3
Carteira de Crédito	53.289	51.761	51.114	(4,1)	(1,2)
Depósitos	5.312	5.034	4.826	(9,1)	(4,1)
Captação no Mercado Aberto	24.415	27.937	30.087	23,2	7,7
Patrimônio Líquido	7.683	7.847	7.778	1,2	(0,9)

Sumário do Resultado

No 3T15 o Banco Votorantim continuou avançando na implantação da agenda de crescimento sustentável dos resultados, com os seguintes destaques:

- I. Lucro Líquido de R\$ 137 milhões, equivalente a RSPL de 7,2% a.a. No 9M15 o lucro líquido totalizou R\$ 405 milhões;
- II. O saldo da carteira de crédito ampliada recuou 3,0% nos últimos 12 meses e 0,7% no último trimestre. Essa postura conservadora no crédito aliada ao aumento da taxa Selic, vem contribuindo para o recuo da Margem Financeira Bruta (MFB). No comparativo 3T15/2T15, a redução da MFB também é explicada pela retração no volume de receitas do atacado, principalmente com operações estruturadas. A receita total com serviços e seguros cresceu nos comparativos 3T15/2T15 e 9M15/9M14;
- III. Inadimplência acima de 90 dias (INAD +90d) da carteira gerenciada recuou 0,6p.p. em 12 meses, para 5,3%. No atacado, a INAD +90d recuou para 5,0% em Set/15, ante 5,4% em Set/14. No varejo, a melhora na qualidade da originação de financiamentos de veículos e as melhorias implantadas nos processos, contribuíram para reduzir a INAD +90d de 6,1% no 3T14 para 5,4% no 3T15;
- IV. Foram realizadas provisões prudenciais para créditos de liquidação duvidosa, resultando na elevação do índice de cobertura para 155,3% ao final de Set/15, ante 140,9% em Jun/15. Adicionalmente, vale destacar que apesar da retração da atividade econômica, as despesas com PCLD no varejo reduziram 23,3% no comparativo 9M15/9M14, reflexo da qualidade da carteira de veículos originada nos últimos anos;
- V. As despesas administrativas e de pessoal recuaram 3,4% no comparativo com os primeiros nove meses de 2014. Em razão do rígido controle de custos, o índice de eficiência manteve-se abaixo do patamar de 40% (39,6% em Set/15).

Tabela 166. Demonstração do Resultado com Realocações¹ - Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral						Var. (%) s/ 2T15
	2T15			3T15			
	Contábil	Ajustes¹	Gerencial	Contábil	Ajustes¹	Gerencial	
Receitas da Intermediação Financeira	3.735	(220)	3.515	6.487	408	6.894	96,1
Operações de Crédito	1.605	(136)	1.469	2.631	(170)	2.461	67,6
Operações de Arrendamento Mercantil	13	-	13	12	-	12	(11,4)
Resultado de Operações com TVM	1.151	-	1.151	1.305	-	1.305	13,4
Result. com Instrum. Financ. Derivativos	(35)	(84)	(119)	1.157	577	1.734	-
Resultado de Operações de Câmbio	2	-	2	292	-	292	-
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	1.000	-	1.000	1.091	-	1.091	9,1
Despesa da Intermediação Financeira	(2.268)	-	(2.268)	(5.760)	-	(5.760)	154,0
Operações de Captação no Mercado	(1.568)	-	(1.568)	(3.890)	-	(3.890)	148,1
Operações de Emp., Cessões e Repasses	28	-	28	(1.077)	-	(1.077)	-
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	(728)	-	(728)	(793)	-	(793)	9,0
Margem Financeira Bruta	1.467	(220)	1.247	727	408	1.134	(9,0)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(514)	66	(448)	(1.214)	139	(1.075)	139,8
Margem Financeira Líquida	953	(154)	799	(487)	546	59	(92,6)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(701)	108	(593)	(254)	(301)	(555)	(6,4)
Receitas de Prestação de Serviços	220	-	220	232	-	232	5,7
Despesas de Pessoal	(314)	-	(314)	(275)	-	(275)	(12,4)
Outras Despesas Administrativas	(282)	-	(282)	(288)	-	(288)	2,1
Despesas Tributárias	(97)	2	(94)	(99)	(3)	(102)	7,9
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	39	-	39	39	-	39	(0,6)
Outras Receitas Operacionais	(1)	35	35	584	(368)	216	525,3
Outras Despesas Operacionais	(267)	70	(197)	(448)	71	(378)	91,9
Resultado Operacional	252	(47)	205	(742)	246	(496)	-
Resultado Não Operacional	(15)	-	(15)	(9)	-	(9)	(35,8)
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	237	(47)	191	(751)	246	(505)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36)	47	10	921	(246)	675	-
Participações Estatutária no Lucro (Prejuízo)	(55)	-	(55)	(33)	-	(33)	(40,0)
Lucro Líquido	146	(0)	146	137	0	137	(6,2)

1 - Os ajustes referem-se a: (i) receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "Operações de Crédito" que foram realocadas para "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" e (ii) variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em Outras Receitas (Despesas) Operacionais e que foram realocadas para Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

Margem Financeira Bruta

A redução da MFB no 3T15, tanto no comparativo trimestral quanto no comparativo 9M15/9M14 é reflexo da postura conservadora no crédito e do aumento da taxa Selic, que elevou o custo de *funding*.

As receitas da intermediação financeira cresceram em relação ao 2T15, impactadas principalmente pelo crescimento no resultado com operações de crédito – decorrentes do impacto da variação cambial nas operações de Notas de Crédito à Exportação (NCE). Na comparação 9M15/9M14, o crescimento foi impulsionado, principalmente, pela variação positiva no resultado com instrumentos financeiros derivativos e pelo aumento no total das receitas com operações de crédito e títulos e valores mobiliários (TVM).

As despesas de intermediação financeira, por sua vez, cresceram tanto na comparação com o trimestre anterior, quanto no comparativo 9M15/9M14, impactadas principalmente por efeitos de variações cambiais e pelo aumento da taxa Selic.

A retração do *spread* global em relação ao trimestre anterior é justificada pela combinação entre a redução da MFB e o crescimento do saldo médio dos ativos rentáveis, este em grande parte decorrente da apreciação do dólar frente ao real no 3T15.

Tabela 167. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	3T14	2T15	3T15	Var. (%) s/	
				3T14	2T15
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis	89.222	95.337	95.883	7,5	0,6
Saldo Médio dos Passivos Onerosos	82.026	88.341	89.281	8,8	1,1
Margem Financeira Bruta	1.303	1.247	1.134	(12,9)	(9,0)
Receita Líquida de Juros ¹	848	1.351	(889)	(204,9)	(165,8)
Receitas de Juros	3.804	3.618	4.868	28,0	34,6
Despesas de Juros	(2.956)	(2.267)	(5.757)	94,7	154,0
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ²	455	(104)	2.023	344,6	-
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - %	91,9	92,7	93,1	1,3	0,5
Rentabilidade Média dos Ativos - % ³	18,2	16,3	21,9	20,5	34,8
Custo Médio dos Passivos - % ⁴	15,2	10,7	28,4	86,6	166,3
Margem de Lucro Líquida - % ⁵	3,0	5,6	(6,5)	(319,2)	(216,1)
Margem Líquida de Juros - % ⁶	3,9	6,0	(3,7)	(194,9)	(161,3)
Spread Global - %	6,0	5,5	4,8	(19,3)	(12,6)

1 - Definida como receita de juros menos despesas de juros.

2 - Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de operações de câmbio, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira.

3 - Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

4 - Despesa total de juros dividida pelo saldo médio de passivos onerosos.

5 - Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receita e a taxa média dos passivos onerosos.

6 - Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Carteira de Crédito

A redução da carteira de crédito classificada nos últimos 12 meses é reflexo do maior conservadorismo na concessão de crédito, do foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras, e da moderação da demanda. Por sua vez, a redução maior da carteira gerenciada do varejo, no mesmo período, deve-se principalmente à diminuição do saldo das carteiras cedidas com coobrigação até Dez/11 (antes da entrada em vigor da Circular Bacen 3.533/11).

A carteira de crédito ampliada do atacado, que inclui garantias prestadas e TVM privado, cresceu no comparativo trimestral, principalmente devido aos efeitos da variação cambial.

Tabela 168. Carteira de Crédito

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. (%) s/	
				Set/14	Jun/15
Pessoa Jurídica (Atacado) (a) ¹	17.332	16.675	16.959	(2,2)	1,7
Pessoa Física (Varejo) (b)	35.957	35.086	34.155	(5,0)	(2,7)
Veículos (CDC e Leasing)	29.345	28.794	28.221	(3,8)	(2,0)
Consignado	5.533	5.051	4.713	(14,8)	(6,7)
Outros ²	1.079	1.241	1.222	13,2	(1,5)
Carteira de Crédito Classificada (c=a+b)	53.289	51.761	51.114	(4,1)	(1,2)
Avais e Fianças Prestados (d)	9.837	9.344	9.561	(2,8)	2,3
TVM Privado e outros (e)	5.084	5.558	5.499	8,2	(1,1)
Carteira de Crédito Ampliada (f=c+d+e)	68.210	66.663	66.174	(3,0)	(0,7)
Ativos cedidos - com Coobrigação (g)	2.135	744	461	(78,4)	(38,0)
Veículos (CDC e Leasing)	1.459	464	272	(81,4)	(41,4)
Consignado	677	281	190	(72,0)	(32,4)
FIDCs (h)	287	0	-	(100,0)	(100,0)
Carteira de Crédito Ampliada Gerenciada (i=f+g+h)	70.633	67.407	66.635	(5,7)	(1,1)
Varejo (b+g+h)	38.379	35.830	34.617	(9,8)	(3,4)
Atacado (a+d+e)	32.253	31.577	32.019	(0,7)	1,4

1 - Inclui operações da BV Nassau (agências no exterior);

2 - Empréstimo pessoal, CDC sem garantia e cartão de crédito.

O BV também tem sido conservador na concessão de financiamentos de veículos, praticando prazos mais curtos e solicitando percentuais de entradas maiores em comparação a 2010 e 2011. Em Dez/10 o prazo médio de produção era de 52 meses e o percentual médio de entrada era de 26%. No 3T15, por sua vez, o prazo médio de produção foi de 44 meses e o percentual médio de entrada de 42%, conforme quadro a seguir. Adicionalmente, o Banco Votorantim continua a privilegiar o

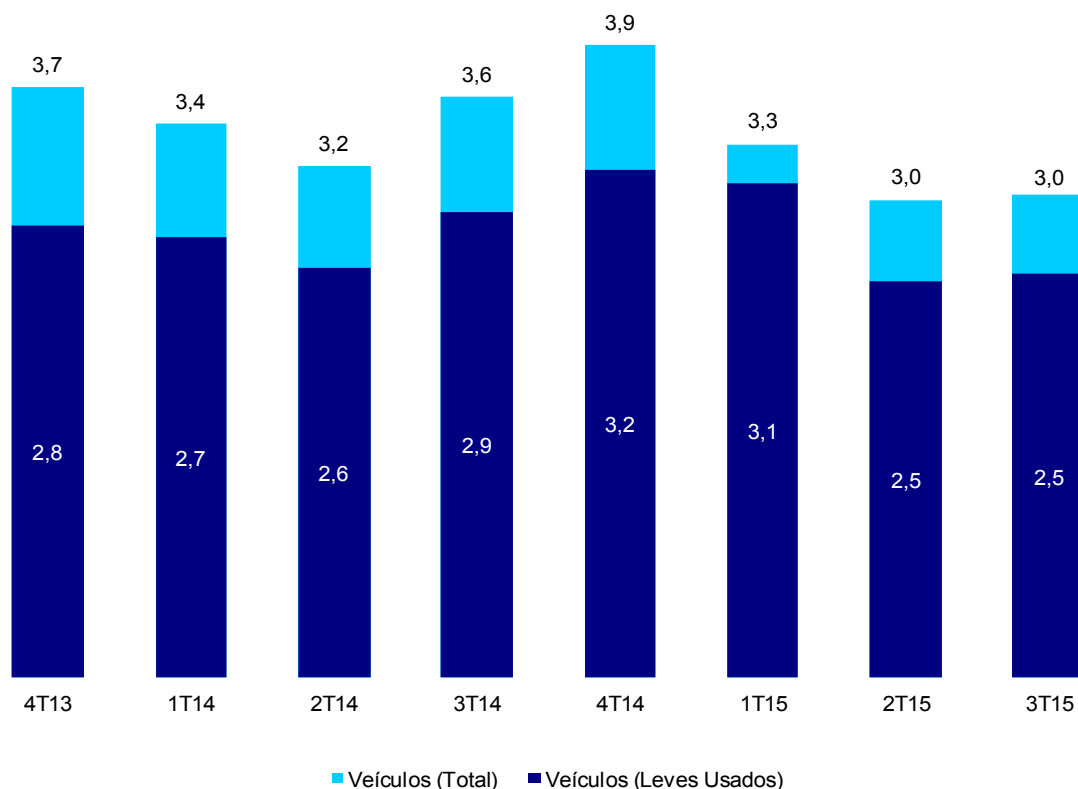
financiamento de veículos usados, historicamente mais rentável e no qual a instituição possui reconhecida competência.

Tabela 169. Indicadores – Veículos

	3T14	2T15	3T15
Produção			
Taxa Média por Safra - % a.a.	26,2	27,6	28,0
Prazo Médio por Safra - Meses	44	44	44
Valor Financiado / Valor do Bem - %	60,4	58,6	58,3
Veículos Usados / Veículos Leves - %	86,6	90,9	91,7
Carteira			
Taxa Média da Carteira - % a.a.	25,4	26,1	26,4
Prazo Médio da carteira - Meses	47	46	46
Valor Financiado / Valor do Bem - %	55,8	53,6	52,7
Veículos Usados / Carteira de Veículos - %	79,2	83,1	84,4
Idade Média dos Veículos (anos)	5	5	5

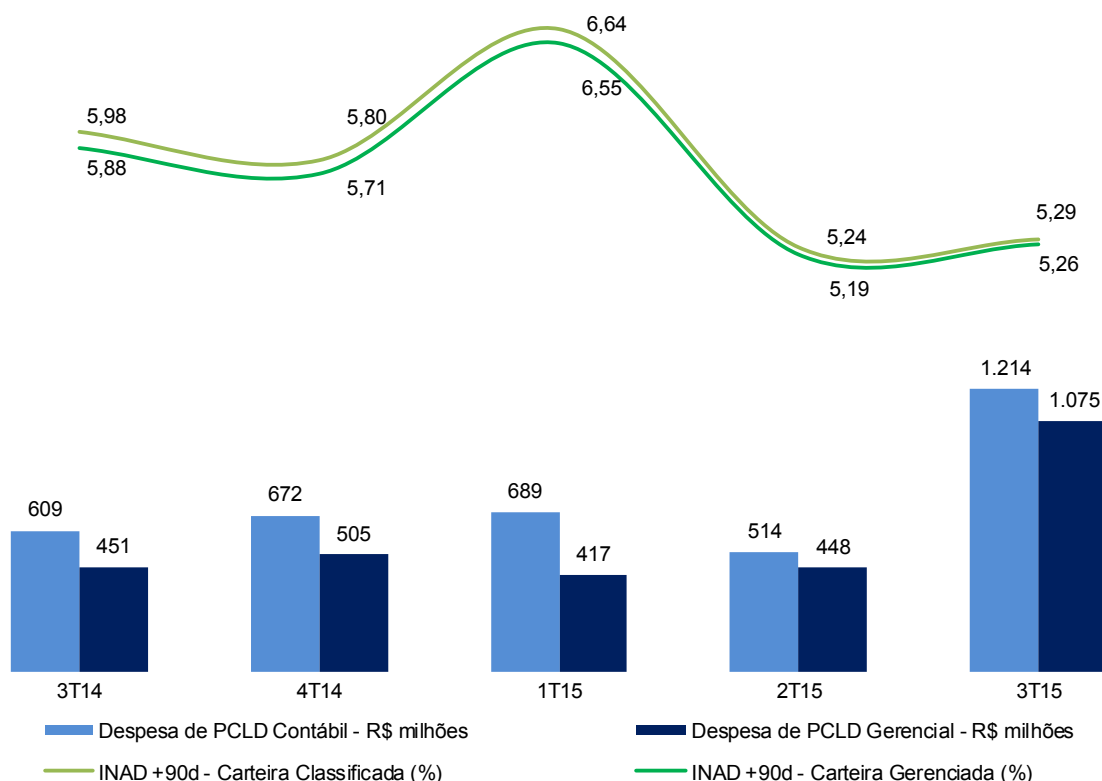
A combinação entre os aprimoramentos nos processos e modelos de crédito e a prudência na concessão de financiamentos têm produzido resultados consistentes. O Banco Votorantim tem originado, desde 2011, financiamentos de veículos com padrão de qualidade igual ou superior à média histórica, ampliando o foco em veículos leves usados – segmento no qual possui histórico de liderança e reconhecida competência – elevando a participação no total de novos financiamentos de 80% para 84% em 12 meses.

Figura 75. Originação (Financiamento de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões



Inadimplência e Provisão

Figura 76. PCLD Gerencial vs PCLD Contábil



A inadimplência da carteira gerenciada, no varejo, encerrou o 3T15 estável em relação ao 2T15 e 70 p.b. abaixo do indicador de Set/14. A carteira de veículos leves apresentou a mesma tendência, reflexo da qualidade da carteira originada nos últimos anos.

No atacado, 5,0% das operações de crédito apresentavam inadimplência acima de 90 dias ao final de Set/15, comparado a 4,8% em Jun/15 e 5,4% em Set/14. A despeito da relativa estabilidade dos indicadores de inadimplência, diante da conjuntura macroeconômica, o Banco optou por realizar provisões prudenciais. Grande parte dessas provisões prudenciais foram para créditos de liquidação duvidosa, o que resultou na elevação do índice de cobertura das operações vencidas há mais de 90 dias para 155,3% ao final de Set/15.

As despesas com provisões de crédito (PCLD), líquidas de receitas de recuperação de créditos, apresentaram crescimento de R\$ 627 milhões em relação ao trimestre anterior – em grande parte devido às provisões prudenciais – e de R\$ 253 milhões na comparação 9M15/9M14.

Em relação às informações de qualidade da carteira de crédito apresentadas na tabela a seguir, cabe destacar que o reforço pontual das provisões contribuiu para elevar para 8,2% o saldo de PCLD sobre a carteira de crédito e para 79,0% o saldo de PCLD sobre as operações classificadas entre “D-H” pela Resolução 2.682.

Tabela 170. Qualidade da Carteira Gerenciada

R\$ milhões	3T14	2T15	3T15
Carteira de Crédito Gerenciada¹	55.712	52.505	51.576
Operações Vencidas + 90 dias	3.273	2.727	2.712
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito Gerenciada - %	5,9%	5,2%	5,3%
Baixa para Prejuízo	(771)	(834)	(838)
Recuperação	148	151	169
Perda Líquida	(623)	(683)	(669)
Perda Líquida / Carteira de Crédito Gerenciada - anualizado - %	4,6%	5,3%	5,3%
New NPL	383	(67)	823
New NPL/Carteira de Crédito Gerenciada ²	0,7%	-0,1%	1,6%
Provisão¹	4.114	3.843	4.212
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias - %	125,7%	140,9%	155,3%
Saldo AA-C	49.703	47.142	46.248
Saldo AA-C/Carteira de Crédito Gerenciada	89,2%	89,8%	89,7%

1 - Inclui PCLD de ativos cedidos em coobrigação.

2 - (Diferença de saldo da INAD 90 no trimestre + baixas para prejuízo do período)/Carteira de Crédito do trimestre imediatamente anterior.

Captações

Nos últimos trimestres, o BV tem mantido postura conservadora com relação à concessão de crédito. Nesse contexto de menor demanda por *funding*, o BV tem atuado na melhora do perfil dos recursos captados junto ao mercado. Nos últimos dois anos, o BV ampliou a participação de instrumentos mais estáveis de captação, como letras financeiras e bancárias (LF, LCI e LCA) e operações de cessão de créditos com coobrigação, que somadas já representam 44,2% do total de captações.

Como parte da estratégia de alongamento do prazo médio de captação e redução do seu custo, no 3T15, o Banco Votorantim captou R\$ 1,5 bilhão (R\$ 3,5 bilhões no 2T15) por meio de cessão ao BB (com retenção substancial de riscos e benefícios) de R\$ 1,4 bilhão em ativos de crédito do negócio de varejo, contribuindo para manter o nível de caixa livre do BV prudencialmente elevado.

Adicionalmente, o BV reduziu o volume de depósitos a prazo (CDBs). Importante notar que o movimento de substituição de CDBs por letras financeiras é uma tendência do sistema bancário, em parte porque as letras financeiras não demanda o recolhimento de depósito compulsório nem contribuição ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito.

Tabela 171. Captações

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15	Var. (%) s/	
				Set/14	Jun/15
Debêntures (Operações Compromissadas)	15.968	14.252	13.395	(16,1)	(6,0)
Depósitos (CDB e Outros)	5.312	5.034	4.826	(9,1)	(4,1)
Letras Financeiras e Bancárias	16.013	16.495	16.623	3,8	0,8
Letras Financeiras	12.718	13.018	13.423	5,5	3,1
Letras de Crédito do Agronegócio	2.852	3.050	2.681	(6,0)	(12,1)
Letras de Crédito Imobiliário	443	427	519	17,0	21,6
Empréstimos e Repasses	6.452	6.820	8.111	25,7	18,9
Dívida Subordinada	7.047	7.168	6.797	(3,5)	(5,2)
TVM no Exterior	6.101	7.197	8.288	35,9	15,2
Obrigações com Cessões de Crédito	15.470	17.015	16.163	4,5	(5,0)
Outras Captações ¹	1.593	-	-	-	-
Total de Captações	72.401	73.980	74.203	2,5	0,3
Carteira de Crédito Classificada/Total de Captações (%)	73,9	70,0	68,9	(6,8)	(1,5)

1 - Inclui Box de Opções.

Índice de Basileia

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. O Bacen, por meio das Resoluções nº 4.192 e 4.193/2013, dispôs sobre a nova metodologia para apuração e os requerimentos mínimos de

Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. O requerimento mínimo de PR permanece em 11%, sendo que a exigência de Capital Nível I é de 6,0%.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado em Out/13, passando a considerar:

I) o Conglomerado Financeiro, de Out/13 até Dez/14;

II) o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução Bacen nº 4.280/13, a partir de Jan/15.

A diferença na comparação entre os escopos é reflexo da consolidação dos fundos de investimento nos quais o Banco Votorantim retém substancialmente riscos e benefícios.

Tabela 172. Índice de Basileia

R\$ milhões	Set/14	Jun/15	Set/15
PR - Patrimônio de Referência	11.190	10.967	10.866
Capital Nível I	7.344	7.105	6.828
Capital Nível II	3.847	3.862	4.038
RWA - Ativo Ponderado pelo Risco	73.223	73.786	75.457
Risco de Crédito	66.967	66.293	67.384
Risco de Mercado	2.067	3.087	3.294
Risco Operacional	4.188	4.407	4.780
Patrimônio Mínimo de Referência Exigido	8.055	8.116	8.300
Índice de Basileia: PR / RWA	15,3%	14,9%	14,4%
Capital Nível I	10,0%	9,6%	9,0%
Capital Nível II	5,3%	5,2%	5,4%

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros e sul-americanos nos mercados internacionais. Apresentamos, a seguir, os principais destaques do BB no exterior.

América do Sul

O lucro líquido do Banco Patagonia foi de R\$ 246 milhões no 3T15. O resultado é 48,7% maior em relação ao trimestre imediatamente anterior.

América do Norte

O BB Americas apresentou lucro líquido de R\$ 5,2 milhões no 3T15. Os ativos totais contabilizaram R\$ 1.245 milhões e o saldo de operações de crédito foi de R\$ 813 milhões, respectivamente, 42,3% e 46,5% maiores frente a Jun/15. Os depósitos totais somaram R\$ 859 milhões, crescimento de 51,5% em relação ao trimestre anterior. O patrimônio líquido atingiu R\$ 177 milhões no trimestre, evolução de 32,1% frente a Jun/15.

Nova York

A Banco do Brasil Securities foi criada em 2005 para complementar os serviços oferecidos pelas unidades do Conglomerado no exterior por meio de oferta de títulos de renda fixa a investidores norte-americanos, aumentando a capacidade do Banco de colocação de títulos naquele mercado. A corretora também presta serviços para carteiras próprias e de clientes pessoa física no exterior, clientes do BB Miami e do BB Nova Iorque. Recentemente a corretora recebeu autorização para exercer atividades relacionadas a *underwriting* no mercado norte-americano, permitindo sua atuação nas principais atividades relacionadas à distribuição de ofertas de mercado de capitais e à corretagem no EUA.

Europa

Na Europa, permanece em curso a reestruturação das plataformas tecnológica e de negócios. Em 2015, a agência de Milão foi integrada ao BB Aktiengesellschaft (BB AG), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A, na Áustria, a exemplo das sucursais de Madri, Paris e Lisboa e do BB Europa Servicing Center, que já haviam passado pelo mesmo processo em períodos anteriores. A integração da agência de Frankfurt ao BB AG está prevista para ocorrer em 2017.

Londres

Criada em 1992, a BB Securities tem como objetivo facilitar o acesso do Banco ao mercado de capitais internacional para captação de recursos através da estruturação e distribuição de emissões de dívida de empresas, bancos e governo. A corretora também provê serviços de custódia e liquidação financeira nas transações de compra e venda de ativos, além de ser responsável pelo settlement de euro do Brasil (custódia e liquidação de transações do programa de recompra do Tesouro Nacional).

Ásia

A principal operação do Banco do Brasil está localizada no Japão, onde a atuação do BB está focada no atendimento às necessidades bancárias dos clientes brasileiros residentes e estrangeiros, do segmento *corporate*, interessados em investimentos em reais. A estrutura de atendimento do BB em Tóquio compõe-se de uma agência de varejo, próxima ao consulado brasileiro, e uma agência *corporate*. Além dessas, o BB possui subagências nas cidades com presença significativa de brasileiros, além de uma unidade volante que se desloca entre as localidades onde não há presença física do Banco, buscando cumprir o compromisso institucional de estar próximo aos clientes.

Na China, através da agência Xangai, o BB busca oportunidades de negócios no segmento de atacado, atendendo principalmente às demandas por produtos e serviços das empresas brasileiras que possuem negócios com a China e as empresas chinesas com negócios com o Brasil, além dos bancos locais, grandes parceiros de negócios com o Banco do Brasil.

Cingapura

A Securities Ásia foi criada em 2011 e iniciou suas operações em janeiro de 2012. A nova corretora do BB, baseada em Cingapura, reforça a atuação das corretoras já estabelecidas em Londres e Nova Iorque e tem como foco o aumento da base de investidores institucionais na região da Ásia (Pacífico) e a oferta de ativos de risco-Brasil como *bonds*, ações e fundos de investimento geridos pela BB DTVM.

A tabela a seguir apresenta os saldos das principais contas patrimoniais de agências, controladas e subsidiárias no exterior, incluído o Banco Patagonia. Os valores relativos às transações entre as dependências no exterior foram eliminados e a linha Grupo BB representa o saldo das transações entre as dependências no exterior e o restante do Grupo BB no País.

Tabela 173. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	Set/14	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
ATIVO	152.232	192.858	240.319	57,9	24,6
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.788	38.819	52.028	49,6	34,0
Títulos e Valores Mobiliários	12.893	15.864	15.290	18,6	(3,6)
Títulos Disponíveis para Negociação	2.423	5.115	4.947	104,2	(3,3)
Títulos Disponíveis para Venda	10.470	10.749	10.343	(1,2)	(3,8)
Operações de Crédito	49.125	57.299	67.664	37,7	18,1
Setor Público	4.685	5.181	1.692	(63,9)	(67,3)
Setor Privado	44.440	52.118	65.972	48,5	26,6
Outros Ativos	5.354	8.165	10.190	90,3	24,8
Grupo BB	50.072	72.711	95.147	90,0	30,9
PASSIVO	152.232	192.858	240.319	57,9	24,6
Depósitos	50.458	63.264	79.697	57,9	26,0
Depósitos à Vista	7.495	9.468	11.163	48,9	17,9
Depósitos a Prazo	20.877	23.571	30.523	46,2	29,5
Depósitos Interfinanceiros	22.086	30.225	38.011	72,1	25,8
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	28.944	34.863	44.085	52,3	26,5
Obrigações por Empréstimos	18.228	23.262	28.626	57,0	23,1
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	26.765	33.510	43.372	62,0	29,4
Demais Passivos	5.712	6.087	8.479	48,4	39,3
Grupo BB	12.867	20.678	22.658	76,1	9,6
Patrimônio Líquido	9.258	11.194	13.402	44,8	19,7
Atribuível à Controladora	8.515	10.248	12.132	42,5	18,4
Participação dos Não Controladores	743	946	1.270	70,9	34,2

Tabela 174. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15
Participação dos Não Controladores	101	68	101	-	48,5
Atribuível à Controladora	286	159	(7)	-	-
Lucro Líquido	387	227	94	(75,7)	(58,6)

10.3.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e de resultado do Banco Patagonia.

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais do Banco Patagonia.

Tabela 175. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

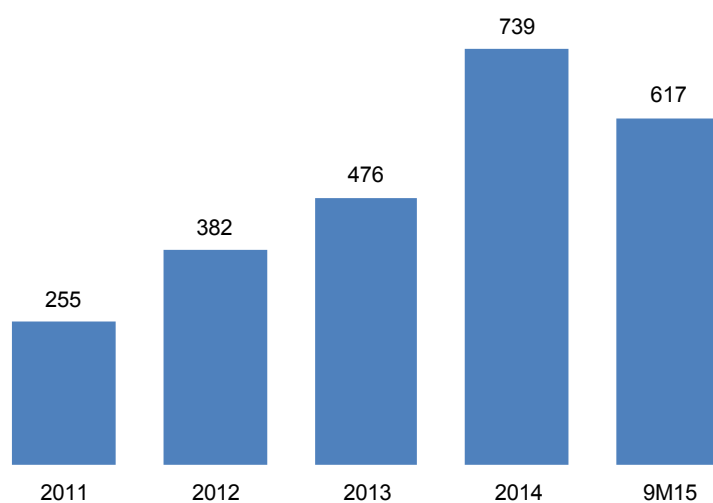
R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	Set/14	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
Ativos	11.590	17.714	22.236	91,9	(99,5)
Operações de Crédito	6.370	7.906	11.697	83,6	48,0
Depósitos	7.860	11.831	14.673	86,7	24,0
Patrimônio Líquido	1.811	2.306	3.096	71,0	34,3

Tabela 176. Banco Patagonia – Captações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	Set/14	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
Interbancário	93	179	245	164,5	37,3
Compromissadas	22	314	65	199,4	(79,4)
Pessoa Jurídica	2.101	2.382	2.208	5,1	(7,3)
Pessoa Física	1.017	1.311	1.370	34,7	4,5
Emissões	172	69	122	(29,1)	76,2
Total	3.404	4.255	4.010	17,8	(5,8)

Tabela 177. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	3T14	2T15	3T15	3T14	2T15
Resultado da Intermediação Financeira	279	345	591	112	71
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	148	(13)	(85)	-	545
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	426	332	505	18	52
Rendas de Tarifas	128	160	234	82	46
Despesas Administrativas	(182)	(273)	(376)	107	38
Outros	19	42	40	112	(5)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	391	261	402	3	54
Imposto de Renda e Contribuição Social	(145)	(96)	(157)	8	64
Lucro Líquido	246	165	246	(0,2)	48,7

Figura 77. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões**Tabela 178.** Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

(%)	3T14	2T15	3T15
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	42,2	31,9	32,9
Índice de Basileia	24,7	22,9	23,2
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias	224,5	236,8	275,4
Inad+90	1,8	1,7	1,3

Tabela 179. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	Set/14	Jun/15	Set/15	Set/14	Jun/15
Clientes	940.286	948.452	978.125	4,0	3,1
Agências	174	175	175	0,6	-
Agências em Buenos Aires	91	91	91	-	-
Pontos de Atendimento	195	197	197	1,0	-
Funcionários	3.254	3.307	3.352	3,0	1,4

11 - Série de Demonstrações Contábeis

11.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 180. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral

Fluxo Trimestral - (R\$ milhões)	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
ATIVO	1.303.915	1.369.965	1.401.128	1.431.629	1.437.486	1.523.666	1.533.864	1.574.961
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.280.937	1.345.770	1.379.093	1.410.394	1.415.218	1.501.811	1.512.672	1.553.947
Disponibilidades	11.834	10.993	11.812	13.961	13.787	16.537	17.056	19.773
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	231.132	292.331	297.619	317.820	304.237	351.658	357.325	349.196
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	201.939	196.451	208.265	210.435	222.643	235.999	239.571	250.714
Títulos Disponíveis para Negociação	84.520	82.654	88.773	93.817	101.939	105.417	112.253	118.139
Títulos Disponíveis para Venda	101.112	97.312	103.049	100.356	104.367	109.158	107.459	108.855
Títulos Mantidos até o Vencimento	14.786	14.873	15.144	14.539	14.136	17.669	17.324	17.231
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.521	1.611	1.299	1.723	2.201	3.754	2.535	6.488
Relações Interfinanceiras	94.150	97.630	97.146	86.925	67.249	64.486	65.594	68.616
Depósitos no Banco Central	90.746	87.796	86.599	78.739	63.252	56.634	57.190	60.376
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	16.339	13.888	11.309	15.404	14.115	10.153	10.710	9.594
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	74.407	73.908	75.290	63.335	49.136	46.480	46.480	50.782
Demais	3.404	9.834	10.547	8.186	3.997	7.852	8.404	8.240
Relações Interdependências	671	236	229	273	594	197	205	175
Operações de Crédito	560.203	568.565	585.824	598.022	618.499	630.530	630.788	647.898
(PCLD)	(22.652)	(23.073)	(23.711)	(24.674)	(26.105)	(27.725)	(28.241)	(32.667)
Operações de Arrendamento Mercantil	1.291	1.123	1.074	1.017	1.024	1.012	1.046	1.090
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	1.358	1.180	1.128	1.066	1.071	1.054	1.088	1.154
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(67)	(56)	(54)	(49)	(47)	(42)	(42)	(64)
Outros Créditos	175.887	174.578	173.108	177.489	183.107	197.642	196.970	211.987
Créditos por Avais e Fianças Honrados	442	425	458	460	540	522	207	401
Carteira de Câmbio	17.525	18.093	16.111	16.372	18.368	21.196	20.384	25.112
Rendas a Receber	2.094	2.104	2.157	2.689	3.865	3.008	2.972	3.069
Negociação e Intermediação de Valores	1.263	1.286	1.359	1.852	1.293	1.416	1.453	2.324
Créditos Específicos	1.390	1.433	1.469	1.509	1.550	1.592	1.634	1.686
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	3.757	3.840	4.068	4.713	5.010	5.390	5.492	5.812
Crédito Tributário	27.462	27.581	28.260	29.384	29.501	35.122	36.400	45.368
Ativo Atuarial	15.449	16.024	9.737	10.083	6.130	6.395	3.032	3.193
Fundo Paridade	172	168	117	118	119	125	113	116
Devedores por Depósitos em Garantia	33.267	34.644	35.679	36.918	38.854	40.956	42.734	44.803
Fundo Destinação Superávit - Previ	7.794	7.935	8.046	8.092	8.155	8.474	8.667	8.768
Diversos	67.070	62.877	67.626	67.427	72.026	75.651	76.183	73.874
(Provisão para Outros Créditos)	(1.798)	(1.830)	(1.979)	(2.127)	(2.304)	(2.205)	(2.301)	(2.539)
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(943)	(945)	(1.032)	(1.048)	(1.160)	(1.167)	(1.198)	(1.288)
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(855)	(885)	(947)	(1.080)	(1.143)	(1.038)	(1.102)	(1.251)
Outros Valores e Bens	3.830	3.863	4.016	4.452	4.078	3.751	4.118	4.499
Bens Não de Uso Próprio e Mat. em Estoque	554	657	688	686	618	663	634	698
(Provisões para Desvalorizações)	(165)	(161)	(159)	(146)	(147)	(147)	(144)	(142)
Despesas Antecipadas	3.441	3.366	3.487	3.912	3.608	3.235	3.628	3.943
Permanente	22.979	24.195	22.035	21.235	22.267	21.855	21.192	21.014
Investimentos	3.536	3.382	3.327	3.398	3.420	3.585	3.377	3.541
Imobilizado de Uso	7.258	7.290	7.671	7.098	7.557	7.504	7.507	7.537
Intangível	12.128	13.471	10.988	10.694	11.249	10.729	10.275	9.906
Diferido	56	52	48	45	42	37	33	30

Tabela 181. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual

Fluxo Anual - (R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
ATIVO	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	1.437.486	15,4
Circulante e Realizável a Longo Prazo	791.403	957.800	1.125.652	1.280.937	1.415.218	15,6
Disponibilidades	9.745	10.034	12.311	11.834	13.787	9,1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	107.579	166.288	219.323	231.132	304.237	29,7
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	143.867	168.230	184.357	201.939	222.643	11,5
Títulos Disponíveis para Negociação	50.445	63.257	74.711	84.520	101.939	19,2
Títulos Disponíveis para Venda	75.142	88.385	95.321	101.112	104.367	8,6
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.656	15.191	12.910	14.786	14.136	(4,0)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.624	1.397	1.415	1.521	2.201	7,9
Relações Interfinanceiras	89.526	96.342	83.401	94.150	67.249	(6,9)
Depósitos no Banco Central	87.035	93.660	80.098	90.746	63.252	(7,7)
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	18.487	14.307	15.741	16.339	14.115	(6,5)
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	68.548	79.353	64.357	74.407	49.136	(8,0)
Demais	2.491	2.682	3.303	3.404	3.997	12,6
Relações Interdependências	258	335	468	671	594	23,1
Operações de Crédito	317.726	379.045	469.713	560.203	618.499	18,1
(PCLD)	(16.433)	(18.222)	(20.522)	(22.652)	(26.105)	12,3
Operações de Arrendamento Mercantil	3.857	2.851	1.883	1.291	1.024	(28,2)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	4.048	3.064	2.011	1.358	1.071	(28,3)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(191)	(213)	(128)	(67)	(47)	(29,7)
Outros Créditos	114.962	129.555	150.288	175.887	183.107	12,3
Créditos por Avais e Fianças Honrados	75	77	108	442	540	63,6
Carteira de Câmbio	11.878	17.615	17.276	17.525	18.368	11,5
Rendas a Receber	944	1.410	1.818	2.094	3.865	42,3
Negociação e Intermediação de Valores	383	317	601	1.263	1.293	35,5
Créditos Específicos	1.030	1.146	1.264	1.390	1.550	10,8
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	1.109	1.742	2.194	3.757	5.010	45,8
Crédito Tributário	21.970	22.754	28.244	27.462	29.501	7,6
Ativo Atuarial	8.116	13.372	11.808	15.449	6.130	(6,8)
Fundo Paridade	1.778	1.608	741	172	119	(49,2)
Devedores por Depósitos em Garantia	23.388	25.584	28.082	33.267	38.854	13,5
Fundo Destinação Superávit - Previ	7.595	8.030	8.458	7.794	8.155	1,8
Fundo de Destinação	7.595	3.684	2.374	-	-	-
Fundo de Contribuição	-	1.096	727	-	-	-
Fundo de Utilização	-	3.249	5.358	7.794	8.155	-
Diversos	38.269	37.565	51.171	67.070	72.026	17,1
(Provisão para Outros Créditos)	(1.572)	(1.665)	(1.476)	(1.798)	(2.304)	10,0
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(690)	(580)	(560)	(943)	(1.160)	13,9
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(882)	(1.085)	(916)	(855)	(1.143)	6,7
Outros Valores e Bens	3.884	5.120	3.909	3.830	4.078	1,2
Bens Não de Uso Próprio e Mat. em Estoque	388	468	557	554	618	12,3
(Provisões para Desvalorizações)	(177)	(188)	(195)	(165)	(147)	(4,5)
Despesas Antecipadas	3.673	4.840	3.547	3.441	3.608	(0,4)
Permanente	19.770	23.430	23.656	22.979	22.267	3,0
Investimentos	8.128	7.973	7.640	3.536	3.420	(19,5)
Imobilizado de Uso	4.904	5.589	6.637	7.258	7.557	11,4
Intangível	6.452	9.736	9.309	12.128	11.249	14,9
Diferido	286	132	70	56	42	(38,3)

Tabela 182. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral

Fluxo Trimestral - (R\$ milhões)	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Set/14	Dez/14	Mar/15	Jun/15	Set/15
PASSIVO	1.303.915	1.369.965	1.401.128	1.431.629	1.437.486	1.523.666	1.533.864	1.574.961
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.231.256	1.296.027	1.328.921	1.349.956	1.356.432	1.439.634	1.450.793	1.490.687
Depósitos	491.013	482.237	479.883	468.825	468.362	468.006	445.631	463.838
Depósitos à Vista	75.818	72.054	69.377	69.521	74.210	73.712	64.761	66.026
Depósitos de Poupança	140.728	144.111	146.461	148.996	148.699	144.089	147.306	149.764
Depósitos Interfinanceiros	27.155	27.447	28.842	28.531	30.969	37.554	34.223	42.404
Depósitos a Prazo	247.311	238.625	235.203	221.777	214.484	212.651	199.341	205.644
Captações no Mercado Aberto	239.465	282.553	289.099	319.723	306.046	338.907	352.872	331.364
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	33.562	28.801	30.914	41.184	48.155	37.842	43.955	44.671
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	123.053	140.893	149.692	155.071	159.035	183.329	200.714	210.141
Letras de Crédito do Agronegócio	79.154	89.034	99.647	105.520	103.752	119.690	133.897	135.896
Letras de Crédito Imobiliário	3.487	8.159	8.482	7.995	14.358	19.285	18.741	18.734
Demais Letras Bancárias	9.528	9.706	9.587	9.637	9.071	9.580	9.719	7.301
Obrigações por TVM no Exterior	30.885	33.994	31.976	31.920	31.853	34.773	38.357	48.210
Relações Interfinanceiras	35	4.792	5.184	3.238	31	2.775	3.343	3.329
Relações Interdependências	4.826	2.664	3.929	2.340	5.291	4.206	3.277	3.611
Obrigações por Empréstimos	17.315	18.962	18.646	20.661	23.996	29.157	26.537	35.853
Empréstimos no País - Outras Instituições	299	293	293	346	1.754	1.872	1.040	1.106
Empréstimos no Exterior	17.016	18.669	18.353	20.315	22.243	27.284	25.497	34.747
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	87.105	91.332	93.020	88.036	91.050	92.615	91.877	92.303
Tesouro Nacional	537	461	436	557	340	345	317	239
BNDES	43.968	43.813	43.785	44.181	44.282	43.247	41.701	39.740
CEF	4.220	6.026	8.046	9.992	12.360	14.233	16.324	18.220
Finame	28.477	30.363	30.958	32.065	33.205	34.073	33.058	31.882
Outras Instituições	9.903	10.669	9.794	1.243	864	717	475	2.222
Obrigações por Repasses do Exterior	24	20	0	0	0	0	0	9
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.694	3.924	3.771	2.918	3.443	5.632	3.638	6.629
Outras Obrigações	264.726	268.650	285.698	289.143	299.178	315.008	322.905	343.609
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	358	6.037	5.993	5.385	438	4.509	4.801	4.494
Carteira de Câmbio	21.495	19.577	18.663	20.100	21.707	17.786	15.164	11.020
Sociais e Estatutárias	1.413	718	1.088	1.407	2.357	2.160	2.374	2.348
Fiscais e Previdenciárias	28.877	24.162	22.782	24.239	22.784	24.820	25.649	26.751
Negociação e Intermediação de Valores	2.069	1.322	1.456	1.974	830	941	966	1.466
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	77.729	81.620	89.553	94.766	102.220	108.982	117.246	123.259
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.661	7.731	8.405	9.569	10.840	12.265	12.404	14.675
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	12.385	12.367	12.224	4.807	4.866	6.269	5.660	7.851
Dívida Subordinada	51.048	52.876	52.187	51.087	52.316	52.809	53.839	57.230
Passivo Atuarial	6.334	6.457	5.790	5.873	5.830	5.907	6.319	6.389
Diversas	46.866	47.552	51.230	50.048	53.522	53.560	53.808	57.875
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	8.490	8.230	16.327	19.890	21.468	25.001	24.675	30.250
Resultados de Exercícios Futuros	434	422	416	427	440	434	428	459
Patrimônio Líquido	72.225	73.517	71.791	81.246	80.613	83.598	82.643	83.814
Capital	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000	60.000	60.000
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	-	-	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Reservas de Capital	6	10	11	11	11	14	14	14
Reservas de Reavaliação	5	5	5	3	3	3	3	3
Reservas de Lucros	19.972	19.647	23.260	23.142	26.626	25.393	25.768	25.809
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.132)	(3.088)	(6.667)	(6.944)	(9.598)	(10.175)	(12.567)	(13.830)
Planos de Benefícios	(2.671)	(2.671)	(6.240)	(6.240)	(8.680)	(8.680)	(11.145)	(11.145)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	1.898	-	1.784	-	4.624	-	1.798
(Ações em Tesouraria)	(1.324)	(1.439)	(1.558)	(1.604)	(1.622)	(1.630)	(1.629)	(1.697)
Participações Minoritárias nas Controladas	2.698	2.483	2.741	2.755	3.093	3.269	2.955	3.617

Tabela 183. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual

Fluxo Anual - (R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
PASSIVO	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	1.437.486	15,4
Circulante e Exigível a Longo Prazo	760.432	922.467	1.087.421	1.231.256	1.356.432	15,6
Depósitos	376.851	442.386	472.085	491.013	468.362	5,6
Depósitos à Vista	63.503	62.016	74.760	75.818	74.210	4,0
Depósitos de Poupança	89.288	100.110	117.744	140.728	148.699	13,6
Depósitos Interfinanceiros	18.998	14.450	16.569	27.155	30.969	13,0
Depósitos a Prazo	204.652	265.809	263.013	247.311	214.484	1,2
Depósitos para Investimentos	410	-	-	-	-	-
Captações no Mercado Aberto	142.175	195.175	225.787	239.465	306.046	21,1
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	-	664	9.554	33.562	48.155	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.486	32.323	70.670	123.053	159.035	85,3
Letras de Crédito do Agronegócio	1.170	7.422	34.005	79.154	103.752	206,9
Letras de Crédito Imobiliário	10	9	70	3.487	14.358	522,7
Demais Letras Bancárias	3.135	8.708	9.853	9.528	9.071	30,4
Obrigações por TVM no Exterior	9.172	16.185	26.743	30.885	31.853	36,5
Relações Interfinanceiras	18	24	24	35	31	14,8
Relações Interdependências	3.688	3.819	5.180	4.826	5.291	9,4
Obrigações por Empréstimos	8.598	12.257	14.081	17.315	23.996	29,3
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	121	409	299	1.754	-
Empréstimos no Exterior	8.598	12.136	13.672	17.016	22.243	26,8
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	50.764	50.991	63.519	87.105	91.050	15,7
Tesouro Nacional	1.549	1.722	713	537	340	(31,6)
BNDES	26.978	28.978	41.763	43.968	44.282	13,2
CEF	147	338	895	4.220	12.360	202,8
Finame	14.046	17.506	19.494	28.477	33.205	24,0
Outras Instituições	8.043	2.446	653	9.903	864	(42,8)
Obrigações por Repasses do Exterior	97	102	87	24	0	(73,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.297	3.621	3.439	3.694	3.443	(10,2)
Outras Obrigações	159.459	181.768	232.548	264.726	299.178	17,0
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	297	360	419	358	438	10,2
Carteira de Câmbio	29.506	28.416	26.404	21.495	21.707	(7,4)
Sociais e Estatutárias	1.992	2.122	1.818	1.413	2.357	4,3
Fiscais e Previdenciárias	27.613	28.057	30.924	28.877	22.784	(4,7)
Negociação e Intermediação de Valores	1.676	836	1.231	2.069	830	(16,1)
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	32.369	45.023	60.234	77.729	102.220	33,3
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.568	4.002	5.089	7.661	10.840	32,0
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	3.361	2.846	15.061	12.385	4.866	9,7
Dívida Subordinada	23.412	30.885	40.676	51.048	52.316	22,3
Passivo Atuarial	6.907	7.142	10.092	6.334	5.830	(4,1)
Diversas	28.757	32.079	40.602	46.866	53.522	16,8
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	-	8.490	21.468	-
Resultados de Exercícios Futuros	300	347	387	434	440	10,1
Patrimônio Líquido	50.441	58.416	61.499	72.225	80.613	12,4
Capital	33.078	33.123	48.400	54.000	54.000	13,0
Instrumento Elegível ao Capital Principal	-	-	-	-	8.100	-
Reservas de Capital	-	-	-	6	11	-
Reservas de Reavaliação	6	5	5	5	3	(18,1)
Reservas de Lucros	16.889	24.121	16.132	19.972	26.626	12,1
Ajustes de Avaliação Patrimonial	467	724	(3.150)	(3.132)	(9.598)	-
Planos de Benefícios	-	-	(4.571)	(2.671)	(8.680)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(0)	(0)	(461)	(1.324)	(1.622)	673,9
Participações Minoritárias nas Controladas	0	444	574	2.698	3.093	1.495,7

11.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 184. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral

Fluxo Trimestral - (R\$ milhões)	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Receitas da Intermediação Financeira	31.340	31.112	32.676	39.527	40.486	49.435	37.894	62.211
Operações de Crédito	20.113	20.087	21.035	24.677	25.281	29.322	23.509	35.375
Operações Arrendamento Mercantil	44	38	36	34	37	44	38	49
Resultado de Operações com TVM	8.954	8.827	9.839	12.349	12.995	16.973	12.648	20.646
Result. Instrum. Finan. Derivativos	389	(93)	(632)	622	403	903	(401)	1.687
Resultado de Operações de Câmbio	(17)	426	437	(32)	(197)	424	364	2.618
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.389	1.420	1.467	1.503	1.279	1.190	1.195	1.322
Op. Venda / Transf. Ativos Financeiros	200	173	167	127	110	109	107	123
Result. Fin. Oper. Seg., Prev. e Cap.	267	235	326	248	578	469	434	392
Despesas da Intermediação Financeira	(24.745)	(23.208)	(24.994)	(32.944)	(33.153)	(44.582)	(29.502)	(62.171)
Operações de Captação no Mercado	(16.676)	(17.856)	(19.260)	(21.428)	(21.974)	(23.557)	(24.804)	(28.912)
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(3.398)	(944)	(975)	(6.788)	(5.925)	(15.076)	915	(24.339)
PCLD	(4.671)	(4.407)	(4.759)	(4.728)	(5.255)	(5.949)	(5.614)	(8.919)
Result. Bruto Interm. Financeira	6.595	7.904	7.681	6.583	7.333	4.853	8.392	40
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(2.659)	(3.171)	(2.924)	(2.696)	(2.877)	(2.651)	(3.231)	(3.511)
Receitas de Prestação de Serviços ¹	4.418	4.111	4.425	4.555	4.920	4.654	4.668	4.959
Rendas de Tarifas Bancárias	1.663	1.552	1.616	1.718	1.751	1.655	1.791	1.948
Despesas de Pessoal	(4.857)	(4.676)	(4.701)	(4.949)	(5.175)	(5.189)	(5.516)	(5.987)
Outras Despesas Administrativas	(4.559)	(4.338)	(4.170)	(4.139)	(4.549)	(4.122)	(4.068)	(4.325)
Outras Despesas Tributárias	(1.244)	(1.009)	(1.327)	(1.277)	(1.374)	(1.846)	(1.482)	(1.319)
Result. Part. Coligadas e Controladas	225	(518)	(188)	677	603	1.708	(228)	3.059
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização ¹	975	1.081	1.229	1.175	1.410	1.153	1.646	1.285
Outras Receitas Operacionais	2.857	4.024	3.187	2.525	2.859	3.140	2.603	3.000
Outras Despesas Operacionais	(2.136)	(3.396)	(2.995)	(2.982)	(3.321)	(3.804)	(2.644)	(6.131)
Resultado Operacional	3.935	4.733	4.757	3.887	4.457	2.202	5.160	(3.471)
Resultado Não Operacional	225	98	36	40	27	5.771	(2)	18
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	4.160	4.831	4.793	3.927	4.484	7.973	5.158	(3.453)
IR e CS	(294)	(1.437)	(1.237)	(377)	(639)	(984)	(1.245)	7.383
Participações Estatutárias no Lucro	(486)	(394)	(401)	(392)	(436)	(765)	(428)	(419)
Participações Minoritárias	(354)	(322)	(326)	(378)	(449)	(405)	(478)	(448)
Lucro Líquido	3.025	2.678	2.829	2.780	2.959	5.818	3.008	3.062

1 - Série revisada do 1T13 ao 4T14.

Tabela 185. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual

Fluxo Anual - (R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
Receitas da Intermediação Financeira	78.035	99.661	103.456	112.237	143.801	16,5
Operações de Crédito	50.960	61.998	69.489	74.418	91.080	15,6
Operações Arrendamento Mercantil	814	616	346	175	145	(35,1)
Resultado de Operações com TVM	23.238	30.849	27.982	29.970	44.010	17,3
Result. Instrum. Finan. Derivativos	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	300	-
Resultado de Operações de Câmbio	1.083	(374)	147	606	634	(12,5)
Resultado de Aplicações Compulsórias	3.586	7.231	5.925	4.697	5.669	12,1
Op. Venda / Transf. Ativos Financeiros	-	-	246	537	578	-
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	592	803	755	678	1.386	23,7
Despesas da Intermediação Financeira	(52.473)	(73.554)	(73.401)	(83.872)	(114.300)	21,5
Operações de Captação no Mercado	(38.756)	(54.370)	(52.153)	(56.626)	(80.519)	20,1
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(3.473)	(7.210)	(7.376)	(11.185)	(14.632)	43,3
PCLD	(10.244)	(11.975)	(13.872)	(16.061)	(19.149)	16,9
Result. Bruto Interm. Financeira	25.562	26.107	30.055	28.366	29.501	3,6
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(7.151)	(7.600)	(12.829)	(13.746)	(11.667)	13,0
Receitas de Prestação de Serviços	10.777	12.213	14.486	16.394	18.010	13,7
Rendas de Tarifas Bancárias	5.396	6.028	6.586	6.547	6.636	5,3
Despesas de Pessoal	(13.020)	(14.913)	(16.503)	(18.401)	(19.500)	10,6
Outras Despesas Administrativas	(12.453)	(12.511)	(15.488)	(16.399)	(17.195)	8,4
Outras Despesas Tributárias	(3.750)	(4.259)	(4.416)	(4.759)	(4.987)	7,4
Result. Part. Coligadas e Controladas	(46)	455	264	606	574	-
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	1.888	2.265	2.349	3.590	4.895	26,9
Outras Receitas Operacionais	13.788	12.978	8.346	8.163	12.594	(2,2)
Outras Despesas Operacionais	(9.731)	(9.856)	(8.450)	(9.486)	(12.695)	6,9
Resultado Operacional	18.410	18.507	17.227	14.620	17.834	(0,8)
Resultado Não Operacional	370	225	1.210	10.176	201	(14,2)
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	18.781	18.732	18.437	24.796	18.035	(1,0)
IR e CS	(5.321)	(4.722)	(4.241)	(5.993)	(3.691)	(8,7)
Participações Estatutárias no Lucro	(1.756)	(1.791)	(1.835)	(2.204)	(1.623)	(2,0)
Participações Minoritárias	0	(93)	(156)	(840)	(1.475)	-
Lucro Líquido	11.703	12.126	12.205	15.758	11.246	(1,0)

1 - Série revisada de 2013 a 2014.

11.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 186. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral

Fluxo Trimestral - (R\$ milhões)	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15	3T15
Receitas da Intermediação Financeira	31.853	30.620	32.548	40.746	41.320	52.370	37.475	67.643
Operações de Crédito	20.313	20.080	21.268	24.804	25.392	29.431	23.616	35.521
Operações de Venda / Transf. de Ativos Financeiros	200	173	167	127	110	109	107	123
Operações de Arrendamento Mercantil	44	38	36	34	37	44	38	49
Resultado de Operações com TVM ¹	8.954	8.828	9.856	12.353	13.000	16.993	12.653	20.694
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	389	(93)	(632)	622	403	903	(401)	1.687
Resultado de Operações de Câmbio	(17)	426	437	(32)	(197)	424	364	2.618
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.389	1.420	1.467	1.503	1.279	1.190	1.195	1.322
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização ²	267	286	334	316	389	469	434	392
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	227	(480)	(201)	674	599	1.822	(261)	3.246
Outras Rec. Op. com Caract. de Intern.	23	306	101	26	26	(134)	37	(480)
Hedge Fiscal	263	(189)	(118)	447	392	1.228	(198)	2.593
Despesas da Intermediação Financeira	(20.010)	(18.738)	(20.170)	(28.145)	(27.837)	(38.549)	(23.791)	(53.279)
Operações de Captação no Mercado	(16.613)	(17.711)	(19.108)	(21.273)	(21.828)	(23.385)	(24.530)	(28.724)
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(3.398)	(1.027)	(1.061)	(6.871)	(6.008)	(15.164)	739	(24.554)
Margem Financeira Bruta	11.843	11.882	12.378	12.602	13.483	13.821	13.684	14.364
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.183)	(4.187)	(4.570)	(4.571)	(5.203)	(5.999)	(5.530)	(6.407)
Margem Financeira Líquida	7.660	7.696	7.808	8.031	8.280	7.823	8.154	7.957
Rendas de Tarifas	6.081	5.662	6.041	6.273	6.671	6.309	6.459	6.907
Receitas de Prestação de Serviços ³	4.418	4.111	4.425	4.555	4.920	4.654	4.668	4.959
Rendas de Tarifas Bancárias	1.663	1.552	1.616	1.718	1.751	1.655	1.791	1.948
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização ³	975	1.030	1.220	1.107	1.273	1.153	1.261	1.285
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.177)	(1.154)	(1.231)	(1.224)	(1.278)	(1.272)	(1.335)	(1.314)
Margem de Contribuição	13.538	13.234	13.838	14.187	14.946	14.014	14.539	14.835
Despesas Administrativas	(8.399)	(7.729)	(7.819)	(8.048)	(8.694)	(8.226)	(8.439)	(8.551)
Despesas de Pessoal	(4.641)	(4.476)	(4.465)	(4.630)	(4.874)	(4.870)	(5.131)	(5.028)
Outras Despesas Administrativas	(3.758)	(3.253)	(3.354)	(3.417)	(3.820)	(3.356)	(3.308)	(3.523)
Outras Despesas Tributárias	(95)	(94)	(83)	(102)	(139)	(122)	(116)	(161)
Resultado Comercial	5.044	5.411	5.936	6.038	6.113	5.666	5.983	6.123
Risco Legal	(193)	(566)	(401)	(529)	(281)	(441)	(219)	(726)
Demandas Cíveis	23	(261)	(216)	(263)	(204)	(278)	(46)	(399)
Demandas Trabalhistas	(216)	(305)	(185)	(266)	(77)	(164)	(173)	(327)
Outros Componentes do Resultado	(782)	(715)	(574)	(1.038)	(1.011)	(595)	(856)	(881)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(2)	(38)	13	3	4	0	6	(3)
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(780)	(677)	(587)	(1.041)	(1.015)	(595)	(862)	(879)
Outras Receitas Operacionais ¹	1.867	1.770	1.678	1.972	2.115	2.248	2.046	2.468
Previ - Plano de Benefícios 1	112	446	446	228	228	139	139	40
Previ - Atualização de Fundo Utilização	264	260	228	163	223	444	316	223
Outras Despesas Operacionais	(3.023)	(3.152)	(2.940)	(3.403)	(3.581)	(3.426)	(3.363)	(3.610)
Resultado Operacional	4.068	4.130	4.960	4.471	4.821	4.629	4.909	4.516
Resultado Não Operacional	37	98	36	40	27	(1)	(2)	18
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.105	4.228	4.996	4.511	4.849	4.628	4.907	4.534
IR e Contribuição Social	(889)	(1.107)	(1.248)	(845)	(987)	(629)	(1.026)	(651)
Benefício Fiscal de JCP	349	353	360	377	380	422	463	488
Participações Estatutárias no Lucro	(438)	(362)	(421)	(403)	(458)	(569)	(437)	(553)
Participações Minoritárias	(354)	(322)	(326)	(378)	(384)	(405)	(403)	(448)
Lucro Líquido Ajustado	2.424	2.436	3.002	2.885	3.020	3.025	3.040	2.881
Itens Extraordinários	602	241	(173)	(104)	(61)	2.793	(32)	181
Planos Econômicos	(56)	(343)	(328)	(248)	(387)	(188)	33	(247)
Eficiência Tributária	-	260	-	-	-	-	-	-
Crédito Tributário	-	-	-	-	-	2.326	-	-
PCLD Adicional	(267)	-	(143)	-	-	-	-	(2.370)
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	401	133	163	63	46	(558)	(208)	(1.794)
Alienação de Ações da Itapebi	188	-	-	-	-	-	-	-
Refis	587	-	-	-	-	-	-	-
PCLD Extraordinária BV	(166)	-	-	-	-	-	-	-
Prov. Demandas Legais - Aj. de Par. e Pol. de Acordos	-	385	-	-	-	-	-	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	-	-	-	325	-	385	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	-	-	-	(65)	-	(74)	-
Cateno - Gestão de Contas de Pagamentos S.A	-	-	-	-	-	11.572	-	-
Ajuste de Posição com Alocadores de Recursos	-	-	-	-	-	-	(127)	-
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	-	-	-	-	-	-	-	(372)
Prov. Comprom. Parceiros p/ Compra Pontos de Relac.	-	-	-	-	-	-	-	(765)
Crédito Tributário s/ CSLL	-	-	-	-	-	-	-	3.405
Resultado Não Realizado - Cateno	-	-	-	-	-	(5.800)	-	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(86)	(193)	135	81	20	(4.558)	(42)	2.325
Lucro Líquido	3.025	2.678	2.829	2.780	2.959	5.818	3.008	3.062

1 – Série revisada do 1T14 ao 1T15.

2 – Série revisada do 1T14 ao 4T14.

3 – Série revisada do 1T13 ao 4T14.

Tabela 187. Demonstração do Resultado com Realocações - Série Anual

Fluxo Anual - (R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR - %
Receitas da Intermediação Financeira	80.436	102.849	104.525	113.636	145.234	15,9
Operações de Crédito	53.405	64.486	69.736	74.955	91.543	14,4
Operações de Venda / Transf. de Ativos Financeiros	-	-	246	537	578	-
Operações de Arrendamento Mercantil	814	616	346	175	145	(35,1)
Resultado de Operações com TVM ¹	23.238	30.849	27.982	29.970	44.038	17,3
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	300	-
Resultado de Operações de Câmbio	1.083	(374)	147	606	634	(12,5)
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.586	7.231	5.925	4.697	5.669	12,1
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização ¹	592	803	755	678	1.325	22,3
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	(149)	433	357	585	592	-
Outras Rec. Op. com Caract. de Intern.	252	(75)	397	166	458	16,1
Hedge Fiscal	(147)	341	315	648	531	-
Despesas da Intermediação Financeira	(42.038)	(62.019)	(58.795)	(67.584)	(94.888)	22,6
Operações de Captação no Mercado	(38.565)	(54.809)	(51.660)	(56.399)	(79.921)	20,0
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(3.473)	(7.210)	(7.136)	(11.185)	(14.968)	44,1
Margem Financeira Bruta	38.398	40.830	45.730	46.052	50.346	7,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.675)	(11.827)	(14.651)	(15.584)	(18.531)	14,8
Margem Financeira Líquida	27.724	29.003	31.078	30.468	31.815	3,5
Rendas de Tarifas	16.173	18.242	21.071	22.941	24.647	11,1
Receitas de Prestação de Serviços ²	10.777	12.213	14.486	16.394	18.010	13,7
Rendas de Tarifas Bancárias	5.396	6.028	6.586	6.547	6.636	5,3
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização ²	1.888	2.265	2.349	3.590	4.630	25,1
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(3.627)	(4.081)	(4.183)	(4.469)	(4.887)	7,7
Margem de Contribuição	42.157	45.429	50.316	52.530	56.205	7,5
Despesas Administrativas	(22.565)	(24.752)	(28.194)	(30.149)	(32.290)	9,4
Despesas de Pessoal	(12.244)	(13.943)	(15.777)	(17.051)	(18.445)	10,8
Outras Despesas Administrativas	(10.322)	(10.809)	(12.417)	(13.098)	(13.845)	7,6
Outras Despesas Tributárias	(107)	(216)	(268)	(361)	(418)	40,5
Resultado Comercial	19.484	20.461	21.854	22.020	23.497	4,8
Risco Legal	(1.076)	(860)	(1.539)	(1.607)	(1.777)	13,4
Demandas Cíveis	(427)	(135)	(813)	(459)	(944)	22,0
Demandas Trabalhistas	(649)	(724)	(726)	(1.148)	(833)	6,4
Outros Componentes do Resultado	(908)	(687)	(2.539)	(3.869)	(3.337)	38,5
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	102	22	(94)	21	(18)	-
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.010)	(709)	(2.446)	(3.890)	(3.320)	34,6
Outras Receitas Operacionais ¹	4.999	5.092	4.896	5.683	7.534	10,8
Previ - Plano de Benefícios 1	4.299	2.981	1.355	598	1.348	(25,2)
Previ - Atualização de Fundo Utilização	-	847	898	870	874	-
Outras Despesas Operacionais	(10.309)	(9.629)	(9.596)	(11.041)	(13.076)	6,1
Resultado Operacional	17.500	18.914	17.776	16.544	18.383	1,2
Resultado Não Operacional	43	56	107	167	201	47,2
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	17.543	18.970	17.883	16.712	18.583	1,5
IR e Contribuição Social	(5.242)	(5.388)	(4.455)	(3.954)	(4.187)	(5,5)
Benefício Fiscal de JCP	961	1.221	1.342	1.326	1.470	11,2
Participações Estatutárias no Lucro	(1.637)	(1.737)	(1.745)	(1.565)	(1.644)	0,1
Participações Minoritárias	0	(93)	(156)	(840)	(1.410)	-
Lucro Líquido Ajustado	10.664	11.751	11.528	10.353	11.343	1,6
Itens Extraordinários	1.039	375	678	5.405	(97)	-
Alienação de Participações	214	169	-	-	-	-
Planos Econômicos	(371)	(103)	(968)	(683)	(1.307)	37,0
Eficiência Tributária	460	386	244	142	260	(13,3)
Passivos Contingentes BESC	250	-	-	-	-	-
PCLD Adicional	332	-	699	(229)	(143)	-
Reversão de Passivos Trabalhistas	568	-	-	-	-	-
Ganho de Capital BB Seguros Participações	114	-	-	-	-	-
Alienação de Imóveis	-	-	1.103	-	-	-
Provisão para CCV	-	-	-	(186)	-	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	303	-	-
Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	9.820	-	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	(172)	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	-	-	(404)	404	-
Alienação de Ações da Itapebi	-	-	-	188	-	-
Refis	-	-	-	587	-	-
PCLD Extraordinária BV	-	-	-	(166)	-	-
Prov. Demandas Legais - Aj. de Par. e Pol. de Acordos	-	-	-	-	385	-
BrasilPrev Circular Susep 457/12 e 462/13	-	-	-	-	325	-
Efeito BrasilPrev nos Minoritários	-	-	-	-	(65)	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(527)	(78)	(401)	(3.796)	43	-
Lucro Líquido	11.703	12.126	12.205	15.758	11.246	(1,0)

1 – Série revisada em 2014.

2 – Série revisada de 2013 a 2014.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

José Maurício Pereira Coelho

Gerente de Relações com Investidores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe

Gerentes Executivos

Gisele Campana Rodrigues

Rodrigo Felipe Afonso

Gerentes de Divisão

Heverton Masaru Ono

João Domingos Cicarini Júnior

Joaquim Camilo de Castro

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Cristina L. A. Gotti

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Debora Stefani

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Fernando Mascarenhas de Oliveira

Filipe Cardoso Duda

Gustavo Correia de Brito

Janaína Marques Storti

Jefferson Guarnieri Aquino

Joabel Martins de Oliveira

Peterson Luiz Barbosa

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes

Viviane de Sousa



Banco do Brasil S.A.

**Relatório de Asseguração Limitada para
o Banco do Brasil S.A. relativo às
informações contábeis suplementares
30 de setembro de 2015**



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada para o Banco do Brasil S.A. relativo às informações contábeis suplementares

Ao
Conselho Diretor do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para realizar um trabalho de asseguração limitada conforme NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000), sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco do Brasil S.A, correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015.

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e com base nessa revisão emitir, uma conclusão na forma de asseguração limitada. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise de Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e com os critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.



Escopo, procedimentos aplicados e limitações

A asseguração limitada fornece um grau de asseguração menor que uma auditoria ou uma asseguração razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguração razoável e, portanto, menos asseguração é obtida que em um trabalho de asseguração razoável, conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona asseguração limitada sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Os procedimentos de asseguração limitada compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância das informações contábeis suplementares e os sistemas de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório de Análise do Desempenho do Banco; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações contábeis suplementares; e (c) confronto dos indicadores de natureza financeira e contábil com as respectivas demonstrações contábeis consolidadas divulgadas e/ou registros contábeis.

Crítérios para elaboração das informações contábeis suplementares

As informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foram elaboradas pela Administração do Banco, com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.

Conclusão

Baseado nos procedimentos realizados de asseguração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho, correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, estejam inconsistentes, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas referidas no parágrafo de critérios para elaboração das informações contábeis suplementares.

Brasília, 11 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O 4-4

Demonstrações Contábeis

Consolidadas
3º Trimestre 2015



BANCO DO BRASIL

ÍNDICE

Índice	1
Demonstrações Contábeis	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
Notas Explicativas	10
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	10
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	10
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	25
6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30
7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	31
8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	32
9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	42
10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44
11 - OUTROS CRÉDITOS	50
12 - CARTEIRA DE CÂMBIO	51
13 - OUTROS VALORES E BENS	52
14 - INVESTIMENTOS	53
15 - IMOBILIZADO	55
16 - INTANGÍVEL	56
17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	57
18 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	61
19 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	63
20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	65
21 - OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	69
22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	72
23 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	75
24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75
25 - TRIBUTOS	82
26 - PARTES RELACIONADAS	85
27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	88
28 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	98
29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	102
30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	114
31 - OUTRAS INFORMAÇÕES	115
Parecer dos Auditores Independentes	119
Membros da Administração	122

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
ATIVO CIRCULANTE		895.446.480	845.371.438	837.318.664
Disponibilidades	(Nota 6)	19.772.738	13.786.585	13.961.149
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	347.927.192	301.620.235	315.549.244
Aplicações no mercado aberto		295.640.358	264.237.748	281.034.019
Aplicações em depósitos interfinanceiros		52.286.834	37.382.487	34.515.225
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	150.095.000	134.593.926	136.831.369
Carteira própria		140.780.960	126.674.173	120.739.233
Vinculados a compromissos de recompra		3.922.261	4.998.373	9.025.982
Vinculados ao Banco Central		--	--	16
Vinculados à prestação de garantias		1.363.303	1.627.105	6.092.677
Instrumentos financeiros derivativos		4.034.139	1.302.657	973.461
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		(5.663)	(8.382)	--
Relações Interfinanceiras		68.284.064	66.923.660	86.638.122
Pagamentos e recebimentos a liquidar	(Nota 9.a)	4.211.558	10.428	4.567.821
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	62.910.109	65.634.181	81.097.073
Depósitos no Banco Central		60.376.188	63.251.839	78.738.806
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		80.360	78.861	101.908
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.453.561	2.303.481	2.256.359
Repasse interfinanceiros		31.430	10.883	8.213
Correspondentes		1.130.967	1.268.168	965.015
Relações Interdependências		174.838	593.631	272.694
Transferências internas de recursos		174.838	593.631	272.694
Operações de Crédito	(Nota 10)	161.960.461	199.159.425	148.998.741
Setor público		2.469.955	2.260.346	3.443.279
Setor privado		170.309.728	206.057.526	154.487.687
Operações de crédito vinculadas à cessão		99	469	122
(Provisão para operações de crédito)		(10.819.321)	(9.158.916)	(8.932.347)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	411.816	474.943	504.382
Setor privado		460.530	507.749	539.658
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(48.714)	(32.806)	(35.276)
Outros Créditos		143.743.263	125.529.228	131.440.054
Créditos por avais e fianças honrados		400.645	539.570	459.958
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	23.941.589	18.362.653	16.366.034
Rendas a receber		3.030.191	3.800.572	2.652.736
Negociação e intermediação de valores		832.308	861.083	401.529
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	4.801.753	4.104.489	4.008.030
Diversos	(Nota 11.b)	112.493.630	99.851.614	109.390.750
(Provisão para outros créditos)		(1.756.853)	(1.990.753)	(1.838.983)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	3.077.108	2.689.805	3.122.909
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		698.388	618.273	685.908
(Provisão para desvalorizações)		(142.275)	(147.365)	(146.086)
Despesas antecipadas		2.520.995	2.218.897	2.583.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
ATIVO NÃO CIRCULANTE		679.514.386	592.114.074	594.310.441
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		658.500.652	569.846.879	573.075.474
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	1.268.451	2.616.369	2.271.197
Aplicações no mercado aberto		229.192	251.925	196.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.039.259	2.364.444	2.074.409
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	100.618.692	88.049.531	73.603.903
Carteira própria		67.223.399	58.910.715	68.150.570
Vinculados a compromissos de recompra		24.586.405	15.414.310	3.936.684
Vinculados à prestação de garantias		6.405.855	12.857.630	804.852
Instrumentos financeiros derivativos		2.454.296	898.809	749.121
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		(51.263)	(31.933)	(37.324)
Relações Interfinanceiras		331.821	325.356	286.498
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	2.335	50.649	29.425
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		2.335	50.649	29.425
Repasse interfinanceiros		329.486	274.707	257.073
Operações de Crédito	(Nota 10)	485.937.443	419.339.736	449.023.704
Setor público		75.265.565	58.015.534	54.213.156
Setor privado		432.175.071	377.949.159	410.216.206
Operações de crédito vinculadas à cessão		344.104	320.782	335.521
(Provisão para operações de crédito)		(21.847.297)	(16.945.739)	(15.741.179)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	678.641	549.153	513.016
Setor privado		693.888	563.081	526.706
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(15.247)	(13.928)	(13.690)
Outros Créditos		68.243.812	57.578.124	46.048.549
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	1.170.822	5.246	5.495
Rendas a receber		38.570	64.515	36.398
Negociação e intermediação de valores		1.491.447	431.573	1.450.277
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.685.630	1.550.087	1.509.364
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	1.009.980	905.696	704.584
Diversos	(Nota 11.b)	63.629.037	54.933.964	42.630.853
(Provisão para outros créditos)		(781.674)	(312.957)	(288.422)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	1.421.792	1.388.610	1.328.607
Despesas antecipadas		1.421.792	1.388.610	1.328.607
PERMANENTE		21.013.734	22.267.195	21.234.967
Investimentos		3.540.515	3.419.631	3.397.717
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	1.697.143	1.767.548	1.811.443
No país		1.039.184	1.181.056	1.246.507
No exterior		657.959	586.492	564.936
Outros investimentos	(Nota 14.b)	1.930.843	1.745.575	1.676.873
(Imparidade acumulada)		(87.471)	(93.492)	(90.599)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	7.536.969	7.556.737	7.098.301
Imóveis de uso		6.724.833	6.370.075	6.109.272
Outras imobilizações de uso		10.192.428	9.864.596	9.434.145
(Depreciação acumulada)		(9.380.292)	(8.677.934)	(8.445.116)
Intangível	(Nota 16)	9.905.994	11.249.232	10.694.383
Ativos intangíveis		18.155.055	18.432.244	17.666.863
(Amortização acumulada)		(8.249.061)	(7.183.012)	(6.972.480)
Diferido		30.256	41.595	44.566
Gastos de organização e expansão		1.614.507	1.673.307	1.674.563
(Amortização acumulada)		(1.584.251)	(1.631.712)	(1.629.997)
TOTAL DO ATIVO		1.574.960.866	1.437.485.512	1.431.629.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
PASSIVO CIRCULANTE		946.837.657	931.769.187	914.893.427
Depósitos	(Nota 17.a)	409.079.766	401.177.785	386.232.793
Depósitos à vista		66.026.209	74.210.189	69.521.036
Depósitos de poupança		149.763.605	148.698.890	148.995.605
Depósitos interfinanceiros		34.743.039	25.154.397	23.788.697
Depósitos a prazo		158.546.913	153.114.309	143.927.455
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	279.316.983	292.361.623	305.689.952
Carteira própria		28.732.220	61.110.895	53.214.739
Carteira de terceiros		250.026.189	231.250.728	252.470.934
Carteira de livre movimentação		558.574	--	4.279
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	45.740.978	51.246.818	44.919.788
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		18.665.762	38.260.204	30.688.159
Recursos de debêntures		270	--	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		27.068.083	12.968.090	14.213.679
Certificados de operações estruturadas		6.863	18.524	17.950
Relações Interfinanceiras		3.329.328	31.463	3.237.638
Recebimentos e pagamentos a liquidar	(Nota 9.a)	3.307.429	16	3.220.470
Correspondentes		21.899	31.447	17.168
Relações Interdependências		3.610.738	5.290.841	2.339.818
Recursos em trânsito de terceiros		3.608.855	5.288.673	2.334.712
Transferências internas de recursos		1.883	2.168	5.106
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	25.575.652	17.398.060	15.910.005
Empréstimos no país - outras instituições		990	1.909	345.480
Empréstimos no exterior		25.574.662	17.396.151	15.564.525
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	38.873.471	34.415.072	31.759.953
Tesouro Nacional		27.994	50.670	60.849
BNDES		12.308.764	15.065.291	14.588.586
Caixa Econômica Federal		18.219.733	12.359.686	9.991.504
Finame		6.094.763	6.075.536	5.876.312
Outras instituições		2.222.217	863.889	1.242.702
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	8.983	95	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	4.181.698	2.420.029	2.212.444
Outras Obrigações		137.120.060	127.427.401	122.590.941
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.493.746	437.888	5.384.634
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	10.729.252	17.991.924	16.927.015
Sociais e estatutárias		2.348.202	2.356.593	1.407.000
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	23.638.060	20.370.981	20.156.033
Negociação e intermediação de valores		1.258.861	756.060	645.977
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	29.192.900	24.494.597	23.005.544
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	9.674.726	6.629.365	5.889.793
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	3.728.268	4.110.613	3.033.813
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	368.326	368.814	735.939
Diversas	(Nota 20.e)	51.687.719	49.910.566	45.405.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		544.308.761	425.103.131	435.489.619
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		543.849.641	424.663.164	435.063.036
Depósitos	(Nota 17.a)	54.758.212	67.183.984	82.592.209
Depósitos interfinanceiros		7.661.053	5.814.349	4.742.294
Depósitos a prazo		47.097.159	61.369.635	77.849.915
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	52.047.491	13.683.952	14.033.016
Carteira própria		41.482.936	3.254.679	2.755.203
Carteira de terceiros		10.564.488	10.423.741	11.268.638
Carteira de livre movimentação		67	5.532	9.175
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	164.400.499	107.787.719	110.151.423
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		142.723.163	88.902.537	91.661.020
Recursos de debêntures		524.324	59	784.417
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		21.141.993	18.885.123	17.705.986
Certificados de operações estruturadas		11.019	--	--
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	10.277.394	6.598.377	4.751.485
Empréstimos no país - outras instituições		1.105.455	1.751.978	945
Empréstimos no exterior		9.171.939	4.846.399	4.750.540
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	53.429.832	56.634.949	56.276.285
Tesouro Nacional		211.161	289.228	495.654
BNDES		27.431.326	29.216.507	29.592.148
Finame		25.787.345	27.129.214	26.188.483
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	382	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	2.446.970	1.023.130	705.743
Outras Obrigações		206.488.861	171.750.671	166.552.493
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	291.210	3.715.002	3.172.665
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	3.113.228	2.412.810	4.083.093
Negociação e intermediação de valores		207.615	74.383	1.328.190
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	94.065.914	77.725.415	71.760.075
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	5.000.005	4.211.033	3.678.940
Operações especiais		2.176	2.153	2.146
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	53.502.172	48.205.228	48.053.111
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	7.482.721	4.496.926	4.070.675
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	30.250.041	21.467.670	19.889.693
Diversas	(Nota 20.e)	12.573.779	9.440.051	10.513.905
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		459.120	439.967	426.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 24)	83.814.448	80.613.194	81.246.059
Capital		60.000.000	54.000.000	54.000.000
De domiciliados no país		47.025.374	42.957.421	42.998.147
De domiciliados no exterior		12.974.626	11.042.579	11.001.853
Instrumento Elegível ao Capital Principal	(Nota 24.c)	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		14.326	10.773	10.768
Reservas de Reavaliação		2.747	2.805	2.832
Reservas de Lucros		25.809.320	26.625.511	23.141.903
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(13.829.926)	(9.597.840)	(6.944.165)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.798.079	--	1.784.100
(Ações em Tesouraria)		(1.697.380)	(1.621.507)	(1.604.406)
Participação dos Não Controladores		3.617.282	3.093.452	2.755.027
TOTAL DO PASSIVO		1.574.960.866	1.437.485.512	1.431.629.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		63.009.045	40.405.255	152.326.242	105.941.467
Operações de crédito	(Nota 10.b)	35.374.782	24.676.516	88.205.527	65.798.792
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	177.573	363.808	607.271	1.043.501
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	20.645.731	12.349.366	50.267.389	31.015.063
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	1.686.787	621.516	2.189.619	(103.289)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	2.618.415	--	3.406.118	830.320
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.c)	1.321.704	1.503.061	3.707.110	4.390.072
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		134.698	133.714	381.058	479.635
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.049.355	757.274	3.562.150	2.487.373
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(62.968.610)	(33.822.100)	(139.041.300)	(83.773.153)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(28.912.109)	(21.428.476)	(77.272.379)	(58.544.985)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(24.339.318)	(6.787.583)	(38.500.254)	(8.706.702)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	(128.183)	(329.511)	(476.337)	(935.552)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	--	(32.315)	--	--
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(12.188)	(6.291)	(42.560)	(12.258)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	(657.621)	(509.676)	(2.267.962)	(1.678.767)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 10.f e 10.g)	(8.919.191)	(4.728.248)	(20.481.808)	(13.894.889)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		40.435	6.583.155	13.284.942	22.168.314
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.511.316)	(2.696.033)	(9.393.230)	(8.790.903)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	4.958.797	4.554.565	14.280.988	13.090.193
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	1.948.032	1.718.232	5.394.064	4.885.737
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(5.986.938)	(4.948.573)	(16.692.759)	(14.325.119)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(4.324.891)	(4.138.982)	(12.514.917)	(12.646.467)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(1.318.946)	(1.277.085)	(4.646.934)	(3.613.022)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	3.059.005	677.373	4.538.507	(28.868)
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.284.911	1.175.175	4.084.646	3.484.732
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	3.000.182	2.524.801	8.743.220	9.735.325
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(6.131.468)	(2.981.539)	(12.580.045)	(9.373.414)
RESULTADO OPERACIONAL		(3.470.881)	3.887.122	3.891.712	13.377.411
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 23)	17.854	39.650	5.786.472	173.394
Receitas não operacionais		63.278	75.824	5.949.032	276.958
Despesas não operacionais		(45.424)	(36.174)	(162.560)	(103.564)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.453.027)	3.926.772	9.678.184	13.550.805
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 25.a)	7.382.714	(376.876)	5.153.640	(3.051.350)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(419.460)	(391.659)	(1.612.957)	(1.187.098)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(448.086)	(377.841)	(1.330.818)	(1.025.787)
LUCRO LÍQUIDO		3.062.141	2.780.396	11.888.049	8.286.570
LUCRO POR AÇÃO	(Nota 24.f)				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.794.596.340	2.797.457.565	2.795.613.950	2.801.441.756
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,08	0,97	4,16	2,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	--	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(306.219)	63.939	--	--	--	(242.280)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(3.569.836)	--	--	--	--	(3.569.836)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.745	--	--	--	--	--	3.035	--	--	7.780
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(283.034)	--	--	(283.034)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	10.076	--	10.076
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(1.732)	--	--	--	--	--	1.064	--	(668)
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	56.529	56.529
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.286.570	--	8.286.570
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(20.671)	--	(20.671)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	--	(21.437)	--	--	--	21.437	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	278.259	3.296.342	--	--	--	(3.574.601)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(383.427)	--	--	--	(216.417)	--	(599.844)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.723.358)	--	(2.723.358)
Saldos em 30.09.2014		54.000.000	8.100.000	10.768	2.832	5.180.834	17.961.069	(6.841.244)	(102.921)	(1.604.406)	1.784.100	2.755.027	81.246.059
Mutações do período		--	8.100.000	4.745	(1.732)	278.259	2.891.478	(3.876.055)	63.939	(279.999)	1.784.100	56.529	9.021.264
Saldos em 30.06.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.764	5.898.540	19.869.019	(12.422.540)	(144.492)	(1.629.478)	--	2.954.548	82.642.687
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(1.119.176)	(143.718)	--	--	--	(1.262.894)
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(67.902)	--	--	(67.902)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.326	--	3.326
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(17)	--	--	--	--	--	17	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	662.734	662.734
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.062.141	--	3.062.141
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(35.291)	--	(35.291)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	--	41.761	--	--	--	(12.096)	--	29.665
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.220.018)	--	(1.220.018)
Saldos em 30.09.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.747	5.898.540	19.910.780	(13.541.716)	(288.210)	(1.697.380)	1.798.079	3.617.282	83.814.448
Mutações do período		--	--	--	(17)	--	41.761	(1.119.176)	(143.718)	(67.902)	1.798.079	662.734	1.171.761
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.773	2.805	5.468.217	21.157.294	(9.437.805)	(160.035)	(1.621.507)	--	3.093.452	80.613.194
Aumento de capital - capitalização de reservas	(Nota 24.b)	6.000.000	--	--	--	--	(6.000.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(1.639.171)	(128.175)	--	--	--	(1.767.346)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	--	(2.464.740)	--	--	--	--	(2.464.740)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	7.968	--	--	--	--	--	4.741	--	--	12.709
Programa de recompra de ações		--	--	(4.415)	--	--	--	--	--	(80.614)	--	--	(85.029)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.984	--	6.984
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(58)	--	--	--	--	--	58	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	523.830	523.830
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.888.049	--	11.888.049
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(210.273)	--	(210.273)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	--	86.226	--	--	--	(56.561)	--	29.665
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	430.323	5.928.721	--	--	--	(6.359.044)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(1.261.461)	--	--	--	(39.046)	--	(1.300.507)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.432.088)	--	(3.432.088)
Saldos em 30.09.2015		60.000.000	8.100.000	14.326	2.747	5.898.540	19.910.780	(13.541.716)	(288.210)	(1.697.380)	1.798.079	3.617.282	83.814.448
Mutações do período		6.000.000	--	3.553	(58)	430.323	(1.246.514)	(4.103.911)	(128.175)	(75.873)	1.798.079	523.830	3.201.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro antes dos Tributos e Participações		(3.453.027)	3.926.772	9.678.184	13.550.805
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		7.293.899	11.972.672	26.427.459	39.718.275
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Nota 10.f e 10.g)	8.919.191	4.728.248	20.481.808	13.894.889
Depreciações e amortizações	(Nota 22.d)	1.108.758	1.000.726	3.207.177	3.398.827
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Nota 15 e 16)	4.528	5.199	5.481	2.379
Resultado de participação em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	(3.059.006)	(677.373)	(4.538.509)	28.868
Lucro na alienação de valores e bens	(Nota 23)	(1.947)	(9.153)	(7.325)	(27.513)
Lucro na alienação de investimentos	(Nota 23)	--	(1.236)	(2.545)	(3.350)
(Ganho) Perda de capital	(Nota 23)	1.525	5.422	(5.733.316)	10.820
Resultado da conversão de moeda estrangeira	(Nota 14.a)	3.040.852	668.432	4.502.956	(9.836)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 23)	(6.984)	(3.636)	(8.505)	(7.285)
Amortização de ágios em investimentos	(Nota 14.c e 22.d)	71.278	59.484	207.816	175.118
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(Nota 28.a)	2.391.323	436.147	4.154.246	1.548.331
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	7.382.048	6.722.317	24.974.806	20.813.478
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	(Nota 27)	(200.208)	(308.522)	(1.098.476)	(1.462.170)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(11.912.776)	(255.120)	(18.222.194)	2.400.355
Resultado dos não controladores		(448.086)	(377.841)	(1.330.818)	(1.025.787)
Outros ajustes		3.403	(20.422)	(165.143)	(18.849)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		3.840.872	15.899.444	36.105.643	53.269.080
Variações Patrimoniais		2.589.243	(39.424.042)	(20.810.439)	(72.512.414)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		30.814.475	(40.840.643)	(10.576.088)	(103.370.820)
Aumento em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(6.849.087)	(6.320.756)	(17.301.600)	(10.275.476)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		514.407	(1.217.471)	(2.205.965)	(3.666.807)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(3.186.433)	7.860.076	2.875.651	12.007.290
Aumento em operações de crédito		(25.757.778)	(16.726.603)	(49.366.487)	(51.285.081)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(60.279)	45.913	(100.744)	239.131
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(6.489.286)	(2.902.697)	(14.404.770)	2.404.315
Aumento em outros valores e bens		(371.686)	(486.948)	(404.655)	(567.434)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.946.285)	(993.590)	(11.165.479)	(3.780.500)
(Redução) Aumento em depósitos		18.207.396	(11.057.801)	(4.523.791)	(22.188.006)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(21.507.848)	30.623.562	25.318.899	80.258.390
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		9.427.635	5.379.390	51.106.940	32.018.119
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		9.751.833	(2.967.725)	13.118.779	4.253.552
(Redução) Aumento em outras obrigações		4.011.535	170.820	(3.200.283)	(8.551.215)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		30.644	10.431	19.154	(7.872)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		6.430.115	(23.524.598)	15.295.204	(19.243.334)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(2.667.445)	2.414.878	(6.266.728)	516.534
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		93.038	604.896	363.795	246.159
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(331.804)	297.070	(859.350)	(625.897)
Aquisição de investimentos		(218.528)	(124.954)	(345.083)	(63.149)
Aquisição de intangíveis/diferidos		(439.404)	(368.548)	(978.963)	(1.189.685)
Recursos oriundos de parceria no setor de cartões		--	--	2.314.674	--
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.564.143)	2.823.342	(5.771.655)	(1.116.038)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
Variação da participação dos acionistas não controladores		662.734	14.374	523.829	56.529
Aumento em obrigações por dívida subordinada		3.679.477	952.986	5.698.627	5.042.121
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		7.478.615	2.192.668	10.983.652	6.918.470
Aquisição de ações em tesouraria		(67.902)	(46.134)	(75.874)	(279.999)
Dividendos pagos		(39.046)	(216.417)	(1.551.766)	(809.210)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.090.380)	(941.310)	(2.955.107)	(2.723.358)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		10.623.498	1.956.167	12.623.361	8.204.553
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		13.489.470	(18.745.089)	22.146.910	(12.154.819)
Início do período		80.295.430	75.732.281	65.328.572	71.797.486
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		11.912.776	255.120	18.222.194	(2.400.355)
Fim do período		105.697.676	57.242.312	105.697.676	57.242.312
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		13.489.470	(18.745.089)	22.146.910	(12.154.819)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		01.01 a 30.09.2015		01.01 a 30.09.2014	
Receitas		156.974.072		113.459.788	
Receitas de intermediação financeira		152.326.242		105.941.467	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		19.675.052		17.975.930	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(20.411.405)		(13.894.889)	
Ganhos de capital	(Nota 23)	5.801.709		3.350	
Outras receitas/(despesas)		(417.526)		3.433.930	
Despesas da Intermediação Financeira		(118.629.895)		(69.878.264)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(7.390.810)		(7.560.442)	
Materiais, água, energia e gás	(Nota 22.d)	(496.119)		(380.843)	
Serviços de terceiros	(Nota 22.d)	(1.204.513)		(1.392.304)	
Comunicações	(Nota 22.d)	(1.022.936)		(1.159.494)	
Processamento de dados	(Nota 22.d)	(610.588)		(632.883)	
Transporte	(Nota 22.d)	(885.318)		(974.082)	
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 22.d)	(811.424)		(698.968)	
Serviços do sistema financeiro	(Nota 22.d)	(598.709)		(582.513)	
Propaganda e publicidade	(Nota 22.d)	(270.075)		(377.778)	
Outras		(1.491.128)		(1.361.577)	
Valor Adicionado Bruto		30.953.367		36.021.082	
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 22.d)	(3.414.993)		(3.573.945)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		27.538.374		32.447.137	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		4.538.508		(28.868)	
Resultado de participações em coligadas/controladas		4.538.508		(28.868)	
Valor Adicionado a Distribuir		32.076.882	100,00%	32.418.269	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		32.076.882	100,00%	32.418.269	100,00%
Pessoal		16.321.283	50,88%	13.634.278	42,06%
Salários e honorários		10.741.510		9.024.697	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.612.957		1.187.098	
Benefícios e treinamentos		2.133.493		1.953.735	
FGTS		581.112		559.804	
Outros encargos		1.252.211		908.944	
Impostos, Taxas e Contribuições		1.477.726	4,61%	8.518.397	26,27%
Federais		371.141		7.624.801	
Estaduais		799		700	
Municipais		1.105.786		892.896	
Remuneração de Capitais de Terceiros		1.059.007	3,30%	953.237	2,94%
Aluguéis	(Nota 22.d)	1.059.007		953.237	
Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 24.g)	13.218.866	41,21%	9.312.357	28,73%
Juros sobre capital próprio da União		1.984.699		1.582.655	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.447.390		1.140.703	
Dividendos da União		752.961		348.733	
Dividendos de outros acionistas		547.546		251.111	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		210.273		20.671	
Lucro retido		6.945.179		4.942.697	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		1.330.818		1.025.787	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Grupo Segurador BB Mapfre

Em 01.11.2014, a Mapfre Vida S.A. incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa pertencente à holding BB Mapfre SH1 Participações S.A. Na mesma data, a Mapfre Seguros Gerais S.A. incorporou a Mapfre Affinity Seguradora S.A., empresa pertencente à holding Mapfre BB SH2 Participações S.A. Ambas as incorporações foram realizadas na totalidade de seus patrimônios, as quais foram deferidas pela SUSEP, através das cartas 206 e 207/2014/SUSEP-SEGER, respectivamente.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 160.471 mil para a Vida Seguradora S.A. e R\$ 448.618 mil para a Mapfre Affinity Seguradora S.A.

Como decorrência natural, a Mapfre Vida S.A. e a Mapfre Seguros Gerais S.A. passaram à condição de sucessoras a título universal da Vida Seguradora S.A. e da Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente, em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

As incorporações propiciaram maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório.

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

Reorganização Societária – IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil Re)

Considerando a reorganização societária planejada recentemente pelo IRB-Brasil Re, no intuito de otimizar a gestão de seus ativos imobiliários por meio da criação de uma holding, a IRB – Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e de quatro sociedades de propósito específico (SPE), em 08.06.2015, o Banco do Brasil, como acionista indireto do IRB-Brasil Re, submeteu à aprovação do Banco Central do Brasil a criação de tais companhias, entretanto a solicitação permanece em análise por parte da referida Autarquia.

A Assembleia Geral do IRB-Brasil Re aprovou, em 21.08.2015: (i) a transformação do IRB-Brasil Re em sociedade anônima de capital aberto e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários, conforme Instrução CVM 480, de 07.12.2009; (ii) a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 400, de 29.12.2003; e (iii) a reformulação e consolidação do Estatuto Social do IRB-Brasil Re, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria holding.

O Banco realizou a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

c) Parcerias no Setor de Cartões

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos para administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

Os serviços disponibilizados pela Stelo visam criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo.

Em 12.06.2015, a Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (Aliança), que tem como atividade principal participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista, adquiriu 30% do capital social da Stelo S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações por esta última. O movimento societário consolidou o previsto no Memorando de Entendimentos de 15.04.2014 entre a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e a Cielo S.A., controladora da Aliança.

Levando-se em consideração as participações indiretas do Banco na Cielo e na Alelo, por meio do BB Banco de Investimento S.A. e da BB Elo Cartões Participações S.A., respectivamente, a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Stelo é de 43,62%.

A Stelo iniciou suas operações em 2015, mediante autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

BB Elo Cartões e Cielo

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na Sociedade foi autorizada pelo Bacen em 30.12.2014.

A criação da Sociedade, oriunda da Parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade possui o direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30% para a BB Elo Cartões e 70% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Cateno, na data da aquisição, ficou distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.211.700 mil impactou o resultado do Banco no período de 01.01 a 30.09.2015, conforme quadro a seguir:

1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões, líquido de efeitos tributários (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado Consolidado (3+4)	3.456.860
6) Participação de empregados no lucro, líquida de efeitos tributários	(245.160)
7) Impacto no Lucro Líquido Consolidado (5+6)	3.211.700

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas houve a reclassificação do instrumento elegível a capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior, as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações e BV Empreendimentos e Participações S.A.) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen. Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo artigo 32 da Instrução CVM n.º 247, de 27.03.1996, e por determinação do Bacen, onde os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das sociedades controladas em conjunto foram incluídos proporcionalmente nas demonstrações contábeis consolidadas, tendo como objetivo demonstrar a adequada situação financeira e dos resultados das operações do Conglomerado Banco do Brasil, bem como manter a consistência com as informações já divulgadas em períodos anteriores, considerando que o artigo 3º da Resolução CMN n.º 2.723/2000 foi revogado em 26.03.2015.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, e CPC 41 – Resultado por Ação.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas – consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos e passivos totais do Conglomerado.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 10.11.2015.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		Atividade	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
			% de Participação		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil - AG	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Braslian American Merchant Bank	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	(1)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	58,96%	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	Bancária	50,00%	50,00%	50,00%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%
Kepler Weber S.A.	(2)	Indústria	17,46%	17,46%	17,46%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	(3) (4)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2)	Energia	11,99%	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	66,25%	66,25%	66,25%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.)	(5)	Capitalização	--	--	66,25%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	Holding	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	(2)	Prestação de Serviços	49,68%	49,68%	49,68%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Mapfre Vida S.A.	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Vida Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	--	49,68%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	Seguradora/Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	Capitalização	44,16%	44,16%	44,16%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	Holding	33,13%	33,13%	33,13%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Brasilveiculos Companhia de Seguros	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	--	33,13%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,13%	33,13%	33,13%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	Corretora	50,00%	50,00%	50,00%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(3)	Seguradora	12,09%	12,09%	12,09%
IRB - Brasil Resseguros S.A.	(2)	Resseguradora	13,53%	13,53%	13,58%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(2) (6)	Prestação de Serviços	50,11%	--	--
Elo Participações S.A.	(2)	Holding	49,99%	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(2)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	Prestação de Serviços	28,72%	28,75%	28,76%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(3)	Prestação de Serviços	12,52%	13,53%	13,53%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (4)	Turismo	100,00%	100,00%	100,00%
BB Money Transfers Inc.	(5)	Prestação de Serviços	--	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1)	Informática	99,97%	99,97%	99,97%

(1) Controladas.

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a agosto/2015.

(5) Empresas descontinuadas durante o exercício/2014.

(6) O Banco do Brasil detém o controle compartilhado na Cielo, que por sua vez controla a Cateno. O percentual de participação do Banco na Cateno leva em consideração sua participação direta na BB Elo, bem como a participação indireta na Cielo por meio do BB Banco de Investimento, conforme demonstrado na Nota 2.c.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Balanco Patrimonial

Prêmio pago a clientes por fidelidade/performance do grupamento Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas para Intangível – Ativos intangíveis – R\$ 284.630 mil.

30.09.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	883.984.204	(284.630)	883.699.574
Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas	2.867.717	(284.630)	2.583.087
ATIVO NÃO CIRCULANTE	547.644.901	284.630	547.929.531
PERMANENTE	20.950.337	284.630	21.234.967
Intangível – Ativos intangíveis	17.382.233	284.630	17.666.863

Demonstração do Resultado

Rendas de serviços prestados a ligadas da BB Seguridade do grupamento Receitas de prestação de serviços para Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização.

3º Trimestre/2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2.696.033)	--	(2.696.033)
Receitas de prestação de serviços	4.645.024	(90.459)	4.554.565
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	1.084.716	90.459	1.175.175

01.01 a 30.09.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(8.790.903)	--	(8.790.903)
Receitas de prestação de serviços	13.386.963	(296.770)	13.090.193
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	3.187.962	296.770	3.484.732

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (a alíquota era de 15% até 31.08.2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 3.655/2008 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%. Não são registrados novos valores no ativo diferido, de acordo com a resolução CMN n.º 3.617/2008.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 27). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5- INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em “Outros Segmentos”.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Composição por Segmento

	3º Trimestre/2015							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	72.268.125	244.030	427.840	2.877.810	1.661.943	584.507	(741.005)	77.323.250
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	35.723.842	--	--	--	--	--	(36.789)	35.687.053
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22.311.585	3.096	24.765	18.283	91.428	7.281	(123.920)	22.332.518
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.940.119	--	--	--	--	113	(113)	3.940.119
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.025.911	--	--	23.444	1.049.355
Rendas de prestação de serviços	2.743.275	132.077	288.243	515.919	1.284.257	360.255	(365.229)	4.958.797
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.829.840	9.612	108.580	--	--	--	--	1.948.032
Resultado de participações em coligadas e controladas	2.981.470	(71)	--	228	76.939	439	--	3.059.005
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.230.443	--	--	54.468	1.284.911
Outras receitas	2.737.994	99.316	6.252	87.026	209.319	216.419	(292.866)	3.063.460
Despesas	(78.457.402)	(258.499)	(76.391)	(1.300.583)	(1.026.305)	(398.102)	741.005	(80.776.277)
Despesas de captação no mercado	(28.993.431)	(88.592)	--	--	--	(18.710)	188.624	(28.912.109)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(24.482.258)	--	--	--	--	(2)	14.759	(24.467.501)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(8.916.749)	(2.459)	29	--	(177)	165	--	(8.919.191)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(657.621)	--	--	--	(657.621)
Despesas de pessoal	(5.658.882)	(16.978)	(19.886)	(130.174)	(79.075)	(84.134)	2.191	(5.986.938)
Outras despesas administrativas	(3.057.194)	(18.205)	(12.727)	(182.577)	(170.036)	(72.878)	368.762	(3.144.855)
Depreciação	(282.009)	(800)	--	(4.659)	(7.671)	(2.305)	--	(297.444)
Amortização do diferido	(2.486)	--	--	(11.782)	(1.280)	(471)	--	(16.019)
Amortização de intangíveis	(779.104)	(311)	--	--	(15.718)	(162)	--	(795.295)
Amortização de ágios em investimentos	(24.466)	(23.464)	--	(8.828)	(14.520)	--	--	(71.278)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(12.188)	--	--	--	--	--	--	(12.188)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(142)	--	--	--	(4.386)	--	--	(4.528)
Outras despesas	(6.248.493)	(107.690)	(43.807)	(304.942)	(733.442)	(219.605)	166.669	(7.491.310)
Lucro antes da Tributação e Participações	(6.189.277)	(14.469)	351.449	1.577.227	635.638	186.405	--	(3.453.027)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8.294.998	(2.451)	(143.011)	(516.700)	(186.969)	(63.153)	--	7.382.714
Participações no lucro	(405.228)	--	(461)	(12.360)	(888)	(523)	--	(419.460)
Participação dos não controladores	(100.806)	--	--	(347.278)	--	(2)	--	(448.086)
Lucro Líquido	1.599.687	(16.920)	207.977	700.889	447.781	122.727	--	3.062.141
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.434.489.750	6.603.265	1.111.138	137.379.858	16.643.796	4.813.256	(26.080.197)	1.574.960.866
Investimento em coligadas e controladas	13.908.059	3.184.998	--	352.684	499.916	--	(16.257.530)	1.688.127
Passivos	1.352.778.341	3.497.353	771.519	130.334.235	10.227.568	2.796.065	(9.258.663)	1.491.146.418

	3º Trimestre/2014							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	47.058.972	315.407	412.716	2.401.467	937.296	534.738	(561.686)	51.098.910
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	25.166.102	--	--	--	--	16.440	(8.504)	25.174.038
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.982.278	54.312	16.576	2.115	--	(2.470)	(81.929)	12.970.882
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	1.470.746	--	--	--	--	8	(8)	1.470.746
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	729.650	--	--	27.624	757.274
Rendas de prestação de serviços	2.941.789	143.852	288.774	488.745	726.361	314.791	(259.288)	4.645.024
Rendas com tarifas, taxas e comissões	1.623.679	8.613	85.940	--	--	--	--	1.718.232
Resultado de participações em coligadas e controladas	677.564	(191)	--	--	--	--	--	677.373
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.086.242	--	--	(1.526)	1.084.716
Outras receitas	2.196.814	108.821	21.426	94.715	210.935	205.969	(238.055)	2.600.625
Despesas	(45.500.134)	(226.050)	(58.768)	(1.097.718)	(509.278)	(341.876)	561.686	(47.172.138)
Despesas de captação no mercado	(21.500.753)	(60.734)	--	--	--	(3.631)	136.642	(21.428.476)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(7.117.094)	--	--	--	--	--	--	(7.117.094)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(4.725.407)	(34.150)	1.699	--	4	29.606	--	(4.728.248)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(509.676)	--	--	--	(509.676)
Despesas de pessoal	(4.674.145)	(16.741)	(16.484)	(122.247)	(55.689)	(64.921)	1.654	(4.948.573)
Outras despesas administrativas	(3.023.663)	(17.849)	(5.564)	(175.331)	(90.104)	(58.766)	292.505	(3.078.772)
Depreciação	(263.759)	(711)	--	(4.935)	(5.145)	(1.708)	--	(276.258)
Amortização do diferido	(3.437)	--	--	(10.285)	(1.093)	(369)	--	(15.184)
Amortização de intangíveis	(702.897)	(169)	--	--	(6.125)	(93)	--	(709.284)
Amortização de ágios em investimentos	(22.434)	(24.098)	--	(8.592)	(4.360)	--	--	(59.484)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(22.607)	--	--	--	--	--	16.316	(6.291)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(5.469)	--	--	--	270	--	--	(5.199)
Outras despesas	(3.438.469)	(71.598)	(38.419)	(266.652)	(347.036)	(241.994)	114.569	(4.289.599)
Lucro antes da Tributação e Participações	1.558.838	89.357	353.948	1.303.749	428.018	192.862	--	3.926.772
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	454.886	(21.323)	(139.461)	(456.627)	(142.165)	(72.186)	--	(376.876)
Participações no lucro	(379.214)	--	(425)	(9.895)	(764)	(1.361)	--	(391.659)
Participação dos não controladores	(100.961)	--	--	(276.877)	--	(3)	--	(377.841)
Lucro Líquido	1.533.549	68.034	214.062	560.350	285.089	119.312	--	2.780.396
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.326.048.357	5.764.787	909.470	107.566.481	6.324.097	3.676.772	(18.660.859)	1.431.629.105
Investimento em coligadas e controladas	9.194.651	2.561.734	--	481.511	474.171	--	(10.907.622)	1.804.445
Passivos	1.246.459.406	2.656.205	565.122	101.516.414	4.491.205	1.648.449	(6.953.755)	1.350.383.046

	01.01 a 30.09.2015							
	Bancária	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	174.114.555	898.476	1.194.005	9.192.143	10.225.106	1.716.850	(2.024.436)	195.316.699
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	89.260.792	--	--	--	--	--	(66.936)	89.193.856
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	52.316.203	90.027	61.003	23.792	198.596	58.033	(290.646)	52.457.008
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	7.113.127	--	--	--	--	495	(394)	7.113.228
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.496.222	--	--	65.928	3.562.150
Rendas de prestação de serviços	8.000.175	477.451	828.741	1.511.138	3.512.536	1.044.896	(1.093.949)	14.280.988
Rendas com tarifas, taxas e comissões	5.072.432	28.638	292.994	--	--	--	--	5.394.064
Resultado de participações em coligadas e controladas	4.448.192	(1.726)	--	979	83.526	7.536	--	4.538.507
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.886.916	--	--	197.730	4.084.646
Outras receitas ⁽¹⁾	7.903.634	304.086	11.267	273.096	6.430.448	605.890	(836.169)	14.692.252
Despesas	(178.221.730)	(674.311)	(213.476)	(4.122.999)	(3.321.417)	(1.109.018)	2.024.436	(185.638.515)
Despesas de captação no mercado	(77.477.568)	(231.537)	--	--	--	(43.082)	479.808	(77.272.379)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(39.008.218)	--	--	--	--	(2)	31.629	(38.976.591)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(20.472.801)	(10.107)	5	--	(463)	1.558	--	(20.481.808)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(2.267.962)	--	--	--	(2.267.962)
Despesas de pessoal	(15.731.969)	(50.447)	(59.907)	(391.798)	(220.389)	(244.369)	6.120	(16.692.759)
Outras despesas administrativas	(8.899.974)	(54.141)	(38.511)	(548.780)	(447.850)	(198.492)	1.087.824	(9.099.924)
Depreciação	(826.774)	(2.284)	--	(14.803)	(21.240)	(6.461)	--	(871.562)
Amortização do diferido	(9.004)	--	--	(34.003)	(3.448)	(1.522)	--	(47.977)
Amortização de intangíveis	(2.251.398)	(979)	--	--	(34.807)	(454)	--	(2.287.638)
Amortização de ágios em investimentos	(71.190)	(70.393)	--	(25.907)	(40.326)	--	--	(207.816)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(42.560)	--	--	--	--	--	--	(42.560)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(2.359)	--	--	--	(1.216)	--	--	(3.575)
Outras despesas	(13.427.915)	(254.423)	(115.063)	(839.746)	(2.551.678)	(616.194)	419.055	(17.385.964)
Lucro antes da Tributação e Participações	(4.107.175)	224.165	980.529	5.069.144	6.903.689	607.832	--	9.678.184
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	9.911.175	(73.631)	(393.667)	(1.782.159)	(2.309.431)	(198.647)	--	5.153.640
Participações no lucro	(1.568.449)	--	(1.488)	(37.855)	(2.523)	(2.642)	--	(1.612.957)
Participação dos não controladores	(253.290)	--	--	(1.077.519)	--	(9)	--	(1.330.818)
Lucro Líquido	3.982.261	150.534	585.374	2.171.611	4.591.735	406.534	--	11.888.049
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.434.489.750	6.603.265	1.111.138	137.379.858	16.643.796	4.813.256	(26.080.197)	1.574.960.866
Investimento em coligadas e controladas	13.908.059	3.184.998	--	352.684	499.916	--	(16.257.530)	1.688.127
Passivos	1.352.778.341	3.497.353	771.519	130.334.235	10.227.568	2.796.065	(9.258.663)	1.491.146.418

(1) Inclui, no período de 01.01 a 30.09.2015, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.787.797 mil (Nota 2.c).

	01.01 a 30.09.2014							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	125.757.940	807.333	1.101.348	7.203.620	2.675.887	1.407.694	(1.568.278)	137.385.544
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	67.497.696	--	--	--	--	16.440	(192.208)	67.321.928
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.919.407	95.456	40.072	2.115	64	80.755	(226.095)	30.911.774
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.221.028	--	--	--	--	(59)	(577)	5.220.392
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.409.865	--	--	77.508	2.487.373
Rendas de prestação de serviços	8.551.729	407.182	799.251	1.392.457	2.102.903	858.720	(725.279)	13.386.963
Rendas com tarifas, taxas e comissões	4.635.305	24.228	226.204	--	--	--	--	4.885.737
Resultado de participações em coligadas e controladas	(28.380)	(488)	--	--	--	--	--	(28.868)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.161.195	--	--	26.767	3.187.962
Outras receitas	8.961.155	280.955	35.821	237.988	572.920	451.838	(528.394)	10.012.283
Despesas	(118.679.808)	(591.052)	(165.722)	(3.439.825)	(1.432.682)	(1.056.459)	1.530.809	(123.834.739)
Despesas de captação no mercado	(58.744.988)	(170.444)	--	--	--	(11.019)	381.466	(58.544.985)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(9.642.254)	--	--	--	--	--	--	(9.642.254)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.882.796)	(34.117)	1.700	--	237	20.087	--	(13.894.889)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(1.678.767)	--	--	--	(1.678.767)
Despesas de pessoal	(13.530.247)	(47.230)	(46.966)	(366.036)	(152.743)	(186.762)	4.865	(14.325.119)
Outras despesas administrativas	(8.889.605)	(53.774)	(17.551)	(554.438)	(245.898)	(168.347)	857.091	(9.072.522)
Depreciação	(750.110)	(1.999)	--	(14.940)	(14.949)	(5.152)	--	(787.150)
Amortização do diferido	(11.104)	--	--	(28.425)	(2.827)	(1.077)	--	(43.433)
Amortização de ativos intangíveis	(2.548.994)	(509)	--	--	(18.452)	(289)	--	(2.568.244)
Amortização de ágios em investimentos	(70.322)	(72.295)	--	(23.096)	(9.405)	--	--	(175.118)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(28.574)	--	--	--	--	--	16.316	(12.258)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(3.442)	--	--	--	1.063	--	--	(2.379)
Outras despesas	(10.577.372)	(210.684)	(102.905)	(774.123)	(989.708)	(703.900)	271.071	(13.087.621)
Lucro antes da Tributação e Participações ⁽¹⁾	7.078.132	216.281	935.626	3.763.795	1.243.205	351.235	(37.469)	13.550.805
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽²⁾	(781.447)	(59.798)	(368.576)	(1.344.106)	(414.446)	(99.010)	16.033	(3.051.350)
Participações no lucro	(1.152.459)	(6)	(1.417)	(27.860)	(2.528)	(2.828)	--	(1.187.098)
Participação dos não controladores	(241.811)	--	--	(783.966)	--	(10)	--	(1.025.787)
Lucro Líquido ⁽³⁾	4.902.415	156.477	565.633	1.607.863	826.231	249.387	(21.436)	8.286.570
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.326.048.357	5.764.787	909.470	107.566.481	6.324.097	3.676.772	(18.660.859)	1.431.629.105
Investimento em coligadas e controladas	9.194.651	2.561.734	--	481.511	474.171	--	(10.907.622)	1.804.445
Passivos	1.246.459.406	2.656.205	565.122	101.516.414	4.491.205	1.648.449	(6.953.755)	1.350.383.046

(1) Nas eliminações intersegmentos, o valor de R\$ 37.469 mil refere-se a resultados não realizados decorrente da cessão de créditos à Ativos S.A.

(2) Foi ativado o montante de R\$ 16.033 mil (destacado nas eliminações intersegmentos) referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(3) Nas eliminações intersegmentos, o valor de R\$ 21.436 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado, líquido de efeitos tributários, obtido em operações de cessão de crédito do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Disponibilidades	19.772.738	13.786.585	13.961.149
Disponibilidades em moeda nacional	9.600.858	10.144.869	11.633.682
Disponibilidades em moeda estrangeira	10.164.341	3.621.616	2.309.000
Aplicações em ouro	7.539	20.100	18.467
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	85.924.938	51.541.987	43.281.163
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	35.782.687	15.534.017	10.023.543
Aplicações em depósitos interfinanceiros	49.929.146	35.785.262	33.099.132
Aplicações em moeda estrangeira	213.105	222.708	158.488
Total	105.697.676	65.328.572	57.242.312

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Aplicações no Mercado Aberto	295.869.550	264.489.673	281.230.807
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	36.296.397	15.538.967	9.357.563
Letras Financeiras do Tesouro	439.464	--	180.145
Letras do Tesouro Nacional	34.800.045	15.452.873	8.743.899
Notas do Tesouro Nacional	595.041	698	383.694
Outros títulos	461.847	85.396	49.825
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	258.989.877	248.941.840	271.859.655
Letras Financeiras do Tesouro	27.669.456	33.002.160	25.780.585
Letras do Tesouro Nacional	127.751.476	128.174.414	92.214.603
Notas do Tesouro Nacional	103.469.419	87.520.298	153.678.911
Outros títulos	99.526	244.968	185.556
Revendas a Liquidar - Posição Vendida	583.276	8.866	13.589
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	583.195	--	12.772
Outros	81	8.866	817
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	53.326.093	39.746.931	36.589.634
Total	349.195.643	304.236.604	317.820.441
Ativo circulante	347.927.192	301.620.235	315.549.244
Ativo não circulante	1.268.451	2.616.369	2.271.197

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	10.910.359	7.488.562	29.553.174	20.181.801
Posição bancada	1.092.328	593.262	2.606.198	1.791.941
Posição financiada	9.814.334	6.892.201	26.932.167	18.376.168
Posição vendida	3.697	3.099	14.809	13.692
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	124.856	122.135	304.523	352.998
Total	11.035.215	7.610.697	29.857.697	20.534.799

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	3.066.727	18.749.683	11.265.482	12.595.939	72.461.289	120.242.695	118.139.120	(2.103.575)	103.037.462	101.938.979	(1.098.483)	94.679.712	93.817.459	(862.253)
Títulos Públicos	89.271	17.676.532	7.133.632	8.383.328	63.191.688	98.251.784	96.474.451	(1.777.333)	77.261.412	76.325.816	(935.596)	72.343.023	71.626.798	(716.225)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	719.957	35.419.638	36.136.659	36.139.595	2.936	7.074.241	7.094.808	20.567	4.879.607	4.883.802	4.195
Letras do Tesouro Nacional	--	4.486.357	5.401.066	5.103.399	15.156.737	31.355.753	30.147.559	(1.208.194)	55.914.411	55.128.657	(785.754)	30.663.738	30.032.869	(630.869)
Notas do Tesouro Nacional	--	12.179.755	--	1.401.714	11.486.201	26.012.988	25.067.670	(945.318)	10.709.043	10.499.113	(209.930)	33.223.953	33.075.521	(148.432)
Títulos da Dívida Agrária	--	248	1.464	912	3.705	6.329	6.329	--	9.224	9.224	--	110.486	110.486	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	88.474	97.724	88.474	(9.250)	84.480	81.401	(3.079)	78.657	77.047	(1.610)
Títulos de governos estrangeiros	89.040	658.996	1.717.430	1.157.346	983.757	4.214.690	4.606.569	391.879	2.234.141	2.280.893	46.752	728.361	857.035	128.674
Outros	231	351.176	13.672	--	53.176	427.641	418.255	(9.386)	1.235.872	1.231.720	(4.152)	2.658.221	2.590.038	(68.183)
Títulos Privados	2.977.456	1.073.151	4.131.850	4.212.611	9.269.601	21.990.911	21.664.669	(326.242)	25.776.050	25.613.163	(162.887)	22.336.689	22.190.661	(146.028)
Debêntures	150	19.963	227.134	325.617	3.853.543	4.519.235	4.426.407	(92.828)	7.452.173	7.339.677	(112.496)	5.553.440	5.503.789	(49.651)
Notas promissórias	--	--	161.899	--	--	161.899	161.899	--	160.090	160.091	1	180.853	180.853	--
Cotas de fundos de investimento	1.901.407	503.533	--	--	86.907	2.574.713	2.491.847	(82.866)	1.642.874	1.585.514	(57.360)	2.448.260	2.325.635	(122.625)
Ações	1.023.161	--	--	--	--	1.138.992	1.023.161	(115.831)	1.337.614	1.352.134	14.520	1.369.053	1.363.244	(5.809)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.623	1.562	(61)
Certificados de depósito bancário	--	16.230	134.740	106.820	15.364	272.794	273.154	360	1.287.971	1.288.454	483	1.346.953	1.376.352	29.399
Eurobonds	--	--	52.517	15.163	55.782	171.960	123.462	(48.498)	245.938	233.737	(12.201)	241.528	238.648	(2.880)
Letras financeiras	--	531.168	3.553.999	3.726.076	5.162.163	12.950.787	12.973.406	22.619	12.407.532	12.410.444	2.912	10.954.880	10.958.025	3.145
Outros	52.738	2.257	1.561	38.935	95.842	200.531	191.333	(9.198)	1.241.858	1.243.112	1.254	240.099	242.553	2.454

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.529.327	1.065.154	3.975.134	11.596.880	90.688.305	112.655.868	108.854.800	(3.801.068)	105.818.164	104.367.329	(1.450.835)	101.678.240	100.355.774	(1.322.466)
Títulos Públicos	80.809	354.121	1.339.826	6.863.066	51.110.696	61.072.582	59.748.518	(1.324.064)	52.645.692	52.165.277	(480.415)	48.712.992	48.197.921	(515.071)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	419	34.786.886	34.787.760	34.787.305	(455)	27.609.922	27.677.606	67.684	22.210.484	22.205.002	(5.482)
Letras do Tesouro Nacional	--	321.276	900.547	1.567.525	5.111.247	8.220.306	7.900.595	(319.711)	8.580.765	8.429.144	(151.621)	9.609.828	9.413.716	(196.112)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	1.304.268	5.316.260	7.365.426	6.620.528	(744.898)	5.508.297	5.076.564	(431.733)	5.019.457	4.616.683	(402.774)
Títulos da Dívida Agrária	--	1.906	15.927	12.968	40.912	72.235	71.713	(522)	114.606	113.822	(784)	15.776	15.546	(230)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.241.662	3.497.947	3.241.662	(256.285)	3.552.696	3.582.472	29.776	3.863.606	3.910.979	47.373
Títulos de governos estrangeiros	--	23.741	423.352	3.975.344	2.310.234	6.731.886	6.732.671	785	6.586.352	6.597.690	11.338	7.364.063	7.357.918	(6.145)
Outros	80.809	7.198	--	2.542	303.495	397.022	394.044	(2.978)	693.054	687.979	(5.075)	629.778	678.077	48.299
Títulos Privados	1.448.518	711.033	2.635.308	4.733.814	39.577.609	51.583.286	49.106.282	(2.477.004)	53.172.472	52.202.052	(970.420)	52.965.248	52.157.853	(807.395)
Debêntures	--	176.655	1.089.447	2.974.664	32.326.294	37.037.135	36.567.060	(470.075)	38.376.718	38.096.084	(280.634)	39.271.046	39.107.997	(163.049)
Notas promissórias	--	77.248	689.939	499.796	--	1.287.817	1.266.983	(20.834)	1.468.386	1.467.392	(994)	1.376.108	1.372.749	(3.359)
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	48.793	51.510	48.793	(2.717)	53.169	47.558	(5.611)	53.608	48.190	(5.418)
Cotas de fundos de investimento	981.357	298.388	103.745	253.966	3.022.299	5.512.080	4.659.755	(852.325)	4.681.476	4.211.179	(470.297)	3.883.799	3.331.813	(551.986)
Ações	466.702	--	--	--	--	458.493	466.702	8.209	606.448	560.396	(46.052)	604.960	571.978	(32.982)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	143.232	547.366	374.629	52.753	1.131.654	1.117.980	(13.674)	1.564.540	1.550.675	(13.865)	1.919.464	1.907.554	(11.910)
Certificados de depósito bancário	--	--	567	24.756	14.126	39.440	39.449	9	562.700	562.768	68	139.498	139.653	155
Eurobonds	--	--	6.929	19.851	275.234	310.572	302.014	(8.558)	264.263	240.205	(24.058)	301.628	294.539	(7.089)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	--	--	--	--	14.414	14.620	206	18.008	18.316	308
Letras financeiras	--	10.813	54.913	27.230	210.676	311.765	303.632	(8.133)	1.925.850	1.918.186	(7.664)	1.788.774	1.772.293	(16.481)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	490.024	497.058	490.024	(7.034)	495.439	486.491	(8.948)	591.595	583.818	(7.777)
Outros	459	4.697	142.402	558.922	3.137.410	4.945.762	3.843.890	(1.101.872)	3.159.069	3.046.498	(112.571)	3.016.760	3.008.953	(7.807)

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	4.689	36.124	1.369.962	3.064.570	12.913.521	17.231.337	17.388.866	157.529	14.135.683	17.847.167	3.711.484	14.539.457	15.734.672	1.195.215
Títulos Públicos	--	--	1.368.224	3.024.830	10.148.133	14.184.650	14.541.187	356.537	13.543.540	17.426.155	3.882.615	13.938.828	15.291.994	1.353.166
Letras do Tesouro Nacional	--	--	1.368.224	1.951.668	293.008	3.651.499	3.612.900	(38.599)	5.533.872	5.520.252	(13.620)	4.163.773	4.158.663	(5.110)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	1.073.162	9.855.125	10.533.151	10.928.287	395.136	8.009.668	11.905.903	3.896.235	9.775.055	11.133.331	1.358.276
Títulos Privados	4.689	36.124	1.738	39.740	2.765.388	3.046.687	2.847.679	(199.008)	592.143	421.012	(171.131)	600.629	442.678	(157.951)
Debêntures	--	--	--	16.364	2.413.963	2.430.530	2.430.327	(203)	20.232	19.494	(738)	18.788	18.276	(512)
Cotas de fundos de investimento	4.689	--	--	--	5.428	10.117	10.117	--	--	--	--	--	--	--
Certificados de depósito bancário	--	36.124	307	18.866	158.381	213.678	213.678	--	160.446	160.446	--	250.344	250.344	--
Eurobonds	--	--	--	4.510	2.132	6.642	6.642	--	6.603	6.603	--	6.753	6.753	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	141.183	339.988	141.183	(198.805)	399.167	228.774	(170.393)	317.782	160.343	(157.439)
Outros	--	--	1.431	--	44.301	45.732	45.732	--	5.695	5.695	--	6.962	6.962	--
Total	4.600.743	19.850.961	16.610.578	27.257.389	176.063.115	250.129.900	244.382.786	(5.747.114)	222.991.309	224.153.475	1.162.166	210.897.409	209.907.905	(989.504)

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	4.600.743	19.850.961	16.610.578	27.257.389	176.063.115	250.129.900	244.382.786	(5.747.114)	222.991.309	224.153.475	1.162.166	210.897.409	209.907.905	(989.504)
Carteira própria	4.600.743	19.552.989	16.074.684	24.695.505	147.021.047	216.024.400	211.944.968	(4.079.432)	188.688.724	189.288.759	600.035	190.958.930	189.998.425	(960.505)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	535.894	2.266.053	23.016.697	27.357.120	25.818.644	(1.538.476)	19.787.244	20.422.487	635.243	13.018.273	13.049.448	31.175
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	29	16	(13)
Vinculados à prestação de garantias	--	297.972	--	301.494	6.076.634	6.748.380	6.676.100	(72.280)	14.515.341	14.482.544	(32.797)	6.920.177	6.897.340	(22.837)
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	--	--	(5.663)	(51.263)	--	(56.926)	(56.926)	--	(40.315)	(40.315)	--	(37.324)	(37.324)

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.09.2015							31.12.2014		30.09.2014	
	Valor de Mercado					Total		Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	4.600.743	63.718.928	96.381.789	68.266.502	11.414.824	250.129.900	244.382.786	222.991.309	224.153.475	210.897.409	209.907.905
1 - Títulos para Negociação	3.066.727	42.611.104	33.273.604	37.160.459	2.027.226	120.242.695	118.139.120	103.037.462	101.938.979	94.679.712	93.817.459
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.529.327	16.637.168	60.723.370	27.511.497	2.453.438	112.655.868	108.854.800	105.818.164	104.367.329	101.678.240	100.355.774
3 - Mantidos até o Vencimento	4.689	4.470.656	2.384.815	3.594.546	6.934.160	17.231.337	17.388.866	14.135.683	17.847.167	14.539.457	15.734.672

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	146.060.861	98.164.396	244.225.257	133.291.269	87.150.722	220.441.991	135.857.908	72.854.782	208.712.690
Carteira própria	140.780.960	67.223.399	208.004.359	126.674.173	58.910.715	185.584.888	120.739.233	68.150.570	188.889.803
Vinculados a compromissos de recompra	3.922.261	24.586.405	28.508.666	4.998.373	15.414.310	20.412.683	9.025.982	3.936.684	12.962.666
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	16	--	16
Vinculados à prestação de garantias	1.363.303	6.405.855	7.769.158	1.627.105	12.857.630	14.484.735	6.092.677	804.852	6.897.529
Provisão para desvalorização de títulos livres	(5.663)	(51.263)	(56.926)	(8.382)	(31.933)	(40.315)	--	(37.324)	(37.324)

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	118.139.120	48%	101.938.979	46%	93.817.459	45%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	108.854.800	45%	104.367.329	47%	100.355.774	48%
3 - Mantidos até o Vencimento	17.231.337	7%	14.135.683	7%	14.539.457	7%
Valor Contábil da Carteira	244.225.257	100%	220.441.991	100%	208.712.690	100%
Marcação a mercado da categoria 3	157.529	--	3.711.484	--	1.195.215	--
Valor de Mercado da Carteira	244.382.786	--	224.153.475	--	209.907.905	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	11.035.215	7.610.697	29.857.697	20.534.799
Títulos de renda fixa	4.459.001	3.429.965	11.751.477	8.989.963
Títulos de renda variável	5.151.515	1.308.704	8.658.215	1.490.301
Total	20.645.731	12.349.366	50.267.389	31.015.063

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No período de 01.01 a 30.09.2015, houve reclassificação, pelo IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, de títulos de Notas do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 68.686 mil e Títulos de Renda Fixa no Exterior, com valor de mercado de R\$ 313 mil, passando da categoria “Mantidos até o vencimento” para a categoria “Disponíveis para Negociação”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos gerou impacto negativo no Resultado e no Patrimônio Líquido da empresa, no montante de R\$ 3 mil.

Em 31.12.2014, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 915.960 mil, passando da categoria “Títulos disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido na respectiva data-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 555.439 mil em 30.09.2015 (R\$ 508.717 mil em 31.12.2014 e R\$ 447.881 mil em 30.09.2014).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de commodities.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	25.203.333	--	--	14.885.592	--	--	16.188.412	--	--
DI	7.830.755	--	--	4.989.390	--	--	5.271.750	--	--
Moedas	6.403.402	--	--	3.470.456	--	--	4.002.543	--	--
Índice Bovespa	365.204	--	--	145.461	--	--	124.572	--	--
Cupom cambial	10.596.824	--	--	6.274.197	--	--	6.788.910	--	--
Commodities	7.148	--	--	6.088	--	--	637	--	--
Compromissos de Venda	39.113.445	--	--	35.480.800	--	--	42.438.081	--	--
DI	14.389.807	--	--	22.698.805	--	--	26.483.227	--	--
Moedas	3.172.645	--	--	1.621.697	--	--	1.242.427	--	--
T-Note	1.227.619	--	--	712.179	--	--	2.139.111	--	--
Índice Bovespa	59.133	--	--	--	--	--	102.959	--	--
Cupom cambial	20.233.279	--	--	10.350.422	--	--	12.315.264	--	--
Libor	--	--	--	53.049	--	--	98.036	--	--
Commodities	30.962	--	--	44.648	--	--	57.057	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	13.119.558	2.835.771	2.892.146	10.175.507	464.014	596.864	6.415.977	211.061	304.357
Termo de título	247.836	247.834	247.834	22.497	22.497	22.497	--	--	--
Termo de moeda	12.823.672	2.576.735	2.627.121	10.096.696	436.203	557.870	6.364.790	202.058	271.080
Termo de mercadoria	48.050	11.202	17.191	56.314	5.314	16.497	51.187	9.003	33.277
Posição Passiva	5.454.372	(1.029.139)	(910.159)	5.353.431	(260.209)	(154.147)	5.931.389	(304.259)	(195.783)
Termo de título	247.834	(247.834)	(248.089)	22.497	(22.497)	(22.497)	--	--	--
Termo de moeda	5.187.407	(774.494)	(653.918)	5.312.664	(233.757)	(129.528)	5.911.604	(303.869)	(193.190)
Termo de mercadoria	19.131	(6.811)	(8.152)	18.270	(3.955)	(2.122)	19.785	(390)	(2.593)
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	4.744.749	211.233	404.775	2.308.815	88.886	116.342	4.099.723	108.843	170.446
Moeda estrangeira	3.255.135	185.838	313.615	1.382.525	37.934	41.301	3.008.033	55.827	97.986
Opções flexíveis	1.225.964	18.321	87.825	800.790	48.194	73.425	730.190	44.987	63.419
Ações	263.650	7.074	3.335	56.500	2.357	1.595	181.500	4.188	4.543
Outros	--	--	--	69.000	401	21	180.000	3.841	4.498
De Venda - Posição Comprada	5.813.422	123.085	69.260	22.274.647	61.354	15.962	18.356.417	55.846	45.549
Moeda estrangeira	5.048.672	97.387	19.988	1.780.139	12.711	3.887	1.509.136	9.053	5.092
Índice DI	--	--	--	19.375.800	7.769	--	15.693.000	6.865	2.498
Opções flexíveis	14.400	70	--	904.368	33.126	1.389	879.951	32.369	27.357
Ações	725.350	25.037	46.853	203.000	7.585	10.658	231.150	5.689	9.464
Outros	25.000	591	2.419	11.340	163	28	43.180	1.870	1.138
De Compra - Posição Vendida	7.742.925	(360.712)	(1.143.123)	5.320.625	(195.238)	(654.765)	6.038.655	(241.122)	(435.547)
Moeda estrangeira	5.668.920	(237.832)	(855.330)	1.946.705	(52.862)	(98.003)	2.958.804	(53.521)	(109.708)
Pré-fixados	713.469	(19.098)	(236.257)	1.547.218	(92)	(362.772)	1.244.841	(48.311)	(160.813)
Índice DI	31.370	(4.773)	(11.114)	--	--	--	--	--	--
Opções flexíveis	837.762	(88.162)	(38.164)	1.573.202	(138.540)	(193.237)	--	--	--
Ações	453.324	(10.480)	(2.255)	253.500	(3.744)	(753)	--	--	--
Commodities	--	--	--	--	--	--	1.459.462	(130.794)	(156.307)
Outros	38.080	(367)	(3)	--	--	--	244.500	(7.698)	(7.678)

Por Indexador	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	5.130.850	(516.109)	(345.649)	22.805.890	(1.524.902)	(1.055.175)	19.576.062	(1.135.696)	(1.050.385)
Moeda estrangeira	2.914.483	(21.420)	(10.218)	1.124.846	(10.468)	(1.583)	1.520.258	(9.943)	(3.491)
Pré-fixados	713.469	(436.405)	(257.576)	1.547.218	(1.492.456)	(1.042.289)	1.244.842	(1.098.115)	(1.022.753)
Índice DI	--	--	--	19.371.250	(5.747)	--	15.691.500	(5.425)	(1.703)
Opções flexíveis	863.672	(19.423)	(7.735)	390.612	(8.165)	(4.843)	466.384	(7.664)	(5.584)
Ações	551.448	(16.735)	(38.127)	112.850	(3.314)	(4.167)	470.675	(8.553)	(13.083)
Commodities	20.278	(203)	(18)	246.694	(4.386)	(2.165)	67.683	(2.621)	(1.411)
Outros	67.500	(21.923)	(31.975)	12.420	(366)	(128)	114.720	(3.375)	(2.360)
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	16.425.469	3.004.930	2.693.886	17.515.377	1.206.385	1.322.672	15.222.670	953.188	1.102.104
DI	6.780.091	91.480	193.535	6.812.672	26.554	111.906	3.692.716	239.684	274.419
Moeda estrangeira	8.521.074	2.695.612	2.335.376	7.553.136	935.268	943.065	9.013.342	563.102	610.689
Pré-fixado	125.151	14.118	2.911	736.473	52.704	88.329	1.356.202	68.430	91.845
IPCA	720.698	67.287	36.435	2.072.506	112.153	89.905	830.350	16.961	36.078
IGPM	189.250	39.809	32.943	226.500	39.207	38.866	--	--	--
Libor	77.067	96.623	91.640	91.200	40.354	49.573	43.667	53	108
Commodities	--	--	--	--	--	--	548	35	45
Outros	12.138	1	1.046	22.890	145	1.028	285.845	64.923	88.920
Posição Passiva	22.526.740	(4.389.222)	(4.028.307)	15.739.272	(1.140.369)	(1.315.869)	18.022.678	(935.819)	(1.046.240)
DI	1.498.389	(60.307)	(130.367)	1.072.754	(13.779)	(43.425)	7.167.132	(316.378)	(375.173)
Moeda estrangeira	19.999.517	(4.071.315)	(3.722.686)	11.899.496	(740.518)	(865.010)	9.302.427	(537.466)	(565.288)
Pré-fixado	39.113	--	(110)	837.901	(90.886)	(106.603)	838.370	(71.800)	(77.299)
IGPM	85.000	(34.773)	(33.173)	131.000	(39.953)	(42.452)	7.500	(93)	(14)
IPCA	794.423	(159.426)	(83.401)	1.653.368	(242.787)	(246.043)	704.743	(9.882)	(28.440)
Libor	80.501	(63.376)	(58.535)	125.702	(12.277)	(11.980)	--	--	--
Commodities	--	--	--	5.037	--	(98)	--	--	--
Outros	29.797	(25)	(35)	14.014	(169)	(258)	2.506	(200)	(26)
Outros derivativos ⁽¹⁾									
Posição Ativa									
Moeda estrangeira	3.764.384	517.817	473.681	3.739.804	154.110	161.216	2.039.204	93.252	98.189
Posição Passiva									
Moeda estrangeira	1.753.878	(174.730)	(174.740)	3.898.176	(245.932)	(257.966)	3.574.313	(183.367)	(185.880)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward - NDF*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Contratos futuros	11.143.700	24.334.355	7.439.535	21.399.188	64.316.778	50.366.392	58.626.493
Contratos a termo	3.332.230	9.619.632	3.575.920	2.046.148	18.573.930	15.528.938	12.347.366
Contratos de opções	5.534.150	14.744.788	2.545.389	607.619	23.431.946	52.709.977	48.070.857
Contratos de swaps	4.619.921	9.570.883	7.041.260	17.720.145	38.952.209	33.254.649	33.245.348
Derivativos de crédito	3.311	3.312	3.312	379.413	389.346	332.028	406.461
Outros	3.053.221	1.690.924	392.715	381.402	5.518.262	7.637.980	5.613.517

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.09.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
BM&FBovespa	64.316.778	--	36.371	--	--	--
Balcão						
Instituições financeiras	--	500.660	22.526.049	26.917.482	--	3.483.519
Cliente	--	18.073.270	869.526	12.034.727	--	2.034.743

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Credit Default Swap - CDS									
Posição Ativa - Risco Recebido	3.311	--	9	112.891	--	(2.641)	142.978	--	(3.306)
Posição Passiva - Risco Transferido	386.035	--	(26.692)	219.137	--	1.992	263.483	--	890
Por Indexador									
Posição Ativa - Pré-fixado	41.370	298	245	92.970	2.692	2.715	38.811	112	1.937
Posição Passiva - Pré-fixado	218.734	(2.169)	(3.914)	239.058	(2.977)	(3.364)	367.650	(2.834)	(4.352)

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (notional) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CPAD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Letras Financeiras do Tesouro	652.032	1.612.176	1.495.480
Notas do Tesouro Nacional	1.000.036	314.794	458.793
Letras do Tesouro Nacional	1.144.195	818.029	425.351
Outros	126.571	196.550	189.739
Total	2.922.834	2.941.549	2.569.363

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	5.166.550	4.305.233	3.892.102
Futuro	4.480.136	3.812.821	3.409.185
Swap	686.414	492.412	482.917
Passivo	17.793.326	14.984.827	16.196.507
Empréstimo - Bonds (principal)	8.628.533	359.018	331.276
Futuro	9.164.793	12.321.527	13.608.606
Swap	--	2.304.282	2.256.625
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	13.764.352	14.649.197	15.244.030
Operações de crédito	8.556.435	11.901.850	11.855.497
Títulos e valores mobiliários	2.988.376	2.363.815	2.972.857
Operações de arrendamento mercantil	--	145.220	195.778
Investimentos externos	355.964	238.312	219.898
Outros ativos	1.863.577	--	--
Passivo	4.780.525	4.191.103	3.887.367
Outros Passivos	4.780.525	4.191.103	3.887.367

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros e investimentos externos, o Conglomerado contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Perdas dos itens objeto de hedge	(1.201.868)	(2.476.504)	(650.743)
Ganhos dos instrumentos de hedge	1.202.989	2.485.041	637.334
Efeito líquido	1.121	8.537	(13.409)
Ganhos dos itens objeto de hedge	559.742	1.799.731	1.519.653
Perda dos instrumentos de hedge	(561.696)	(1.799.833)	(1.505.772)
Efeito líquido	(1.954)	(102)	13.881

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações de termo	2.536.169	355.977	534.265	62.599	229.084	75.273
Mercado de opções	462.122	11.913	61.495	70.809	131.466	84.529
Contratos de swaps	631.272	2.017.292	568.597	739.770	534.359	567.745
Derivativos de crédito	9	--	141	2.574	51	1.886
Outros derivativos	404.567	69.114	138.159	23.057	78.501	19.688
Total	4.034.139	2.454.296	1.302.657	898.809	973.461	749.121
Passivo						
Operações de termo	(847.743)	(62.416)	(138.943)	(15.204)	(176.343)	(19.440)
Mercado de opções	(1.467.984)	(20.786)	(1.552.025)	(157.915)	(1.337.222)	(148.710)
Contratos de swaps	(1.723.517)	(2.304.791)	(477.313)	(840.429)	(513.346)	(532.894)
Derivativos de crédito	(12)	(26.679)	(73)	(3.291)	(4.352)	--
Outros derivativos	(142.442)	(32.298)	(251.675)	(6.291)	(181.181)	(4.699)
Total	(4.181.698)	(2.446.970)	(2.420.029)	(1.023.130)	(2.212.444)	(705.743)

e) Resultado com instrumentos Financeiros Derivativos

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Swap	(722.610)	(818.289)	62.512
Termo	1.599.613	1.934.415	255.733
Opções	(297.065)	(517.644)	(170.774)
Futuro	874.099	1.350.963	(139.534)
Derivativos de crédito	(10.271)	(9.582)	(2.831)
Outros derivativos	243.021	249.756	(108.395)
Total	1.686.787	2.189.619	(103.289)

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Cheques e outros papéis	2.106.713	10.428	2.491.112
Documentos enviados por outros participantes	2.104.845	--	2.076.709
Total	4.211.558	10.428	4.567.821
Ativo circulante	4.211.558	10.428	4.567.821
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Recebimentos remetidos	2.244.227	--	2.045.411
Cheques e outros papéis	1.057.854	--	1.161.861
Demais recebimentos	5.348	16	13.198
Total	3.307.429	16	3.220.470
Passivo circulante	3.307.429	16	3.220.470

(1) Em 31.12.2014, não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos Vinculados

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	60.376.188	63.251.839	78.738.806
Exigibilidade adicional sobre depósitos	13.952.704	22.768.271	24.327.310
Depósitos de poupança	23.663.389	20.603.108	27.230.159
Depósitos à vista	9.593.763	14.113.482	15.401.727
Depósitos a prazo	11.295.864	5.761.416	11.764.486
Recursos de microfinanças	222.633	1.927	2.149
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	1.643.753	--	--
Outros	4.082	3.635	12.975
Sistema Financeiro da Habitação	2.453.561	2.303.481	2.256.359
Fundo de compensação de variações salariais	2.618.674	2.489.081	2.442.644
Provisão para perdas em créditos vinculados	(172.978)	(193.120)	(193.411)
Demais	7.865	7.520	7.126
Tesouro Nacional - Crédito Rural	82.695	129.510	131.333
Crédito rural - Proagro	232.744	260.361	255.811
Provisão para perdas em créditos vinculados	(150.049)	(130.851)	(124.478)
Total	62.912.444	65.684.830	81.126.498
Ativo circulante	62.910.109	65.634.181	81.097.073
Ativo não circulante	2.335	50.649	29.425

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.271.013	1.462.362	3.547.352	4.275.020
Exigibilidade adicional sobre depósitos	469.651	676.302	1.688.050	1.947.451
Depósitos de poupança	495.812	486.888	1.246.374	1.356.626
Exigibilidade sobre recursos a prazo	305.550	289.974	612.928	931.638
Recursos do crédito rural	--	9.198	--	39.305
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	--	37.189	80.786	106.599
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	10.621	8.286	30.209	22.858
Desvalorização de Créditos Vinculados	(8.469)	(4.776)	224	(14.405)
Total	1.273.165	1.503.061	3.658.571	4.390.072

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Operações de Crédito	680.564.522	644.603.816	622.695.971
Empréstimos e títulos descontados	257.745.777	245.748.854	237.970.936
Financiamentos	198.844.301	189.218.205	184.441.809
Financiamentos rurais e agroindustriais	176.040.334	170.401.721	164.837.085
Financiamentos imobiliários	47.532.179	38.913.292	35.109.975
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	57.728	493	523
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	344.203	321.251	335.643
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	45.140.586	42.236.643	38.908.001
Operações com cartão de crédito ⁽²⁾	19.327.436	20.257.650	17.698.857
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽³⁾	16.255.163	12.906.242	11.893.177
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽⁴⁾	8.457.262	8.212.988	8.545.904
Avais e fianças honrados	400.645	539.570	459.958
Diversos	700.080	320.193	310.105
Operações de Arrendamento Mercantil	1.154.418	1.070.830	1.066.364
Total da Carteira de Crédito	726.859.526	687.911.289	662.670.336
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.025.880)	(27.311.720)	(25.770.074)
(Provisão para operações de crédito)	(32.666.618)	(26.104.655)	(24.673.526)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁵⁾	(1.295.301)	(1.160.331)	(1.047.582)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(63.961)	(46.734)	(48.966)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	692.833.646	660.599.569	636.900.262

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Foram reclassificadas, em 30.09.2014 de "Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito" as faturas de cartão de crédito a receber dos clientes do Banco Votorantim, no montante de R\$ 278.636 mil, para harmonização de práticas contábeis com o Banco do Brasil.

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(4) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(5) Inclui o valor de R\$ 7.627 mil em 30.09.2015 (R\$ 5.963 mil em 31.12.2014 e R\$ 5.522 mil em 30.09.2014) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas de Operações de Crédito	35.374.782	24.676.516	88.205.527	65.798.792
Empréstimos e títulos descontados	14.596.405	12.341.514	41.114.756	36.278.237
Financiamentos	12.486.292	6.076.145	24.679.714	12.411.202
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.167.519	2.647.816	8.749.775	7.534.415
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.003.661	1.406.115	5.606.072	3.889.365
Financiamentos imobiliários	1.186.281	784.543	3.102.344	2.019.378
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	803.725	902.855	2.713.173	2.698.238
Financiamentos de moedas estrangeiras	664.918	292.370	1.253.111	563.391
Financiamentos à exportação	415.463	213.720	887.000	356.795
Avais e fianças honrados	21.364	2.959	36.431	14.732
Demais	29.154	8.479	63.151	33.039
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	177.573	363.808	607.271	1.043.501
Total	35.552.355	25.040.324	88.812.798	66.842.293

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 4.575 mil no terceiro trimestre de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 2.399 mil), R\$ 51.456 mil no terceiro trimestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 29.438 mil), R\$ 60.533 mil no período de 01.01.2015 a 30.09.2015 (com impacto no resultado de R\$ 32.016 mil) e R\$ 78.937 mil no período de 01.01.2014 a 30.09.2014 (com impacto no resultado de R\$ 45.160 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 700 mil, R\$ 134.305 mil, R\$ 85.765 mil e R\$ 148.079 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	30.09.2015	%	31.12.2014	%	30.09.2014	%
Setor Público ⁽¹⁾	77.735.520	10,7	60.275.880	8,8	57.656.435	8,9
Administração pública	39.714.480	5,5	29.203.007	4,2	26.866.511	4,1
Petroleiro	25.469.510	3,5	19.480.155	2,8	19.602.159	3,0
Energia elétrica	11.233.197	1,5	10.231.265	1,5	9.137.591	1,4
Serviços	359.004	0,1	416.533	0,1	343.671	0,1
Demais atividades	959.329	0,1	944.920	0,2	1.706.503	0,3
Setor Privado ⁽²⁾	649.124.006	89,3	627.635.409	91,2	605.013.901	91,1
Pessoa Física	318.498.762	43,8	303.959.602	44,2	292.187.883	44,1
Pessoa Jurídica	330.625.244	45,5	323.675.807	47,0	312.826.018	47,0
Mineração e metalurgia	38.216.923	5,3	36.853.990	5,4	36.887.133	5,6
Agronegócio de origem vegetal	35.319.857	4,9	34.506.174	5,0	34.504.156	5,2
Automotivo	25.044.243	3,4	22.529.029	3,3	22.748.408	3,4
Transportes	24.851.722	3,4	20.076.409	2,9	19.291.527	2,9
Serviços	23.283.796	3,2	23.120.702	3,4	23.815.012	3,6
Combustíveis	22.062.680	3,0	19.820.970	2,9	19.666.829	3,0
Imobiliário	19.809.254	2,7	18.426.753	2,7	17.391.563	2,6
Comércio varejista	18.291.641	2,5	17.115.910	2,5	16.822.170	2,5
Energia elétrica	17.921.793	2,5	15.232.338	2,2	14.694.776	2,1
Agronegócio de origem animal	13.559.341	1,9	14.034.401	2,0	13.380.737	2,0
Atividades específicas da construção	12.979.322	1,8	12.693.680	1,8	12.330.161	1,9
Têxtil e confecções	10.647.996	1,5	11.413.662	1,7	11.292.381	1,7
Papel e celulose	9.684.995	1,3	9.568.838	1,4	9.733.155	1,5
Insumos agrícolas	9.320.606	1,3	9.697.249	1,4	8.597.753	1,3
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.189.330	1,3	7.449.699	1,1	10.324.715	1,6
Químico	8.749.994	1,2	7.986.785	1,2	8.337.058	1,3
Eletroeletrônico	8.474.575	1,2	10.529.628	1,5	9.730.159	1,4
Construção pesada	6.395.834	0,9	5.947.526	0,8	5.666.224	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.390.931	0,9	6.754.916	1,0	6.590.992	1,0
Telecomunicações	4.315.729	0,6	5.574.951	0,8	5.758.816	0,8
Demais atividades	6.114.682	0,7	14.342.197	2,0	5.262.293	0,8
Total	726.859.526	100,0	687.911.289	100,0	662.670.336	100,0

(1) O valor de R\$ 37.073.115 mil divulgado nas demonstrações contábeis de 30.09.2014 referia-se apenas a operações contratadas com a administração pública direta. Os valores constantes destas demonstrações contábeis referem-se a operações contratadas com a administração pública direta e órgãos da administração pública indireta, assim como com as empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços e instituições financeiras de propriedade ou controladas pelos governos, bem como com suas respectivas coligadas e controladas.

(2) Os valores evidenciados no item "Pessoa Física" incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	21.226.458	11.843.733	16.106.039	2.205.686	299.762	282.766	69.464	44.481	559.418	52.637.807	48.189.949	47.059.287
31 a 60	15.966.698	5.565.934	4.998.345	1.150.017	94.320	186.060	39.108	33.678	121.769	28.155.929	30.693.165	28.954.586
61 a 90	17.267.030	5.104.872	4.944.903	1.388.870	107.195	262.233	45.427	30.911	153.701	29.305.142	25.020.397	26.669.021
91 a 180	34.633.536	11.323.839	11.022.807	3.423.284	273.400	516.417	123.405	83.375	595.225	61.995.288	67.928.134	63.129.296
181 a 360	56.298.259	18.118.135	16.580.055	3.830.728	356.157	783.082	184.903	144.169	841.872	97.137.360	104.586.058	104.826.687
Acima de 360	250.527.938	74.432.256	70.073.517	13.862.539	2.473.482	4.849.758	1.261.498	1.141.323	4.239.691	422.862.002	386.829.922	369.233.755
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	298.611	506.634	343.915	136.722	33.752	68.139	35.498	19.598	50.898	1.493.767	2.513.738	913.086
Demais ⁽¹⁾	370.110	--	--	--	--	--	--	--	--	370.110	355.522	376.072
Subtotal	396.588.640	126.895.403	124.069.581	25.997.846	3.638.068	6.948.455	1.759.303	1.497.535	6.562.574	693.957.405	666.116.885	641.161.790
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	176.903	227.480	118.820	143.674	84.136	101.718	521.666	1.374.397	1.133.519	1.184.114
31 a 60	--	--	85.321	113.459	90.504	84.712	43.640	58.226	226.372	702.234	613.972	687.693
61 a 90	--	--	75.738	112.226	74.730	79.442	47.078	56.228	236.548	681.990	556.232	590.435
91 a 180	--	--	184.905	279.079	189.746	214.993	128.369	154.080	621.345	1.772.517	1.511.784	1.653.054
181 a 360	--	--	322.964	441.141	311.181	422.718	220.451	254.436	1.109.824	3.082.715	2.526.542	2.690.866
Acima de 360	--	--	883.060	1.066.414	942.668	1.581.352	1.006.675	924.306	3.982.332	10.386.807	7.188.646	6.935.702
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	20.406	65.702	56.666	53.624	23.588	27.527	97.137	344.650	263.231	274.008
15 a 30	--	--	311.462	218.487	96.934	119.694	65.558	50.453	263.871	1.126.459	1.049.525	812.438
31 a 60	--	--	78.646	463.408	177.143	266.445	125.468	100.516	362.061	1.573.687	1.020.440	1.107.573
61 a 90	--	--	7	11.055	332.479	305.108	112.727	125.344	538.946	1.425.666	917.719	975.364
91 a 180	--	--	9	732.771	12.888	289.490	328.911	422.541	1.396.177	3.182.787	1.455.788	1.538.398
181 a 360	--	--	--	4.300.092	1	9.674	20.013	17.850	2.578.570	6.926.200	2.179.912	1.895.204
Acima de 360	--	--	--	--	2	--	--	--	322.010	322.012	1.377.094	1.163.697
Subtotal	--	--	2.139.421	8.031.314	2.403.762	3.570.926	2.206.614	2.293.225	12.256.859	32.902.121	21.794.404	21.508.546
Total	396.588.640	126.895.403	126.209.002	34.029.160	6.041.830	10.519.381	3.965.917	3.790.760	18.819.433	726.859.526	687.911.289	662.670.336

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 31.477 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.09.2015				31.12.2014				30.09.2014			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	396.588.640	--	--	--	395.934.651	--	--	--	377.219.787	--	--	--
A	0,5	126.895.403	634.477	201.378	835.855	104.322.639	521.613	92.644	614.257	105.008.870	525.044	95.671	620.715
B	1	126.209.002	1.262.090	297.853	1.559.943	125.116.722	1.251.167	22.833	1.274.000	120.179.236	1.201.792	15.980	1.217.772
C	3	34.029.160	1.020.875	506.250	1.527.125	26.148.841	784.465	77.889	862.354	25.856.713	775.701	77.889	853.590
D	10	6.041.830	604.183	192.616	796.799	3.860.416	386.042	60.861	446.903	4.172.114	417.211	66.592	483.803
E	30	10.519.381	3.155.814	1.478.357	4.634.171	9.728.937	2.918.681	689.577	3.608.258	8.950.155	2.685.047	698.482	3.383.529
F	50	3.965.917	1.982.959	629.791	2.612.750	3.715.559	1.857.780	319.311	2.177.091	3.264.540	1.632.270	319.311	1.951.581
G	70	3.790.760	2.653.532	586.272	3.239.804	3.331.788	2.332.252	244.869	2.577.121	3.349.114	2.344.380	244.897	2.589.277
H	100	18.819.433	18.819.433	--	18.819.433	15.751.736	15.751.736	--	15.751.736	14.669.807	14.669.807	--	14.669.807
Total		726.859.526	30.133.363	3.892.517	34.025.880	687.911.289	25.803.736	1.507.984	27.311.720	662.670.336	24.251.252	1.518.822	25.770.074

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo Inicial	29.487.457	24.796.813	27.311.720	23.661.823
Reforço/(reversão)	8.777.306	4.570.763	20.306.189	13.650.820
Provisão mínima requerida	6.408.365	4.666.351	17.921.656	13.598.017
Provisão adicional	2.368.941	(95.588)	2.384.533	52.803
Variação cambial - provisões no exterior	188.084	34.863	231.906	(56.700)
Baixas para prejuízo	(4.426.967)	(3.632.365)	(13.823.935)	(11.485.869)
Saldo Final	34.025.880	25.770.074	34.025.880	25.770.074

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo Inicial	1.102.365	946.979	1.143.379	855.361
Reforço/(reversão)	141.885	157.485	175.619	244.069
Variação cambial - provisões no exterior	7.232	1.030	9.129	(5.480)
Baixas para prejuízo	(629)	(25.671)	(77.274)	(14.127)
Saldo Final	1.250.853	1.079.823	1.250.853	1.079.823

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Até 1 ano ⁽¹⁾	460.530	507.749	539.658
De 1 a 5 anos	691.458	559.274	524.582
Acima de 5 anos	2.430	3.807	2.124
Total a Valor Presente	1.154.418	1.070.830	1.066.364

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	177.573	363.808	607.271	1.043.501
Arrendamento financeiro	177.573	363.808	607.271	1.043.501
Despesas de Arrendamento Mercantil	(128.183)	(329.511)	(476.337)	(935.552)
Arrendamento financeiro	(127.976)	(329.406)	(475.929)	(935.200)
Arrendamento operacional	--	(10)	--	(68)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(207)	(95)	(408)	(284)
Total	49.390	34.297	130.934	107.949

j) Concentração das Operações de Crédito

	30.09.2015	% da Carteira	31.12.2014	% da Carteira	30.09.2014	% da Carteira
Maior Devedor	25.779.758	3,5	20.038.724	2,9	20.756.881	3,1
10 Maiores devedores	91.762.168	12,6	70.014.552	10,2	68.606.188	10,4
20 Maiores devedores	121.623.634	16,7	99.797.944	14,5	98.031.721	14,8
50 Maiores devedores	165.552.694	22,8	139.116.007	20,2	135.351.400	20,4
100 Maiores devedores	193.446.000	26,6	166.767.185	24,2	160.761.109	24,3

k) Créditos Renegociados

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	11.612.398	9.253.696	35.511.366	30.891.206
Renegociados por atraso ⁽²⁾	3.921.380	1.080.946	9.557.949	2.972.237
Renovados ⁽³⁾	7.691.018	8.172.750	25.953.417	27.918.969
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso				
Saldo Inicial	13.681.489	8.658.508	10.088.673	8.192.010
Contratações ⁽²⁾	3.921.380	1.080.946	9.557.949	2.972.237
(Recebimento) e apropriação de juros	(436.256)	(413.629)	(1.008.963)	(894.522)
Baixas para prejuízo	(572.050)	(373.794)	(2.043.096)	(1.317.694)
Saldo Final ⁽⁴⁾	16.594.563	8.952.031	16.594.563	8.952.031
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso			7.717.996	5.362.091
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso			46,5%	59,9%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso			2.489.824	1.629.377
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso			15,0%	18,2%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 126.865 mil (R\$ 171.952 mil em 30.09.2014) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.763.797 mil (R\$ 5.256.351 mil em 30.09.2014) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Créditos contratados a liberar	149.350.192	147.956.001	148.885.475
Garantias prestadas ⁽¹⁾	15.724.185	12.981.696	13.161.857
Créditos de exportação confirmados	3.579.114	2.449.198	2.381.036
Créditos abertos para importação contratados	1.457.384	874.343	477.644
Recursos vinculados	2.088.992	1.264.972	1.160.701
Valores garantidos por depósitos vinculados	2.061.651	145.084	192.155

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 524.206 mil (R\$ 193.877 mil em 31.12.2014 e R\$ 188.885 mil em 30.09.2014), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Empréstimos e Títulos Descontados		2.773.734	3.369.930	3.380.254
Proger Urbano Investimento	18/2005	2.773.705	3.369.908	3.380.231
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	7	9	10
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	22	13	13
Financiamentos		573.158	690.573	705.092
Proger Exportação	27/2005	25.532	12.052	8.616
FAT Taxista	02/2009	296.014	258.634	245.368
FAT Turismo - Investimento	01/2012	146.468	163.091	144.505
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	105.144	256.796	306.603
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		159.874	291.653	377.644
Proger Rural Custeio	02/2006	1.130	1.835	1.989
Proger Rural Investimento	13/2005	15.669	23.807	27.844
Pronaf Custeio	04/2005	3.149	3.626	3.888
Pronaf Investimento	05/2005	135.767	254.633	335.075
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	4.159	7.747	8.843
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	--	5	5
Total		3.506.766	4.352.156	4.462.990

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.684.917	1.549.300	1.508.664
Outros	713	787	700
Total	1.685.630	1.550.087	1.509.364

b) Diversos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 25.e)	45.368.222	29.500.564	29.383.827
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	28.321.332	23.256.148	21.540.476
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a) ⁽¹⁾	19.327.436	20.257.650	17.698.857
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	16.138.929	15.418.982	15.204.014
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.710.716	10.435.285	10.832.646
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	11.764.708	10.914.595	9.349.851
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	8.884.572	8.274.132	8.210.244
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽²⁾	8.457.262	8.212.988	8.545.904
Títulos e créditos a receber - outros	4.028.491	2.581.984	2.310.473
Aquisição de recebíveis	3.745.349	3.991.029	3.805.768
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	3.585.187	3.940.801	3.424.635
Ativos atuariais (Nota 27.e)	3.321.249	6.233.307	10.173.480
Devedores diversos - país ⁽¹⁾	2.741.346	2.054.404	2.151.263
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽³⁾	1.816.527	2.265.746	1.986.841
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal ⁽⁴⁾	1.450.101	1.985.128	1.931.492
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.010.212	1.226.441	606.137
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	985.634	1.143.583	1.263.352
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	862.335	1.758.968	2.397.166
Devedores por depósitos em garantia - outros	342.767	178.967	173.752
Devedores diversos - exterior	301.039	245.015	240.405
Adiantamentos e antecipações salariais	233.086	305.609	229.419
Devedores por compra de valores e bens	41.277	51.896	43.521
Outros	684.890	552.356	518.080
Total	176.122.667	154.785.578	152.021.603
Ativo circulante	112.493.630	99.851.614	109.390.750
Ativo não circulante	63.629.037	54.933.964	42.630.853

(1) Em 30.09.2014, foram reclassificadas do grupamento "Devedores diversos - país" para o grupamento "Operações com cartões de crédito", no montante de R\$ 278.636 mil, as faturas de cartão de crédito a receber dos clientes do Banco Votorantim.

(2) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(3) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de operações com recursos do MCR 6-2 e MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e programa de recuperação da lavoura cacaueira baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002).

(4) Recebíveis oriundos da parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pela utilização da rede Banco Postal.

12 - CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	21.909.562	16.424.851	14.539.815
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	49.044	32.788	30.254
Direitos sobre vendas de câmbio	6.450.682	15.318.188	15.118.818
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(3.512.399)	(13.568.454)	(13.461.590)
Valores em moedas estrangeiras a receber	3.295	5.655	5.271
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	212.227	154.871	138.961
Total	25.112.411	18.367.899	16.371.529
Ativo circulante	23.941.589	18.362.653	16.366.034
Ativo não circulante	1.170.822	5.246	5.495
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	9.077.783	19.294.332	17.973.243
(Importação Financiada)	(24.177)	(10.177)	(10.981)
Obrigações por compras de câmbio	17.562.186	14.841.470	13.565.891
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(15.678.475)	(12.481.583)	(11.486.233)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	76.887	58.891	54.621
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	6.258	3.993	3.139
Total	11.020.462	21.706.926	20.099.680
Passivo circulante	10.729.252	17.991.924	16.927.015
Passivo não circulante	291.210	3.715.002	3.172.665
Carteira de Câmbio Líquida	14.091.949	(3.339.027)	(3.728.151)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	1.553.851	1.162.424	659.479
Créditos de exportação confirmados	3.579.114	2.449.198	2.381.036

b) Resultado de Operações de Câmbio

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de câmbio	7.559.571	3.124.409	17.275.426	8.176.107
Despesas de câmbio	(4.941.156)	(3.156.724)	(13.869.308)	(7.345.787)
Resultado de Operações de Câmbio	2.618.415	(32.315)	3.406.118	830.320

13 - OUTROS VALORES E BENS

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Bens não de Uso Próprio	598.333	528.207	592.392
Imóveis	204.577	194.825	227.971
Bens em regime especial	169.612	152.890	157.829
Veículos e afins	155.763	146.687	170.629
Imóveis habitacionais	12.542	7.907	5.012
Máquinas e equipamentos	4.336	4.270	4.701
Outros	51.503	21.628	26.250
Material em Estoque	100.055	90.066	93.516
Subtotal	698.388	618.273	685.908
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(142.275)	(147.365)	(146.086)
Despesas Antecipadas	3.942.787	3.607.507	3.911.694
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	3.442.218	2.983.184	3.240.943
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	212.891	296.602	299.627
Despesas de pessoal - programa de alimentação	110.202	147.658	105.505
Dependências Externas	90.888	52.390	52.199
Despesas tributárias	14.294	31	12.095
Promoções e relações públicas	10.955	1.598	9.319
Aluguéis	5.833	5.901	5.924
Outros	55.506	120.143	186.082
Total	4.498.900	4.078.415	4.451.516
Ativo circulante	3.077.108	2.689.805	3.122.909
Ativo não circulante	1.421.792	1.388.610	1.328.607

(1) O Banco reconheceu, no 3º Trimestre/2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 6.984 mil (R\$ 3.636 mil no 3º Trimestre/2014).

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

14 - INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Saldo contábil	Movimentações - 01.01 a 30.09.2015			Saldo contábil		Resultado de equivalência
	31.12.2014	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	30.09.2015	30.09.2014	01.01 a 30.09.2014
No País	1.181.056	--	(146.034)	4.162	1.039.184	1.246.507	(21.741)
Cadam S.A.	25.201	--	--	(9.340)	15.861	25.201	(728)
Cia. Hidromineral Piratuba	2.525	--	36	154	2.715	2.514	16
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽¹⁾	228	--	--	--	228	228	--
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	8.221	--	--	(1.725)	6.496	8.181	(488)
Outras Participações	8.633	--	6.089	15.073	29.795	25.514	(20.541)
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	1.136.248	--	(152.159)	--	984.089	1.184.869	--
No Exterior	586.492	--	(4.462.878)	4.534.345	657.959	564.936	(7.127)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	586.492	--	71.467	--	657.959	564.936	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	(2.741.693)	2.741.693	--	--	186.633
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e coligadas e controladas	--	--	(1.761.263)	1.761.263	--	--	(196.469)
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	(31.389)	31.389	--	--	2.709
Total das Participações em Coligadas e Controladas	1.767.548	--	(4.608.912)	4.538.507	1.697.143	1.811.443	(28.868)
Imparidade acumulada	(9.018)	--	--	--	(9.018)	(6.998)	--

(1) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Saldos em 30.09.2015	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) líquido 01.01 a 30.09.2015	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No País						
Cadam S.A.	183.904	73.298	38.256	--	4.762	21,64%
Cia. Hidromineral Piratuba	4.439	17.583	654	633	--	14,26%
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13%
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	59.096	(1.026)	5.076	1.736	11,11%

b) Outros Investimentos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Investimentos por incentivos fiscais	104.128	94.585	95.472
Títulos patrimoniais	146	146	146
Ações e cotas	87.065	76.366	73.041
Outros Investimentos ⁽¹⁾	1.644.802	1.511.165	1.449.793
Outras participações no exterior	94.702	63.313	58.421
Total	1.930.843	1.745.575	1.676.873
(Imparidade acumulada)	(78.453)	(84.474)	(83.601)

(1) Inclui o montante de R\$ 1.181.851 mil (R\$ 1.067.909 mil em 31.12.2014 e 1.029.294 mil em 30.09.2014), relativo aos investimentos da holding Neoenergia S.A.

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo Inicial	1.556.088	1.717.447	1.724.301	1.579.416
Adições ⁽¹⁾	--	51.110	--	410.024
Reduções ^{(1) (2)}	--	--	(99.705)	(45.683)
Amortizações ⁽³⁾	(71.278)	(59.484)	(207.816)	(175.118)
Variação cambial ⁽⁴⁾	158.648	42.293	226.678	(17.273)
Saldo Final	1.643.458	1.751.366	1.643.458	1.751.366

(1) Ajustes decorrentes da harmonização de práticas contábeis das investidas às práticas da investidora.

(2) Transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. para o grupamento "Intangível" (Nota 16.a).

(3) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(4) Incidente sobre os ágios do BB Americas, Banco Patagonia e da Merchant e-Solutions, Inc.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	4º Trimestre/2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	26.429	108.067	107.475	47.781	48.724	45.499	383.975
Banco Votorantim	14.493	60.466	61.133	--	--	--	136.092
Banco Patagonia	10.953	41.559	37.838	38.569	39.338	33.340	201.597
Banco do Brasil Americas	983	6.042	8.504	9.212	9.386	12.159	46.286
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(11.893)	(48.630)	(48.364)	(21.501)	(21.926)	(20.475)	(172.789)
Total Líquido	14.536	59.437	59.111	26.280	26.798	25.024	211.186
BB-BI	23.464	107.670	123.517	141.696	162.550	--	558.897
Cielo	23.464	107.670	123.517	141.696	162.550	--	558.897
Cielo S.A.	14.482	60.660	56.500	44.525	18.126	228.969	423.262
Merchant e-Solutions, Inc.	14.198	59.279	54.900	42.927	16.428	222.345	410.077
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	167	854	1.031	984	1.042	3.734	7.812
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.	55	256	283	311	336	1.638	2.879
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon)	62	271	286	303	320	1.252	2.494
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	100.467
Vida Seguradora	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	100.467
Elo Participações	4.859	22.876	23.591	24.330	--	--	75.656
Alelo	4.859	22.876	23.591	24.330	--	--	75.656
BB Seguros	9.143	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	57.435
Brasilcap	5.393	9.154	8.593	8.780	7.659	--	39.579
IRB-Brasil Resseguros S.A.	3.750	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	2.988	19.429	21.349	--	--	--	43.766
Brasilveículos	2.988	19.429	21.349	--	--	--	43.766
BB Consolidado	91.433	348.708	365.429	293.422	264.742	279.724	1.643.458
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(36.575)	(142.292)	(149.655)	(120.606)	(113.253)	(100.112)	(662.493)
Total Líquido	54.858	206.416	215.774	172.816	151.489	179.612	980.965

(1) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,60%	12,22%
BB Americas	2,00%	9,44%
Vida Seguradora	3,00%	11,22%
Alelo	3,60%	12,21%
Brasilcap	3,60%	12,38%
IRB-Brasil Resseguros	3,60%	10,58%
Brasilveículos	3,00%	11,22%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos sete anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável dos ágios na aquisição da Cielo e do Banco Patagonia foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa e na Merval (Mercado de Valores de Buenos Aires), respectivamente.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
Banco Patagonia	R\$ 5,04 ⁽²⁾
Cielo (CIEL3)	R\$ 40,00

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2014.

(2) Valor equivalente a ARS 17,45, conforme cotação ARS/BRL em 30.09.2014.

Nos períodos de 01.01 a 30.09.2015 e 01.01 a 30.09.2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 - IMOBILIZADO

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015			30.09.2015				30.09.2014
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	3.760.643	348.139	(260.201)	--	6.528.237	(2.670.965)	(8.691)	3.848.581	3.578.891
Móveis e equipamentos de uso	1.605.425	216.201	(209.835)	(7.556)	4.015.616	(2.402.701)	(8.680)	1.604.235	1.449.181
Sistemas de processamento de dados	1.317.072	244.650	(335.364)	--	4.290.103	(3.063.745)	--	1.226.358	1.204.853
Instalações	235.561	37.131	(29.612)	--	1.037.654	(794.574)	--	243.080	228.968
Terrenos	200.143	5.144	--	--	205.287	--	--	205.287	201.441
Sistemas de segurança	169.182	16.072	(20.003)	--	397.752	(232.501)	--	165.251	171.333
Imobilizações em curso	153.572	(27.499)	--	--	126.073	--	--	126.073	151.923
Sistemas de comunicação	100.705	15.275	(13.767)	--	289.070	(186.857)	--	102.213	97.346
Sistemas de transporte	12.663	4.257	(2.780)	--	43.089	(28.949)	--	14.140	12.589
Móveis e equipamentos em estoque	1.771	(20)	--	--	1.751	--	--	1.751	1.776
Total	7.556.737	859.350	(871.562)	(7.556)	16.934.632	(9.380.292)	(17.371)	7.536.969	7.098.301

16 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015				30.09.2015			30.09.2014	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Reversão de perdas por imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	6.510.812	513.028	(190.192)	(1.413.036)	--	9.398.626	(3.928.274)	(49.740)	5.420.612	5.894.553
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	2.762.491	--	--	(608.788)	--	5.015.276	(2.861.573)	--	2.153.703	2.940.149
Softwares	1.710.801	540.342	(868)	(167.044)	2.075	3.440.375	(1.354.766)	(303)	2.085.306	1.573.219
Outros ativos intangíveis	265.128	80.933	(917)	(98.771)	--	362.033	(104.448)	(11.212)	246.373	286.462
Total	11.249.232	1.134.303	(191.977)	(2.287.639)	2.075	18.216.310	(8.249.061)	(61.255)	9.905.994	10.694.383

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se aos ágios pela aquisição da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. e do Banco Nossa Caixa.

b) Estimativa de Amortização

	4º Trimestre/2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valores a amortizar	779.457	2.988.414	2.625.248	1.413.653	791.391	1.307.831	9.905.994

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2014 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2015 e projeções internas de resultado a partir de 2016, por cinco anos.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

O teste de imparidade do ágio da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. segue a mesma metodologia dos demais ágios por aquisição de investimentos, constantes na nota 14.e.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,5%	12,3%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ^{(1) (2)}	3,0%	13,9%

(1) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

(2) Crescimento nominal na perpetuidade.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos de 01.01 a 30.09.2015 e de 01.01 a 30.09.2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios de sociedades incorporadas.

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos à Vista	66.026.209	74.210.189	69.521.036
Pessoas físicas	27.924.518	33.942.740	30.483.133
Pessoas jurídicas	22.979.923	28.437.427	24.629.154
Vinculados	9.955.948	5.970.418	8.781.992
Governos	1.591.076	2.226.009	1.865.886
Moedas estrangeiras	1.226.183	706.951	928.661
Instituições do sistema financeiro	232.422	832.896	979.967
Empresas ligadas	1.636.496	982.662	847.395
Especiais do Tesouro Nacional	325.348	403.878	542.172
Domiciliados no exterior	59.543	202.201	292.887
Outros	94.752	505.007	169.789
Depósitos de Poupança	149.763.605	148.698.890	148.995.605
Pessoas físicas	139.319.946	140.036.529	138.963.241
Pessoas jurídicas	10.121.003	8.407.859	9.688.943
Empresas ligadas	306.770	240.767	330.113
Instituições do sistema financeiro	15.886	13.735	13.308
Depósitos Interfinanceiros	42.404.092	30.968.746	28.530.991
Depósitos a Prazo	205.644.072	214.483.944	221.777.370
Judiciais	116.107.051	115.010.129	110.095.304
Moeda nacional	54.119.211	70.136.390	85.377.147
Moedas estrangeiras	30.169.440	23.736.951	20.776.182
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	3.907.659	4.478.914	4.466.951
Funproger (Nota 17.f)	251.678	233.939	227.439
Outros	1.089.033	887.621	834.347
Total	463.837.978	468.361.769	468.825.002
Passivo circulante	409.079.766	401.177.785	386.232.793
Passivo não circulante	54.758.212	67.183.984	82.592.209

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	120.948.323	28.174.790	9.423.800	19.081.034	28.009.226	6.899	205.644.072	214.483.944	221.777.370
Depósitos de poupança	149.763.605	--	--	--	--	--	149.763.605	148.698.890	148.995.605
Depósitos à vista	66.026.209	--	--	--	--	--	66.026.209	74.210.189	69.521.036
Depósitos interfinanceiros	2.939.453	11.631.781	20.171.805	6.306.218	833.347	521.488	42.404.092	30.968.746	28.530.991
Total	339.677.590	39.806.571	29.595.605	25.387.252	28.842.573	528.387	463.837.978	468.361.769	468.825.002

(1) Inclui o valor de R\$ 53.155.538 mil (R\$ 70.102.638 mil em 31.12.2014 e R\$ 85.587.480 mil em 30.09.2014), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Carteira Própria	70.215.156	64.365.574	55.969.942
Títulos privados	51.368.607	56.847.255	48.391.182
Letras Financeiras do Tesouro	13.661.576	4.053.439	3.939.942
Notas do Tesouro Nacional	1.557.614	1.405.033	1.435.137
Títulos no exterior	1.755.991	285.865	257.940
Letras do Tesouro Nacional	1.870.397	1.736.675	1.933.473
Outros	971	37.307	12.268
Carteira de Terceiros	260.590.677	241.674.469	263.739.572
Letras do Tesouro Nacional	130.842.682	121.222.071	87.268.524
Notas do Tesouro Nacional	102.079.890	86.303.943	149.634.014
Letras Financeiras do Tesouro	27.667.987	32.999.180	25.775.386
Títulos no exterior	118	1.149.275	1.061.648
Carteira de Livre Movimentação	558.641	5.532	13.454
Total	331.364.474	306.045.575	319.722.968
Passivo circulante	279.316.983	292.361.623	305.689.952
Passivo não circulante	52.047.491	13.683.952	14.033.016

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Despesas de Captações com Depósitos	(9.044.680)	(8.277.199)	(24.978.882)	(23.828.405)
Depósitos judiciais	(3.193.339)	(2.520.646)	(8.805.323)	(7.083.498)
Depósitos de poupança	(3.016.939)	(2.592.193)	(8.316.328)	(7.356.512)
Depósitos a prazo	(2.578.315)	(2.985.802)	(7.176.745)	(8.781.945)
Depósitos interfinanceiros	(256.087)	(178.558)	(680.486)	(606.450)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(11.784.428)	(8.230.127)	(31.900.876)	(22.253.603)
Carteira de terceiros	(9.640.398)	(6.842.180)	(26.546.227)	(18.137.635)
Carteira própria	(2.124.157)	(1.377.320)	(5.320.674)	(4.081.719)
Carteira de livre movimentação	(19.873)	(10.627)	(33.975)	(34.249)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(7.087.000)	(4.129.232)	(17.746.350)	(10.357.645)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(4.074.545)	(2.486.226)	(10.290.202)	(6.383.437)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.368.793)	(630.167)	(2.691.723)	(1.178.979)
Letras financeiras	(1.136.676)	(836.717)	(3.418.617)	(2.336.811)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(506.986)	(176.122)	(1.345.808)	(458.418)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(169.838)	(118.744)	(434.982)	(335.066)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾	(639.586)	(467.762)	(1.638.078)	(1.167.660)
Outras	(186.577)	(205.412)	(573.211)	(602.606)
Total	(28.912.109)	(21.428.476)	(77.272.379)	(58.544.985)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 19.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Data final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					56.541	144.447	200.988	120.175	289.782	409.957	113.751	388.744	502.495
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	254	1.920	2.174	481	2.362	2.843	26	2.922	2.948
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	51.502	133.066	184.568	110.778	270.733	381.511	106.419	360.878	467.297
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	--	--	--	4.476	--	4.476	1.030	4.943	5.973
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	314	603	917	258	1.152	1.410	324	1.334	1.658
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	4.471	8.858	13.329	4.182	15.535	19.717	5.952	18.667	24.619
Proger Urbano					371.895	2.614.570	2.986.465	52.129	3.190.908	3.243.037	2.033	3.168.884	3.170.917
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	371.895	2.614.570	2.986.465	52.126	3.190.902	3.243.028	2.030	3.168.877	3.170.907
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	--	--	--	3	6	9	3	7	10
Outros					156.891	563.315	720.206	142.537	683.383	825.920	94.488	699.051	793.539
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	15.368	24.706	40.074	408	11.947	12.355	5.357	8.389	13.746
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	78.823	294.539	373.362	65.397	257.715	323.112	22.536	244.547	267.083
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	3.646	145.384	149.030	9.228	162.119	171.347	10.697	143.930	154.627
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	59.054	98.686	157.740	67.504	251.602	319.106	55.898	302.185	358.083
Total					585.327	3.322.332	3.907.659	314.841	4.164.073	4.478.914	210.272	4.256.679	4.466.951

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 30.09.2015 é de R\$ 251.678 mil (R\$ 233.939 mil em 31.12.2014 e R\$ 227.439 mil em 30.09.2014).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
No País	990	--	1.105.455	--	1.106.445	1.753.887	346.425
Tomados pelas empresas não financeiras	--	--	1.105.455	--	1.105.455	1.751.978	343.481
Demais linhas de crédito	990	--	--	--	990	1.909	2.944
No Exterior	9.758.116	15.816.546	8.598.269	573.670	34.746.601	22.242.550	20.315.065
Tomados junto a banqueiros no exterior	9.636.364	15.705.629	8.537.861	572.359	34.452.213	21.799.328	19.694.701
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	162.009	304.064
Importação	99.314	75.125	15.176	1.311	190.926	154.393	157.107
Exportação	22.438	35.792	45.232	--	103.462	126.820	159.193
Total	9.759.106	15.816.546	9.703.724	573.670	35.853.046	23.996.437	20.661.490
Passivo circulante					25.575.652	17.398.060	15.910.005
Passivo não circulante					10.277.394	6.598.377	4.751.485

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Tesouro Nacional - Crédito Rural		239.155	339.898	556.503
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	90.491	158.098	363.988
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	91.065	87.435	86.118
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	25.057	37.723	39.783
Outros		32.542	56.642	66.614
BNDES		39.740.090	44.281.798	44.180.734
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 6,89% a.a.	38.895.277	43.250.644	43.111.334
Banco Votorantim	Pré 0,70% a.a. a 7,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 1,30% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	844.813	1.031.154	1.069.400
Caixa Econômica Federal	Pré 5,08% a.a. (média)	18.219.733	12.359.686	9.991.504
Finame		31.882.108	33.204.750	32.064.795
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	30.997.351	32.398.036	31.223.924
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 15,21% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Selic + 1,70% a.a. Var. Cambial + 1,70% a.a.	884.757	806.714	840.871
Outras Instituições Oficiais		2.222.217	863.889	1.242.702
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b)		1.643.753	--	--
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 7,50% a.a. (se aplicado)	578.436	863.861	1.242.674
Outros		28	28	28
Total		92.303.303	91.050.021	88.036.238
Passivo circulante		38.873.471	34.415.072	31.759.953
Passivo não circulante		53.429.832	56.634.949	56.276.285

Do Exterior

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	8.888	--	--
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477
Total	9.365	477	477
Passivo circulante	8.983	95	95
Passivo não circulante	382	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(9.889.201)	(2.119.215)	(14.856.061)	(2.245.916)
Despesas de Obrigações por Repasses	(8.046.288)	(2.840.988)	(13.854.759)	(4.596.846)
Do exterior	(6.568.589)	(1.807.210)	(9.939.874)	(1.807.210)
BNDES	(880.614)	(704.783)	(2.442.223)	(2.003.628)
Finame	(176.240)	(158.891)	(516.932)	(455.527)
Caixa Econômica Federal	(367.922)	(113.392)	(821.559)	(161.959)
Tesouro Nacional	(30.058)	(19.941)	(75.294)	(59.307)
Outras	(22.865)	(36.771)	(58.877)	(109.215)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(4.606.164)	(1.310.747)	(6.949.694)	(1.310.747)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.797.665)	(516.633)	(2.839.740)	(553.193)
Total	(24.339.318)	(6.787.583)	(38.500.254)	(8.706.702)

19 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Banco do Brasil						194.572.865	146.294.452	142.533.525
Programa "Global Medium - Term Notes"						11.345.294	11.376.533	10.690.901
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	342.599	345.183	338.951
	USD	950.000	4,50%	2010	2015	--	2.572.930	2.347.804
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.999.999	1.358.763	1.235.198
	EUR	750.000	4,50%	2011	2016	3.427.482	3.284.535	2.388.801
	JPY	24.700.000	1,80%	2012	2015	--	551.404	551.736
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	4.453.396	2.519.088	3.121.149
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	1.121.818	744.630	707.262
"Senior Notes"						9.694.978	6.452.265	5.985.540
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	1.996.663	1.346.214	1.229.852
	USD	1.925.000	3,88%	2012	2022	7.698.315	5.106.051	4.755.688
Notas Estruturadas	USD	53.534	0,64% a 3,55%		2021	214.075	143.540	153.181
Certificados de Depósitos ⁽¹⁾						20.224.229	9.291.680	11.360.827
Curto prazo			0,09% a 3,98%			19.643.742	8.797.314	7.867.411
Longo prazo			1,81% a 3,25%		2020	580.487	494.366	3.493.416
Certificados de Operações Estruturadas						17.882	2.384	2.244
Curto prazo						6.863	2.384	2.244
Longo prazo					2018	11.019	--	--
Letras de Crédito Imobiliário					2017	18.473.991	14.155.946	7.771.827
Letras de Crédito do Agronegócio						134.555.176	102.325.298	104.093.828
Curto prazo ⁽²⁾						18.658.231	21.576.941	22.895.703
Longo prazo ⁽³⁾					2020	115.896.945	80.748.357	81.198.125
Letras Financeiras						47.240	2.546.806	2.475.177
Curto prazo ⁽²⁾			104,00% a 105,00%			--	2.506.321	--
Longo prazo			106,50%		2017	47.240	40.485	2.475.177
Banco Patagonia ⁽⁴⁾						459.293	395.309	434.812
Curto prazo	ARS					205.184	308.060	314.305
Longo prazo	ARS				2017	254.109	87.249	120.507
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾						2.273.260	968.025	318.729
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽⁵⁾								
	USD	150.000	5,25%	2008	2018	262.777	223.591	221.051
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2008	2015	--	79.402	97.678
Notas estruturadas ⁽⁵⁾	USD	500.000	Libor 6m+2,50%	2014/2015	2034	2.010.483	665.032	--
Banco Votorantim						12.455.775	11.456.946	11.849.972
Programa "Global Medium - Term Notes"						4.119.026	3.290.931	3.034.745
Curto prazo ⁽²⁾						3.786.920	658.980	378.062
Longo prazo					2020	332.106	2.631.951	2.656.683
Credit Linked Notes						25.081	16.672	15.756
Curto prazo ⁽²⁾						4.755	--	--
Longo prazo					2020	20.326	16.672	15.756
Debêntures						270	59	777.170
Pós-fixado	R\$		100,00% DI	2011	2016	270	59	777.170
Certificados de Operações Estruturadas	R\$					--	16.140	15.706

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Letras de Crédito Imobiliário	R\$		87,00% a 100,00% DI	2014	2019	259.298	200.433	221.681
Letras de Crédito do Agronegócio						1.340.749	1.426.963	1.425.907
Pré-fixado	R\$		11,76% a.a. a 16,31% a.a.	2014	2021	21.456	1.782	1.022
Pós-fixado	R\$		85,00% a 98,50% DI	2007	2022	1.303.004	1.425.087	1.424.791
Pós-fixado	R\$		4,62% a.a. a 6,66% a.a. + IPCA	2015	2018	16.289	94	94
Letras Financeiras						6.711.351	6.505.748	6.359.007
Pré-fixado	R\$		8,95% a.a. a 17,70% a.a.	2011	2024	310.214	397.352	387.174
Pós-fixado	R\$		5,47% a 5,78% + IGPM	2013	2016	6.412	6.417	6.222
Pós-fixado	R\$		104,50% a 112,02% DI	2011	2019	6.170.998	5.880.620	5.758.122
Pós-fixado	R\$		3,17% a 8,07% + IPCA	2012	2021	223.727	202.004	188.706
Pós-fixado	R\$		109,30% da Selic	2012	2015	--	19.355	18.783
Empresas não Financeiras						1.496.769	1.547	8.999
Cibrasec								
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	R\$		9,40% a.a.			1.119	1.547	1.752
Cielo S.A.								
Debêntures	R\$		100,00% a.a. a 111,00% a.a.	2015	2023	1.495.650	--	--
Kepler Weber S.A.								
Debêntures	R\$		TJLP + 3,80%	2007	2020	--	--	7.247
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁷⁾						(1.116.485)	(81.742)	(74.826)
Total						210.141.477	159.034.537	155.071.211
Passivo circulante						45.740.978	51.246.818	44.919.788
Passivo não circulante						164.400.499	107.787.719	110.151.423

(1) Títulos emitidos no exterior em SGD, AUD, CHF, EUR, GBP, RMB e USD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.983 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 25,50% a.a. a 28,50% a.a. e Badlar+300 ptos. a Badlar+325 ptos.

(5) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de *default* do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(6) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e IPCA e prazo médio de vencimento de 141 meses.

(7) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e Previdenciárias**

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Obrigações legais (Nota 28.d)	13.830.470	13.142.356	12.936.755
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	5.258.899	1.596.292	3.005.859
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	2.372.709	1.627.873	3.625.032
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	2.219.910	1.997.160	1.906.641
Impostos e contribuições a recolher	1.740.244	1.836.002	1.498.862
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.028.267	2.261.519	976.549
Outras	300.789	322.589	289.428
Total	26.751.288	22.783.791	24.239.126
Passivo circulante	23.638.060	20.370.981	20.156.033
Passivo não circulante	3.113.228	2.412.810	4.083.093

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Marinha Mercante	8.714.543	5.813.891	5.054.315
Pasep ⁽¹⁾	2.625.924	2.259.845	2.275.104
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.037.433	1.534.405	1.148.340
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	714.213	725.304	686.761
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	294.861	254.640	223.603
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	71.232	51.632	55.282
Outros	216.525	200.681	125.328
Total	14.674.731	10.840.398	9.568.733
Passivo circulante	9.674.726	6.629.365	5.889.793
Passivo não circulante	5.000.005	4.211.033	3.678.940

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						22.047.638	20.467.309	19.990.824
Recursos aplicados ⁽¹⁾						21.317.515	19.898.074	18.940.470
Recursos disponíveis ⁽²⁾						719.717	563.304	1.039.016
Encargos a capitalizar						10.406	5.931	11.338
CDBs Subordinados Emitidos no País						1.815.238	4.110.613	3.988.233
		1.335.000	115,00% do CDI	2009	2015	--	2.461.107	2.385.226
		1.000.000	105,00% do CDI	2009	2015	1.815.238	1.649.506	1.603.007
Dívidas Subordinadas no Exterior						11.600.598	7.861.671	7.149.434
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.640.653	1.787.935	1.627.732
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.968.023	4.045.769	3.677.903
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.991.922	2.027.967	1.843.799
Letras Financeiras Subordinadas						24.487.730	22.101.905	21.451.690
		1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016	1.786.916	1.618.598	1.571.471
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	3.265.558	2.951.225	2.863.349
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	6.916.485	6.248.995	6.075.796
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	305.640	275.968	267.679
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	6.301.092	5.694.568	5.562.800
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	216.668	194.793	189.143
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	436.726	393.641	381.614
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	195.103	176.002	170.670
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	1.828.488	1.646.548	1.558.010
		2.273.806	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.742.019	2.470.312	2.394.510
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	493.035	431.255	416.648
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						59.951.204	54.541.498	52.580.181
Banco Votorantim								
CDBs Subordinados Emitidos no País						--	--	648.587
		645.000	1,64 % a 1,67% + CDI	2009	2014	--	--	648.587
Nota Subordinada	USD	575.000	Pré 7,38% a.a. + variação cambial	2010	2020	1.773.443	1.690.932	1.520.311
Letras Financeiras Subordinadas						1.624.882	1.428.838	1.354.425
		124.950	1,28 % a 1,57% + CDI	2010	2016	130.860	125.956	129.774
		70.000	7,77 % a 7,82% + IPCA	2011	2016	126.276	110.640	106.872
		25.078	7,00 % a 7,20% + IPCA	2013	2016 ⁽³⁾	--	--	28.113
		26.721	6,84 % a 7,02% + IPCA	2014	2016	30.795	27.154	--
		20.000	7,76% + IPCA	2011	2017 ⁽³⁾	--	--	30.205
		752.300	1,91% + CDI 115,00% a 119,00% do CDI 7,63% a 7,81% + IPCA 6,60% a 7,57% + IGPM	2011	2017	885.018	833.281	842.915
		6.922	7,86% + IPCA	2011	2019	12.492	10.936	10.571
		5.969	7,25% + IPCA	2013	2020 ⁽³⁾	--	--	6.689
		62.446	1,72% + CDI 116,00% a 118,00% do CDI 8,01% a 8,02% + IPCA	2014	2020	77.053	39.184	1.862
		38.202	117,00% do CDI 7,09% a 7,61% + IPCA	2014	2020	44.563	69.144	66.968
		93.450	118,00% do CDI	2014	2021	104.932	96.611	18.927
		67.150	2,16% + CDI 118,00% a 119,00% do CDI 7,98% a 8,13% + IPCA	2014	2021	81.898	73.382	70.399
		17.500	Pré 15,11% a 17,63% 9,31% + IPCA	2015	2021	18.439	--	--

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
		40.380	111,00% a 118,00% do CDI 7,61% a 8,75% + IPCA Pré 14,52% a 15,62%	2015	2022	42.298	--	--
		27.500	7,94% + IPCA	2013	2023	36.968	32.300	31.233
		5.000	7,84% + IPCA	2015	2023	5.611	--	--
		9.500	8,14 % a 8,63% + IPCA	2014	2024	11.737	10.250	9.897
		15.000	7,79% + IPCA	2015	2030	15.942	--	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim						3.398.325	3.119.770	3.523.323
Valores eliminados na consolidação						(163)	(10.527)	(13.067)
Total das Dívidas Subordinadas (4)(5)						63.349.366	57.650.741	56.090.437
Passivo circulante						3.728.268	4.110.613	3.033.813
Passivo não circulante						59.621.098	53.540.128	53.056.624

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente

(4) O montante de R\$ 38.674.964 mil (R\$ 37.065.165 mil em 31.12.2014 e R\$ 34.936.894 mil em 30.09.2014) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR). Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil.

(5) Inclui o montante de R\$ 6.118.926 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Bônus Perpétuos							
	USD	1.500.000	8,50%	10/2009	6.168.806	4.037.923	3.803.525
	USD	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	7.379.962	4.835.886	4.564.603
	USD	2.000.000	6,25%	01/2013	8.138.335	5.355.519	5.017.529
	R\$	8.100.000	5,50%	09/2012	8.310.274	8.249.587	8.189.878
	USD	2.500.000	9,00%	06/2014	10.104.890	6.627.916	6.252.805
Total Banco do Brasil					40.102.267	29.106.831	27.828.340
Valores eliminados na consolidação					(20.105)	(8.321)	(35.546)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 24.c)					(8.100.000)	(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					31.982.162	20.998.510	19.692.794
Passivo circulante					368.326	368.814	735.939
Passivo não circulante					31.613.836	20.629.696	18.956.855

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 29.890.805 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.502.534 mil em 31.12.2014 e R\$ 17.255.944 mil em 30.09.2014), sendo o montante de R\$ 24.131.115 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 29.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;

- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Operações com cartão de crédito/débito	18.060.865	19.548.519	16.652.142
Provisões para pagamentos a efetuar	9.447.345	7.544.606	8.333.346
Passivos atuariais (Nota 27.e)	8.255.564	7.769.579	7.820.747
Credores diversos no país	8.193.793	7.740.859	6.492.155
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	7.735.257	5.772.357	5.485.313
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.778.843	2.735.089	2.940.648
Recursos vinculados a operações de crédito	2.088.992	1.264.972	1.160.701
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.947.511	1.120.747	1.405.065
Credores diversos no exterior	1.600.125	1.092.004	960.127
Obrigações por convênios oficiais	1.189.085	733.450	871.352
Credores por recursos a liberar	775.515	1.003.725	926.796
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	603.984	973.651	844.695
Provisões para garantias prestadas	524.206	193.877	188.885
Obrigações por operações vinculadas a cessão	354.522	345.409	335.758
Obrigações por aquisição de bens e direitos	282.943	506.966	283.163
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	282.840	246.586	242.374
Coobrigações em cessões de crédito	1.068	1.107	1.180
Obrigações por cotas de fundos de investimento	--	634.174	854.292
Outras	139.040	122.940	120.359
Total	64.261.498	59.350.617	55.919.098
Passivo circulante	51.687.719	49.910.566	45.405.193
Passivo não circulante	12.573.779	9.440.051	10.513.905

21 - OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO**a) Créditos das Operações**

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Prêmios diretos de seguros a receber	3.608.714	3.397.512	3.079.846
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.746.550	1.239.800	1.229.855
Crédito de operações de seguros com seguradoras	434.180	365.105	388.414
Crédito de operações com capitalização	16.804	7.692	13.729
Crédito de operações de previdência complementar	5.485	76	770
Total	5.811.733	5.010.185	4.712.614
Ativo circulante	4.801.753	4.104.489	4.008.030
Ativo não circulante	1.009.980	905.696	704.584

b) Provisões Técnicas

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Seguros	11.592.771	10.442.325	9.830.781
Provisão de prêmios não ganhos	6.610.697	5.933.486	5.458.866
Provisão de sinistros a liquidar	3.641.134	3.405.527	3.279.759
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	935.187	759.609	768.126
Provisão complementar de cobertura	312.010	269.306	260.895
Outras provisões	93.743	74.397	63.135
Previdência	103.573.979	83.969.011	77.620.071
Provisão matemática de benefícios a conceder	101.328.533	81.648.799	74.997.089
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.396.204	1.207.718	1.169.577
Provisão de excedente financeiro	474.527	453.322	456.299
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	14.162	14.350	14.501
Outras provisões	360.553	644.822	982.605
Capitalização	8.092.064	7.808.676	7.314.767
Provisão matemática para capitalização	7.634.415	7.419.815	6.958.480
Provisão para sorteios e resgates	457.649	388.861	351.461
Outras provisões	--	--	4.826
Total	123.258.814	102.220.012	94.765.619
Passivo circulante	29.192.900	24.494.597	23.005.544
Passivo não circulante	94.065.914	77.725.415	71.760.075

c) Provisões Técnicas por Produto

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Seguros	11.592.771	10.442.325	9.830.781
Vida	5.501.027	5.041.816	4.069.908
Ramos elementares	3.066.815	2.663.406	3.239.607
Auto	2.507.769	2.318.491	2.076.806
Dpvat	517.160	418.612	444.460
Previdência	103.573.979	83.969.011	77.620.071
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	78.228.118	60.362.072	54.636.775
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	19.172.196	17.451.080	16.781.443
Planos tradicionais	6.173.665	6.155.859	6.201.853
Capitalização	8.092.064	7.808.676	7.314.767
Total	123.258.814	102.220.012	94.765.619

d) Garantia das Provisões Técnicas

	30.09.2015				31.12.2014				30.09.2014			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	96.763.998	--	96.763.998	--	77.362.267	--	77.362.267	--	70.788.565	--	70.788.565
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.878.863	4.959.824	4.992.680	14.831.367	4.501.338	4.831.352	4.201.507	13.534.197	4.730.146	4.860.566	3.405.212	12.995.924
Títulos públicos	3.738.518	2.787.510	1.733.912	8.259.940	2.925.739	2.586.063	2.295.753	7.807.555	2.064.432	2.391.738	2.584.354	7.040.524
Títulos privados	1.702.608	190.090	1.625.307	3.518.005	1.406.515	200.694	1.675.544	3.282.753	1.903.516	196.773	1.571.693	3.671.982
Direitos creditórios	2.967.698	--	--	2.967.698	2.571.754	--	--	2.571.754	2.089.448	--	--	2.089.448
Imóveis	25.226	--	--	25.226	25.203	--	--	25.203	15.814	--	--	15.814
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	368	--	--	368	327	--	--	327	312	--	--	312
Total	13.313.281	104.701.422	8.351.899	126.366.602	11.430.876	84.980.376	8.172.804	104.584.056	10.803.668	78.237.642	7.561.259	96.602.569

e) Resultado Financeiro e Operacional

	3º Trimestre/2015				3º Trimestre/2014				01.01 a 30.09.2015				01.01 a 30.09.2014			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Resultado Financeiro	264.729	562.888	221.738	1.049.355	111.061	462.626	183.587	757.274	789.058	2.089.300	683.792	3.562.150	382.220	1.575.012	530.141	2.487.373
Receitas financeiras	1.023.899	2.335.177	234.776	3.593.852	292.385	1.904.721	193.843	2.390.949	2.094.188	7.386.158	712.446	10.192.792	799.210	5.529.816	547.097	6.876.123
Despesas financeiras	(759.170)	(1.772.289)	(13.038)	(2.544.497)	(181.324)	(1.442.095)	(10.256)	(1.633.675)	(1.305.130)	(5.296.858)	(28.654)	(6.630.642)	(416.990)	(3.954.804)	(16.956)	(4.388.750)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(22.645)	(478.946)	(156.030)	(657.621)	(13.764)	(379.477)	(116.435)	(509.676)	(62.424)	(1.785.564)	(419.974)	(2.267.962)	(31.094)	(1.328.138)	(319.535)	(1.678.767)
Resultado das Operações	1.093.183	76.636	115.092	1.284.911	984.594	65.669	124.912	1.175.175	3.028.276	657.312	399.058	4.084.646	2.861.549	236.686	386.497	3.484.732
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	2.470.671	5.922.331	917.221	9.310.223	2.654.123	5.400.539	928.791	8.983.453	7.357.032	20.413.816	3.096.460	30.867.308	7.175.535	16.282.428	3.101.086	26.559.049
Variação das provisões técnicas	(159.736)	(5.800.317)	(764.374)	(6.724.427)	(133.001)	(5.304.900)	(774.740)	(6.212.641)	(430.398)	(19.704.691)	(2.571.755)	(22.706.844)	(527.578)	(16.006.257)	(2.600.876)	(19.134.711)
Sinistros retidos	(986.625)	--	--	(986.625)	(1.300.935)	--	--	(1.300.935)	(3.213.390)	--	--	(3.213.390)	(3.129.154)	--	--	(3.129.154)
Despesas de comercialização	(231.127)	(26.743)	(8.870)	(266.740)	(235.593)	(23.765)	(4.849)	(264.207)	(684.968)	(28.400)	(21.558)	(734.926)	(657.254)	(25.104)	(11.354)	(693.712)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(28.885)	(28.885)	--	--	(24.290)	(24.290)	--	--	(104.089)	(104.089)	--	--	(102.359)	(102.359)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(18.635)	--	(18.635)	--	(6.205)	--	(6.205)	--	(23.413)	--	(23.413)	--	(14.381)	--	(14.381)
Total	1.335.267	160.578	180.800	1.676.645	1.081.891	148.818	192.064	1.422.773	3.754.910	961.048	662.876	5.378.834	3.212.675	483.560	597.103	4.293.338

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Seguros	2.470.671	2.654.123	7.357.032	7.175.535
Prêmios emitidos	3.043.454	2.816.051	8.529.051	8.043.995
Prêmios de cosseguros cedidos	(40.963)	(35.535)	(124.215)	(140.943)
Prêmios restituídos	(7.867)	(6.319)	(26.532)	(15.023)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(523.953)	(120.074)	(1.021.272)	(712.494)
Previdência	5.922.331	5.400.539	20.413.816	16.282.428
Prêmios emitidos	5.427.457	4.912.725	18.932.894	14.854.426
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	494.874	487.814	1.480.922	1.428.002
Capitalização	917.221	928.791	3.096.460	3.101.086
Comercialização de títulos de capitalização	917.221	928.791	3.096.460	3.101.086
Total	9.310.223	8.983.453	30.867.308	26.559.049

22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de cartões	1.361.913	1.347.211	3.978.714	3.957.567
Administração de fundos	1.155.879	1.038.393	3.240.747	2.819.089
Cobrança	435.448	375.709	1.280.523	1.089.695
Operações de crédito e garantias prestadas	272.031	200.677	694.723	663.733
Arrecadações	250.266	234.739	782.860	690.885
Seguros, previdência e capitalização	231.074	242.872	758.338	720.857
Interbancária	196.036	188.211	575.108	552.016
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	130.182	95.302	332.607	260.271
Serviços fiduciários	113.819	106.833	323.642	294.836
Taxas de administração de consórcios	108.516	96.994	313.871	242.208
Conta corrente	91.905	81.658	258.278	232.971
Rendas do mercado de capitais	90.321	124.550	368.207	352.474
De coligadas/controladas não financeiras	71.824	54.226	194.226	171.831
Prestados a ligadas	29.587	18.956	72.233	52.479
Outros serviços	419.996	348.234	1.106.911	989.281
Total	4.958.797	4.554.565	14.280.988	13.090.193

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Pacote de serviços	1.135.802	979.591	3.097.375	2.799.050
Operações de crédito e cadastro	231.105	238.989	667.385	669.700
Rendas de cartões	272.845	237.580	772.540	696.720
Transferência de recursos	86.674	77.766	242.598	213.418
Administração de fundos de investimento	98.306	77.353	265.280	203.611
Contas de depósito	59.261	54.050	169.882	153.132
Serviços fiduciários	16.074	12.448	43.186	34.551
Outras	47.965	40.455	135.818	115.555
Total	1.948.032	1.718.232	5.394.064	4.885.737

c) Despesas de Pessoal

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Proventos	(2.392.951)	(2.185.960)	(7.450.684)	(6.745.399)
Provisões administrativas de pessoal	(1.322.297)	(880.487)	(2.899.813)	(2.184.061)
Encargos sociais	(843.684)	(801.883)	(2.579.054)	(2.397.965)
Benefícios	(678.897)	(615.100)	(2.007.989)	(1.832.159)
Demandas trabalhistas	(586.477)	(318.358)	(1.290.938)	(754.587)
Previdência complementar	(115.409)	(102.259)	(334.662)	(294.220)
Honorários de diretores e conselheiros	(25.912)	(23.606)	(75.530)	(67.276)
Treinamento	(21.311)	(20.920)	(54.089)	(49.452)
Total	(5.986.938)	(4.948.573)	(16.692.759)	(14.325.119)

d) Outras Despesas Administrativas

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Amortização	(882.592)	(783.952)	(2.543.430)	(2.786.795)
Serviços de terceiros	(406.214)	(443.703)	(1.204.513)	(1.392.304)
Aluguéis	(371.932)	(330.363)	(1.059.007)	(953.237)
Comunicações	(331.357)	(390.362)	(1.022.936)	(1.159.494)
Depreciação	(297.444)	(276.258)	(871.562)	(787.150)
Transporte	(295.064)	(336.042)	(885.318)	(974.082)
Serviços de vigilância e segurança	(287.537)	(252.150)	(811.424)	(698.968)
Serviços técnicos especializados	(219.919)	(202.355)	(622.732)	(555.776)
Serviços do sistema financeiro	(206.796)	(196.021)	(598.709)	(582.513)
Processamento de dados	(205.316)	(199.171)	(610.588)	(632.883)
Manutenção e conservação de bens	(189.612)	(186.853)	(582.260)	(518.539)
Água, energia e gás	(130.871)	(90.354)	(391.594)	(276.731)
Propaganda e publicidade	(120.601)	(119.908)	(270.075)	(377.778)
Promoções e relações públicas	(65.552)	(58.540)	(170.491)	(172.339)
Viagem no país	(39.975)	(34.609)	(115.645)	(114.923)
Material	(37.954)	(38.085)	(104.524)	(104.112)
Outras	(236.155)	(200.256)	(650.109)	(558.843)
Total	(4.324.891)	(4.138.982)	(12.514.917)	(12.646.467)

e) Outras Receitas Operacionais

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Atualização de depósitos em garantia	745.400	495.920	1.939.548	1.429.287
Operações com cartões	532.501	404.000	1.430.123	1.052.109
Recuperação de encargos e despesas	303.659	202.578	824.326	573.710
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 27.f)	225.973	165.222	996.655	663.061
Rendas de títulos e créditos a receber	222.695	240.794	637.638	540.192
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	184.672	53.630	281.213	1.794.305
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	157.285	257.490	446.508	506.086
Reversão de provisões - fianças não honradas	98.574	--	190.122	--
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	68.661	51.187	166.730	122.817
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	63.251	53.204	174.528	153.410
Reversão de provisões - demandas trabalhistas	49.983	52.203	306.869	591.622
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	40.070	228.331	317.929	1.119.731
Royalties e participações especiais	39.909	16.978	129.644	138.110
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	18.101	148.089	49.745	168.543
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	16.016	49.938	118.723	124.439
Atualização de impostos a compensar	12.339	30.169	68.462	94.888
Outras	221.093	75.068	664.457	663.015
Total	3.000.182	2.524.801	8.743.220	9.735.325

f) Outras Despesas Operacionais

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Demandas cíveis e fiscais	(1.793.828)	(429.699)	(2.765.276)	(1.428.963)
Operações com cartões crédito/débito	(1.697.743)	(727.582)	(3.515.759)	(2.024.695)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	(480.820)	(28.102)	(582.462)	(1.362.459)
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	(297.917)	(296.734)	(748.128)	(920.511)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(297.275)	(283.666)	(868.461)	(378.217)
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(253.420)	(203.481)	(686.469)	(333.863)
Atualização das obrigações atuariais	(247.957)	(236.990)	(740.003)	(781.423)
Descontos concedidos em renegociação	(220.434)	(146.112)	(596.048)	(518.131)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(168.270)	(71.197)	(360.948)	(129.299)
Falhas/fraudes e outras perdas	(68.224)	(51.877)	(214.227)	(157.277)
Autoatendimento	(67.422)	(57.190)	(175.052)	(190.479)
Parceiros comerciais ⁽²⁾	(62.166)	(62.455)	(206.848)	(204.765)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(41.868)	(47.047)	(133.494)	(111.729)
Bônus de relacionamento negocial	(21.107)	(47.046)	(61.822)	(155.440)
Convênio INSS	(18.365)	(7.815)	(39.283)	(23.042)
Outras despesas de provisões de coligadas/controladas não financeiras	(9.420)	(3.967)	(56.032)	(11.824)
Atualização de JCP/Dividendos	(9.085)	(3.943)	(13.514)	(9.357)
Despesas com Proagro	(8.620)	(6.541)	(22.531)	(19.090)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(7.421)	(7.536)	(18.509)	(20.636)
Previ - Ajuste atuarial	(4.928)	(3.081)	(10.018)	(8.025)
Outras	(355.178)	(259.478)	(765.161)	(584.189)
Total	(6.131.468)	(2.981.539)	(12.580.045)	(9.373.414)

(1) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28.d.

(2) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

23 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas Não Operacionais	63.278	75.824	5.949.032	276.958
Ganhos de capital ⁽¹⁾	12.468	3.026	5.801.709	13.862
Lucro na alienação de valores e bens	7.751	13.811	27.403	43.720
Rendas de aluguéis	4.859	10.612	15.303	23.638
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	12.746	17.724	23.556	35.252
Lucro na alienação de investimentos / participação societária	--	1.236	2.545	3.350
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.341	1.677	4.240	5.283
Outras rendas não operacionais	24.113	27.738	74.276	151.853
Despesas Não Operacionais	(45.424)	(36.174)	(162.560)	(103.564)
Desvalorização de outros valores e bens	(5.762)	(14.088)	(15.051)	(27.967)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(5.804)	(4.658)	(20.078)	(16.207)
Perdas de capital	(13.993)	(8.448)	(68.393)	(24.682)
Outras despesas não operacionais	(19.865)	(8.980)	(59.038)	(34.708)
Total	17.854	39.650	5.786.472	173.394

(1) Inclui, no período de 01.01 a 30.09.2015, o ganho oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento no valor de R\$ 5.787.797 mil (Nota 2.c).

24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	72.411.410	69.820.212	70.745.901
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	25,93	24,97	25,29
Valor de mercado por ação (R\$)	15,20	23,77	25,30
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽²⁾	83.814.448	80.613.194	81.246.059

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

(2) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.h).

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 60.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2014 e 30.09.2014) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no período de 30.09.2014 à 30.09.2015, no valor de R\$ 6.000.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.04.2015 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 20.07.2015.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 29.b).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo ao do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.747 mil (R\$ 2.805 mil em 31.12.2014 e R\$ 2.832 mil em 30.09.2014), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No período de 01.01 a 30.09.2015, foram realizadas reservas no montante de R\$ 58 mil (R\$ 1.732 mil no período de 01.01 a 30.09.2014) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Reservas de Capital	14.326	10.773	10.768
Reservas de Lucros	25.809.320	26.625.511	23.141.903
Reserva legal	5.898.540	5.468.217	5.180.834
Reservas Estatutárias	19.910.780	21.157.294	17.961.069
Margem operacional	16.725.506	16.946.706	13.912.573
Equalização de dividendos	3.185.274	4.210.588	4.048.496

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

f) Lucro por Ação

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	3.014.754	2.722.146	11.621.215	8.287.336
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.794.596.340	2.797.457.565	2.795.613.950	2.801.441.756
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,08	0,97	4,16	2,96

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
Dividendos pagos	1.261.461	0,451	21.05.2015	29.05.2015
2º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	810.594	0,291	11.06.2015	30.06.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	347.343	0,124	21.08.2015	01.09.2015
Dividendos a pagos	39.046	0,014	21.08.2015	01.09.2015
3º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	743.037	0,266	11.09.2015	30.09.2015
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar	476.981	0,171	23.11.2015	02.12.2015
Total Destinado aos Acionistas	4.732.596	1,694		
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	3.432.089	1,229		
Dividendos	1.300.507	0,465		
Lucro líquido do período	11.621.215			

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
2º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	899.716	0,321	11.06.2014	30.06.2014
Dividendos pagos	216.417	0,077	19.08.2014	29.08.2014
3º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	941.310	0,337	11.09.2014	30.09.2014
Dividendos pagos	155.816	0,056	14.11.2014	28.11.2014
Total Destinado aos Acionistas	3.323.202	1,187		
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	2.723.358	0,973		
Dividendos	599.844	0,214		
Lucro líquido do período	8.287.336			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no período de 01.01 a 30.09.2015, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.433.837 mil (R\$ 1.089.343 mil no período de 01.01 a 30.09.2014).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido				Patrimônio Líquido		
	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Banco do Brasil	3.014.754	2.722.146	11.621.215	8.287.336	72.411.410	69.820.212	70.745.901
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	35.291	20.671	210.273	20.671	8.100.000	8.100.000	8.100.000
	3.050.045	2.742.817	11.831.488	8.308.007	80.511.410	77.920.212	78.845.901
Resultado não realizado ⁽²⁾	12.096	37.579	56.561	(21.437)	(314.244)	(400.470)	(354.869)
Participação dos não controladores	--	--	--	--	3.617.282	3.093.452	2.755.027
Consolidado	3.062.141	2.780.396	11.888.049	8.286.570	83.814.448	80.613.194	81.246.059

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais o Instrumento Elegível a Capital Principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas foram reclassificados para o patrimônio líquido com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas (Notas 3 e 24.c).

(2) No período de 01.01 a 30.09.2015, houve realização de resultados não realizados decorrente de cessão de crédito de períodos anteriores do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	01.01 a 30.09.2015				01.01 a 30.09.2014			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(757.714)	(2.100.322)	461.151	(2.396.885)	(294.593)	(578.486)	272.267	(600.812)
Subsidiárias no Exterior	30.118	(27.082)	(36)	3.000	24.654	1.661	1.517	27.832
Coligadas e Controladas	(191.869)	(213.018)	113.677	(291.210)	(193.076)	101.669	(40.977)	(132.384)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e Controladas	1.716	(2.600)	884	--	1.562	115	(46)	1.631
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(8.680.091)	(3.884.108)	1.419.368	(11.144.831)	(2.670.596)	(6.271.308)	2.701.472	(6.240.432)
Total	(9.597.840)	(6.227.130)	1.995.044	(13.829.926)	(3.132.049)	(6.746.349)	2.934.233	(6.944.165)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Banco Patagonia S.A.	1.270.377	855.224	743.024
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	28	28	27
BB Tecnologia e Serviços S.A.	60	57	52
BB Seguridade S.A.	2.346.817	2.238.143	2.011.924
Participação dos não Controladores	3.617.282	3.093.452	2.755.027

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.653.379.882	57,7	1.659.005.282	57,9	1.660.155.282	57,9
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	105.024.600	3,7	110.650.000	3,9	110.650.000	3,8
Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167	3,0	87.368.167	3,0	88.518.167	3,1
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	297.403.914	10,4	297.387.714	10,4	298.256.114	10,4
BNDES Participações S.A. - BNDESPar ⁽¹⁾	--	--	--	--	2.187.548	0,1
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	72.864.196	2,5	68.881.576	2,4	68.241.620	2,4
Outros acionistas	841.769.028	29,4	840.142.448	29,3	836.576.456	29,2
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.245.788.437	78,4	2.279.461.556	79,6	2.281.622.618	79,6
Residentes no exterior	619.628.583	21,6	585.955.464	20,4	583.794.402	20,4

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Inclui, em 30.09.2015, 42.709 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (29.138 ações em 31.12.2014 e 30.09.2014).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	1	10.007	8.007
Diretoria Executiva	147.669	112.867	126.342
Conselho Fiscal	1.176	1.176	1.176
Comitê de Auditoria	10.075	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	840.019.565	29,3	833.621.216	29,1	833.621.216	29,1
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	--	--	10.777.100	--	9.627.100	--
Aquisição de ações pelo BNDESPar	--	--	5.522.648	--	3.335.100	--
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	--	--	896.508	--	896.508	--
Alienação / (Aquisição) de ações pela Previ	(16.200)	--	1.404.300	--	535.900	--
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	5.625.400	--	--	--	--	--
Aquisição de ações - programa de recompra	(4.183.700)	--	(12.311.300)	--	(11.671.300)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	176.284	--	109.093	--	97.574	--
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	841.621.349	29,4	840.019.565	29,3	836.442.098	29,2
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.756 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 18.05.2015 e foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 318.633 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 30.09.2015, foram adquiridas 3.623.700 ações deste Programa de Recompra, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente. Nenhuma das ações adquiridas nesse programa foi utilizada para o programa de remuneração variável.

Em 30.09.2015, o Banco possuía 72.864.196 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.697.380 mil, das quais 72.249.837 ações decorrentes dos programas de recompra, 614.327 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações

Programa 2011

Em fevereiro de 2012, foram adquiridas 132.501 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria e, posteriormente, transferidas aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. As parcelas anuais foram desbloqueadas em 08.03.2013, 10.03.2014 e 09.03.2015.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores.

O Banco adquiriu 212.301 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014 e 53.063 ações em 09.03.2015, as demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, caso sejam atendidos todos os requisitos de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	53.063	08.03.2016
Terceira parcela	53.063	08.03.2017
Total	106.126	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil (BBAS3) ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 13.452 ações foram transferidas aos membros da Diretoria (3.170 ações em 12.03.2015). As demais 6.340 ações constituem as parcelas diferidas que serão transferidas no futuro, de acordo com o seguinte cronograma, caso todas as condições de transferência sejam atendidas.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Terceira parcela	3.170	08.03.2016
Quarta parcela	3.170	08.03.2017
Total	6.340	

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.800 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 20,36 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.856 ações foram transferidas em 11.03.2014 e 70.736 ações em 02.03.2015. As demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todos os requisitos de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	70.736	02.03.2016
Terceira parcela	70.736	02.03.2017
Quarta parcela	70.736	02.03.2018
Total	212.208	

A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil existentes em tesouraria, ao custo médio de R\$ 23,83 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 4.918 ações foram transferidas aos membros da Diretoria no exercício de 2014 e as demais diferidas para transferência futura, em quatro parcelas anuais, conforme cronograma a seguir, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	4.907	18.04.2016
Terceira parcela	4.907	17.04.2017
Quarta parcela	4.907	16.04.2018
Total	14.721	

Programa 2014

O Banco do Brasil utilizou 316.683 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 24,08 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 63.399 ações foram transferidas em 27.02.2015 e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	63.321	27.02.2016
Segunda parcela	63.321	27.02.2017
Terceira parcela	63.321	27.02.2018
Quarta parcela	63.321	27.02.2019
Total	253.284	

A BB DTVM adquiriu 27.063 ações do Banco do Brasil existentes em tesouraria, ao custo médio de R\$ 22,98 por ação, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva, das quais 5.415 ações foram transferidas aos membros da Diretoria no 1º semestre de 2015 e as demais diferidas para transferência futura, em quatro parcelas anuais, conforme cronograma a seguir, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	5.412	01.04.2016
Segunda parcela	5.412	03.04.2017
Terceira parcela	5.412	02.04.2018
Quarta parcela	5.412	01.04.2019
Total	21.648	

25 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Valores Correntes	(361.656)	(1.265.736)	(7.290.657)	(4.754.840)
IR e CSLL no país	(186.000)	(1.149.953)	(6.845.709)	(4.387.258)
Imposto de Renda no exterior	(175.656)	(115.783)	(444.948)	(367.582)
Valores Diferidos	7.744.370	888.860	12.444.297	1.703.490
Passivo Fiscal Diferido	(773.161)	(384.044)	(1.177.476)	(908.989)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	(39.955)	42.056	2.088
Marcação a mercado	(576.564)	(101.717)	(762.536)	68.678
Ganhos atuariais	(15.283)	(87.086)	(112.658)	(531.089)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(105.505)	(81.392)	(278.725)	(228.078)
Lucros do exterior	(46.202)	(38.905)	(85.969)	(192.241)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	3.187	(20.003)	52.246	35.167
Créditos recuperados a prazo	(32.794)	(14.986)	(31.890)	(63.514)
Ativo Fiscal Diferido	8.517.531	1.272.904	13.621.773	2.612.479
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	7.803.938	1.180.504	12.792.163	2.592.508
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	7.853	(48)	(34.288)	(728)
Marcação a mercado	705.633	92.448	863.791	20.699
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	107	--	107	--
Total	7.382.714	(376.876)	5.153.640	(3.051.350)

(1) Inclui, no 3º trimestre/2015, o montante de R\$ 3.404.756 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Resultado Antes dos Tributos e Participações	(3.453.027)	3.926.772	9.678.184	13.550.805
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	1.581.121	(1.570.709)	(3.671.364)	(5.420.322)
Encargos sobre JCP	549.008	376.524	1.433.836	1.089.343
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.280.376	270.949	1.872.177	(11.547)
Participação de empregados no lucro	178.498	153.950	650.538	465.933
Outros valores ⁽²⁾	3.793.711	392.410	4.868.453	825.243
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	7.382.714	(376.876)	5.153.640	(3.051.350)

(1) A Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06.10.2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Inclui, no 3º trimestre/2015, o montante de R\$ 3.404.756 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Cofins	(778.703)	(822.292)	(3.008.209)	(2.328.983)
ISSQN	(245.863)	(214.834)	(708.284)	(614.579)
PIS/Pasep	(133.222)	(137.904)	(531.185)	(390.185)
Outras	(161.158)	(102.055)	(399.256)	(279.275)
Total	(1.318.946)	(1.277.085)	(4.646.934)	(3.613.022)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	66.734	273.173	2.033.250
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	486.308	452.830	442.834
Decorrentes da marcação a mercado	1.247.255	317.567	388.425
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	215.700	183.809	170.267
Decorrentes de lucros do exterior	85.968	--	192.241
Dependências no Exterior	97.855	80.324	75.925
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	92.833	141.805	185.981
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	58.616	31.195
Outros	80.056	119.749	104.914
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	2.372.709	1.627.873	3.625.032
Imposto de Renda	1.089.009	902.872	2.022.309
Contribuição Social	756.492	551.960	1.225.363
Cofins	453.512	148.853	324.611
PIS/Pasep	73.696	24.188	52.749

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015		30.09.2015	30.09.2014
	Saldo	Constituição ⁽¹⁾	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	27.397.051	22.988.527	(7.052.065)	43.333.513	27.264.330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.175.330	12.045.858	(5.164.623)	24.056.565	16.734.887
Provisões passivas	7.328.158	4.330.068	(1.219.497)	10.438.729	7.698.875
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	165.954	107.607	--	273.561	193.124
Marcação a mercado	1.037.835	2.297.930	(537.601)	2.798.164	1.032.878
Outras provisões ⁽²⁾	1.689.774	4.207.064	(130.344)	5.766.494	1.604.566
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.276.570	--	(20.592)	1.255.978	1.254.654
Prejuízo fiscal/Base negativa	374.997	24.347	(28.343)	371.001	393.080
Superveniência de depreciação	451.946	--	(44.216)	407.730	471.763
Total dos Créditos Tributários Ativados	29.500.564	23.012.874	(7.145.216)	45.368.222	29.383.827
Imposto de Renda	17.851.667	11.982.208	(4.454.628)	25.379.247	17.758.842
Contribuição Social	11.561.312	10.860.469	(2.641.008)	19.780.773	11.530.231
Cofins	75.342	146.406	(42.649)	179.099	81.509
PIS/Pasep	12.243	23.791	(6.931)	29.103	13.245

(1) Inclui, no 3º trimestre/2015, o montante de R\$ 3.404.756 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

(2) Inclui, no período de 01.01 a 30.09.2015, a parcela correspondente aos encargos de impostos provenientes do resultado não realizado oriundo da parceria estratégica da BB Elo com a Cielo nos negócios de meios eletrônicos de pagamento (Nota 2.c).

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Créditos tributários no exterior	1.213.015	863.209	722.539
Diferenças temporárias	--	81.773	81.120
Total dos Créditos Tributários	1.213.015	944.982	803.659
Imposto de Renda	758.134	590.609	502.282
Contribuição Social	454.881	354.373	301.377

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2015, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	5.849.838	5.068.716
Em 2016	9.337.842	7.911.242
Em 2017	9.320.841	7.666.374
Em 2018	9.054.458	7.237.196
Em 2019	2.344.168	1.817.707
Em 2020	112.038	59.370
Em 2021	111.506	54.595
Em 2022	83.767	38.316
Em 2023	99.968	42.848
Em 2024	84.303	33.921
Em 2025	1.013	368
Total de Créditos Tributários em 30.06.2015	36.399.742	29.930.653

No período compreendido entre 01.01 a 30.09.2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 6.716.919 mil, correspondente a 99,57% da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2014.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 28.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2015, está projetada para 4 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2015	15%	15%
Em 2016	32%	25%
Em 2017	30%	25%
Em 2018	13%	25%
Em 2019	1%	7%
A partir de 2020	9%	3%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 - PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Benefícios de curto prazo	9.592	9.247	37.833	35.274
Honorários e encargos sociais	8.639	8.438	28.792	28.597
Diretoria Executiva	7.896	7.601	26.552	26.191
Comitê de Auditoria	491	662	1.557	1.878
Conselho de Administração	148	85	383	270
Conselho Fiscal	104	90	300	258
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	--	--	6.669	4.883
Outros	953	809	2.372	1.794
Remuneração baseada em ações	--	--	5.889	3.369
Total	9.592	9.247	43.722	38.643

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 24.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com entidades controladas pelo Tesouro Nacional, de modo pleno ou compartilhado, o Banco divulga apenas as transações mais significativas.

O Banco divulga as transações realizadas com o Tesouro Nacional dentre as quais destacam-se as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No período de 01.01 a 30.09.2015, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 45.668 mil (R\$ 34.647 mil no período de 01.01 a 30.09.2014).

O Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irretratável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo (Nota 2.c).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	1.536.777	4.272.188	8.168.843	8.150.021
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	14.815	65.860	14.815	65.860

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	30.09.2015						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	93.659.902	966.369	--	--	--	94.626.271
Títulos e valores mobiliários	--	49.636.350	22.501	--	--	--	49.658.851
Operações de crédito	--	592.644	16.693.436	53.824	--	32.142.542	49.482.446
Valores a receber de ligadas	--	58.446	31.297	--	--	113	89.856
Outros ativos ⁽⁷⁾	15.852.991	287.356	1.599.823	--	--	255.578	17.995.748
Passivos							
Depósitos à vista	331.981	71.896	223.046	257	2.020	3.210.704	3.839.904
Depósitos em poupança	--	--	--	--	3.220	272.839	276.059
Depósitos a prazo remunerados	--	10.873.891	676.193	--	359	16.007.396	27.557.839
Captações mercado aberto	--	7.051.789	6.821.716	--	--	3.211.792	17.085.297
Obrigações por empréstimos e repasses	2.430.597	74.647.089	--	--	--	88.114.647	165.192.333
Outros passivos	487.054	53.240.782	254.700	15.260	--	256.298	54.254.094
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	3.790.398	6.800.000	--	--	--	10.590.398
3º Trimestre/2015							
Rendas de juros e prestação de serviços	2.133.445	4.340.808	1.002.157	610	--	1.126.289	8.603.309
Despesas com captação	(29.386)	(4.455.002)	(21.606)	(15.048)	(71)	(1.641.783)	(6.162.896)
01.01 a 30.09.2015							
Rendas de juros e prestação de serviços	6.003.197	9.661.937	2.885.717	1.370	--	2.727.440	21.279.661
Despesas com captação	(73.125)	(10.104.243)	(58.828)	(28.785)	(274)	(4.838.522)	(15.103.777)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	30.09.2014						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	50.160.236	491.858	--	--	--	50.652.094
Títulos e valores mobiliários	--	44.092.424	120.917	--	--	--	44.213.341
Operações de crédito	--	86.069	15.465.837	84.606	--	24.985.903	40.622.415
Valores a receber de ligadas	--	43.917	7.655	--	--	--	51.572
Outros ativos ⁽⁷⁾	13.575.915	43.471	3.865.905	233	--	88.263	17.573.787
Passivos							
Depósitos à vista	549.157	25.618	67.252	95	1.180	1.384.778	2.028.080
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.635	297.769	299.404
Depósitos a prazo remunerados	--	4.840.694	392.908	--	1.703	15.693.573	20.928.878
Captações mercado aberto	--	5.835.213	3.426.090	--	--	14.390	9.275.693
Obrigações por empréstimos e repasses	1.733.947	38.879.058	--	--	--	84.327.974	124.940.979
Outros passivos	196.703	45.193.812	385.388	11.196	--	--	45.787.099
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	3.012.646	6.800.000	--	--	--	9.812.646
3º Trimestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.478.086	2.275.307	590.480	438	--	571.759	4.916.070
Despesas com captação	(18.251)	(2.436.614)	(93.639)	(10.983)	(108)	(1.050.340)	(3.609.935)
01.01 a 30.09.2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	3.976.168	5.327.491	1.771.060	1.110	--	1.494.645	12.570.474
Despesas com captação	(56.619)	(4.716.183)	(143.313)	(22.608)	(356)	(2.830.907)	(7.769.986)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesco e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	112.670	110.164	222.834	115.096	104.823	219.919	115.470	104.991	220.461
Plano de Benefícios 1 - Previ	18.769	92.639	111.408	23.981	88.138	112.119	24.388	87.949	112.337
Plano Previ Futuro	78.029	913	78.942	74.284	777	75.061	74.196	756	74.952
Plano Informal	--	3.593	3.593	--	3.709	3.709	--	3.835	3.835
Outros Planos	15.872	13.019	28.891	16.831	12.199	29.030	16.886	12.451	29.337
Planos de Assistência Médica	113.990	99.940	213.930	116.337	95.533	211.870	116.663	95.381	212.044
Cassi	101.538	92.658	194.196	103.269	88.134	191.403	103.524	87.958	191.482
Outros Planos	12.452	7.282	19.734	13.068	7.399	20.467	13.139	7.423	20.562

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	300.642	281.701	932.351	922.754
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	121.532	117.452	386.216	419.095
Plano Previ Futuro	111.326	95.874	328.852	285.748
Plano Informal	38.008	38.914	124.856	128.408
Outros Planos	29.776	29.461	92.427	89.503
Planos de Assistência Médica	267.797	231.588	767.729	700.658
Cassi	233.480	199.525	671.702	613.549
Outros Planos	34.317	32.063	96.027	87.109
Total	568.439	513.289	1.700.080	1.623.412

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 27.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 2º semestre de 2015, estão estimadas em R\$ 689.378 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	(137.396)	60.951	(228.224)	619.077
Plano de Benefícios 1 - Previ	40.070	228.331	317.929	1.119.731
Plano Previ Futuro	(111.326)	(95.874)	(328.852)	(285.748)
Plano Informal	(31.836)	(36.523)	(102.071)	(114.014)
Outros Planos	(34.304)	(34.983)	(115.230)	(100.892)
Planos de Assistência Médica	(335.276)	(314.010)	(988.423)	(1.029.359)
Cassi	(303.306)	(282.453)	(895.524)	(939.837)
Outros Planos	(31.970)	(31.557)	(92.899)	(89.522)
Total	(472.672)	(253.059)	(1.216.647)	(410.282)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria, conforme previsto no Regulamento do Plano.

Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar eventual desequilíbrio financeiro (Nota 27.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

Prevmaís (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusesc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2015, 31.12.2014 e 30.06.2014.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014
Saldo Inicial	(122.884.677)	(113.522.849)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)	(5.971.976)
Custo de juros	(7.468.633)	(14.412.148)	(7.261.271)	(55.620)	(121.305)	(62.667)	(356.192)	(755.247)	(411.994)	(391.616)	(750.257)	(383.901)
Custo do serviço corrente	(212.439)	(502.741)	(245.908)	--	--	--	(46.337)	(116.703)	(69.065)	(18.284)	(38.970)	(20.041)
Custo do serviço passado	--	--	--	(14.614)	(25.402)	(14.824)	--	--	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	4.496.005	8.394.631	4.197.920	86.848	185.004	89.275	248.533	507.409	237.699	226.981	424.664	205.858
Remensurações de ganhos/perdas atuariais	(3.972.084)	(2.841.570)	(5.373.112)	(58.871)	45.434	(30.558)	(334.409)	867.788	786.475	270.336	(92.328)	(74.060)
Saldo Final	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(6.341.450)	(6.428.867)	(6.244.120)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	--	--	--	--	--	--	(5.306.059)	(5.115.870)	(5.078.666)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	--	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(1.035.391)	(1.312.997)	(1.165.454)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014
Saldo Inicial	135.145.646	144.420.740	144.420.740	--	--	--	--	--	--	5.115.870	5.033.968	5.033.968
Receita de juros	8.236.790	17.611.010	9.289.978	--	--	--	--	--	--	311.455	621.916	323.813
Contribuições recebidas	264.684	581.637	301.643	86.848	185.004	89.275	248.533	507.409	237.699	69.444	151.576	71.899
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(4.496.005)	(8.394.631)	(4.197.920)	(86.848)	(185.004)	(89.275)	(248.533)	(507.409)	(237.699)	(226.981)	(424.664)	(205.858)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(3.045.960)	(19.073.110)	(8.135.553)	--	--	--	--	--	--	36.271	(266.926)	(145.156)
Saldo Final	136.105.155	135.145.646	141.678.888	--	--	--	--	--	--	5.306.059	5.115.870	5.078.666

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
1) Valor justo dos ativos do plano	136.105.155	135.145.646	141.678.888	--	--	--	--	--	--	5.306.059	5.115.870	5.078.666
2) Valor presente das obrigações atuariais	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(6.341.450)	(6.428.867)	(6.244.120)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	6.063.327	12.260.969	19.473.668	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(1.035.391)	(1.312.997)	(1.165.454)
4) Superávit/(Déficit) - parcela patrocinadora	3.031.664	6.130.485	9.736.834	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(780.372)	(916.046)	(830.514)
5) Valores reconhecidos no resultado ⁽¹⁾	40.070	--	228.331	(31.836)	--	(36.523)	(211.953)	--	(195.446)	(27.147)	--	(29.089)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 27.f) ⁽¹⁾	121.532	--	117.452	--	--	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ⁽¹⁾	--	--	--	38.008	--	38.824	142.127	--	112.517	24.965	--	23.695
8) (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido Registrado (4+5+6+7) ⁽²⁾	3.193.266	6.130.485	10.082.617	(956.465)	(920.380)	(1.020.584)	(6.388.562)	(5.830.331)	(5.873.392)	(782.554)	(916.046)	(835.908)

(1) Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de Junho.

(2) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,96	4.608.122	9.885.549	30.180.904	223.387.620	268.062.195
Plano Informal (Previ)	5,67	100.257	151.122	373.263	918.138	1.542.780
Plano de Associados (Cassi)	11,95	254.818	499.722	1.443.435	15.716.334	17.914.309
Regulamento Geral (Economus)	10,31	236.403	435.903	1.309.107	10.563.360	12.544.773
Regulamento Complementar 1 (Economus)	15,68	963	1.057	3.818	110.908	116.746
Plus I e II (Economus)	6,47	24.124	44.734	114.887	354.790	538.535
Grupo B' (Economus)	8,69	8.138	14.880	43.182	242.746	308.946
Prevmais (Economus)	13,67	5.712	11.004	35.479	569.873	622.068
Multifuturo I (Fusesc)	11,24	2.694	5.067	15.559	153.937	177.257
Plano I (Fusesc)	11,20	18.393	35.723	117.431	1.239.857	1.411.404
Plano BEP (Prevbep)	10,45	1.336	2.581	8.638	76.028	88.583

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Custo do serviço corrente	(54.071)	(160.290)	(187.162)	--	--	--	(24.542)	(70.879)	(92.884)	(4.005)	(13.164)	(14.781)
Custo dos juros	(1.937.201)	(5.671.518)	(5.418.354)	(28.075)	(83.696)	(91.986)	(187.411)	(543.603)	(583.621)	(101.967)	(313.383)	(168.771)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	2.031.342	6.149.737	6.725.247	--	--	--	--	--	--	78.824	234.244	99.329
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(3.761)	(18.375)	(22.028)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(91.353)	(281.042)	(263.332)	(39.126)	(113.802)	(106.725)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.024)	534
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	40.070	317.929	1.119.731	(31.836)	(102.071)	(114.014)	(303.306)	(895.524)	(939.837)	(66.274)	(208.129)	(190.414)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014
Renda Fixa	48.793.698	46.440.688	45.252.237	4.707.270	4.490.711	4.432.914
Renda Variável ⁽¹⁾	73.170.131	74.607.857	82.655.463	206.671	227.912	270.185
Investimentos imobiliários	8.288.804	8.177.129	7.962.354	167.583	165.839	152.275
Empréstimos e financiamentos	4.899.786	4.946.825	4.887.922	107.094	104.875	103.605
Outros	952.736	973.147	920.912	117.441	126.533	119.687
Total	136.105.155	135.145.646	141.678.888	5.306.059	5.115.870	5.078.666
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.792.928	10.940.267	11.056.439	22.825	25.537	21.486
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	153.568	163.817	161.836	7.443	7.621	8.032

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 25.534.844 mil (R\$ 28.835.180 mil em 31.12.2014 e R\$ 35.517.370 mil em 30.09.2014), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014
Taxa de inflação (a.a.)	5,95%	6,07%	5,82%	5,93%	6,23%	5,82%	5,97%	6,04%	5,82%	5,96%	6,07%	5,82%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,18%	6,31%	6,10%	6,33%	6,19%	5,94%	6,14%	6,33%	6,14%	6,17%	6,31%	6,12%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,50%	12,76%	12,28%	--	--	--	--	--	--	12,50%	12,76%	12,30%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,01%	1,01%	0,25%	--	--	--	--	--	--	0,73%	0,73%	0,65%
Tábua de sobrevivência	AT-2000			AT-2000			AT-2000			AT-2000		
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado		

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,18%	5,00%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit		
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014
Valor apurado - Previ	138.383.752	134.450.819	140.139.983	(130.269.710)	(122.073.122)	(118.866.137)	8.114.042	12.377.697	21.273.846
Incorporação dos valores do contrato 97	14.164.540	13.687.582	13.795.151	(14.164.540)	(13.687.582)	(13.795.151)	--	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.117.743	1.071.445	1.072.293	(1.117.743)	(1.071.445)	(1.072.293)	--	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(17.560.880)	(14.064.200)	(13.328.539)	--	--	--	(17.560.880)	(14.064.200)	(13.328.539)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	--	15.510.165	13.947.472	11.528.361	15.510.165	13.947.472	11.528.361
Valor apurado - Banco	136.105.155	135.145.646	141.678.888	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	6.063.327	12.260.969	19.473.668

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	30.06.2015		Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	130.041.828	127.821.703	132.229.747	130.269.657	129.816.055	127.584.360	132.600.784
	Superávit/(déficit) do plano	6.063.327	8.283.452	3.875.408	5.835.498	6.289.100	8.520.795	3.504.371
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	962.637	926.205	999.951	--	--	951.488	974.080
	Superávit/(déficit) do plano	(962.637)	(926.205)	(999.951)	--	--	(951.488)	(974.080)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	6.318.736	6.175.539	6.459.834	6.320.119	6.317.388	6.184.061	6.458.919
	Superávit/(déficit) do plano	(6.318.736)	(6.175.539)	(6.459.834)	(6.320.119)	(6.317.388)	(6.184.061)	(6.458.919)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	4.934.361	4.872.147	4.994.169	--	--	4.834.410	5.052.068
	Superávit/(déficit) do plano	(799.365)	(737.145)	(859.167)	--	--	(699.408)	(917.066)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	36.268	37.633	34.935	--	--	35.115	37.477
	Superávit/(déficit) do plano	(4.506)	(5.871)	(3.173)	--	--	(3.353)	(5.715)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	347.113	334.852	359.340	--	--	341.001	353.443
	Superávit/(déficit) do plano	(347.113)	(334.852)	(359.340)	--	--	(341.001)	(353.443)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	136.158	132.991	139.246	--	--	133.585	138.822
	Superávit/(déficit) do plano	(136.158)	(132.991)	139.246	--	--	(133.585)	138.822
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	208.810	208.606	209.055	--	--	202.783	215.163
	Superávit/(déficit) do plano	79.893	80.098	79.649	--	--	85.921	73.541
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	74.196	73.256	75.105	--	--	72.577	75.887
	Superávit/(déficit) do plano	74.744	75.684	73.835	--	--	76.363	73.053
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	557.057	556.983	557.290	557.058	557.054	551.106	563.226
	Superávit/(déficit) do plano	54.493	54.566	54.260	54.492	54.496	60.444	48.324
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	47.487	46.767	48.186	47.668	47.310	46.502	48.515
	Superávit/(déficit) do plano	42.621	43.340	41.922	42.440	42.798	43.606	41.593

e) Resumo dos Ativos/(Passivos) Atuariais Registrados no Banco

	Ativo Actuarial			Passivo Actuarial		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Plano 1 (Previ)	3.193.266	6.130.485	10.082.617	--	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(956.465)	(920.380)	(1.020.584)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(6.388.562)	(5.830.331)	(5.873.392)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(427.276)	(532.645)	(464.461)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	--	(1.476)	(694)	(1.231)
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(344.766)	(360.250)	(330.148)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(137.019)	(125.279)	(130.931)
Prevmais (Economus)	40.520	38.511	30.312	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	37.608	28.602	18.348	--	--	--
Plano I (Fusesc)	28.067	15.006	22.596	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	21.788	20.703	19.607	--	--	--
Total	3.321.249	6.233.307	10.173.480	(8.255.564)	(7.769.579)	(7.820.747)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Fundo Paridade				
Saldo Inicial	113.220	116.566	118.889	172.124
Atualização	2.932	2.366	13.695	11.912
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	--	(11.829)	(60.552)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	--	(522)	(4.603)	(5.074)
Saldo Final	116.152	118.410	116.152	118.410
Fundo de Utilização				
Saldo Inicial	8.666.911	8.045.908	8.155.243	7.794.154
Contribuição ao Plano 1	(121.532)	(116.930)	(369.784)	(353.469)
Atualização	223.041	162.856	982.961	651.149
Saldo Final	8.768.420	8.091.834	8.768.420	8.091.834
Total dos Fundos de Destinação do Superávit	8.884.572	8.210.244	8.884.572	8.210.244

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, que foi criado visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano 1, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e a Resolução CGPC n.º 26/2008. Esse fundo pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certificação de Regularidade Fiscal (CND).

Destacamos abaixo as principais ações fiscais envolvendo as empresas do conglomerado, cujos montantes são demonstrados de forma proporcional à participação detida pelo Banco:

Cofins: Discussões judiciais das empresas do grupo seguridade quanto à constitucionalidade da Lei n.º 9.718/1998, que passou a tributá-las pela Cofins, considerando todas as receitas (prêmios, financeiras e outras receitas não operacionais) na base de cálculo desse tributo. Entre maio de 1999 e maio de 2009 as companhias depositaram judicialmente a Cofins mantendo provisão em igual valor, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela Selic. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/1998 por meio da Lei n.º 11.941/2009, a partir de junho de 2009 as empresas passaram a recolher a Cofins considerando apenas as receitas de prêmios na base de cálculo desse tributo, revertendo a provisão de Cofins constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da Cofins para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT n.º 2.773/2007, as empresas passaram a classificar a probabilidade de perda desse mérito como “possível”. Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é “provável” e encontra-se devidamente provisionada, totalizando R\$ 801.258 mil. Atualmente os autos encontram-se pendentes de julgamento de Recursos Especial e Extraordinário.

A Cielo discute judicialmente o afastamento da exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei n.º 10.833/2003, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, depositando judicialmente os valores apurados mensalmente. Desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa é provisionada, totalizando R\$ 346.702 mil. O processo judicial está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recursos Extraordinário, ainda pendente de julgamento.

CSLL: A Brasilprev discute judicialmente a inconstitucionalidade da Lei n.º 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Desde janeiro de 2009, a Companhia vem depositando judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota, mantendo provisão equivalente no montante de R\$ 318.054 mil.

Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas julgadas, nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

O Banco é réu em processos exigindo o pagamento da diferença entre a taxa de inflação real e a taxa de inflação utilizada nas aplicações financeiras quando editados os Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II) implementados nas décadas de 1980 e 1990. Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas após análise de cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade por meio da opinião dos assessores jurídicos, complementados pela complexidade e pela experiência de transações semelhantes.

Movimentações nas Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis, Classificadas como Prováveis

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Demandas Trabalhistas				
Saldo Inicial	2.535.447	2.959.588	2.735.089	3.425.747
Constituição	592.479	182.714	1.109.242	882.016
Reversão da provisão	(109.312)	(9.841)	(305.822)	(984.910)
Baixa por pagamento	(315.568)	(279.896)	(997.330)	(656.928)
Atualização monetária	75.797	88.083	237.559	274.723
Valores adicionados/incorporados	--	--	105	--
Saldo Final	2.778.843	2.940.648	2.778.843	2.940.648
Demandas Fiscais				
Saldo Inicial	2.150.101	2.159.844	1.997.160	2.016.385
Constituição	71.788	65.329	240.142	272.391
Reversão da provisão	(20.404)	(328.020)	(90.645)	(442.407)
Baixa por pagamento	(10.255)	(12.718)	(18.644)	(19.074)
Atualização monetária	28.680	22.206	91.897	79.346
Saldo Final	2.219.910	1.906.641	2.219.910	1.906.641
Demandas Cíveis				
Saldo Inicial	6.276.045	5.377.416	5.772.357	4.811.852
Constituição	2.083.839	523.736	4.537.846	2.940.874
Reversão da provisão	(440.507)	(76.802)	(2.062.197)	(1.564.334)
Baixa por pagamento	(293.083)	(307.780)	(908.973)	(793.711)
Atualização monetária	108.963	(31.257)	396.224	90.632
Saldo Final	7.735.257	5.485.313	7.735.257	5.485.313
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	12.734.010	10.332.602	12.734.010	10.332.602

Cronograma Esperado de Desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.708.183	234.957	6.298.817
De 5 a 10 anos	70.567	1.936.021	1.403.298
Acima de 10 anos	93	48.932	33.142
Total	2.778.843	2.219.910	7.735.257

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, não raramente dificultam a estimativa de valores e do cronograma de desembolso.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco.

Saldos dos Passivos Contingentes Classificados como Possíveis

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Demandas Trabalhistas	807.447	901.466	959.099
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	14.386.425	11.955.386	11.518.805
Demandas Cíveis	3.684.651	4.056.447	4.034.833
Total	18.878.523	16.913.299	16.512.737

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.698.530 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 241.612 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 74.121 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.504.079 mil.

c) Depósitos em Garantia de Recursos**Saldos dos Depósitos em Garantia Constituídos para as Contingências**

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Demandas Trabalhistas	4.513.990	4.103.332	3.977.041
Demandas Fiscais	8.858.987	8.319.104	7.925.486
Demandas Cíveis	14.948.355	10.833.712	9.637.949
Total	28.321.332	23.256.148	21.540.476

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 13.827.868 mil (R\$ 13.141.399 mil em 31.12.2014 e R\$ 12.936.428 mil em 30.09.2014), relativo às seguintes ações:

Em 29 de janeiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi improvido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 7.256.195 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo “IRPJ a compensar” e “CSLL a compensar”, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.390.572 mil, em 30.09.2015, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores Relacionados à Referida Ação

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos Judiciais	16.138.929	15.418.982	15.204.014
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	8.321.918	7.601.971	7.387.003
Obrigação Legal - Provisão para Processo Judicial	13.827.868	13.141.399	12.936.428
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	7.256.195	6.569.726	6.364.755

O Banco Votorantim possui obrigações legais relativas à PIS/Pasep e ISSQN no montante de R\$ 2.602 mil em 30.09.2015 (R\$ 957 mil em 31.12.2014 e R\$ 327 mil em 30.09.2014).

29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Crédito da Contraparte;
- c) Risco de Concentração de Crédito;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco de Mercado;
- g) Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- h) Risco de Estratégia;
- i) Risco de Reputação;
- j) Risco Socioambiental;
- k) Risco Legal;
- l) Risco de Participações;
- m) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários; e
- n) Risco de Modelo.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê Superior de Risco Global (CSRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês executivos específicos (de crédito, de mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais					
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido		
							30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativos												
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	349.195.643	349.186.304	304.236.604	304.197.645	317.820.441	317.780.104	(9.339)	(38.959)	(40.337)	(9.339)	(38.959)	(40.337)
Títulos e valores mobiliários	244.225.257	244.382.786	220.441.991	224.153.475	208.712.690	209.907.905	(3.643.539)	2.260.649	(127.251)	157.529	3.711.484	1.195.215
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(3.801.068)	(1.450.835)	(1.322.466)	--	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	157.529	3.711.484	1.195.215	157.529	3.711.484	1.195.215
Instrumentos financeiros derivativos	6.488.435	6.488.435	2.201.466	2.201.466	1.722.582	1.722.582	--	--	--	--	--	--
Operações de crédito	647.897.904	646.561.262	618.499.161	612.894.768	598.022.445	594.866.578	(1.336.642)	(5.604.393)	(3.155.867)	(1.336.642)	(5.604.393)	(3.155.867)
Passivos												
Depósitos interfinanceiros	42.404.092	43.885.563	30.968.746	30.908.215	28.530.991	28.978.962	(1.481.471)	60.531	(447.971)	(1.481.471)	60.531	(447.971)
Depósitos a prazo	205.644.072	206.238.092	214.483.944	214.533.535	221.777.370	222.020.460	(594.020)	(49.591)	(243.090)	(594.020)	(49.591)	(243.090)
Obrigações por operações compromissadas	331.364.474	329.392.582	306.045.575	304.818.732	319.722.968	318.732.844	1.971.892	1.226.843	990.124	1.971.892	1.226.843	990.124
Obrigações por empréstimos e repasses	128.165.714	128.511.022	115.046.935	115.033.365	108.698.205	108.834.851	(345.308)	13.570	(136.646)	(345.308)	13.570	(136.646)
Instrumentos financeiros derivativos	6.628.668	6.628.668	3.443.159	3.443.159	2.918.187	2.918.187	--	--	--	--	--	--
Outras Obrigações	343.608.921	343.608.921	299.178.072	297.212.179	289.143.434	287.648.911	--	1.965.893	1.494.523	--	1.965.893	1.494.523
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(5.438.427)	(165.457)	(1.666.515)	(1.637.359)	1.285.378	(344.049)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 30.09.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	233.482.355	157.680.352	75.307.885	494.118
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	118.139.120	96.812.668	21.326.452	--
Instrumentos financeiros derivativos	6.488.435	--	6.488.435	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	108.854.800	60.867.684	47.492.998	494.118
Passivos	11.409.193	--	11.409.193	--
Captação com hedge	4.780.525	--	4.780.525	--
Instrumentos financeiros derivativos	6.628.668	--	6.628.668	--

	Saldo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	208.507.774	129.548.096	78.430.915	528.763
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	101.938.979	76.639.926	25.299.053	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.201.466	--	2.201.466	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	104.367.329	52.908.170	50.930.396	528.763
Passivos	7.634.262	--	7.634.262	--
Captação com hedge	4.191.103	--	4.191.103	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.443.159	--	3.443.159	--

	Saldo em 30.09.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	195.895.815	119.799.551	75.550.671	545.593
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	93.817.459	70.585.137	23.232.322	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.722.582	--	1.722.582	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	100.355.774	49.214.414	50.595.767	545.593
Passivos	6.805.554	--	6.805.554	--
Captação com hedge	3.887.367	--	3.887.367	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.918.187	--	2.918.187	--

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	3º Trimestre/2015				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	519.912	--	(38.046)	12.252	494.118

	3º Trimestre/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	550.754	545.593	(550.754)	--	545.593

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,95 e manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	4.632	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	39	Redução	2	Redução	3
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(782)	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.907)	Redução	(2.910)	Redução	(6.478)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.492)	Redução	(15.752)	Redução	(3.664)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(51)	Aumento	(4)	Aumento	(4)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.209)	Aumento	(1.141)	Aumento	(1.036)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(82.694)	Redução	(59.552)	Redução	(77.830)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(2.735)	Redução	(34.081)	Redução	(9.863)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(103)	Aumento	(8)	Aumento	(8)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.352)	Aumento	(2.221)	Aumento	(2.017)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(165.387)	Redução	(119.103)	Redução	(155.660)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(5.007.316)	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(126.862)	Aumento	3.354.120	Redução	(286.059)
Cupom de TBF		Redução	(7.353)	Aumento	2.537	Redução	(8.252)
Cupom de TJLP		Redução	853	Aumento	(9.270)	Manutenção	--
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(44.351)	Redução	(6.569)	Redução	(10.019)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(33.626)	Manutenção	--
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Aumento	(183)	Manutenção	--
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(107.864)	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(534.840)	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	1.470.937	Aumento	786.498	Aumento	466.175
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	10.307	Redução	(22.884)	Redução	(47.818)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.305.147)	Aumento	(14.071.513)	Aumento	(13.262.585)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(6.176.302)	Redução	(9.794.504)	Redução	(8.486.941)
Cupom de TBF		Redução	(3.896)	Redução	(3.633)	Redução	(3.666)
Cupom de TJLP		Aumento	(29.740)	Aumento	(48.095)	Aumento	(33.300)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(14.341)	Redução	(9.879)	Redução	(35.408)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(180.618)	Aumento	(45.740)	Aumento	(49.017)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(258)	Aumento	(229)	Aumento	(239)
Cupom de INPC		Aumento	(183.284)	Aumento	(152.208)	Aumento	(141.834)
Cupom de IPCA		Aumento	(995.327)	Aumento	(798.715)	Aumento	(740.788)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.802.430)	Redução	(851.179)	Redução	(520.546)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(447.019)	Redução	(468.260)	Redução	(574.524)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(25.172.646)	Aumento	(26.323.491)	Aumento	(24.880.803)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(12.555.568)	Redução	(20.343.843)	Redução	(17.565.355)
Cupom de TBF		Redução	(7.840)	Redução	(7.300)	Redução	(7.363)
Cupom de TJLP		Aumento	(58.936)	Aumento	(94.286)	Aumento	(66.202)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(28.686)	Redução	(19.744)	Redução	(70.828)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(344.966)	Aumento	(101.133)	Aumento	(105.240)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(515)	Aumento	(457)	Aumento	(478)
Cupom de INPC		Aumento	(358.425)	Aumento	(298.611)	Aumento	(278.647)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.864.766)	Aumento	(1.502.484)	Aumento	(1.393.497)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(3.760.981)	Redução	(1.753.830)	Redução	(1.069.328)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(894.037)	Redução	(936.521)	Redução	(1.149.048)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.09.2015, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 30.09.2015, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições da Carteira de Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	33	Aumento	(32)	Aumento	(419)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(529)	Aumento	(816)	Aumento	(1.013)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(4.377)	Aumento	(586)	Aumento	(1.947)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(834)	Aumento	(742)	Aumento	(330)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(28)	Aumento	(61)	Aumento	3

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	--	Aumento	(95)	Aumento	(6.559)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.151)	Aumento	(2.604)	Aumento	(2.770)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(105.372)	Aumento	(20.368)	Aumento	(107.159)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(13.168)	Aumento	(8.496)	Aumento	(3.086)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(3.972)	Redução	(4.452)	Redução	(29.161)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	--	Aumento	--	Aumento	(11.291)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(10.291)	Aumento	(4.974)	Aumento	(5.275)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(187.134)	Aumento	(45.082)	Aumento	(216.525)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(25.489)	Aumento	(16.501)	Aumento	(6.014)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(41.495)	Redução	(17.854)	Redução	(120.545)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições das Carteiras de Negociação e de Não Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(12.295)	Aumento	(11.266)	Aumento	(9.466)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.875)	Aumento	(4.334)	Aumento	(3.287)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(1.441)	Aumento	1.172	Aumento	320
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	552	Aumento	959	Aumento	699
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	14	Aumento	64	Aumento	80
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(836)	Aumento	(580)	Aumento	(308)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(28)	Aumento	(61)	Aumento	3

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(463.105)	Aumento	(359.616)	Aumento	(269.868)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(64.872)	Aumento	(13.422)	Aumento	(7.749)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(44.801)	Redução	(71.897)	Aumento	(60.443)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(10.580)	Redução	(15.907)	Redução	(9.629)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(69)	Redução	(136)	Redução	(186)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(13.020)	Aumento	(6.569)	Aumento	(2.749)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(3.972)	Redução	(4.452)	Redução	(29.161)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(898.887)	Aumento	(708.413)	Aumento	(533.444)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(24.836)	Aumento	(26.349)	Aumento	(15.112)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(84.786)	Redução	(114.607)	Aumento	(138.185)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(22.004)	Redução	(33.191)	Redução	(19.985)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(137)	Redução	(270)	Redução	(369)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(24.836)	Aumento	(12.663)	Aumento	(5.353)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(41.495)	Redução	(17.854)	Redução	(120.545)

b) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2015, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 40%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	136.633.692	126.588.485	123.713.046
Nível I	97.961.673	89.538.218	88.810.290
Capital Principal (CP)	68.070.868	71.035.684	71.554.346
Patrimônio Líquido	73.367.572	70.675.464	71.488.952
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(13.396.704)	(7.739.780)	(8.034.606)
Capital Complementar	29.890.805	18.502.534	17.255.944
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	24.131.115	16.132.770	14.886.180
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	5.759.690	2.369.764	2.369.764
Nível II	38.672.019	37.050.267	34.902.756
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.674.964	37.065.165	34.936.894
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.569.004	3.959.773	2.307.987
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	33.105.960	33.105.392	32.628.907
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	22.047.638	20.467.309	19.990.824
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	11.058.322	12.638.083	12.638.083
Dedução do Nível II	(2.945)	(14.898)	(34.138)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(2.945)	(14.898)	(34.138)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	843.590.334	785.973.522	771.393.820
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	782.969.960	734.716.021	720.363.896
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	24.231.284	11.545.497	11.317.920
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	36.389.090	39.712.004	39.712.004
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	92.794.937	86.457.087	84.853.320
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	43.838.755	40.131.398	38.859.726
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,61%	11,39%	11,51%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	8,07%	9,04%	9,28%
Índice de Basileia: (PR / RWA)	16,20%	16,11%	16,04%

(1) Em 30.09.2015, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Em 30.09.2015, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 30%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ^{(1) (2)}	(3.874.027)	(3.714.071)	(3.775.618)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽³⁾	(3.187.264)	--	--
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽³⁾	(2.148.484)	(1.066.295)	(758.059)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ^{(3) (4)}	(1.301.806)	(1.192.027)	(1.628.046)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(3) (5)}	(1.154.659)	(715.281)	(757.830)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽³⁾	(635.389)	(556.174)	(640.823)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(508.162)	(171.050)	(148.610)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽³⁾	(502.401)	(255.318)	(250.932)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽³⁾	(65.052)	(37.922)	(39.392)
Ativos diferidos ⁽²⁾	(19.460)	(31.642)	(35.296)
Total	(13.396.704)	(7.739.780)	(8.034.606)

(1) Refere-se à participação no Banco Votorantim.

(2) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Vide notas explicativas 27.e – Benefícios a Empregados e 25.d - Tributos.

(5) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 777.095 mil no investimento e R\$ 2.109.553 mil no intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

c) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 15,27% em 30.09.2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 2014 o índice de imobilização foi apurado a partir do Conglomerado Financeiro totalizando 22,18% em 31.12.2014 e 21,97% em 30.09.2014.

30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	3.062.141	2.780.396	11.888.049	8.286.570
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 24.i)	(1.648.356)	(362.342)	(6.227.130)	(6.746.349)
Banco do Brasil	(1.417.973)	(322.469)	(5.984.430)	(6.849.794)
Subsidiárias no exterior	(22.606)	(3.637)	(27.082)	1.661
Coligadas e controladas	(207.777)	(36.236)	(215.617)	101.784
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.i)	385.463	85.365	1.995.044	2.934.233
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(1.262.893)	(276.977)	(4.232.086)	(3.812.116)
Lucro Abrangente	1.799.248	2.503.419	7.655.963	4.474.454
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	448.086	377.841	1.330.818	1.025.787

31 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16.03.2015, aprovou a fixação, para o exercício de 2015, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT "Acordo de Condições Gerais de Associação" (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

Os estudos relativos à perenização da Parceira Banco Postal continuam em andamento entre os parceiros e, assim que concluídos, deverão ser submetidos para aprovação aos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Patrimônio Administrado	613	600	609	602.395.345	554.723.895	555.754.978
Fundos de investimentos	605	592	601	589.031.239	542.399.347	543.877.326
Carteiras administradas	8	8	8	13.364.106	12.324.548	11.877.652

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativo			
Grupo BB	95.147.250	58.695.680	50.072.196
Terceiros	145.171.543	109.798.520	102.160.363
TOTAL DO ATIVO	240.318.793	168.494.200	152.232.559
Passivo			
Grupo BB	22.657.951	19.296.951	12.866.890
Terceiros	204.258.754	139.149.520	130.107.080
Patrimônio Líquido	13.402.088	10.047.729	9.258.589
Atribuível à controladora	12.131.711	9.192.505	8.515.565
Participação dos não controladores	1.270.377	855.224	743.024
TOTAL DO PASSIVO	240.318.793	168.494.200	152.232.559

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro	94.693	352.237	477.258	1.120.491
Atribuível à controladora	(6.113)	251.277	223.968	878.681
Participações dos não controladores	100.806	100.960	253.290	241.810

e) Recursos de Consórcios

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	206.344	187.700	190.385
Obrigações do grupo por contribuições	8.483.345	7.974.156	8.426.500
Consociados - bens a contemplar	7.599.042	7.184.003	7.631.739
(Em Unidades)			
Quantidade de grupos administrados	561	551	539
Quantidade de consorciados ativos	623.028	565.051	557.262
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	59.731	51.769	48.044

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	24.810	21.617	70.786	58.508

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	3º Trimestre/2015		01.01 a 30.09.2015		01.01 a 30.09.2014	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	209	8.769	209	26.823	218	24.448
Outros órgãos/entidades	2	179	2	571	2	542
Entidades controladas e coligadas	2	326	2	944	2	843
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	275	--	275	--	295	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ e Economus)	581	--	581	--	600	--
Entidades dos funcionários	72	--	72	--	86	--
Entidades controladas e coligadas	569	--	569	--	487	--
Total	1.710	9.274	1.710	28.338	1.690	25.833

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Menor salário	2.449,98	2.227,26	2.227,26
Maior salário	40.992,27	37.265,70	37.265,70
Salário Médio	6.705,66	6.363,72	6.336,50
Dirigentes			
Presidente	65.196,08	62.388,59	62.388,59
Vice-presidente	58.355,29	55.842,38	55.842,38
Diretor	49.457,30	47.327,56	47.327,56
Conselheiros			
Conselho Fiscal	5.638,43	5.395,63	5.395,63
Conselho de Administração	5.638,43	5.395,63	5.395,63
Comitê de Auditoria - Titular	44.511,57	42.594,80	42.594,80

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.09.2015

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.123.599	6.341
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	3
Total	1.124.484	6.344

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Lei n.º 12.973/2014 (Conversão da Medida Provisória n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas n.º 1.515/2014 e 1.520/2014. De acordo com estudos realizados, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco. O Banco do Brasil exerceu a opção pela aplicação dos dispositivos relacionados com a tributação do lucro do exterior, para o exercício de 2014, conforme previsto no art. 96 da Lei n.º 12.973/2014. A adoção dos demais dispositivos foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015.

j) Lei n.º 13.097/2015 (Conversão da Medida Provisória n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 656/2014, alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

k) Lei n.º 13.169/2015 (Conversão da Medida Provisória n.º 675/2015)

A Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 675/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização de 15% para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A lei prevê, ainda, o retorno da alíquota da CSLL a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

l) Medida Provisória n.º 694/2015

A Medida Provisória n.º 694/2015, de 30.09.2015, traz um novo limite para o pagamento dos juros sobre o capital próprio (JCP), devendo ser considerado no cálculo o valor da variação de TJLP ou 5% ao ano, o que for menor. Além disso, foi elevado para 18% o percentual de retenção de imposto de renda na fonte quando do pagamento ou crédito dos JCP ao beneficiário. Os dispositivos da MP que tratam deste assunto produzem efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

m) Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI foi lançado em junho de 2015 para os funcionários com as condições necessárias de aposentar-se pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ou requerer aposentadoria antecipada à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O Plano encerrou no dia 14 de agosto de 2015 e teve 4.992 adesões, com o seguinte impacto:

- despesas com pagamento de incentivos em 2015 de R\$ 372,5 milhões.



Banco do Brasil S.A.

**Relatório dos Auditores independentes
sobre às Informações Contábeis
Intermediárias Consolidadas**

Período findo em 30 de setembro de 2015



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos Auditores independentes sobre as Informações Contábeis Consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Prezados senhores:

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com os procedimentos para elaboração e divulgação estabelecidos no Plano Contábil de Instituições Financeiras ("Cosif") associado às disposições da Instrução nº 247, de 27 de março de 1996, da Comissão de Valores Mobiliários, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Opinião

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os procedimentos para elaboração e divulgação das informações contábeis intermediárias consolidadas estabelecidos no Plano Contábil de Instituições Financeiras ("Cosif") associado às disposições da Instrução nº 247, de 27 de março de 1996 da Comissão de Valores Mobiliários, conforme descrito na nota explicativa nº 3 às referidas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Ênfase

Base de elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às referidas informações contábeis intermediárias consolidadas. Essas informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo elaboradas de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Contábil de Instituições Financeiras (“Cosif”) associado às disposições da Instrução nº 247, de 27 de março de 1996 da Comissão de Valores Mobiliários. Consequentemente, as informações contábeis intermediárias consolidadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

O Banco elaborou um conjunto de informações contábeis intermediárias individuais para fins gerais referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil sobre as quais emitimos relatório de revisão limitada sem modificações, nessa mesma data.

Brasília, 11 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTES

Antonio Mauricio Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
César Augusto Rabello Borges
Geraldo Afonso Dezena da Silva
José Mauricio Pereira Coelho
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Raul Francisco Moreira
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Célio de Andrade Santos
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Gustavo de Faria Barros
Hamilton Rodrigues da Silva
Ilton Luís Schwaab
Ives César Fülber
José Carlos Reis da Silva
Leonardo Silva de Loyola Reis
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Cláudio Ligabue
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Márcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Nilson Martiniano Moreira
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Simão Luiz Kovalski
Tarcísio Hübner
Wilsa Figueiredo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Alexandre Corrêa Abreu
Beny Parnes
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Manoel Carlos de Castro Pires
Tarcísio José Massote de Godoy

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braidó
Giorgio Bampi
Marcos Machado Guimarães
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Paulo José dos Reis Souza

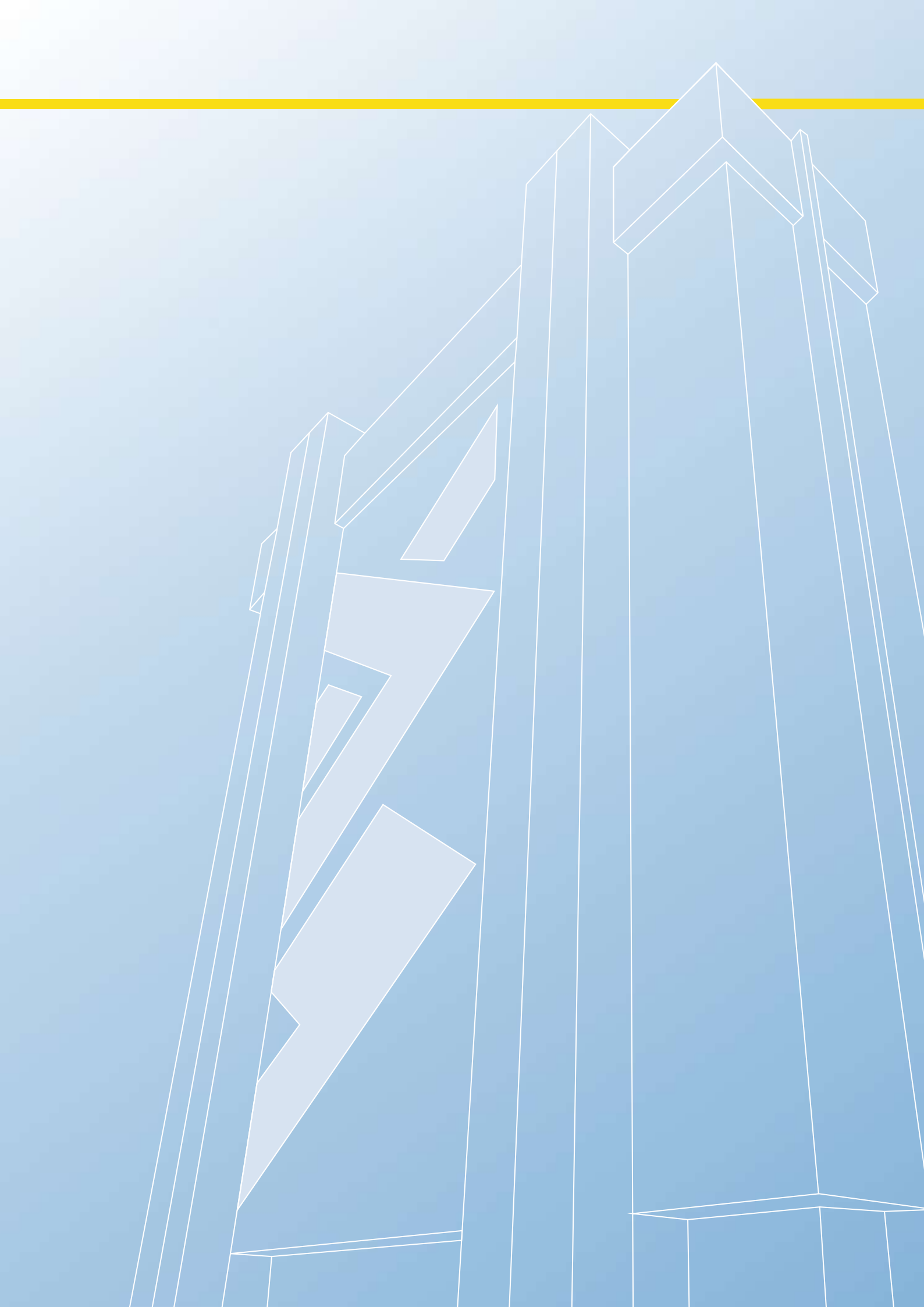
COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egidio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53



Demonstrações Contábeis

Individuais

3º Trimestre 2015



BANCO DO BRASIL

ÍNDICE

Índice	1
Demonstrações Contábeis	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	10
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	10
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	22
7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	23
8 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30
9 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31
10 - OUTROS CRÉDITOS	38
11 - CARTEIRA DE CÂMBIO	39
12 - OUTROS VALORES E BENS	40
13 - INVESTIMENTOS	41
14 - IMOBILIZADO DE USO	44
15 - INTANGÍVEL	44
16 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	45
17 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	49
18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	51
19 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	52
20 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	57
21 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	59
22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60
23 - TRIBUTOS	65
24 - PARTES RELACIONADAS	67
25 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	71
26 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	81
27 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	84
28 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	96
29 - OUTRAS INFORMAÇÕES	96
Parecer dos Auditores Independentes	100
Membros da Administração	103

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
ATIVO CIRCULANTE		737.496.810	720.435.904	727.371.708
Disponibilidades	(Nota 5)	17.779.756	12.200.359	12.263.677
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 6.a)	364.594.541	313.830.594	321.665.012
Aplicações no mercado aberto		291.803.317	263.004.352	278.028.573
Aplicações em depósitos interfinanceiros		72.791.224	50.826.242	43.636.439
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7)	20.694.226	27.266.256	50.244.081
Carteira própria		16.575.524	22.212.082	36.874.062
Vinculados a compromissos de recompra		689.959	2.543.542	6.884.424
Vinculados ao Banco Central		--	--	16
Vinculados à prestação de garantias		313.256	1.436.575	5.782.600
Instrumentos financeiros derivativos		3.115.487	1.074.057	702.979
Relações Interfinanceiras		68.239.263	66.885.998	86.605.527
Pagamentos e recebimentos a liquidar	(Nota 8.a)	4.211.410	10.428	4.567.627
Créditos vinculados	(Nota 8.b)	62.896.054	65.606.579	81.072.537
Depósitos no Banco Central		60.362.133	63.224.237	78.714.270
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		80.360	78.861	101.908
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.453.561	2.303.481	2.256.359
Repasse interfinanceiros		1.235	1.069	1.048
Correspondentes		1.130.564	1.267.922	964.315
Relações Interdependências		174.838	592.943	272.006
Transferências internas de recursos		174.838	592.943	272.006
Operações de Crédito	(Nota 9)	137.395.074	180.383.769	130.734.015
Setor público		2.428.994	2.217.867	3.283.175
Setor privado		144.628.696	186.104.639	135.053.550
Operações de crédito vinculadas à cessão		99	469	122
(Provisão para operações de crédito)		(9.662.715)	(7.939.206)	(7.602.832)
Outros Créditos		128.296.204	118.928.415	125.235.207
Créditos por avais e fianças honrados		279.243	235.369	159.130
Carteira de câmbio	(Nota 11.a)	22.565.800	17.411.520	15.814.144
Rendas a receber		2.000.138	4.093.920	1.683.830
Negociação e intermediação de valores		66.048	462.885	16.394
Diversos	(Nota 10.b)	104.847.157	98.221.116	108.902.783
(Provisão para outros créditos)		(1.462.182)	(1.496.395)	(1.341.074)
Outros Valores e Bens	(Nota 12)	322.908	347.570	352.183
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		250.874	256.974	259.967
(Provisão para desvalorizações)		(117.774)	(121.944)	(121.757)
Despesas antecipadas		189.808	212.540	213.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
ATIVO NÃO CIRCULANTE		773.012.703	660.718.827	642.367.974
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		730.169.743	623.741.818	605.798.754
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 6.a)	71.023.096	50.618.352	40.307.666
Aplicações no mercado aberto		287.491	285.666	185.555
Aplicações em depósitos interfinanceiros		70.735.605	50.332.686	40.122.111
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7)	130.995.150	119.772.113	93.208.494
Carteira própria		63.227.821	54.413.849	51.493.597
Vinculados a compromissos de recompra		60.800.295	53.263.726	41.401.355
Vinculados à prestação de garantias		5.247.561	11.672.620	4
Instrumentos financeiros derivativos		1.719.473	421.918	313.538
Relações Interfinanceiras		331.821	325.356	286.498
Créditos vinculados	(Nota 8.b)	2.335	50.649	29.425
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		2.335	50.649	29.425
Repasses interfinanceiros		329.486	274.707	257.073
Operações de Crédito	(Nota 9)	468.549.734	402.392.854	432.573.697
Setor público		74.648.510	57.562.918	53.810.692
Setor privado		414.671.340	360.819.717	393.666.340
Operações de crédito vinculadas à cessão		344.104	320.782	335.521
(Provisão para operações de crédito)		(21.114.220)	(16.310.563)	(15.238.856)
Outros Créditos		59.236.583	50.531.451	39.256.567
Carteira de câmbio	(Nota 11.a)	1.170.076	--	--
Rendas a receber		38.040	33.068	35.434
Negociação e intermediação de valores		1.393.466	397.159	1.386.209
Créditos específicos	(Nota 10.a)	1.684.917	1.549.300	1.508.664
Diversos	(Nota 10.b)	55.362.356	48.775.452	36.562.858
(Provisão para outros créditos)		(412.272)	(223.528)	(236.598)
Outros Valores e Bens	(Nota 12)	33.359	101.692	165.832
Despesas antecipadas		33.359	101.692	165.832
PERMANENTE		42.842.960	36.977.009	36.569.220
Investimentos		26.859.708	19.304.061	19.787.654
Participações em coligadas e controladas	(Nota 13.a)	26.719.184	19.204.571	19.696.159
No país		21.289.236	15.437.919	16.302.320
No exterior		5.429.948	3.766.652	3.393.839
Outros investimentos	(Nota 13.b)	189.270	148.203	140.202
(Imparidade acumulada)		(48.746)	(48.713)	(48.707)
Imobilizado de Uso	(Nota 14)	6.775.007	6.934.420	6.532.088
Imóveis de uso		6.482.788	6.184.847	5.943.460
Outras imobilizações de uso		8.745.612	8.625.435	8.245.315
(Depreciação acumulada)		(8.453.393)	(7.875.862)	(7.656.687)
Intangível	(Nota 15)	9.189.853	10.708.814	10.216.747
Ativos intangíveis		16.903.833	17.493.664	16.814.105
(Amortização acumulada)		(7.713.980)	(6.784.850)	(6.597.358)
Diferido		18.392	29.714	32.731
Gastos de organização e expansão		1.587.771	1.647.042	1.648.758
(Amortização acumulada)		(1.569.379)	(1.617.328)	(1.616.027)
TOTAL DO ATIVO		1.510.509.513	1.381.154.731	1.369.739.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
PASSIVO CIRCULANTE		954.118.423	931.500.709	907.583.262
Depósitos	(Nota 16.a)	402.751.829	401.776.941	380.584.278
Depósitos à vista		61.752.586	71.382.508	66.912.659
Depósitos de poupança		149.763.605	148.698.890	148.995.605
Depósitos interfinanceiros		44.977.580	34.574.344	27.855.295
Depósitos a prazo		146.258.058	147.121.199	136.820.719
Captações no Mercado Aberto	(Nota 16.c)	274.024.125	288.017.924	301.818.697
Carteira própria		20.466.569	52.906.261	45.384.726
Carteira de terceiros		253.557.556	235.111.663	256.433.971
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 18)	41.736.318	50.163.240	41.436.725
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		18.658.231	38.239.208	30.667.530
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		23.071.224	11.921.648	10.766.951
Certificados de operações estruturadas		6.863	2.384	2.244
Relações Interfinanceiras		3.328.836	31.463	3.236.805
Recebimentos e pagamentos a liquidar	(Nota 8.a)	3.306.937	16	3.219.637
Correspondentes		21.899	31.447	17.168
Relações Interdependências		3.500.187	5.272.762	2.327.049
Recursos em trânsito de terceiros		3.498.304	5.272.699	2.323.380
Transferências internas de recursos		1.883	63	3.669
Obrigações por Empréstimos	(Nota 17.a)	38.724.117	17.128.042	15.605.551
Empréstimos no exterior		38.724.117	17.128.042	15.605.551
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 17.b)	38.389.078	33.760.190	31.081.522
Tesouro Nacional		300	--	543
BNDES		12.057.536	14.705.219	14.226.740
Caixa Econômica Federal		18.219.733	12.359.686	9.991.504
Finame		5.889.292	5.831.396	5.620.033
Outras instituições		2.222.217	863.889	1.242.702
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 17.b)	10.224.690	261.067	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	52.567.794	47.373.790	45.868.454
Outras Obrigações		88.871.449	87.715.290	85.624.086
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.375.778	334.885	5.281.323
Carteira de câmbio	(Nota 11.a)	9.690.822	17.378.967	16.702.788
Sociais e estatutárias		2.026.023	1.042.030	1.279.813
Fiscais e previdenciárias	(Nota 19.a)	16.696.637	16.830.606	16.910.833
Negociação e intermediação de valores		108.487	173.465	222.137
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 19.b)	9.674.726	6.629.365	5.889.793
Dívidas subordinadas	(Nota 19.c)	3.602.154	4.110.613	2.385.226
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 19.d)	387.771	368.814	735.939
Diversas	(Nota 19.e)	42.309.051	40.846.545	36.216.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		483.979.680	379.833.810	391.410.519
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		483.552.376	379.417.891	391.010.503
Depósitos	(Nota 16.a)	52.721.958	66.540.548	81.884.051
Depósitos interfinanceiros		5.974.153	5.475.665	4.347.781
Depósitos a prazo		46.747.805	61.064.883	77.536.270
Captações no Mercado Aberto	(Nota 16.c)	52.502.621	12.650.394	13.192.210
Carteira própria		41.858.991	2.180.192	1.859.666
Carteira de terceiros		10.643.630	10.470.202	11.332.544
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 18)	152.836.547	96.131.212	101.096.800
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		134.418.176	80.788.842	83.673.302
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		18.407.352	15.342.370	17.423.498
Certificados de operações estruturadas		11.019	--	--
Obrigações por Empréstimos	(Nota 17.a)	37.221.149	31.950.339	23.981.136
Empréstimos no exterior		37.221.149	31.950.339	23.981.136
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 17.b)	52.152.801	55.395.287	54.977.671
Tesouro Nacional		208.080	284.612	490.702
BNDES		26.837.741	28.545.425	28.884.594
Finame		25.106.980	26.565.250	25.602.375
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 17.b)	19.339.058	19.336.277	17.879.184
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	1.909.939	621.908	363.355
Outras Obrigações		114.868.303	96.791.926	97.636.096
Carteira de câmbio	(Nota 11.a)	291.210	3.715.002	3.172.665
Fiscais e previdenciárias	(Nota 19.a)	282.434	458.609	2.203.926
Negociação e intermediação de valores		1.317.265	242.655	1.393.967
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 19.b)	5.000.005	4.211.033	3.678.940
Operações especiais		2.176	2.153	2.146
Dívidas subordinadas	(Nota 19.c)	50.653.681	45.313.130	45.273.503
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 19.d)	7.483.381	4.505.247	4.106.221
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 19.c e 19.d)	37.926.484	29.350.525	27.907.632
Diversas	(Nota 19.e)	11.911.667	8.993.572	9.897.096
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		427.304	415.919	400.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 22)	72.411.410	69.820.212	70.745.901
Capital		60.000.000	54.000.000	54.000.000
De domiciliados no país		47.025.374	42.957.421	42.998.147
De domiciliados no exterior		12.974.626	11.042.579	11.001.853
Reservas de Capital		13.308	10.051	10.046
Reservas de Reavaliação		2.747	2.805	2.832
Reservas de Lucros		26.123.564	27.025.981	23.496.772
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(13.829.926)	(9.597.840)	(6.944.165)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.798.079	--	1.784.100
(Ações em Tesouraria)		(1.696.362)	(1.620.785)	(1.603.684)
TOTAL DO PASSIVO		1.510.509.513	1.381.154.731	1.369.739.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		58.727.589	37.236.325	140.864.226	95.876.332
Operações de crédito	(Nota 9.b)	32.832.564	22.586.898	81.165.806	59.006.632
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9.h)	--	--	--	548
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7.b)	22.399.163	13.498.315	54.680.899	33.342.128
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7.e)	(859.312)	(769.449)	(3.326.540)	(2.808.942)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11.b)	2.509.153	--	3.160.648	634.923
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 8.c)	1.321.704	1.503.061	3.707.110	4.389.933
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		524.317	417.500	1.476.303	1.311.110
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(60.205.188)	(32.149.712)	(132.499.287)	(77.686.705)
Operações de captação no mercado	(Nota 16.d)	(26.771.368)	(20.318.141)	(72.670.238)	(55.734.660)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 17.c)	(25.259.038)	(7.177.048)	(40.825.778)	(9.032.181)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9.h)	--	--	--	(534)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11.b)	--	(75.505)	--	--
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(9.074)	(6.291)	(24.385)	(13.339)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 9.f e 9.g)	(8.165.708)	(4.572.727)	(18.978.886)	(12.905.991)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.477.599)	5.086.613	8.364.939	18.189.627
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.176.930)	(2.659.213)	(5.136.160)	(8.597.862)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 20.a)	2.417.854	2.696.561	7.197.688	7.889.275
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 20.b)	1.765.693	1.552.760	4.881.737	4.430.286
Despesas de pessoal	(Nota 20.c)	(5.214.751)	(4.367.076)	(14.566.817)	(12.601.965)
Outras despesas administrativas	(Nota 20.d)	(3.805.873)	(3.769.112)	(11.184.001)	(11.588.912)
Despesas tributárias	(Nota 23.c)	(769.311)	(871.277)	(2.582.228)	(2.448.286)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 13)	4.664.780	2.191.508	13.050.182	4.148.398
Outras receitas operacionais	(Nota 20.e)	2.230.074	1.959.226	6.956.619	8.334.681
Outras despesas operacionais	(Nota 20.f)	(4.465.396)	(2.051.803)	(8.889.340)	(6.761.339)
RESULTADO OPERACIONAL		(4.654.529)	2.427.400	3.228.779	9.591.765
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 21)	9.155	37.986	(2.195)	87.470
Receitas não operacionais		23.358	52.283	73.289	131.402
Despesas não operacionais		(14.203)	(14.297)	(75.484)	(43.932)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(4.645.374)	2.465.386	3.226.584	9.679.235
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 23.a)	8.048.791	611.084	9.887.278	(318.672)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(388.663)	(354.324)	(1.492.647)	(1.073.227)
LUCRO LÍQUIDO		3.014.754	2.722.146	11.621.215	8.287.336
LUCRO POR AÇÃO	(Nota 22.e)				
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.794.596.340	2.797.457.565	2.795.613.950	2.801.441.756
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,08	0,97	4,16	2,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas			
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	5.684	4.564	4.902.575	15.403.023	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.068)	--	69.859.729
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(306.219)	63.939	--	--	(242.280)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(3.569.836)	--	--	--	(3.569.836)
Transações com pagamento baseado em ações		--	4.362	--	--	--	--	--	3.418	--	7.780
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	(283.034)	--	(283.034)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	10.076	10.076
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 22.c)	--	--	(1.732)	--	--	--	--	--	1.064	(668)
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	8.287.336	8.287.336
Destinações: - Reservas		--	--	--	278.259	3.296.342	--	--	--	(3.574.601)	--
- Dividendos	(Nota 22.f)	--	--	--	--	(383.427)	--	--	--	(216.417)	(599.844)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 22.f)	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.723.358)	(2.723.358)
Saldos em 30.09.2014		54.000.000	10.046	2.832	5.180.834	18.315.938	(6.841.244)	(102.921)	(1.603.684)	1.784.100	70.745.901
Mutações do período		--	4.362	(1.732)	278.259	2.912.915	(3.876.055)	63.939	(279.616)	1.784.100	886.172
Saldos em 30.06.2015		60.000.000	13.308	2.764	5.898.540	20.225.024	(12.422.540)	(144.492)	(1.628.461)	--	71.944.143
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(1.119.176)	(143.718)	--	--	(1.262.894)
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	(67.901)	--	(67.901)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	3.326	3.326
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas		--	--	(17)	--	--	--	--	--	17	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	3.014.754	3.014.754
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 22.f)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.220.018)	(1.220.018)
Saldos em 30.09.2015		60.000.000	13.308	2.747	5.898.540	20.225.024	(13.541.716)	(288.210)	(1.696.362)	1.798.079	72.411.410
Mutações do período		--	--	(17)	--	--	(1.119.176)	(143.718)	(67.901)	1.798.079	467.267
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	10.051	2.805	5.468.217	21.557.764	(9.437.805)	(160.035)	(1.620.785)	--	69.820.212
Aumento de capital - capitalização de reservas	(Nota 22.b)	6.000.000	--	--	--	(6.000.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(1.639.171)	(128.175)	--	--	(1.767.346)
Ajuste de avaliação patrimonial - Planos de Benefícios, líquido de impostos		--	--	--	--	--	(2.464.740)	--	--	--	(2.464.740)
Transações com pagamento baseado em ações		--	7.672	--	--	--	--	--	5.037	--	12.709
Programa de recompra de ações		--	(4.415)	--	--	--	--	--	(80.614)	--	(85.029)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	6.984	6.984
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 22.c)	--	--	(58)	--	--	--	--	--	58	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	11.621.215	11.621.215
Destinações: - Reservas		--	--	--	430.323	5.928.721	--	--	--	(6.359.044)	--
- Dividendos	(Nota 22.f)	--	--	--	--	(1.261.461)	--	--	--	(39.046)	(1.300.507)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 22.f)	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.432.088)	(3.432.088)
Saldos em 30.09.2015		60.000.000	13.308	2.747	5.898.540	20.225.024	(13.541.716)	(288.210)	(1.696.362)	1.798.079	72.411.410
Mutações do período		6.000.000	3.257	(58)	430.323	(1.332.740)	(4.103.911)	(128.175)	(75.577)	1.798.079	2.591.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro antes dos Tributos e Participações		(4.645.374)	2.486.057	3.226.584	9.699.906
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		(2.052.738)	125.518	(1.890.298)	10.217.124
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Nota 9.f e 9.g)	8.165.708	4.572.727	18.978.886	12.905.991
Depreciações e amortizações	(Nota 20.d)	1.046.694	955.669	3.042.858	3.279.139
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Nota 14 e 15)	--	--	(2.378)	(960)
Resultado de participação em coligadas e controladas	(Nota 13.a)	(4.664.781)	(2.191.508)	(13.050.182)	(4.148.398)
Lucro na alienação de valores e bens	(Nota 21)	(816)	(7.055)	(7.045)	(24.418)
Lucro na alienação de investimentos	(Nota 21)	--	--	--	(94)
(Ganho) Perda de capital	(Nota 21)	(378)	3.921	39.735	11.282
Resultado da conversão de moeda estrangeira	(Nota 13.a)	1.824.374	449.493	2.741.693	186.633
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 21)	(2.925)	(12.549)	(3.290)	(19.430)
Amortização de ágios em investimentos	(Nota 13.c e 20.d)	25.648	22.743	74.161	68.571
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(Nota 26.a)	2.262.007	599.009	3.691.026	1.392.928
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	(Nota 25)	(200.208)	(308.522)	(1.098.476)	(1.462.170)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(10.508.061)	(3.937.071)	(16.300.543)	(1.955.000)
Outros ajustes		--	(21.339)	3.257	(16.950)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		(6.698.112)	2.611.575	1.336.286	19.917.030
Variações Patrimoniais		15.824.574	(33.918.878)	8.657.802	(20.869.478)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		8.450.289	(45.238.478)	(45.088.986)	(112.518.283)
Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		1.909.851	872.134	9.388.785	30.272.198
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		455.475	(1.222.548)	(2.278.931)	(3.709.066)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(3.194.518)	7.852.747	2.862.104	11.967.939
Aumento em operações de crédito		(20.402.989)	(15.341.613)	(41.816.271)	(49.637.239)
Redução em operações de arrendamento mercantil		--	--	--	534
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(2.888.085)	(3.009.262)	(7.776.102)	1.444.214
Redução em outros valores e bens		32.956	53.638	103.330	500.443
Imposto de renda e contribuição social pagos		(432.307)	(431.642)	(837.304)	(1.645.770)
(Redução) Aumento em depósitos		19.653.016	(15.563.209)	(12.843.702)	(21.166.916)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(21.022.860)	30.793.419	25.858.428	85.230.631
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		8.100.754	5.224.614	48.278.413	32.543.793
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		25.013.653	1.856.780	38.219.691	11.272.385
(Redução) Aumento em outras obrigações		127.822	224.995	(5.423.038)	(5.406.142)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		21.517	9.547	11.385	(18.199)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		9.126.462	(31.307.303)	9.994.088	(952.448)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		356.048	1.166.812	(3.602.166)	(1.431.422)
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.652.636)	(1.021.496)	(4.343.032)	(22.475.768)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.770.300	1.787.108	4.131.270	3.849.173
Aquisição de imobilizado de uso		(238.741)	(336.458)	(640.990)	(991.611)
Aquisição de investimentos		(785.236)	(176.776)	(1.293.510)	(921.049)
Aquisição de intangíveis/diferidos		(398.003)	(309.115)	(709.794)	(1.284.434)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(948.268)	1.110.075	(6.458.222)	(23.255.111)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
Aumento em obrigações por dívida subordinada		3.686.860	1.269.429	5.409.708	5.210.481
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		7.495.425	2.214.407	10.995.436	6.947.901
Aquisição de ações em tesouraria		(67.902)	(46.134)	(75.578)	(279.616)
Dividendos pagos		(39.046)	(216.417)	(1.551.766)	(809.210)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.090.380)	(941.310)	(2.955.107)	(2.723.358)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		9.984.957	2.279.975	11.822.693	8.346.198
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		18.163.151	(27.917.253)	15.358.559	(15.861.361)
Início do período		77.721.490	82.729.792	74.733.600	72.655.971
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		10.508.061	3.937.071	16.300.543	1.955.000
Fim do período		106.392.702	58.749.610	106.392.702	58.749.610
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		18.163.151	(27.917.253)	15.358.559	(15.861.361)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		01.01 a 30.09.2015		01.01 a 30.09.2014	
Receitas		131.612.569		96.556.221	
Receitas de intermediação financeira		140.864.226		95.876.332	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		12.079.425		12.319.561	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(18.978.886)		(12.905.991)	
Ganhos de capital	(Nota 21)	16.165		94	
Outras receitas/(despesas)		(2.368.361)		1.266.225	
Despesas da Intermediação Financeira		(113.520.401)		(64.780.714)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(6.733.696)		(7.034.632)	
Materiais, água, energia e gás	(Nota 20.d)	(458.446)		(353.985)	
Serviços de terceiros	(Nota 20.d)	(1.213.341)		(1.393.680)	
Comunicações	(Nota 20.d)	(864.844)		(1.081.745)	
Processamento de dados	(Nota 20.d)	(1.000.864)		(924.908)	
Transporte	(Nota 20.d)	(818.984)		(921.909)	
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 20.d)	(777.991)		(680.595)	
Serviços do sistema financeiro	(Nota 20.d)	(456.804)		(457.654)	
Propaganda e publicidade	(Nota 20.d)	(169.030)		(278.758)	
Outras		(973.392)		(941.398)	
Valor Adicionado Bruto		11.358.472		24.740.875	
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 20.d)	(3.117.019)		(3.347.709)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		8.241.453		21.393.166	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		13.050.181		4.148.398	
Resultado de participações em coligadas/controladas		13.050.181		4.148.398	
Valor Adicionado a Distribuir		21.291.634	100,00%	25.541.564	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		21.291.634	100,00%	25.541.564	100,00%
Pessoal		14.255.606	66,95%	11.953.160	46,80%
Salários e honorários		9.221.329		7.799.934	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.492.648		1.073.227	
Benefícios e treinamentos		1.900.805		1.763.763	
FGTS		509.278		480.842	
Outros encargos		1.131.546		835.394	
Impostos, Taxas e Contribuições		(5.501.193)	-25,84%	4.465.073	17,48%
Federais		(6.109.914)		3.922.462	
Estaduais		728		640	
Municipais		607.993		541.971	
Remuneração de Capitais de Terceiros		916.007	4,30%	835.995	3,27%
Aluguéis	(Nota 20.d)	916.007		835.995	
Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 22.f)	11.621.214	54,58%	8.287.336	32,45%
Juros sobre capital próprio da União		1.984.699		1.582.655	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.447.390		1.140.703	
Dividendos da União		752.961		348.733	
Dividendos de outros acionistas		547.546		251.111	
Lucro retido		6.888.618		4.964.134	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Grupo Segurador BB Mapfre

Em 01.11.2014, a Mapfre Vida S.A. incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa pertencente à holding BB Mapfre SH1 Participações S.A. Na mesma data, a Mapfre Seguros Gerais S.A. incorporou a Mapfre Affinity Seguradora S.A., empresa pertencente à holding Mapfre BB SH2 Participações S.A. Ambas as incorporações foram realizadas na totalidade de seus patrimônios, as quais foram deferidas pela SUSEP, através das cartas 206 e 207/2014/SUSEP-SEGER, respectivamente.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 160.471 mil para a Vida Seguradora S.A. e R\$ 448.618 mil para a Mapfre Affinity Seguradora S.A.

Como decorrência natural, a Mapfre Vida S.A. e a Mapfre Seguros Gerais S.A. passaram à condição de sucessoras a título universal da Vida Seguradora S.A. e da Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente, em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

As incorporações propiciaram maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório.

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

Reorganização Societária – IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil Re)

Considerando a reorganização societária planejada recentemente pelo IRB-Brasil Re, no intuito de otimizar a gestão de seus ativos imobiliários por meio da criação de uma holding, a IRB – Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e de quatro sociedades de propósito específico (SPE), em 08.06.2015, o Banco do Brasil, como acionista indireto do IRB-Brasil Re, submeteu à aprovação do Banco Central do Brasil a criação de tais companhias, entretanto a solicitação permanece em análise por parte da referida Autarquia.

A Assembleia Geral do IRB-Brasil Re aprovou, em 21.08.2015: (i) a transformação do IRB-Brasil Re em sociedade anônima de capital aberto e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários, conforme Instrução CVM 480, de 07.12.2009; (ii) a solicitação à CVM de autorização para realizar ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 400, de 29.12.2003; e (iii) a reformulação e consolidação do Estatuto Social do IRB-Brasil Re, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria holding.

O Banco realizou a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

c) Parcerias no Setor de Cartões

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos para administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

Os serviços disponibilizados pela Stelo visam criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo.

Em 12.06.2015, a Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (Aliança), que tem como atividade principal participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista, adquiriu 30% do capital social da Stelo S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações por esta última. O movimento societário consolidou o previsto no Memorando de Entendimentos de 15.04.2014 entre a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e a Cielo S.A., controladora da Aliança.

Levando-se em consideração as participações indiretas do Banco na Cielo e na Alelo, por meio do BB Banco de Investimento S.A. e da BB Elo Cartões Participações S.A., respectivamente, a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Stelo é de 43,62%.

A Stelo iniciou suas operações em 2015, mediante autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

BB Elo Cartões e Cielo

Em 19.11.2014, o Banco comunicou que a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões), sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na Sociedade foi autorizada pelo Bacen em 30.12.2014.

A criação da Sociedade, oriunda da Parceria, foi autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei n.º 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

Em 27.02.2015, após a aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, e observado o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes ao fechamento da operação, a BB Elo Cartões e a Cielo concluíram a formação da parceria estratégica, constituindo uma nova sociedade denominada Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Cateno).

Segundo os termos do Acordo, a nova sociedade possui o direito, transferido pela BB Elo Cartões, de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, conforme as normas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O aporte desse ativo intangível ao patrimônio líquido da Cateno representou R\$ 11.572.000 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a Cateno entregou à BB Elo Cartões os montantes de R\$ 4.640.951 mil em moeda corrente, referentes ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação, e R\$ 3.459.449 mil em debêntures da Cielo. O montante de R\$ 3.471.600 mil foi mantido para compor a participação acionária da BB Elo Cartões na Cateno.

O capital social total foi dividido à proporção de 30% para a BB Elo Cartões e 70% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco do Brasil na Cateno, na data da aquisição, ficou distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,13

Em razão da conclusão da operação, o montante de R\$ 3.211.700 mil impactou o resultado do Banco no período de 01.01 a 30.09.2015, conforme quadro a seguir:

1) Ganho de capital da BB Elo Cartões	11.572.000
2) Tributos	(4.640.951)
3) Resultado na BB Elo Cartões, líquido de efeitos tributários (1+2)	6.931.049
4) Resultado não realizado (50,13% do item 3)	(3.474.189)
5) Resultado Consolidado (3+4)	3.456.860
6) Participação de empregados no lucro, líquida de efeitos tributários	(245.160)
7) Impacto no Lucro Líquido Consolidado (5+6)	3.211.700

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis individuais contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas dependências no país e no exterior, em conformidade com a Circular Bacen n.º 2.804/1998.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, nessas demonstrações contábeis individuais, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente e CPC 41 – Resultado por Ação.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 10.11.2015.

Informações para Efeito de Comparabilidade

As informações financeiras individuais, data-base 30.09.2014, estão sendo apresentadas de forma retrospectiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência da reclassificação do instrumento elegível ao capital principal para o passivo, sob o título “Instrumentos de dívida elegíveis a capital”, bem como do reconhecimento dos encargos financeiros como “Despesas de operações de captação no mercado”, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil:

Balanço Patrimonial

30.09.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	382.910.503	8.100.000	391.010.503
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.807.632	8.100.000	27.907.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.845.901	(8.100.000)	70.745.901
Instrumento elegível ao capital principal	8.100.000	(8.100.000)	--

Demonstração do Resultado

3º Trimestre/2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(32.129.041)	(20.671)	(32.149.712)
Operações de captação no mercado	(20.297.470)	(20.671)	(20.318.141)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.107.284	(20.671)	5.086.613
RESULTADO OPERACIONAL	2.448.071	(20.671)	2.427.400
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	2.486.057	(20.671)	2.465.386
LUCRO LÍQUIDO	2.742.817	(20.671)	2.722.146

01.01 a 30.09.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(77.666.034)	(20.671)	(77.686.705)
Operações de captação no mercado	(55.713.989)	(20.671)	(55.734.660)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.210.298	(20.671)	18.189.627
RESULTADO OPERACIONAL	9.612.436	(20.671)	9.591.765
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	9.699.906	(20.671)	9.679.235
LUCRO LÍQUIDO	8.308.007	(20.671)	8.287.336

Foram realizadas, ainda, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Balanco Patrimonial

Prêmio pago a clientes por fidelidade/performance do grupamento Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas para Intangível – Ativos intangíveis – R\$ 284.630 mil.

30.09.2014	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	770.692.909	(284.630)	770.408.279
Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas	498.603	(284.630)	213.973
ATIVO NÃO CIRCULANTE	599.046.773	284.630	599.331.403
PERMANENTE	36.284.590	284.630	36.569.220
Intangível – Ativos intangíveis	16.529.475	284.630	16.814.105

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração do Resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 9.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01.09.2015 (a alíquota era de 15% até 31.08.2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 3.655/2008 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 14).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%. Não são registrados novos valores no ativo diferido, de acordo com a resolução CMN n.º 3.617/2008.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 15). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 25). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 25) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 25).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Disponibilidades	17.779.756	12.200.359	12.263.677
Disponibilidades em moeda nacional	9.452.322	9.188.696	10.680.451
Disponibilidades em moeda estrangeira	8.327.434	3.011.663	1.583.226
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	88.612.946	62.533.241	46.485.933
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	26.030.146	16.971.089	7.465.176
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.582.800	45.562.152	39.020.757
Total	106.392.702	74.733.600	58.749.610

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Aplicações no Mercado Aberto	292.090.808	263.290.018	278.214.128
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	26.227.937	16.971.091	7.465.176
Letras Financeiras do Tesouro	289.463	--	165.710
Letras do Tesouro Nacional	25.739.843	16.970.392	7.299.466
Notas do Tesouro Nacional	840	699	--
Outros títulos	197.791	--	--
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	265.862.871	246.318.927	270.748.952
Letras Financeiras do Tesouro	27.669.456	33.002.160	25.380.586
Letras do Tesouro Nacional	135.525.909	125.529.282	91.629.097
Notas do Tesouro Nacional	102.567.981	87.501.820	153.553.713
Outros títulos	99.525	285.665	185.556
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	143.526.829	101.158.928	83.758.550
Total	435.617.637	364.448.946	361.972.678
Ativo circulante	364.594.541	313.830.594	321.665.012
Ativo não circulante	71.023.096	50.618.352	40.307.666

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	10.668.914	7.434.190	28.922.128	19.933.773
Posição bancada	979.264	586.261	2.288.912	1.671.262
Posição financiada	9.689.650	6.847.929	26.633.216	18.262.511
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.291.453	677.098	3.215.386	1.882.079
Total	11.960.367	8.111.288	32.137.514	21.815.852

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	--	15.489	2.513	740.368	960.376	1.737.196	1.718.746	(18.450)	8.088.811	7.964.481	(124.330)	8.130.932	8.032.510	(98.422)
Títulos Públicos	--	15.489	2.513	740.368	960.376	1.737.196	1.718.746	(18.450)	8.088.811	7.964.481	(124.330)	8.121.524	8.021.678	(99.846)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	705.612	346.520	1.052.076	1.052.132	56	1.766.614	1.766.197	(417)	1.724.143	1.723.803	(340)
Letras do Tesouro Nacional	--	15.489	2.513	34.756	570.482	634.726	623.240	(11.486)	6.270.594	6.149.706	(120.888)	6.347.506	6.250.415	(97.091)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	43.374	50.394	43.374	(7.020)	51.603	48.578	(3.025)	49.875	47.460	(2.415)
Títulos Privados	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.408	10.832	1.424
Letras financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.408	10.832	1.424
2 - Títulos Disponíveis para Venda	336.828	935.866	3.132.499	10.451.585	80.305.517	98.515.179	95.162.295	(3.352.884)	93.249.092	91.947.570	(1.301.522)	91.122.603	89.995.124	(1.127.479)
Títulos Públicos	--	323.977	1.067.709	6.238.933	44.756.105	53.392.128	52.386.724	(1.005.404)	46.265.672	45.790.603	(475.069)	43.232.506	42.833.686	(398.820)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	322	34.218.712	34.220.272	34.219.034	(1.238)	27.003.028	26.996.182	(6.846)	21.698.419	21.693.009	(5.410)
Letras do Tesouro Nacional	--	299.841	643.824	1.261.981	3.086.838	5.527.846	5.292.484	(235.362)	4.995.067	4.880.612	(114.455)	6.308.336	6.198.741	(109.595)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	1.000.460	2.432.480	3.959.430	3.432.940	(526.490)	3.654.048	3.291.520	(362.528)	3.561.772	3.213.645	(348.127)
Títulos da Dívida Agrária	--	395	533	826	3.513	5.693	5.267	(426)	6.314	5.999	(315)	7.337	7.012	(325)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.725.427	2.936.754	2.725.427	(211.327)	3.369.300	3.397.335	28.035	3.695.607	3.744.381	48.774
Títulos de governos estrangeiros	--	23.741	423.352	3.975.344	1.985.898	6.407.058	6.408.335	1.277	6.578.927	6.590.227	11.300	7.362.691	7.356.486	(6.205)
Outros	--	--	--	--	303.237	335.075	303.237	(31.838)	658.988	628.728	(30.260)	598.344	620.412	22.068
Títulos Privados	336.828	611.889	2.064.790	4.212.652	35.549.412	45.123.051	42.775.571	(2.347.480)	46.983.420	46.156.967	(826.453)	47.890.097	47.161.438	(728.659)
Debêntures	--	152.233	1.053.898	2.906.322	30.690.517	35.216.351	34.802.970	(413.381)	36.445.901	36.227.917	(217.984)	37.600.463	37.462.200	(138.263)
Notas promissórias	--	42.592	520.629	257.026	--	817.205	820.247	3.042	1.352.518	1.351.815	(703)	1.203.814	1.200.678	(3.136)
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	48.793	51.510	48.793	(2.717)	53.169	47.558	(5.611)	53.608	48.190	(5.418)
Cotas de fundos de investimentos	336.325	297.971	--	154.615	1.544.539	3.176.755	2.333.450	(843.305)	2.621.068	2.156.131	(464.937)	2.531.077	1.986.341	(544.736)
Ações	503	--	--	--	--	810	503	(307)	810	854	44	810	644	(166)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	114.396	448.444	352.113	1.709	917.325	916.662	(663)	1.252.950	1.248.907	(4.043)	1.574.625	1.568.882	(5.743)
Certificados de depósito bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	531.243	531.219	(24)	95.644	95.707	63
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	--	--	--	--	14.414	14.620	206	18.008	18.316	308
Letras financeiras	--	--	--	19.768	--	19.750	19.768	18	1.569.689	1.562.205	(7.484)	1.544.467	1.527.650	(16.817)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	490.024	497.058	490.024	(7.034)	495.439	486.491	(8.948)	498.884	490.945	(7.939)
Outros	--	4.697	41.819	522.808	2.773.830	4.426.287	3.343.154	(1.083.133)	2.646.219	2.529.250	(116.969)	2.768.697	2.761.885	(6.812)

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	--	--	45.493.515	49.973.375	45.493.515	(4.479.860)	45.630.343	39.811.248	(5.819.095)	44.408.424	39.482.332	(4.926.092)
Títulos Privados	--	--	--	--	45.493.515	49.973.375	45.493.515	(4.479.860)	45.630.343	39.811.248	(5.819.095)	44.408.424	39.482.332	(4.926.092)
Debêntures	--	--	--	--	45.352.332	49.633.387	45.352.332	(4.281.055)	45.307.873	39.659.172	(5.648.701)	44.090.642	39.321.989	(4.768.653)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	141.183	339.988	141.183	(198.805)	322.470	152.076	(170.394)	317.782	160.343	(157.439)
Total	336.828	951.355	3.135.012	11.191.953	126.759.408	150.225.750	142.374.556	(7.851.194)	146.968.246	139.723.299	(7.244.947)	143.661.959	137.509.966	(6.151.993)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.09.2015								31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	336.828	951.355	3.135.012	11.191.953	126.759.408	150.225.750	142.374.556	(7.851.194)	146.968.246	139.723.299	(7.244.947)	143.661.959	137.509.966	(6.151.993)
Carteira própria	336.828	653.384	3.135.011	10.152.330	63.760.035	81.868.961	78.037.588	(3.831.373)	77.773.501	75.825.871	(1.947.630)	89.606.244	87.038.724	(2.567.520)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	1	1.024.338	57.751.812	62.795.586	58.776.151	(4.019.435)	56.080.333	50.788.233	(5.292.100)	48.270.304	44.688.622	(3.581.682)
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	29	16	(13)
Vinculados à prestação de garantias	--	297.971	--	15.285	5.247.561	5.561.203	5.560.817	(386)	13.114.412	13.109.195	(5.217)	5.785.382	5.782.604	(2.778)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.09.2015						31.12.2014		30.09.2014			
	Valor de Mercado					Total	Total		Total			
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Por Categoria	336.828	15.278.320	54.658.490	70.488.355	1.612.563	150.225.750	142.374.556	146.968.246	139.723.299	143.661.959	137.509.966	
1 - Títulos para Negociação	--	758.370	597.253	363.123	--	1.737.196	1.718.746	8.088.811	7.964.481	8.130.932	8.032.510	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	336.828	14.519.950	54.061.237	24.772.509	1.471.771	98.515.179	95.162.295	93.249.092	91.947.570	91.122.603	89.995.124	
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	--	45.352.723	140.792	49.973.375	45.493.515	45.630.343	39.811.248	44.408.424	39.482.332	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	17.578.739	129.275.677	146.854.416	26.192.199	119.350.195	145.542.394	49.541.102	92.894.956	142.436.058
Carteira própria	16.575.524	63.227.821	79.803.344	22.212.082	54.413.849	76.625.931	36.874.062	51.493.597	88.367.659
Vinculados a compromissos de recompra	689.959	60.800.295	61.490.255	2.543.542	53.263.726	55.807.268	6.884.424	41.401.355	48.285.779
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	16	--	16
Vinculados à prestação de garantias	313.256	5.247.561	5.560.817	1.436.575	11.672.620	13.109.195	5.782.600	4	5.782.604

a.5) Resumo da carteira por categoria

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
Por Categoria						
1 - Títulos para Negociação	1.718.746	1%	7.964.481	6%	8.032.510	6%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	95.162.295	65%	91.947.570	63%	89.995.124	63%
3 - Mantidos até o Vencimento	49.973.375	34%	45.630.343	31%	44.408.424	31%
Valor Contábil da Carteira	146.854.416	100%	145.542.394	100%	142.436.058	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(4.479.860)	--	(5.819.095)	--	(4.926.092)	--
Valor de Mercado da Carteira	142.374.556	--	139.723.299	--	137.509.966	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	11.960.367	8.111.288	32.137.514	21.815.852
Títulos de renda fixa	5.301.480	4.109.305	14.065.955	10.249.004
Títulos de renda variável	5.137.316	1.277.722	8.477.430	1.277.272
Total	22.399.163	13.498.315	54.680.899	33.342.128

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos períodos de 01.01 a 30.09.2015 e 01.01 a 30.09.2014.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 555.439 mil em 30.09.2015 (R\$ 508.717 mil em 31.12.2014 e R\$ 447.881 mil em 30.09.2014).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de commodities.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	3.212.354	--	--	3.867.780	--	--	3.186.421	--	--
DI	3.103.465	--	--	1.039.869	--	--	917.062	--	--
Moedas	101.289	--	--	2.820.606	--	--	2.268.140	--	--
Índice Bovespa	452	--	--	505	--	--	--	--	--
Cupom cambial	--	--	--	1.327	--	--	1.219	--	--
Commodities	7.148	--	--	5.473	--	--	--	--	--
Compromissos de Venda	4.931.334	--	--	9.453.414	--	--	11.690.074	--	--
DI	631.402	--	--	8.240.543	--	--	9.271.460	--	--
Moedas	3.076.854	--	--	403.338	--	--	185.057	--	--
T-Note	1.191.709	--	--	712.179	--	--	2.080.416	--	--
Índice Bovespa	407	--	--	--	--	--	--	--	--
Libor	--	--	--	53.049	--	--	98.036	--	--
Commodities	30.962	--	--	44.305	--	--	55.105	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	13.097.893	2.814.105	2.870.480	10.155.637	444.144	576.994	6.399.547	194.631	287.927
Termo de título	228.664	228.664	228.664	22.497	22.497	22.497	--	--	--
Termo de moeda	12.821.179	2.574.239	2.624.625	10.076.826	416.333	538.000	6.348.360	185.628	254.650
Termo de mercadoria	48.050	11.202	17.191	56.314	5.314	16.497	51.187	9.003	33.277
Posição Passiva	5.432.706	(1.007.475)	(888.515)	5.333.561	(240.339)	(136.004)	5.914.959	(287.829)	(180.549)
Termo de título	228.664	(228.664)	(228.664)	22.497	(22.497)	(22.497)	--	--	--
Termo de moeda	5.184.911	(772.000)	(651.699)	5.292.794	(213.887)	(111.385)	5.895.174	(287.439)	(177.956)
Termo de mercadoria	19.131	(6.811)	(8.152)	18.270	(3.955)	(2.122)	19.785	(390)	(2.593)
Contrato de Opções									
De Compra - Posição Comprada	8.289	59	564	36.297	426	61	116.314	1.394	26
Moeda estrangeira	8.289	59	564	36.297	426	61	116.314	1.394	26
De Venda - Posição Comprada	--	--	--	--	--	--	12.261	101	20
Moeda estrangeira	--	--	--	--	--	--	12.261	101	20
De Compra - Posição Vendida	50.441.421	(693.455)	(1.840.440)	46.496.861	(685.923)	(1.048.760)	45.366.080	(714.600)	(1.107.622)
Moeda estrangeira	17.095	(830)	(2.720)	18.150	(491)	(647)	19.955	(230)	(586)
Pré-fixados	50.392.932	(687.848)	(1.826.583)	46.478.711	(685.432)	(1.048.113)	45.345.077	(714.325)	(1.107.025)
Índice DI	31.370	(4.773)	(11.114)	--	--	--	--	--	--
Ações	24	(4)	(23)	--	--	--	--	--	--
Commodities	--	--	--	--	--	--	1.048	(45)	(11)

Por Indexador	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	50.422.201	(49.447.451)	(48.349.931)	46.761.702	(45.974.210)	(45.689.876)	45.529.075	(44.536.347)	(44.180.255)
Moeda estrangeira	8.583	(75)	(2)	36.297	(420)	(71)	116.314	(1.389)	(374)
Pré-fixados	50.392.932	(49.447.119)	(48.349.460)	46.478.711	(45.969.404)	(45.687.640)	45.345.078	(44.532.337)	(44.178.470)
Ações	408	(54)	(451)	--	--	--	--	--	--
Commodities	20.278	(203)	(18)	246.694	(4.386)	(2.165)	67.683	(2.621)	(1.411)
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	57.282.326	2.099.613	1.842.047	52.829.606	827.168	847.795	53.660.348	659.851	694.062
DI	122.120	(1.511)	3.909	511.871	3.979	5.997	234.594	2.208	3.469
Moeda estrangeira	7.408.415	2.101.343	1.837.141	6.422.397	776.846	786.765	8.695.884	608.830	635.473
Pré-fixado	49.750.424	(254)	994	45.895.338	46.343	55.033	44.729.870	48.813	55.120
IPCA	1.367	35	3	--	--	--	--	--	--
Posição Passiva	18.055.343	(3.406.763)	(3.274.827)	11.032.438	(755.604)	(881.301)	9.561.114	(594.320)	(629.642)
DI	168.570	2.424	(5.597)	136.599	659	(2.824)	33.993	774	(1.108)
Moeda estrangeira	17.847.660	(3.409.187)	(3.269.118)	10.356.380	(690.981)	(814.406)	9.007.743	(532.774)	(563.892)
Pré-fixado	39.113	--	(112)	539.459	(65.282)	(64.071)	519.378	(62.320)	(64.642)
Outros derivativos ⁽¹⁾									
Posição Ativa									
Moeda estrangeira	2.412.781	105.390	121.869	2.462.188	61.607	71.125	1.102.327	31.575	34.482
Posição Passiva									
Moeda estrangeira	1.411.703	(105.230)	(124.020)	3.987.685	(227.893)	(239.757)	2.838.165	(130.139)	(133.741)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward* - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Contratos futuros	601.834	5.610.323	39.683	1.891.848	8.143.688	13.321.194	14.876.495
Contratos a termo	3.332.230	9.576.300	3.575.920	2.046.148	18.530.598	15.489.198	12.314.506
Contratos de opções	99.865.764	821.621	152.316	32.210	100.871.911	93.294.860	91.023.730
Contratos de swaps	54.140.908	7.416.250	3.567.765	10.212.746	75.337.666	63.862.044	63.221.462
Outros	2.797.559	695.111	91.126	240.688	3.824.484	6.449.873	3.940.492

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.09.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
BM&FBovespa	8.143.688	--	3.975.422	--	--
Balcão					
Instituições financeiras	--	457.328	93.295.209	67.999.921	3.824.484
Cliente	--	18.073.270	3.601.280	7.337.745	--

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Letras Financeiras do Tesouro	638.479	1.583.333	1.470.921
Total	638.479	1.583.333	1.470.921

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Hedge de risco de mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	328.098	345.853	339.694
Swap	328.098	345.853	339.694
Itens Objeto de Hedge			
Passivo	328.570	345.183	338.951
Outros Passivos	328.570	345.183	338.951

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros e investimentos externos, o Conglomerado contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Perdas dos itens objeto de hedge	(28.461)	(87.939)	(8.416)
Ganhos dos instrumentos de hedge	28.278	87.172	6.820
Efeito líquido	(183)	(767)	(1.596)
Ganhos dos itens objeto de hedge	51.211	51.211	--
Perda dos instrumentos de hedge	(51.199)	(51.199)	--
Efeito líquido	12	12	--

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações de termo	2.514.503	355.977	514.395	62.599	212.654	75.273
Mercado de opções	564	--	61	--	46	--
Contratos de swaps	501.665	1.340.382	494.279	353.516	459.985	234.077
Outros derivativos	98.755	23.114	65.322	5.803	30.294	4.188
Total	3.115.487	1.719.473	1.074.057	421.918	702.979	313.538
Passivo						
Operações de termo	(826.099)	(62.416)	(120.800)	(15.204)	(161.109)	(19.440)
Mercado de opções	(50.178.909)	(11.462)	(46.697.392)	(41.244)	(45.247.616)	(40.261)
Contratos de swaps	(1.460.488)	(1.814.339)	(321.365)	(559.936)	(329.978)	(299.664)
Outros derivativos	(102.298)	(21.722)	(234.233)	(5.524)	(129.751)	(3.990)
Total	(52.567.794)	(1.909.939)	(47.373.790)	(621.908)	(45.868.454)	(363.355)

e) Resultado com instrumentos Financeiros Derivativos

	3º Trimestre/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Swap	(619.196)	(694.237)	87.430
Termo	(2.140.863)	(1.815.204)	105.396
Opções	(1.681.338)	(4.452.172)	(2.678.538)
Futuro	(127.544)	26.962	(298.891)
Outros derivativos	3.709.629	3.608.111	(24.102)
Total	(859.312)	(3.326.540)	(2.808.705)

8 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Cheques e outros papéis	2.106.699	10.428	2.491.009
Documentos enviados por outros participantes	2.104.711	--	2.076.618
Total	4.211.410	10.428	4.567.627
Ativo circulante	4.211.410	10.428	4.567.627
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾			
Recebimentos remetidos	2.243.763	--	2.044.578
Cheques e outros papéis	1.057.826	--	1.161.861
Demais recebimentos	5.348	16	13.198
Total	3.306.937	16	3.219.637
Passivo circulante	3.306.937	16	3.219.637

(1) Em 31.12.2014 não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos Vinculados

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	60.362.133	63.224.237	78.714.270
Exigibilidade adicional sobre depósitos	13.952.704	22.768.271	24.327.310
Depósitos de poupança	23.663.389	20.603.108	27.230.159
Depósitos à vista	9.579.708	14.087.807	15.379.340
Depósitos a prazo	11.295.864	5.761.416	11.764.486
Recursos de microfinanças	222.633	--	--
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	1.643.753	--	--
Outros	4.082	3.635	12.975
Sistema Financeiro da Habitação	2.453.561	2.303.481	2.256.359
Fundo de compensação de variações salariais	2.618.674	2.489.081	2.442.644
Provisão para perdas em créditos vinculados	(172.978)	(193.120)	(193.411)
Demais	7.865	7.520	7.126
Tesouro Nacional - Crédito Rural	82.695	129.510	131.333
Crédito rural - Proagro	232.744	260.361	255.811
Provisão para perdas em créditos vinculados	(150.049)	(130.851)	(124.478)
Total	62.898.389	65.657.228	81.101.962
Ativo circulante	62.896.054	65.606.579	81.072.537
Ativo não circulante	2.335	50.649	29.425

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.b).

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.271.013	1.462.362	3.547.352	4.274.881
Exigibilidade adicional sobre depósitos	469.651	676.302	1.688.050	1.947.451
Depósitos de poupança	495.812	486.888	1.246.374	1.356.626
Exigibilidade sobre recursos a prazo	305.550	289.974	612.928	931.499
Recursos do crédito rural	--	9.198	--	39.305
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	--	37.189	80.786	106.599
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	10.621	8.286	30.209	22.858
Desvalorização de Créditos Vinculados	(8.469)	(4.776)	224	(14.405)
Total	1.273.165	1.503.061	3.658.571	4.389.933

9 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Operações de Crédito	636.721.743	607.026.392	586.149.400
Empréstimos e títulos descontados	235.166.295	229.003.246	221.999.488
Financiamentos	178.770.936	169.129.871	164.554.758
Financiamentos rurais e agroindustriais	175.826.411	170.127.548	164.584.090
Financiamentos imobiliários	46.556.170	38.443.983	34.674.898
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	57.728	493	523
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	344.203	321.251	335.643
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	51.272.581	47.711.742	44.429.531
Operações com cartão de crédito	18.993.148	19.925.427	17.420.221
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	15.941.232	12.566.495	11.550.272
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	15.655.155	14.664.270	14.989.834
Avais e fianças honrados	279.243	235.369	159.130
Diversos	403.803	320.181	310.074
Total da Carteira de Crédito	687.994.324	654.738.134	630.578.931
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.587.162)	(25.060.164)	(23.558.101)
(Provisão para operações de crédito)	(30.776.935)	(24.249.769)	(22.841.688)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(810.227)	(810.395)	(716.413)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	656.407.162	629.677.970	607.020.830

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(4) Inclui o valor de R\$ 7.627 mil em 30.09.2015 (R\$ 5.963 mil em 31.12.2014 e R\$ 5.522 mil em 30.09.2014) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas de Operações de Crédito	32.832.564	22.586.898	81.165.806	59.006.632
Empréstimos e títulos descontados	13.517.991	11.600.555	38.298.257	33.163.200
Financiamentos	11.630.351	5.118.985	21.845.493	9.443.736
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.162.390	2.643.108	8.736.568	7.521.952
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.003.661	1.406.115	5.606.072	3.889.365
Financiamentos imobiliários	1.169.338	774.860	3.060.674	1.990.037
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	609.690	680.191	2.115.999	2.231.131
Financiamentos de moedas estrangeiras	652.912	283.358	1.224.125	542.522
Financiamentos à exportação	55.796	71.329	210.427	192.893
Avais e fianças honrados	19.675	2.959	34.247	12.129
Demais	10.760	5.438	33.944	19.667
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 9.h)	--	--	--	548
Total	32.832.564	22.586.898	81.165.806	59.007.180

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 4.575 mil no terceiro trimestre de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 2.399 mil), R\$ 51.456 mil no terceiro trimestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 29.438 mil), R\$ 60.533 mil no período de 01.01.2015 a 30.09.2015 (com impacto no resultado de R\$ 32.016 mil) e R\$ 78.937 mil no período de 01.01.2014 a 30.09.2014 (com impacto no resultado de R\$ 45.160 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 700 mil, R\$ 134.305 mil, R\$ 85.765 mil e R\$ 148.079 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	30.09.2015	%	31.12.2014	%	30.09.2014	%
Setor Público	77.077.504	11,2	59.780.785	9,1	57.093.867	9,1
Administração pública	39.059.724	5,7	28.741.202	4,3	26.440.969	4,2
Petroleiro	25.466.249	3,7	19.480.155	3,0	19.602.159	3,1
Energia elétrica	11.233.197	1,6	10.198.015	1,6	9.107.052	1,4
Serviços	359.004	0,1	416.493	0,1	343.620	0,1
Demais atividades	959.330	0,1	944.920	0,1	1.600.067	0,3
Setor Privado ⁽¹⁾	610.916.820	88,8	594.957.349	90,9	573.485.064	90,9
Pessoa Física	299.288.629	43,5	284.914.740	43,5	273.653.846	43,4
Pessoa Jurídica	311.628.191	45,3	310.042.609	47,4	299.831.218	47,5
Mineração e metalurgia	36.642.855	5,3	35.917.338	5,5	36.119.441	5,7
Agronegócio de origem vegetal	33.992.871	4,9	33.718.481	5,1	33.657.018	5,3
Automotivo	23.308.277	3,4	21.602.573	3,3	21.791.620	3,5
Transportes	23.575.469	3,4	19.726.179	3,0	18.250.939	2,9
Serviços	20.860.675	3,0	22.135.085	3,4	21.487.927	3,4
Combustíveis	21.252.132	3,1	19.427.654	3,0	19.309.737	3,1
Imobiliário	18.394.392	2,7	18.022.956	2,8	16.771.919	2,7
Energia elétrica	17.555.492	2,6	15.045.711	2,3	14.165.401	2,2
Comércio varejista	16.898.972	2,5	16.450.483	2,5	15.792.659	2,5
Agronegócio de origem animal	12.993.027	1,9	13.769.901	2,1	13.079.858	2,1
Atividades específicas da construção	12.068.824	1,8	12.286.046	1,9	11.756.423	1,9
Têxtil e confecções	10.121.682	1,5	11.068.425	1,7	10.912.586	1,7
Papel e celulose	8.944.571	1,3	9.229.934	1,4	9.087.360	1,4
Insumos agrícolas	9.208.435	1,3	9.548.536	1,5	8.435.904	1,3
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.297.189	0,9	7.341.571	1,1	7.084.605	1,1
Químico	7.410.156	1,1	7.644.071	1,2	7.617.734	1,2
Eletroeletrônico	8.350.344	1,2	10.416.396	1,6	9.606.458	1,5
Construção pesada	5.050.173	0,7	5.332.310	0,8	4.689.792	0,7
Madeireiro e moveleiro	6.310.272	0,9	6.697.376	1,0	6.497.320	1,0
Telecomunicações	4.016.325	0,6	5.425.767	0,8	5.657.620	0,9
Demais atividades	8.376.058	1,2	9.235.816	1,4	8.058.897	1,4
Total	687.994.324	100,0	654.738.134	100,0	630.578.931	100,0

(1) Os valores evidenciados no item "Pessoa Física" incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	20.799.039	7.374.230	15.803.634	2.005.413	236.034	277.375	66.636	42.111	533.087	47.137.559	45.825.861	43.127.218
31 a 60	15.051.648	4.412.971	4.947.236	994.749	87.597	181.852	37.158	32.027	117.601	25.862.839	29.141.870	27.450.805
61 a 90	16.331.707	4.093.812	4.774.686	1.019.496	88.478	244.026	42.951	28.213	150.012	26.773.381	23.500.409	24.961.479
91 a 180	33.514.210	8.517.814	10.781.512	2.823.316	248.599	485.968	117.443	78.314	581.673	57.148.849	63.291.007	59.473.761
181 a 360	54.979.432	14.568.323	15.556.464	3.066.370	315.486	762.459	174.241	135.918	807.244	90.365.937	99.062.496	98.562.701
Acima de 360	248.752.599	67.508.320	68.100.506	11.455.560	2.289.336	4.791.633	1.232.996	825.260	4.079.179	409.035.389	373.983.476	357.270.965
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	298.488	139.258	334.452	119.612	31.238	65.210	35.382	19.568	49.269	1.092.477	732.424	903.854
Demais ⁽¹⁾	370.110	--	--	--	--	--	--	--	--	370.110	355.522	376.071
Subtotal	390.097.233	106.614.728	120.298.490	21.484.516	3.296.768	6.808.523	1.706.807	1.161.411	6.318.065	657.786.541	635.893.065	612.126.854
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	160.527	192.685	106.962	135.620	76.584	95.997	481.370	1.249.745	1.012.344	1.027.287
31 a 60	--	--	69.958	91.893	81.107	77.955	39.122	52.851	205.700	618.586	519.686	572.291
61 a 90	--	--	61.080	88.878	61.320	72.364	42.088	51.613	215.357	592.700	466.604	487.187
91 a 180	--	--	146.281	221.062	155.309	194.544	114.396	141.839	564.800	1.538.231	1.255.266	1.370.434
181 a 360	--	--	259.477	356.425	267.546	392.537	199.464	235.176	1.022.100	2.732.725	2.152.548	2.248.434
Acima de 360	--	--	792.220	901.913	851.026	1.526.992	947.607	894.401	3.739.555	9.653.714	6.539.550	6.172.476
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	19.486	51.368	49.829	49.193	20.283	25.300	85.108	300.567	213.759	221.644
15 a 30	--	--	246.887	169.552	76.011	106.082	59.653	45.088	184.607	887.880	725.979	623.258
31 a 60	--	--	77.484	409.350	160.078	256.443	117.964	94.061	330.251	1.445.631	896.350	935.788
61 a 90	--	--	7	8.502	307.716	295.462	105.960	119.702	451.983	1.289.332	820.638	873.138
91 a 180	--	--	9	731.772	8.680	266.753	301.877	392.255	1.232.034	2.933.380	1.283.866	1.369.222
181 a 360	--	--	--	4.300.092	1	8.270	15.975	16.613	2.316.069	6.657.020	1.655.916	1.414.127
Acima de 360	--	--	--	--	2	--	--	--	308.270	308.272	1.302.563	1.136.791
Subtotal	--	--	1.833.416	7.523.492	2.125.587	3.382.215	2.040.973	2.164.896	11.137.204	30.207.783	18.845.069	18.452.077
Total	390.097.233	106.614.728	122.131.906	29.008.008	5.422.355	10.190.738	3.747.780	3.326.307	17.455.269	687.994.324	654.738.134	630.578.931

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 31.477 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.09.2015				31.12.2014				30.09.2014			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	390.097.233	--	--	--	390.137.737	--	--	--	371.181.999	--	--	--
A	0,5	106.614.728	533.074	187.037	720.111	88.743.673	443.718	73.063	516.781	90.617.358	453.087	73.062	526.149
B	1	122.131.906	1.221.319	244.690	1.466.009	120.128.812	1.201.288	--	1.201.288	114.758.980	1.147.590	--	1.147.590
C	3	29.008.008	870.240	485.325	1.355.565	22.385.074	671.552	77.889	749.441	22.735.075	682.052	77.889	759.941
D	10	5.422.355	542.236	173.499	715.735	3.238.712	323.871	60.861	384.732	3.484.367	348.437	60.861	409.298
E	30	10.190.738	3.057.221	1.471.232	4.528.453	9.342.462	2.802.739	689.577	3.492.316	8.611.110	2.583.333	698.482	3.281.815
F	50	3.747.780	1.873.890	625.265	2.499.155	3.506.235	1.753.118	319.311	2.072.429	2.957.644	1.478.822	319.311	1.798.133
G	70	3.326.307	2.328.415	518.450	2.846.865	2.656.829	1.859.780	184.797	2.044.577	2.606.735	1.824.715	184.797	2.009.512
H	100	17.455.269	17.455.269	--	17.455.269	14.598.600	14.598.600	--	14.598.600	13.625.663	13.625.663	--	13.625.663
Total		687.994.324	27.881.664	3.705.498	31.587.162	654.738.134	23.654.666	1.405.498	25.060.164	630.578.931	22.143.699	1.414.402	23.558.101

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo Inicial	27.359.850	22.362.954	25.060.164	21.142.418
Reforço/(reversão)	8.028.257	4.446.618	18.816.685	12.703.785
Provisão mínima requerida	5.728.257	4.402.435	16.516.685	12.516.650
Provisão adicional	2.300.000	44.183	2.300.000	187.135
Variação cambial - provisões no exterior	144.501	15.134	168.921	8.051
Baixas para prejuízo	(3.945.446)	(3.266.605)	(12.458.608)	(10.296.153)
Saldo Final	31.587.162	23.558.101	31.587.162	23.558.101

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo Inicial	934.306	735.850	909.528	665.952
Reforço/(reversão)	137.451	126.109	162.201	202.206
Variação cambial - provisões no exterior	90	26	122	(140)
Baixas para prejuízo/ outros ajustes	7	(726)	3	(6.759)
Saldo Final	1.071.854	861.259	1.071.854	861.259

h) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	--	--	--	548
Arrendamento financeiro	--	--	--	548
Despesas de Arrendamento Mercantil	--	--	--	(534)
Arrendamento financeiro	--	--	--	(534)
Total	--	--	--	14

i) Concentração das Operações de Crédito

	30.09.2015	% da Carteira	31.12.2014	% da Carteira	30.09.2014	% da Carteira
Maior Devedor	25.779.758	3,5	20.038.724	2,9	20.756.881	3,1
10 Maiores devedores	91.762.168	12,6	70.014.552	10,2	68.606.188	10,4
20 Maiores devedores	121.623.634	16,7	99.797.944	14,5	98.031.721	14,8
50 Maiores devedores	165.552.694	22,8	139.116.007	20,2	135.351.400	20,4
100 Maiores devedores	193.446.000	26,6	166.767.185	24,2	160.761.109	24,3

j) Créditos Renegociados

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	11.131.435	8.691.982	33.067.839	29.343.903
Renegociados por atraso ⁽²⁾	3.782.806	957.314	9.110.876	2.687.854
Renovados ⁽³⁾	7.348.629	7.734.668	23.956.963	26.656.049
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso				
Saldo Inicial	12.701.343	7.564.163	9.030.112	7.093.500
Contratações ⁽²⁾	3.782.806	957.315	9.110.876	2.687.855
(Recebimento) e apropriação de juros	(460.952)	(311.713)	(957.038)	(629.881)
Baixas para prejuízo	(503.412)	(334.187)	(1.664.165)	(1.275.896)
Saldo Final ⁽⁴⁾	15.519.785	7.875.578	15.519.785	7.875.578
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso			7.463.541	5.162.711
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso			48,1%	65,6%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso			2.469.413	1.613.031
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso			15,9%	20,5%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 126.865 mil (R\$ 171.952 mil em 30.09.2014) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.763.797 mil (R\$ 5.256.351 mil em 30.09.2014) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

k) Informações Complementares

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Créditos contratados a liberar	155.539.555	154.664.706	156.858.417
Garantias prestadas ⁽¹⁾	13.981.783	11.368.409	10.296.270
Créditos de exportação confirmados	3.500.298	2.421.183	2.352.102
Créditos abertos para importação contratados	1.329.060	823.894	426.388
Recursos vinculados	1.905.020	1.216.845	1.124.140
Valores garantidos por depósitos vinculados	1.872.583	145.084	192.155

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 19.e) no montante de R\$ 522.659 mil (R\$ 182.805 mil em 31.12.2014 e R\$ 178.180 mil em 30.09.2014), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

l) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Empréstimos e Títulos Descontados		2.773.734	3.369.930	3.380.254
Proger Urbano Investimento	18/2005	2.773.705	3.369.908	3.380.231
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	7	9	10
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	22	13	13
Financiamentos		573.158	690.573	705.092
Proger Exportação	27/2005	25.532	12.052	8.616
FAT Taxista	02/2009	296.014	258.634	245.368
FAT Turismo - Investimento	01/2012	146.468	163.091	144.505
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	105.144	256.796	306.603
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		159.874	291.653	377.644
Proger Rural Custeio	02/2006	1.130	1.835	1.989
Proger Rural Investimento	13/2005	15.669	23.807	27.844
Pronaf Custeio	04/2005	3.149	3.626	3.888
Pronaf Investimento	05/2005	135.767	254.633	335.075
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	4.159	7.747	8.843
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	--	5	5
Total		3.506.766	4.352.156	4.462.990

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

10 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.684.917	1.549.300	1.508.664
Total	1.684.917	1.549.300	1.508.664

b) Diversos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 23.e)	36.719.119	24.193.724	24.236.179
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 26.c)	25.452.941	20.677.150	19.062.076
Operações com cartões de crédito (Nota 9.a)	18.993.148	19.925.427	17.420.221
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 26.d)	16.138.929	15.418.982	15.204.014
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.479.467	8.878.585	9.154.790
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	11.764.708	10.914.595	9.349.851
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 25.f)	8.884.572	8.274.132	8.210.244
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 9.a) ⁽¹⁾	15.655.155	14.664.270	14.989.834
Títulos e créditos a receber - outros	1.601.061	1.412.782	1.325.141
Aquisição de recebíveis	3.745.349	3.991.029	3.805.768
Ativos atuariais (Nota 25.e)	3.321.249	6.233.307	10.173.480
Devedores diversos – país	2.112.056	1.519.239	1.614.819
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	1.816.527	2.265.746	1.986.841
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal ⁽³⁾	1.450.101	1.985.128	1.931.492
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.010.212	1.226.441	606.137
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.858.992	2.056.693	2.245.240
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	1.210.866	2.405.945	3.316.901
Devedores por depósitos em garantia - outros	11.631	8.375	8.489
Devedores diversos - exterior	144.256	126.167	126.928
Adiantamentos e antecipações salariais	190.525	276.306	191.429
Devedores por compra de valores e bens	41.277	51.367	43.290
Outros	607.372	491.178	462.477
Total	160.209.513	146.996.568	145.465.641
Ativo circulante	104.847.157	98.221.116	108.902.783
Ativo não circulante	55.362.356	48.775.452	36.562.858

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de operações com recursos do MCR 6-2 e MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e programa de recuperação da lavoura cacaujeira baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002).

(3) Recebíveis oriundos da parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pela utilização da rede Banco Postal.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	20.827.850	15.745.408	14.032.850
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	49.044	32.788	30.255
Direitos sobre vendas de câmbio	6.152.596	15.007.433	15.062.079
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(3.493.890)	(13.522.786)	(13.445.280)
Valores em moedas estrangeiras a receber	3.295	5.655	5.271
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	196.981	143.022	128.969
Total	23.735.876	17.411.520	15.814.144
Ativo circulante	22.565.800	17.411.520	15.814.144
Ativo não circulante	1.170.076	--	--
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	8.776.053	18.967.647	17.916.186
(Importação Financiada)	(24.177)	(10.177)	(10.981)
Obrigações por compras de câmbio	16.614.999	14.280.034	13.115.058
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(15.395.686)	(12.153.685)	(11.153.566)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	4.585	6.157	5.617
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	6.258	3.993	3.139
Total	9.982.032	21.093.969	19.875.453
Passivo circulante	9.690.822	17.378.967	16.702.788
Passivo não circulante	291.210	3.715.002	3.172.665
Carteira de Câmbio Líquida	13.753.844	(3.682.449)	(4.061.309)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	1.418.898	1.069.173	563.735
Créditos de exportação confirmados	3.500.298	2.421.183	2.352.102

b) Resultado de Operações de Câmbio

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de câmbio	6.595.387	2.682.304	14.986.116	6.864.039
Despesas de câmbio	(4.086.234)	(2.757.809)	(11.825.468)	(6.229.116)
Resultado de Operações de Câmbio	2.509.153	(75.505)	3.160.648	634.923

12 - OUTROS VALORES E BENS

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Bens não de Uso Próprio	222.159	229.862	230.369
Imóveis	37.908	66.561	65.436
Bens em regime especial	168.745	152.023	156.222
Veículos e afins	228	240	246
Imóveis habitacionais	12.137	7.557	4.547
Máquinas e equipamentos	3.087	3.425	3.862
Outros	54	56	56
Material em Estoque	28.715	27.112	29.598
Subtotal	250.874	256.974	259.967
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(117.774)	(121.944)	(121.757)
Despesas Antecipadas	223.167	314.232	379.805
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	--	57	91
Despesas de pessoal - programa de alimentação	110.202	147.658	105.505
Dependências Externas	39.017	24.953	29.516
Despesas tributárias	14.294	31	12.095
Promoções e relações públicas	10.955	1.598	9.319
Aluguéis	5.833	5.901	5.924
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	23.736	111.923	192.865
Outros	19.130	22.111	24.490
Total	356.267	449.262	518.015
Ativo circulante	322.908	347.570	352.183
Ativo não circulante	33.359	101.692	165.832

(1) O Banco reconheceu, no 3º Trimestre/2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 2.925 mil (R\$ 12.549 mil no 3º Trimestre/2014).

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

13- INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	Saldo contábil	Movimentações - 01.01 a 30.09.2015			Saldo contábil		Resultado de equivalência
	31.12.2014	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	30.09.2015	30.09.2014	01.01 a 30.09.2014
No País	15.437.919	(2.344.057)	(142.810)	8.338.184	21.289.236	16.302.320	3.704.558
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	3.662.042	(1.147.078)	(23.381)	2.115.131	4.606.714	3.949.332	1.538.908
BB Elo Cartões Participações S.A.	586.915	--	--	3.978.239	4.565.154	577.525	127.392
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.893.195	(51.729)	--	290.430	4.131.896	3.860.509	170.258
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	3.714.071	--	(76.000)	235.956	3.874.027	3.775.618	284.288
BB Banco de Investimento S.A.	2.825.136	(669.806)	(1.697)	949.991	3.103.624	3.106.318	831.528
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	131.638	(377.398)	4	585.375	339.619	344.348	565.644
BB Tecnologia e Serviços S.A. ⁽²⁾	207.606	--	1.611	23.152	232.369	200.487	38.849
BB Administradora de Consórcios S.A.	164.162	(97.882)	--	153.753	220.033	209.975	132.240
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	19.030	--	19	15.139	34.188	31.729	12.706
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	17.172	--	--	(116)	17.056	15.317	3.308
Cadam S.A.	25.201	--	--	(9.340)	15.861	25.201	(728)
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	7.145	(164)	--	249	7.230	7.195	126
Cia. Hidromineral Piratuba	2.525	--	36	154	2.715	2.514	16
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec ⁽³⁾	2.275	--	(58)	71	2.288	2.265	23
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽⁴⁾	228	--	--	--	228	228	--
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	--	--	142	--	142	--	--
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	179.578	--	(43.486)	--	136.092	193.759	--
No Exterior	3.766.652	(208.494)	(2.840.206)	4.711.998	5.429.948	3.393.839	443.840
Banco Patagonia	1.228.999	(208.494)	441.126	363.939	1.825.570	1.067.772	347.444
Brasilean American Merchant Bank	1.221.749	--	563.619	(28.538)	1.756.830	1.108.520	28.828
Banco do Brasil AG Viena	725.057	--	461.084	15.437	1.201.576	685.467	28.144
BB Securities LLC	142.968	--	71.903	4.329	219.200	126.913	31.893
Banco do Brasil Americas	119.537	--	57.763	127	177.427	88.464	14.449
BB USA Holding Company	575	--	286	--	861	3.835	(379)
BB Leasing Company Ltd	121.831	--	(120.053)	(1.177)	601	112.399	588
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	205.936	--	41.947	--	247.883	200.469	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	(2.741.693)	2.741.693	--	--	186.633
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e coligadas e controladas	--	--	(1.584.799)	1.584.799	--	--	(196.469)
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	(31.389)	31.389	--	--	2.709
Total das Participações em Coligadas e Controladas	19.204.571	(2.552.551)	(2.983.016)	13.050.182	26.719.184	19.696.159	4.148.398
Imparidade acumulada	(4.267)	--	--	--	(4.267)	(4.267)	--

(1) Em 30.09.2015, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 24,81.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) As informações referem-se ao período de dezembro/2014 a agosto/2015.

(4) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Saldos em 30.09.2015	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) líquido 01.01 a 30.09.2015	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No País						
BB Seguridade Participações S.A.	5.646.767	6.953.530	3.192.651	1.325.000	--	66,25%
BB Elo Cartões Participações S.A.	406.515	5.932.905	5.345.990	10.000	--	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.131.895	290.428	3.000	--	100,00%
Banco Votorantim S.A.	7.483.754	7.777.684	404.712	43.114.693	9.581.043	50,00%
BB Banco de Investimento S.A.	1.821.082	3.103.624	949.994	949.994	2.541	100,00%
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	339.619	585.374	100.000	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	146.391	234.777	31.079	248.458	248.586	99,97%
BB Administradora de Consórcios S.A.	98.539	220.033	153.753	398.158	--	100,00%
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	34.189	15.138	398.158	--	100,00%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban ⁽¹⁾	374.521	378.203	4.816	470.159	--	12,52%
Cadam S.A.	183.904	73.298	38.256	--	4.762	21,64%
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	6.288	7.258	223	10.168.639	--	99,62%
Cia. Hidromineral Piratuba	4.439	17.583	654	633	--	14,26%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec ⁽²⁾	68.479	75.538	2.356	8	--	12,12%
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽³⁾	9.633	12.872	(1.266)	96.333	--	100,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	59.096	(1.026)	5.076	1.736	11,11%
No Exterior						
Banco Patagonia	303.314	3.095.948	371.580	245.648	424.102	58,96%
Brasilean American Merchant Bank	957.392	1.756.828	(4.938)	(23.600)	241.023	--
Banco do Brasil AG Viena	414.034	1.201.577	20.761	(5.324)	338	--
BB Securities LLC	19.861	219.200	3.644	685	5.000	--
Banco do Brasil Americas	244.290	177.427	(5.035)	5.162	11.086	--
BB USA Holding Company	--	861	--	--	--	--
BB Leasing Company Ltd.	--	601	(1.193)	15	1.000	--

(1) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 4,51%.

(2) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 3,03%.

(3) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 1,00%.

b) Outros Investimentos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Investimentos por incentivos fiscais	10.834	10.834	10.833
Títulos patrimoniais	58	58	58
Ações e cotas	80.616	70.989	67.906
Outros Investimentos	3.060	3.009	2.985
Outras participações no exterior	94.702	63.313	58.420
Total	189.270	148.203	140.202
(Imparidade acumulada)	(44.479)	(44.446)	(44.440)

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Saldo Inicial	359.475	402.753	385.514	508.147
Amortizações ⁽¹⁾	(25.648)	(22.743)	(74.161)	(68.571)
Variação cambial ⁽²⁾	50.148	14.218	72.622	(45.348)
Saldo Final	383.975	394.228	383.975	394.228

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre os ágios do BB Americas, Banco Patagonia e da Merchant e-Solutions, Inc.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	4º Trimestre/2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	26.429	108.067	107.475	47.781	48.724	45.499	383.975
Banco Votorantim	14.493	60.466	61.133	--	--	--	136.092
Banco Patagonia	10.953	41.559	37.838	38.569	39.338	33.340	201.597
Banco do Brasil Americas	983	6.042	8.504	9.212	9.386	12.159	46.286
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(11.893)	(48.630)	(48.364)	(21.501)	(21.926)	(20.475)	(172.789)
Total Líquido	14.536	59.437	59.111	26.280	26.798	25.024	211.186

(1) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,60%	12,22%
BB Americas	2,00%	9,44%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos sete anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável dos ágios na aquisição do Banco Patagonia foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão da companhia na Merval (Mercado de Valores de Buenos Aires).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
Banco Patagonia	R\$ 5,04 ⁽²⁾

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2014.

(2) Valor equivalente a ARS 17,45, conforme cotação ARS/BRL em 30.09.2014.

Nos períodos de 01.01 a 30.09.2015 e 01.01 a 30.09.2014, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

14 - IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015		30.09.2015			30.09.2014	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	3.637.601	311.497	(256.177)	6.308.495	(2.606.883)	(8.691)	3.692.921	3.474.736
Móveis e equipamentos de uso	1.391.926	144.119	(167.442)	3.187.552	(1.818.949)	--	1.368.603	1.219.559
Sistemas de processamento de dados	1.135.063	185.094	(319.927)	3.878.852	(2.878.622)	--	1.000.230	1.076.786
Instalações	200.422	16.246	(25.627)	955.960	(764.919)	--	191.041	194.329
Terrenos	183.076	(92)	--	182.984	--	--	182.984	185.515
Sistemas de segurança	164.318	13.196	(19.644)	384.686	(226.816)	--	157.870	167.384
Imobilizações em curso	128.664	(40.162)	--	88.502	--	--	88.502	123.399
Sistemas de comunicação	86.574	10.595	(11.066)	239.798	(153.695)	--	86.103	83.440
Sistemas de transporte	5.005	517	(520)	8.511	(3.509)	--	5.002	5.164
Móveis e equipamentos em estoque	1.771	(20)	--	1.751	--	--	1.751	1.776
Total	6.934.420	640.990	(800.403)	15.237.091	(8.453.393)	(8.691)	6.775.007	6.532.088

15 - INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015				30.09.2015			30.09.2014	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Reversão de perdas por imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	6.510.812	513.028	(190.192)	(1.413.036)	--	9.398.626	(3.928.274)	(49.740)	5.420.612	5.894.553
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	2.715.371	--	--	(605.818)	--	4.961.027	(2.851.474)	--	2.109.553	2.892.719
Softwares	1.220.438	310.393	--	(117.405)	2.378	2.251.901	(836.097)	--	1.415.804	1.144.845
Outros ativos intangíveis	262.193	79.949	--	(98.258)	--	342.019	(98.135)	--	243.884	284.630
Total	10.708.814	903.370	(190.192)	(2.234.517)	2.378	16.953.573	(7.713.980)	(49.740)	9.189.853	10.216.747

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa.

b) Estimativa de Amortização

	4º Trimestre/2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valores a amortizar	761.870	2.917.271	2.554.640	1.343.793	721.531	890.748	9.189.853

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2014 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2015 e projeções internas de resultado a partir de 2016, por cinco anos.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,5%	12,3%

(1) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos de 01.01 a 30.09.2015 e de 01.01 a 30.09.2014, não houve perda por imparidade sobre o ágio de sociedade incorporada.

16 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos à Vista	61.752.586	71.382.508	66.912.659
Pessoas físicas	27.252.943	33.550.409	30.137.679
Pessoas jurídicas	19.379.562	25.990.910	22.397.184
Vinculados	9.872.573	5.927.324	8.736.547
Governos	1.591.076	2.226.009	1.865.886
Moedas estrangeiras	1.226.183	706.951	928.661
Instituições do sistema financeiro	235.060	846.662	971.843
Empresas ligadas	1.714.921	1.020.371	867.784
Especiais do Tesouro Nacional	325.348	403.878	542.172
Domiciliados no exterior	60.629	204.987	295.115
Outros	94.291	505.007	169.788
Depósitos de Poupança	149.763.605	148.698.890	148.995.605
Pessoas físicas	139.319.946	140.036.529	138.963.241
Pessoas jurídicas	10.121.003	8.407.859	9.688.943
Empresas ligadas	306.770	240.767	330.113
Instituições do sistema financeiro	15.886	13.735	13.308
Depósitos Interfinanceiros	50.951.733	40.050.009	32.203.076
Depósitos a Prazo	193.005.863	208.186.082	214.356.989
Judiciais	115.918.323	114.899.093	109.993.451
Moeda nacional	53.668.556	70.568.994	84.318.310
Moedas estrangeiras	18.170.613	17.117.521	14.516.491
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 16.e)	3.907.659	4.478.914	4.466.951
Funproger (Nota 16.f)	251.678	233.939	227.439
Outros	1.089.034	887.621	834.347
Total	455.473.787	468.317.489	462.468.329
Passivo circulante	402.751.829	401.776.941	380.584.278
Passivo não circulante	52.721.958	66.540.548	81.884.051

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos a prazo (1)	120.656.048	17.035.450	8.566.560	18.840.117	27.907.688	--	193.005.863	208.186.082	214.356.989
Depósitos de poupança	149.763.605	--	--	--	--	--	149.763.605	148.698.890	148.995.605
Depósitos à vista	61.752.586	--	--	--	--	--	61.752.586	71.382.508	66.912.659
Depósitos interfinanceiros	3.128.762	19.769.141	22.079.677	5.077.681	875.267	21.205	50.951.733	40.050.009	32.203.076
Total	335.301.001	36.804.591	30.646.237	23.917.798	28.782.955	21.205	455.473.787	468.317.489	462.468.329

(1) Inclui o valor de R\$ 52.461.417 mil (R\$ 69.447.868 mil em 31.12.2014 e R\$ 83.124.199 mil em 30.09.2014), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Carteira Própria	62.325.560	55.086.453	47.244.392
Títulos privados	44.890.935	48.323.785	41.250.730
Letras Financeiras do Tesouro	15.174.695	6.511.284	5.848.900
Títulos no exterior	2.259.930	231.185	144.762
Letras do Tesouro Nacional	--	20.199	--
Carteira de Terceiros	264.201.186	245.581.865	267.766.515
Letras do Tesouro Nacional	135.252.351	125.057.631	91.326.235
Notas do Tesouro Nacional	101.191.868	86.329.420	149.939.339
Letras Financeiras do Tesouro	27.667.987	32.999.180	25.375.387
Títulos no exterior	88.980	1.195.634	1.125.554
Total	326.526.746	300.668.318	315.010.907
Passivo circulante	274.024.125	288.017.924	301.818.697
Passivo não circulante	52.502.621	12.650.394	13.192.210

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Despesas de Captações com Depósitos	(8.581.516)	(7.991.687)	(23.866.694)	(22.914.895)
Depósitos judiciais	(3.193.466)	(2.520.687)	(8.805.927)	(7.083.581)
Depósitos de poupança	(3.016.939)	(2.592.193)	(8.316.328)	(7.356.512)
Depósitos a prazo	(2.142.940)	(2.722.886)	(6.123.728)	(7.946.679)
Depósitos interfinanceiros	(228.171)	(155.921)	(620.711)	(528.123)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(11.522.532)	(8.067.787)	(31.161.221)	(21.681.204)
Carteira de terceiros	(9.696.376)	(6.878.288)	(26.543.888)	(18.243.536)
Carteira própria	(1.826.156)	(1.189.499)	(4.617.333)	(3.437.668)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(5.637.555)	(3.471.163)	(14.810.694)	(9.080.485)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(4.027.526)	(2.452.667)	(10.165.044)	(6.290.975)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(275.384)	(226.502)	(728.210)	(643.888)
Letras financeiras	(835.154)	(621.472)	(2.590.471)	(1.699.643)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(499.491)	(170.522)	(1.326.969)	(445.979)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(169.838)	(118.744)	(434.982)	(335.066)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽³⁾	(674.878)	(488.432)	(1.848.352)	(1.191.038)
Outras	(185.049)	(180.328)	(548.295)	(531.972)
Total	(26.771.368)	(20.318.141)	(72.670.238)	(55.734.660)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 19.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 19.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Data final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					56.541	144.447	200.988	120.175	289.782	409.957	113.751	388.744	502.495
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	254	1.920	2.174	481	2.362	2.843	26	2.922	2.948
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	51.502	133.066	184.568	110.778	270.733	381.511	106.419	360.878	467.297
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	--	--	--	4.476	--	4.476	1.030	4.943	5.973
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	314	603	917	258	1.152	1.410	324	1.334	1.658
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	4.471	8.858	13.329	4.182	15.535	19.717	5.952	18.667	24.619
Proger Urbano					371.895	2.614.570	2.986.465	52.129	3.190.908	3.243.037	2.033	3.168.884	3.170.917
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	371.895	2.614.570	2.986.465	52.126	3.190.902	3.243.028	2.030	3.168.877	3.170.907
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	--	--	--	3	6	9	3	7	10
Outros					156.891	563.315	720.206	142.537	683.383	825.920	94.488	699.051	793.539
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	15.368	24.706	40.074	408	11.947	12.355	5.357	8.389	13.746
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	78.823	294.539	373.362	65.397	257.715	323.112	22.536	244.547	267.083
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	3.646	145.384	149.030	9.228	162.119	171.347	10.697	143.930	154.627
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	59.054	98.686	157.740	67.504	251.602	319.106	55.898	302.185	358.083
Total					585.327	3.322.332	3.907.659	314.841	4.164.073	4.478.914	210.272	4.256.679	4.466.951

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 30.09.2015 é de R\$ 251.678 mil (R\$ 233.939 mil em 31.12.2014 e R\$ 227.439 mil em 30.09.2014).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

17 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
No Exterior	9.063.883	29.660.234	36.753.658	467.491	75.945.266	49.078.381	39.586.687
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	--	15.870.132	29.128.052	--	44.998.184	27.979.722	20.871.688
Tomados junto a banqueiros no exterior	8.975.508	13.676.300	7.539.602	463.968	30.655.378	20.688.868	18.164.787
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	162.009	304.064
Importação	88.375	113.802	40.772	3.523	246.472	241.423	230.676
Exportação	--	--	45.232	--	45.232	6.359	15.472
Total	9.063.883	29.660.234	36.753.658	467.491	75.945.266	49.078.381	39.586.687
Passivo circulante					38.724.117	17.128.042	15.605.551
Passivo não circulante					37.221.149	31.950.339	23.981.136

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Tesouro Nacional - Crédito Rural		208.380	284.612	491.245
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	90.491	158.098	363.988
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a. ou 6,35% a.a.	91.065	87.435	86.118
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	25.057	37.723	39.783
Outros		1.767	1.356	1.356
BNDES		38.895.277	43.250.644	43.111.334
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 6,89% a.a.	38.895.277	43.250.644	43.111.334
Caixa Econômica Federal	Pré 5,08% a.a. (média)	18.219.733	12.359.686	9.991.504
Finame		30.996.272	32.396.646	31.222.408
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	30.996.272	32.396.646	31.222.408
Outras Instituições Oficiais		2.222.217	863.889	1.242.702
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b)		1.643.753	--	--
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 7,50% a.a. (se aplicado)	578.436	863.861	1.242.674
Outros		28	28	28
Total		90.541.879	89.155.477	86.059.193
Passivo circulante		38.389.078	33.760.190	31.081.522
Passivo não circulante		52.152.801	55.395.287	54.977.671

Do Exterior

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	29.563.271	19.596.867	17.878.802
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477
Total	29.563.748	19.597.344	17.879.279
Passivo circulante	10.224.690	261.067	95
Passivo não circulante	19.339.058	19.336.277	17.879.184

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(10.564.564)	(2.389.025)	(16.556.612)	(2.501.957)
Despesas de Obrigações por Repasses	(8.303.883)	(2.980.018)	(14.517.480)	(4.685.659)
Do exterior	(6.862.698)	(1.974.674)	(10.693.134)	(1.974.674)
BNDES	(852.571)	(684.704)	(2.375.570)	(1.949.663)
Finame	(168.440)	(152.225)	(495.214)	(434.291)
Caixa Econômica Federal	(367.922)	(113.392)	(821.559)	(161.959)
Tesouro Nacional	(29.386)	(18.251)	(73.125)	(56.619)
Outras	(22.866)	(36.772)	(58.878)	(108.453)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(4.592.926)	(1.291.372)	(6.911.946)	(1.291.372)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.797.665)	(516.633)	(2.839.740)	(553.193)
Total	(25.259.038)	(7.177.048)	(40.825.778)	(9.032.181)

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Banco do Brasil								
Programa "Global Medium - Term Notes"						11.345.294	11.376.533	10.690.901
	R\$	350.000	9,75%	2007	2017	342.599	345.183	338.951
	USD	950.000	4,50%	2010	2015	--	2.572.930	2.347.804
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.999.999	1.358.763	1.235.198
	EUR	750.000	4,50%	2011	2016	3.427.482	3.284.535	2.388.801
	JPY	24.700.000	1,80%	2012	2015	--	551.404	551.736
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	4.453.396	2.519.088	3.121.149
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	1.121.818	744.630	707.262
"Senior Notes"						9.694.978	6.452.265	5.985.540
	USD	500.000	3,88%	2011	2017	1.996.663	1.346.214	1.229.852
	USD	1.925.000	3,88%	2012	2022	7.698.315	5.106.051	4.755.688
Notas Estruturadas	USD	53.534	0,64% a 3,55%		2021	214.075	143.540	153.181
Certificados de Depósitos ⁽¹⁾						20.224.229	9.291.680	11.360.827
Curto prazo			0,09% a 3,98%			19.643.742	8.797.314	7.867.411
Longo prazo			1,81% a 3,25%		2020	580.487	494.366	3.493.416
Certificados de Operações Estruturadas						17.882	2.384	2.244
Curto prazo						6.863	2.384	2.244
Longo prazo					2018	11.019	--	--
Letras de Crédito Imobiliário					2017	18.473.991	14.155.946	7.771.827
Letras de Crédito do Agronegócio						134.555.176	102.325.298	104.093.828
Curto prazo ⁽²⁾						18.658.231	21.576.941	22.895.703
Longo prazo ⁽³⁾					2020	115.896.945	80.748.357	81.198.125
Letras Financeiras						47.240	2.546.806	2.475.177
Curto prazo ⁽²⁾			104,00% a 105,00%			--	2.506.321	--
Longo prazo			106,50%		2017	47.240	40.485	2.475.177
Total						194.572.865	146.294.452	142.533.525
Passivo circulante						41.736.318	50.163.240	41.436.725
Passivo não circulante						152.836.547	96.131.212	101.096.800

(1) Títulos emitidos no exterior em SGD, AUD, CHF, EUR, GBP, RMB e USD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.983 dias.

19- OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e Previdenciárias**

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Obrigações legais (Nota 26.d)	13.827.869	13.141.399	12.936.428
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	67.497	657.937	1.698.849
Passivo fiscal diferido (Nota 23.d)	1.670.309	1.224.727	3.145.808
Provisão para demandas fiscais (Nota 26.a)	168.869	174.611	177.145
Impostos e contribuições a recolher	910.036	1.009.799	826.532
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	18.093	763.916	13.190
Outras	316.398	316.826	316.807
Total	16.979.071	17.289.215	19.114.759
Passivo circulante	16.696.637	16.830.606	16.910.833
Passivo não circulante	282.434	458.609	2.203.926

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Marinha Mercante	8.714.543	5.813.891	5.054.315
Pasep ⁽¹⁾	2.625.924	2.259.845	2.275.104
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.037.433	1.534.405	1.148.340
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	714.213	725.304	686.761
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	294.861	254.640	223.603
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	71.232	51.632	55.282
Outros	216.525	200.681	125.328
Total	14.674.731	10.840.398	9.568.733
Passivo circulante	9.674.726	6.629.365	5.889.793
Passivo não circulante	5.000.005	4.211.033	3.678.940

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						22.047.638	20.467.309	19.990.824
Recursos aplicados ⁽¹⁾						21.317.515	19.898.074	18.940.470
Recursos disponíveis ⁽²⁾						719.717	563.304	1.039.016
Encargos a capitalizar						10.406	5.931	11.338
CDBs Subordinados Emitidos no País						1.815.238	4.110.613	3.988.233
		1.335.000	115,00% do CDI	2009	2015	--	2.461.107	2.385.226
		1.000.000	105,00% do CDI	2009	2015	1.815.238	1.649.506	1.603.007
Dívidas Subordinadas no Exterior						11.600.598	7.861.671	7.149.434
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.640.653	1.787.935	1.627.732
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.968.023	4.045.769	3.677.903
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.991.922	2.027.967	1.843.799
Letras Financeiras Subordinadas						24.487.730	22.101.905	21.451.690
		1.000.000	108,50% do CDI	2010	2016	1.786.916	1.618.598	1.571.471
		2.055.100	111,00% do CDI	2011	2017	3.265.558	2.951.225	2.863.349
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	6.916.485	6.248.995	6.075.796
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	305.640	275.968	267.679
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	6.301.092	5.694.568	5.562.800
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	216.668	194.793	189.143
		377.100	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	436.726	393.641	381.614
		163.523	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	195.103	176.002	170.670
		1.594.580	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	1.828.488	1.646.548	1.558.010
		2.273.806	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	2.742.019	2.470.312	2.394.510
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	493.035	431.255	416.648
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil ⁽³⁾⁽⁴⁾						59.951.204	54.541.498	52.580.181

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) O montante de R\$ 38.674.964 mil (R\$ 37.065.165 mil em 31.12.2014 e R\$ 34.936.894 mil em 30.09.2014) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(4) Inclui o montante de R\$ 5.695.369 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Bônus Perpétuos							
	USD	1.500.000	8,50%	10/2009	6.168.806	4.037.923	3.803.525
	USD	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	7.379.962	4.835.886	4.564.603
	USD	2.000.000	6,25%	01/2013	8.138.335	5.355.519	5.017.529
	R\$	8.100.000	5,50%	09/2012	8.310.274	8.249.587	8.189.878
	USD	2.500.000	9,00%	06/2014	10.104.890	6.627.916	6.252.805
Total Banco do Brasil					40.102.267	29.106.831	27.828.340

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 29.890.805 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.502.534 mil em 31.12.2014 e R\$ 17.255.944 mil em 30.09.2014), sendo o montante de R\$ 24.131.115 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 27.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 27.b).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após a assinatura do termo aditivo ao do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014.

e) Diversas

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Operações com cartão de crédito/débito	18.060.862	19.548.519	16.652.142
Provisões para pagamentos a efetuar	5.496.679	4.133.442	4.565.173
Passivos atuariais (Nota 25.e)	8.255.564	7.769.579	7.820.748
Credores diversos no país	4.446.898	4.221.812	3.134.176
Provisões para demandas cíveis (Nota 26.a)	7.387.070	5.435.157	5.170.485
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26.a)	2.170.195	2.143.463	2.366.788
Recursos vinculados a operações de crédito	1.905.020	1.216.845	1.124.140
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.947.506	1.120.746	1.405.065
Credores diversos no exterior	145.478	61.130	135.595
Obrigações por convênios oficiais	1.189.085	733.450	871.352
Credores por recursos a liberar	775.515	1.003.725	926.796
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	603.984	973.651	844.695
Provisões para garantias prestadas	522.659	182.805	178.180
Obrigações por operações vinculadas a cessão	344.210	321.366	335.758
Obrigações por aquisição de bens e direitos	265.023	492.936	271.689
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	282.840	246.586	242.374
Coobrigações em cessões de crédito	1.068	1.107	1.180
Outras	421.062	233.798	66.994
Total	54.220.718	49.840.117	46.113.330
Passivo circulante	42.309.051	40.846.545	36.216.234
Passivo não circulante	11.911.667	8.993.572	9.897.096

20 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de cartões	128.245	655.978	600.973	1.962.083
Administração de fundos	579.932	530.828	1.633.590	1.440.602
Cobrança	422.705	369.259	1.249.950	1.072.592
Operações de crédito e garantias prestadas	257.386	181.060	652.857	608.524
Arrecadações	252.974	236.526	790.549	696.971
Seguros, previdência e capitalização	96.723	94.521	328.471	293.255
Interbancária	196.036	188.211	575.108	552.016
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	130.182	95.302	332.607	260.271
Serviços fiduciários	80.023	75.451	225.714	209.426
Conta corrente	91.148	81.216	256.498	231.799
Rendas do mercado de capitais	7.397	1.008	22.537	3.385
Prestados a ligadas	12.786	3.996	28.505	8.670
Outros serviços	162.317	183.205	500.329	549.681
Total	2.417.854	2.696.561	7.197.688	7.889.275

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Pacote de serviços	1.135.335	979.309	3.096.125	2.798.217
Rendas de cartões	262.286	228.424	743.790	672.322
Operações de crédito e cadastro	178.953	178.255	508.846	493.458
Administração de fundos de investimento	582	--	1.578	--
Transferência de recursos	86.636	77.712	242.462	213.222
Contas de depósito	59.210	53.970	169.725	152.880
Serviços fiduciários	4	4	7.727	11
Outras	42.687	35.086	111.484	100.176
Total	1.765.693	1.552.760	4.881.737	4.430.286

c) Despesas de Pessoal

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Proventos	(1.910.613)	(1.848.514)	(6.130.104)	(5.719.711)
Provisões administrativas de pessoal	(1.322.297)	(880.487)	(2.899.813)	(2.184.061)
Encargos sociais	(726.506)	(710.444)	(2.226.038)	(2.102.358)
Benefícios	(602.751)	(547.575)	(1.788.465)	(1.654.304)
Demandas trabalhistas	(516.932)	(257.876)	(1.132.869)	(594.883)
Previdência complementar	(112.763)	(100.098)	(326.559)	(287.894)
Honorários de diretores e conselheiros	(7.621)	(7.230)	(22.040)	(21.419)
Treinamento	(15.268)	(14.852)	(40.929)	(37.335)
Total	(5.214.751)	(4.367.076)	(14.566.817)	(12.601.965)

d) Outras Despesas Administrativas

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Amortização	(800.623)	(721.016)	(2.316.614)	(2.616.017)
Serviços de terceiros	(400.950)	(446.758)	(1.213.341)	(1.393.680)
Aluguéis	(316.844)	(291.334)	(916.007)	(835.995)
Comunicações	(267.674)	(363.306)	(864.844)	(1.081.745)
Depreciação	(271.718)	(257.395)	(800.403)	(731.692)
Transporte	(270.678)	(316.427)	(818.984)	(921.909)
Serviços de vigilância e segurança	(272.810)	(245.531)	(777.991)	(680.595)
Serviços técnicos especializados	(76.632)	(81.458)	(218.023)	(216.542)
Serviços do sistema financeiro	(154.199)	(155.005)	(456.804)	(457.654)
Processamento de dados	(338.889)	(307.416)	(1.000.864)	(924.908)
Manutenção e conservação de bens	(157.292)	(165.651)	(499.129)	(463.175)
Água, energia e gás	(123.920)	(85.608)	(372.376)	(263.518)
Propaganda e publicidade	(81.369)	(85.315)	(169.030)	(278.758)
Promoções e relações públicas	(61.903)	(56.834)	(162.456)	(167.056)
Viagem no país	(32.496)	(27.887)	(93.784)	(94.626)
Material	(30.265)	(32.707)	(86.070)	(90.467)
Outras	(147.611)	(129.464)	(417.281)	(370.575)
Total	(3.805.873)	(3.769.112)	(11.184.001)	(11.588.912)

e) Outras Receitas Operacionais

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Atualização de depósitos em garantia	732.242	489.918	1.906.694	1.412.022
Operações com cartões	186.434	156.173	461.378	385.558
Recuperação de encargos e despesas	435.871	268.231	1.201.602	799.568
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 25.f)	225.973	165.221	996.655	663.059
Rendas de títulos e créditos a receber	222.695	240.794	637.638	540.192
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	--	--	--	1.700.328
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	64.145	51.184	159.704	110.406
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	63.251	53.204	174.528	153.410
Reversão de provisões - demandas trabalhistas	--	52.203	256.608	591.184
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 25.d)	40.070	228.331	317.929	1.119.731
Royalties e participações especiais	39.909	16.978	129.643	138.110
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	24	52.124	11.374	72.139
Subvenção do Tesouro Nacional - MPO	16.016	49.938	118.723	124.439
Atualização de impostos a compensar	12.339	30.169	68.462	94.888
Outras	191.105	69.750	465.776	357.921
Total	2.230.074	1.959.226	6.956.619	8.334.681

f) Outras Despesas Operacionais

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Demandas cíveis e fiscais	(1.789.545)	(427.934)	(2.751.674)	(1.375.944)
Operações com cartões crédito/débito	(1.101.724)	(444.136)	(1.913.482)	(1.238.868)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	--	--	--	(1.301.518)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(297.275)	(283.666)	(868.461)	(378.217)
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(253.420)	(203.481)	(686.469)	(333.863)
Atualização das obrigações atuariais	(247.957)	(236.990)	(740.003)	(781.423)
Descontos concedidos em renegociação	(182.845)	(103.648)	(455.049)	(399.342)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(160.034)	(39.386)	(335.785)	(65.613)
Falhas/fraudes e outras perdas	(60.601)	(40.292)	(185.874)	(116.300)
Autoatendimento	(67.422)	(57.190)	(175.052)	(190.479)
Parceiros comerciais ⁽²⁾	--	(613)	--	(11.617)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(41.868)	(47.047)	(133.494)	(111.729)
Bônus de relacionamento negocial	(21.107)	(47.046)	(61.822)	(155.440)
Convênio INSS	(18.365)	(7.815)	(39.283)	(23.042)
Atualização de JCP/Dividendos	(9.085)	(3.943)	(13.514)	(9.357)
Despesas com Proagro	(8.620)	(6.541)	(22.531)	(19.090)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(7.421)	(7.536)	(18.509)	(20.636)
Previ - Ajuste atuarial	(4.928)	(3.081)	(10.018)	(8.025)
Outras	(193.179)	(91.458)	(478.320)	(220.836)
Total	(4.465.396)	(2.051.803)	(8.889.340)	(6.761.339)

(1) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 26.d.

(2) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojas.

21 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Receitas Não Operacionais	23.358	52.282	73.289	131.401
Ganhos de capital	6.898	2.982	16.165	10.805
Lucro na alienação de valores e bens	2.693	9.207	13.249	31.158
Rendas de aluguéis	2.395	7.091	7.680	16.086
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	7.852	17.628	15.480	34.057
Lucro na alienação de investimentos / participação societária	--	--	--	94
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	1.341	1.677	4.240	5.283
Outras rendas não operacionais	2.179	13.697	16.475	33.918
Despesas Não Operacionais	(14.203)	(14.297)	(75.484)	(43.932)
Desvalorização de outros valores e bens	(4.927)	(5.079)	(12.190)	(14.627)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(1.877)	(2.152)	(6.204)	(6.740)
Perdas de capital	(6.520)	(6.903)	(55.900)	(22.087)
Outras despesas não operacionais	(879)	(163)	(1.190)	(478)
Total	9.155	37.985	(2.195)	87.469

22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	72.411.410	69.820.212	70.745.901
Valor patrimonial por ação (R\$)	25,93	24,97	25,29
Valor de mercado por ação (R\$)	15,20	23,77	25,30

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 60.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2014 e 30.09.2014) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no período de 30.09.2014 à 30.09.2015, no valor de R\$ 6.000.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.04.2015 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 20.07.2015.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.747 mil (R\$ 2.805 mil em 31.12.2014 e R\$ 2.832 mil em 30.09.2014), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No período de 01.01 a 30.09.2015, foram realizadas reservas no montante de R\$ 58 mil (R\$ 1.732 mil no período de 01.01 a 30.09.2014) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Reservas de Capital	13.308	10.051	10.046
Reservas de Lucros	26.123.564	27.025.981	23.496.772
Reserva legal	5.898.540	5.468.217	5.180.834
Reservas Estatutárias	20.225.024	21.557.764	18.315.938
Margem operacional	17.157.322	17.347.176	14.267.441
Equalização de dividendos	3.067.702	4.210.588	4.048.497

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

e) Lucro por Ação

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	3.014.754	2.722.146	11.621.215	8.287.336
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.794.596.340	2.797.457.565	2.795.613.950	2.801.441.756
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,08	0,97	4,16	2,96

f) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.054.134	0,377	23.03.2015	31.03.2015
Dividendos pagos	1.261.461	0,451	21.05.2015	29.05.2015
2º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	810.594	0,291	11.06.2015	30.06.2015
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	347.343	0,124	21.08.2015	01.09.2015
Dividendos a pagos	39.046	0,014	21.08.2015	01.09.2015
3º Trimestre/2015				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	743.037	0,266	11.09.2015	30.09.2015
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar	476.981	0,171	23.11.2015	02.12.2015
Total Destinado aos Acionistas	4.732.596	1,694		
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	3.432.089	1,229		
Dividendos	1.300.507	0,465		
Lucro líquido do período	11.621.215	--		

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
2º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	899.716	0,321	11.06.2014	30.06.2014
Dividendos pagos	216.417	0,077	19.08.2014	29.08.2014
3º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	941.310	0,337	11.09.2014	30.09.2014
Dividendos pagos	155.816	0,056	14.11.2014	28.11.2014
Total Destinado aos Acionistas	3.323.202	1,187		
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	2.723.358	0,973		
Dividendos	599.844	0,214		
Lucro líquido do período	8.287.336			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no período de 01.01 a 30.09.2015, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.433.837 mil (R\$ 1.089.343 mil no período de 01.01 a 30.09.2014).

g) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	01.01 a 30.09.2015				01.01 a 30.09.2014			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(757.714)	(2.100.322)	461.151	(2.396.885)	(294.593)	(578.486)	272.267	(600.812)
Subsidiárias no Exterior	30.118	(27.082)	(36)	3.000	24.654	1.661	1.517	27.832
Coligadas e Controladas	(191.869)	(213.018)	113.677	(291.210)	(193.076)	101.669	(40.977)	(132.384)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e Controladas	1.716	(2.600)	884	--	1.562	115	(46)	1.631
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(8.680.091)	(3.884.108)	1.419.368	(11.144.831)	(2.670.596)	(6.271.308)	2.701.472	(6.240.432)
Total	(9.597.840)	(6.227.130)	1.995.044	(13.829.926)	(3.132.049)	(6.746.349)	2.934.233	(6.944.165)

h) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.653.379.882	57,7	1.659.005.282	57,9	1.660.155.282	57,9
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	105.024.600	3,7	110.650.000	3,9	110.650.000	3,8
Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167	3,0	87.368.167	3,0	88.518.167	3,1
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	297.403.914	10,4	297.387.714	10,4	298.256.114	10,4
BNDES Participações S.A. - BNDESPar ⁽¹⁾	--	--	--	--	2.187.548	0,1
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	72.864.196	2,5	68.881.576	2,4	68.241.620	2,4
Outros acionistas	841.769.028	29,4	840.142.448	29,3	836.576.456	29,2
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.245.788.437	78,4	2.279.461.556	79,6	2.281.622.618	79,6
Residentes no exterior	619.628.583	21,6	585.955.464	20,4	583.794.402	20,4

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Inclui, em 30.09.2015, 42.709 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (29.138 ações em 31.12.2014 e 30.09.2014).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	1	10.007	8.007
Diretoria Executiva	147.669	112.867	126.342
Conselho Fiscal	1.176	1.176	1.176
Comitê de Auditoria	10.075	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

i) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	840.019.565	29,3	833.621.216	29,1	833.621.216	29,1
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	--	--	10.777.100	--	9.627.100	--
Aquisição de ações pelo BNDESPar	--	--	5.522.648	--	3.335.100	--
Alienação de ações pelo FGO - Investimento em ações	--	--	896.508	--	896.508	--
Alienação / (Aquisição) de ações pela Previ	(16.200)	--	1.404.300	--	535.900	--
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	5.625.400	--	--	--	--	--
Aquisição de ações - programa de recompra	(4.183.700)	--	(12.311.300)	--	(11.671.300)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	176.284	--	109.093	--	97.574	--
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	841.621.349	29,4	840.019.565	29,3	836.442.098	29,2
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

j) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.756 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Esse programa vigorou até 18.05.2015 e foram adquiridas 6.021.900 ações, no montante de R\$ 155.481 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 22,66, R\$ 25,82 e R\$ 29,27, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 318.633 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 18.05.2015, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 30.09.2015, foram adquiridas 3.623.700 ações deste Programa de Recompra, no montante de R\$ 67.902 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 17,90, R\$ 18,74 e R\$ 21,10, respectivamente. Nenhuma das ações adquiridas nesse programa foi utilizada para o programa de remuneração variável.

Em 30.09.2015, o Banco possuía 72.821.487 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.696.362 mil, das quais 72.249.837 ações decorrentes dos programas de recompra, 571.618 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

k) Pagamento Baseado em AçõesPrograma 2011

Em fevereiro de 2012, foram adquiridas 132.501 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria e, posteriormente, transferidas aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. As parcelas anuais foram desbloqueadas em 08.03.2013, 10.03.2014 e 09.03.2015.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores.

O Banco adquiriu 212.301 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014 e 53.063 ações em 09.03.2015, as demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, caso sejam atendidos todos os requisitos de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	53.063	08.03.2016
Terceira parcela	53.063	08.03.2017
Total	106.126	

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.800 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 20,36 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.856 ações foram transferidas em 11.03.2014 e 70.736 ações em 02.03.2015. As demais parcelas diferidas serão transferidas futuramente, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todos os requisitos de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Segunda parcela	70.736	02.03.2016
Terceira parcela	70.736	02.03.2017
Quarta parcela	70.736	02.03.2018
Total	212.208	

Programa 2014

O Banco do Brasil utilizou 316.683 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 24,08 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 63.399 ações foram transferidas em 27.02.2015 e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as condições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	63.321	27.02.2016
Segunda parcela	63.321	27.02.2017
Terceira parcela	63.321	27.02.2018
Quarta parcela	63.321	27.02.2019
Total	253.284	

23 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Valores Correntes	801.827	(291.344)	(49.402)	(1.795.185)
IR e CSLL no país	811.418	(266.649)	--	(1.720.117)
Imposto de Renda no exterior	(9.591)	(24.695)	(49.402)	(75.068)
Valores Diferidos	7.246.964	902.428	9.936.680	1.476.513
Passivo Fiscal Diferido	(565.110)	(335.106)	(950.469)	(1.027.933)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	133
Marcação a mercado	(368.513)	(92.735)	(493.473)	(48.311)
Ganhos atuariais	(15.283)	(87.085)	(112.658)	(531.089)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(105.505)	(81.392)	(278.725)	(228.078)
Lucros do exterior	(46.202)	(38.905)	(85.969)	(192.241)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	3.187	(20.003)	52.246	35.167
Créditos recuperados a prazo	(32.794)	(14.986)	(31.890)	(63.514)
Ativo Fiscal Diferido	7.812.074	1.237.534	10.887.149	2.504.446
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	7.421.223	1.200.562	10.428.260	2.548.317
Marcação a mercado	390.744	36.972	458.782	(43.871)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	107	--	107	--
Total	8.048.791	611.084	9.887.278	(318.672)

(1) Inclui, no 3º trimestre/2015, o montante de R\$ 3.172.187 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Resultado Antes dos Tributos e Participações	(4.645.374)	2.465.386	3.226.584	9.679.235
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	2.065.519	(986.154)	(1.083.264)	(3.871.694)
Encargos sobre JCP	549.008	376.524	1.433.836	1.089.343
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.953.459	876.603	5.307.619	1.659.359
Participação de empregados no lucro	165.952	139.518	602.924	422.657
Outros valores ⁽²⁾	3.314.853	204.593	3.626.163	381.663
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	8.048.791	611.084	9.887.278	(318.672)

(1) A Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06.10.2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Inclui, no 3º trimestre/2015, o montante de R\$ 3.172.187 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Cofins	(476.500)	(586.913)	(1.697.636)	(1.639.288)
ISSQN	(181.919)	(159.122)	(515.227)	(459.256)
PIS/Pasep	(77.436)	(95.370)	(275.871)	(266.388)
Outras	(33.456)	(29.872)	(93.494)	(83.354)
Total	(769.311)	(871.277)	(2.582.228)	(2.448.286)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	66.734	273.173	2.033.250
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	486.308	452.830	442.834
Decorrentes da marcação a mercado	813.523	244.581	266.058
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	215.700	183.809	170.267
Decorrentes de lucros do exterior	85.968	--	192.241
Dependências no Exterior	44	9.686	7.931
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	58.616	31.195
Outros	2.032	2.032	2.032
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	1.670.309	1.224.727	3.145.808
Imposto de Renda	640.876	663.022	1.713.404
Contribuição Social	545.184	396.595	1.068.342
Cofins	416.558	142.030	313.172
PIS/Pasep	67.691	23.080	50.890

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 25).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2014	01.01 a 30.09.2015		30.09.2015	30.09.2014
	Saldo	Constituição ⁽¹⁾	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	22.917.135	19.242.308	(6.696.327)	35.463.116	22.981.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.215.202	11.577.308	(5.101.285)	21.691.225	14.794.154
Provisões passivas	6.499.531	4.214.893	(1.091.806)	9.622.618	6.953.578
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	165.953	107.607	--	273.560	193.124
Marcação a mercado	742.059	1.569.407	(456.230)	1.855.236	751.506
Outras provisões	294.390	1.773.093	(47.006)	2.020.477	289.154
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.276.570	--	(20.592)	1.255.978	1.254.655
Prejuízo fiscal/Base negativa	19	6	--	25	8
Total dos Créditos Tributários Ativados	24.193.724	19.242.314	(6.716.919)	36.719.119	24.236.179
Imposto de Renda	14.300.537	9.411.414	(4.186.782)	19.525.169	14.336.835
Contribuição Social	9.812.665	9.696.523	(2.480.559)	17.028.629	9.817.870
Cofins	69.267	115.593	(42.648)	142.212	70.085
PIS/Pasep	11.255	18.784	(6.930)	23.109	11.389

(1) Inclui, no 3º trimestre/2015, o montante de R\$ 3.172.187 mil relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Créditos tributários no exterior	1.213.015	863.209	722.539
Total dos Créditos Tributários	1.213.015	863.209	722.539
Imposto de Renda	758.134	539.506	451.587
Contribuição Social	454.881	323.703	270.952

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2015, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	4.678.257	4.528.664
Em 2016	7.455.328	7.058.939
Em 2017	7.428.912	6.832.548
Em 2018	7.196.368	6.437.936
Em 2019	1.801.365	1.577.968
Total de Créditos Tributários em 30.06.2015	28.560.230	26.436.055

No período compreendido entre 01.01 a 30.09.2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 6.716.919 mil, correspondente a 99,57% da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2014.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 26.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2015, está projetada para 4 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2015	17%	15%
Em 2016	36%	26%
Em 2017	34%	26%
Em 2018	13%	26%
Em 2019	--	7%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

24 - PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Benefícios de curto prazo	9.592	9.247	37.833	35.274
Honorários e encargos sociais	8.639	8.438	28.792	28.597
Diretoria Executiva	7.896	7.601	26.552	26.191
Comitê de Auditoria	491	662	1.557	1.878
Conselho de Administração	148	85	383	270
Conselho Fiscal	104	90	300	258
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	--	--	6.669	4.883
Outros	953	809	2.372	1.794
Remuneração baseada em ações	--	--	5.889	3.369
Total	9.592	9.247	43.722	38.643

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 22.k).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira, estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com entidades controladas pelo Tesouro Nacional, de modo pleno ou compartilhado, o Banco divulga apenas as transações mais significativas.

O Banco divulga as transações realizadas com o Tesouro Nacional dentre as quais destacam-se as operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 7 e 17, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No período de 01.01 a 30.09.2015, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 45.668 mil (R\$ 34.647 mil no período de 01.01 a 30.09.2014).

O Banco outorgou à BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, em caráter irrevogável e irretratável, e sem efeito contábil, os direitos contratuais referentes ao recebimento das taxas de intercâmbio inerentes às atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos, em virtude da formação de parceria estratégica com a Cielo (Nota 2.c).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 25.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	3º Trim/2015	3º Trim/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	1.536.777	4.272.188	8.168.843	8.150.021
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	14.815	65.860	14.815	65.860

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	30.09.2015						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	93.659.902	966.369	--	--	--	94.626.271
Títulos e valores mobiliários	--	49.636.350	22.501	--	--	--	49.658.851
Operações de crédito	--	592.644	16.693.436	53.824	--	32.142.542	49.482.446
Valores a receber de ligadas	--	58.446	31.297	--	--	113	89.856
Outros ativos ⁽⁷⁾	15.852.991	287.356	1.599.823	--	--	255.578	17.995.748
Passivos							
Depósitos à vista	331.981	71.896	223.046	257	2.020	3.210.704	3.839.904
Depósitos em poupança	--	--	--	--	3.220	272.839	276.059
Depósitos a prazo remunerados	--	10.873.891	676.193	--	359	16.007.396	27.557.839
Captações mercado aberto	--	7.051.789	6.821.716	--	--	3.211.792	17.085.297
Obrigações por empréstimos e repasses	2.430.597	74.647.089	--	--	--	88.114.647	165.192.333
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.587.054	53.240.782	254.700	15.260	--	256.298	62.354.094
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁹⁾	--	3.790.398	6.800.000	--	--	--	10.590.398
3º Trimestre/2015							
Rendas de juros e prestação de serviços	2.133.445	4.340.808	1.002.157	610	--	1.126.289	8.603.309
Despesas com captação	(29.386)	(4.455.002)	(21.606)	(15.048)	(71)	(1.641.783)	(6.162.896)
01.01 a 30.09.2015							
Rendas de juros e prestação de serviços	6.003.197	9.661.937	2.885.717	1.370	--	2.727.440	21.279.661
Despesas com captação	(73.125)	(10.104.243)	(58.828)	(28.785)	(274)	(4.838.522)	(15.103.777)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Referem-se, principalmente, ao BB I, BB Leasing, BB DTVM, BB Consórcios, Ativos, BB Tur e subsidiárias no exterior.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Mapfre BB SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cielo.

(4) Contemplam a Cibrasec e Tecban.

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 10.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 10.b).

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida – Bônus Perpétuo com o Governo Federal (Nota 19.d).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	30.09.2014						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	50.160.236	491.858	--	--	--	50.652.094
Títulos e valores mobiliários	--	44.092.424	120.917	--	--	--	44.213.341
Operações de crédito	--	86.069	15.465.837	84.606	--	24.985.903	40.622.415
Valores a receber de ligadas	--	43.917	7.655	--	--	--	51.572
Outros ativos ⁽⁷⁾	13.575.915	43.471	3.865.905	233	--	88.263	17.573.787
Passivos							
Depósitos à vista	549.157	25.618	67.252	95	1.180	1.384.778	2.028.080
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.635	297.769	299.404
Depósitos a prazo remunerados	--	4.840.694	392.908	--	1.703	15.693.573	20.928.878
Captações mercado aberto	--	5.835.213	3.426.090	--	--	14.390	9.275.693
Obrigações por empréstimos e repasses	1.733.947	38.879.058	--	--	--	84.327.974	124.940.979
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.296.703	45.193.812	385.388	11.196	--	--	53.887.099
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁹⁾	--	3.012.646	6.800.000	--	--	--	9.812.646
3º Trimestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	1.478.086	2.275.307	590.480	438	--	571.759	4.916.070
Despesas com captação	(18.251)	(2.436.614)	(93.639)	(10.983)	(108)	(1.050.340)	(3.609.935)
01.01 a 30.09.2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	3.976.168	5.327.491	1.771.060	1.110	--	1.494.645	12.570.474
Despesas com captação	(56.619)	(4.716.183)	(143.313)	(22.608)	(356)	(2.830.907)	(7.769.986)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Referem-se, principalmente, ao BB BI, BB Leasing, BB DTVM, BB Consórcios, Ativos, BB Tur e subsidiárias no exterior.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Mapfre BB SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo e Cielo.

(4) Contemplam a Cibrasec e Tecban.

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 10.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 10.b).

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida – Bônus Perpétuo com o Governo Federal (Nota 19.d).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

25 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesco e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	30.09.2015			31.12.2014			30.09.2014		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	112.670	110.164	222.834	115.096	104.823	219.919	115.470	104.991	220.461
Plano de Benefícios 1 - Previ	18.769	92.639	111.408	23.981	88.138	112.119	24.388	87.949	112.337
Plano Previ Futuro	78.029	913	78.942	74.284	777	75.061	74.196	756	74.952
Plano Informal	--	3.593	3.593	--	3.709	3.709	--	3.835	3.835
Outros Planos	15.872	13.019	28.891	16.831	12.199	29.030	16.886	12.451	29.337
Planos de Assistência Médica	113.990	99.940	213.930	116.337	95.533	211.870	116.663	95.381	212.044
Cassi	101.538	92.658	194.196	103.269	88.134	191.403	103.524	87.958	191.482
Outros Planos	12.452	7.282	19.734	13.068	7.399	20.467	13.139	7.423	20.562

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	300.642	281.701	932.351	922.754
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	121.532	117.452	386.216	419.095
Plano Previ Futuro	111.326	95.874	328.852	285.748
Plano Informal	38.008	38.914	124.856	128.408
Outros Planos	29.776	29.461	92.427	89.503
Planos de Assistência Médica	267.797	231.588	767.729	700.658
Cassi	233.480	199.525	671.702	613.549
Outros Planos	34.317	32.063	96.027	87.109
Total	568.439	513.289	1.700.080	1.623.412

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 25.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 2º semestre de 2015, estão estimadas em R\$ 689.378 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Planos de Aposentadoria e Pensão	(137.396)	60.951	(228.224)	619.077
Plano de Benefícios 1 - Previ	40.070	228.331	317.929	1.119.731
Plano Previ Futuro	(111.326)	(95.874)	(328.852)	(285.748)
Plano Informal	(31.836)	(36.523)	(102.071)	(114.014)
Outros Planos	(34.304)	(34.983)	(115.230)	(100.892)
Planos de Assistência Médica	(335.276)	(314.010)	(988.423)	(1.029.359)
Cassi	(303.306)	(282.453)	(895.524)	(939.837)
Outros Planos	(31.970)	(31.557)	(92.899)	(89.522)
Total	(472.672)	(253.059)	(1.216.647)	(410.282)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria, conforme previsto no Regulamento do Plano.

Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar eventual desequilíbrio financeiro (Nota 25.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 25.f)

Prevmaís (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusesc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2015, 31.12.2014 e 30.06.2014.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014
Saldo Inicial	(122.884.677)	(113.522.849)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)	(5.971.976)
Custo de juros	(7.468.633)	(14.412.148)	(7.261.271)	(55.620)	(121.305)	(62.667)	(356.192)	(755.247)	(411.994)	(391.616)	(750.257)	(383.901)
Custo do serviço corrente	(212.439)	(502.741)	(245.908)	--	--	--	(46.337)	(116.703)	(69.065)	(18.284)	(38.970)	(20.041)
Custo do serviço passado	--	--	--	(14.614)	(25.402)	(14.824)	--	--	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	4.496.005	8.394.631	4.197.920	86.848	185.004	89.275	248.533	507.409	237.699	226.981	424.664	205.858
Remensurações de ganhos/perdas atuariais	(3.972.084)	(2.841.570)	(5.373.112)	(58.871)	45.434	(30.558)	(334.409)	867.788	786.475	270.336	(92.328)	(74.060)
Saldo Final	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(6.341.450)	(6.428.867)	(6.244.120)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	--	--	--	--	--	--	(5.306.059)	(5.115.870)	(5.078.666)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	--	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(1.035.391)	(1.312.997)	(1.165.454)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014	1º Sem/2015	Exerc/2014	1º Sem/2014
Saldo Inicial	135.145.646	144.420.740	144.420.740	--	--	--	--	--	--	5.115.870	5.033.968	5.033.968
Receita de juros	8.236.790	17.611.010	9.289.978	--	--	--	--	--	--	311.455	621.916	323.813
Contribuições recebidas	264.684	581.637	301.643	86.848	185.004	89.275	248.533	507.409	237.699	69.444	151.576	71.899
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(4.496.005)	(8.394.631)	(4.197.920)	(86.848)	(185.004)	(89.275)	(248.533)	(507.409)	(237.699)	(226.981)	(424.664)	(205.858)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(3.045.960)	(19.073.110)	(8.135.553)	--	--	--	--	--	--	36.271	(266.926)	(145.156)
Saldo Final	136.105.155	135.145.646	141.678.888	--	--	--	--	--	--	5.306.059	5.115.870	5.078.666

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
1) Valor justo dos ativos do plano	136.105.155	135.145.646	141.678.888	--	--	--	--	--	--	5.306.059	5.115.870	5.078.666
2) Valor presente das obrigações atuariais	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(6.341.450)	(6.428.867)	(6.244.120)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	6.063.327	12.260.969	19.473.668	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(1.035.391)	(1.312.997)	(1.165.454)
4) Superávit/(Déficit) - parcela patrocinadora	3.031.664	6.130.485	9.736.834	(962.637)	(920.380)	(1.022.885)	(6.318.736)	(5.830.331)	(5.790.463)	(780.372)	(916.046)	(830.514)
5) Valores reconhecidos no resultado ⁽¹⁾	40.070	--	228.331	(31.836)	--	(36.523)	(211.953)	--	(195.446)	(27.147)	--	(29.089)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 27.f) ⁽¹⁾	121.532	--	117.452	--	--	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ⁽¹⁾	--	--	--	38.008	--	38.824	142.127	--	112.517	24.965	--	23.695
8) (Passivo)/Ativo Atuarial Líquido Registrado (4+5+6+7) ⁽²⁾	3.193.266	6.130.485	10.082.617	(956.465)	(920.380)	(1.020.584)	(6.388.562)	(5.830.331)	(5.873.392)	(782.554)	(916.046)	(835.908)

(1) Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de Junho.

(2) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 10.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,96	4.608.122	9.885.549	30.180.904	223.387.620	268.062.195
Plano Informal (Previ)	5,67	100.257	151.122	373.263	918.138	1.542.780
Plano de Associados (Cassi)	11,95	254.818	499.722	1.443.435	15.716.334	17.914.309
Regulamento Geral (Economus)	10,31	236.403	435.903	1.309.107	10.563.360	12.544.773
Regulamento Complementar 1 (Economus)	15,68	963	1.057	3.818	110.908	116.746
Plus I e II (Economus)	6,47	24.124	44.734	114.887	354.790	538.535
Grupo B' (Economus)	8,69	8.138	14.880	43.182	242.746	308.946
Prevmais (Economus)	13,67	5.712	11.004	35.479	569.873	622.068
Multifuturo I (Fusesc)	11,24	2.694	5.067	15.559	153.937	177.257
Plano I (Fusesc)	11,20	18.393	35.723	117.431	1.239.857	1.411.404
Plano BEP (Prevbep)	10,45	1.336	2.581	8.638	76.028	88.583

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	3º Trim/2015	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Custo do serviço corrente	(54.071)	(160.290)	(187.162)	--	--	--	(24.542)	(70.879)	(92.884)	(4.005)	(13.164)	(14.781)
Custo dos juros	(1.937.201)	(5.671.518)	(5.418.354)	(28.075)	(83.696)	(91.986)	(187.411)	(543.603)	(583.621)	(101.967)	(313.383)	(168.771)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	2.031.342	6.149.737	6.725.247	--	--	--	--	--	--	78.824	234.244	99.329
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(3.761)	(18.375)	(22.028)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(91.353)	(281.042)	(263.332)	(39.126)	(113.802)	(106.725)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.024)	534
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	40.070	317.929	1.119.731	(31.836)	(102.071)	(114.014)	(303.306)	(895.524)	(939.837)	(66.274)	(208.129)	(190.414)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014
Renda Fixa	48.793.698	46.440.688	45.252.237	4.707.270	4.490.711	4.432.914
Renda Variável ⁽¹⁾	73.170.131	74.607.857	82.655.463	206.671	227.912	270.185
Investimentos imobiliários	8.288.804	8.177.129	7.962.354	167.583	165.839	152.275
Empréstimos e financiamentos	4.899.786	4.946.825	4.887.922	107.094	104.875	103.605
Outros	952.736	973.147	920.912	117.441	126.533	119.687
Total	136.105.155	135.145.646	141.678.888	5.306.059	5.115.870	5.078.666
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.792.928	10.940.267	11.056.439	22.825	25.537	21.486
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	153.568	163.817	161.836	7.443	7.621	8.032

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 25.534.844 mil (R\$ 28.835.180 mil em 31.12.2014 e R\$ 35.517.370 mil em 30.09.2014), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014
Taxa de inflação (a.a.)	5,95%	6,07%	5,82%	5,93%	6,23%	5,82%	5,97%	6,04%	5,82%	5,96%	6,07%	5,82%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,18%	6,31%	6,10%	6,33%	6,19%	5,94%	6,14%	6,33%	6,14%	6,17%	6,31%	6,12%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,50%	12,76%	12,28%	--	--	--	--	--	--	12,50%	12,76%	12,30%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,01%	1,01%	0,25%	--	--	--	--	--	--	0,73%	0,73%	0,65%
Tábua de sobrevivência	AT-2000			AT-2000			AT-2000			AT-2000		
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado		

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,18%	5,00%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit		
	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2014
Valor apurado - Previ	138.383.752	134.450.819	140.139.983	(130.269.710)	(122.073.122)	(118.866.137)	8.114.042	12.377.697	21.273.846
Incorporação dos valores do contrato 97	14.164.540	13.687.582	13.795.151	(14.164.540)	(13.687.582)	(13.795.151)	--	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.117.743	1.071.445	1.072.293	(1.117.743)	(1.071.445)	(1.072.293)	--	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(17.560.880)	(14.064.200)	(13.328.539)	--	--	--	(17.560.880)	(14.064.200)	(13.328.539)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	--	15.510.165	13.947.472	11.528.361	15.510.165	13.947.472	11.528.361
Valor apurado - Banco	136.105.155	135.145.646	141.678.888	(130.041.828)	(122.884.677)	(122.205.220)	6.063.327	12.260.969	19.473.668

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	30.06.2015		Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	130.041.828	127.821.703	132.229.747	130.269.657	129.816.055	127.584.360	132.600.784
	Superávit/(déficit) do plano	6.063.327	8.283.452	3.875.408	5.835.498	6.289.100	8.520.795	3.504.371
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	962.637	926.205	999.951	--	--	951.488	974.080
	Superávit/(déficit) do plano	(962.637)	(926.205)	(999.951)	--	--	(951.488)	(974.080)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	6.318.736	6.175.539	6.459.834	6.320.119	6.317.388	6.184.061	6.458.919
	Superávit/(déficit) do plano	(6.318.736)	(6.175.539)	(6.459.834)	(6.320.119)	(6.317.388)	(6.184.061)	(6.458.919)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	4.934.361	4.872.147	4.994.169	--	--	4.834.410	5.052.068
	Superávit/(déficit) do plano	(799.365)	(737.145)	(859.167)	--	--	(699.408)	(917.066)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	36.268	37.633	34.935	--	--	35.115	37.477
	Superávit/(déficit) do plano	(4.506)	(5.871)	(3.173)	--	--	(3.353)	(5.715)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	347.113	334.852	359.340	--	--	341.001	353.443
	Superávit/(déficit) do plano	(347.113)	(334.852)	(359.340)	--	--	(341.001)	(353.443)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	136.158	132.991	139.246	--	--	133.585	138.822
	Superávit/(déficit) do plano	(136.158)	(132.991)	139.246	--	--	(133.585)	138.822
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	208.810	208.606	209.055	--	--	202.783	215.163
	Superávit/(déficit) do plano	79.893	80.098	79.649	--	--	85.921	73.541
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	74.196	73.256	75.105	--	--	72.577	75.887
	Superávit/(déficit) do plano	74.744	75.684	73.835	--	--	76.363	73.053
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	557.057	556.983	557.290	557.058	557.054	551.106	563.226
	Superávit/(déficit) do plano	54.493	54.566	54.260	54.492	54.496	60.444	48.324
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	47.487	46.767	48.186	47.668	47.310	46.502	48.515
	Superávit/(déficit) do plano	42.621	43.340	41.922	42.440	42.798	43.606	41.593

e) Resumo dos Ativos/(Passivos) Atuariais Registrados no Banco

	Ativo Actuarial			Passivo Actuarial		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Plano 1 (Previ)	3.193.266	6.130.485	10.082.617	--	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(956.465)	(920.380)	(1.020.584)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(6.388.562)	(5.830.331)	(5.873.392)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(427.276)	(532.645)	(464.461)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	--	(1.476)	(694)	(1.231)
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(344.766)	(360.250)	(330.148)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(137.019)	(125.279)	(130.931)
Prevmais (Economus)	40.520	38.511	30.312	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	37.608	28.602	18.348	--	--	--
Plano I (Fusesc)	28.067	15.006	22.596	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	21.788	20.703	19.607	--	--	--
Total	3.321.249	6.233.307	10.173.480	(8.255.564)	(7.769.579)	(7.820.747)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Fundo Paridade				
Saldo Inicial	113.220	116.566	118.889	172.124
Atualização	2.932	2.366	13.695	11.912
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	--	(11.829)	(60.552)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	--	(522)	(4.603)	(5.074)
Saldo Final	116.152	118.410	116.152	118.410
Fundo de Utilização				
Saldo Inicial	8.666.911	8.045.908	8.155.243	7.794.154
Contribuição ao Plano 1	(121.532)	(116.930)	(369.784)	(353.469)
Atualização	223.041	162.856	982.961	651.149
Saldo Final	8.768.420	8.091.834	8.768.420	8.091.834
Total dos Fundos de Destinação do Superávit	8.884.572	8.210.244	8.884.572	8.210.244

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, que foi criado visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano 1, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e a Resolução CGPC n.º 26/2008. Esse fundo pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

26 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**Ativos Contingentes**

Conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certificação de Regularidade Fiscal (CND).

Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas julgadas, nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

O Banco é réu em processos exigindo o pagamento da diferença entre a taxa de inflação real e a taxa de inflação utilizada nas aplicações financeiras quando editados os Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II) implementados nas décadas de 1980 e 1990. Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas após análise de cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase recursal, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade por meio da opinião dos assessores jurídicos, complementados pela complexidade e pela experiência de transações semelhantes.

Movimentações nas Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis, Classificadas como Prováveis

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Demandas Trabalhistas				
Saldo Inicial	1.891.793	2.419.801	2.143.463	2.959.477
Constituição	464.040	128.498	836.305	710.177
Reversão da provisão	--	(5.157)	(131.626)	(939.660)
Baixa por pagamento	(247.502)	(250.574)	(872.053)	(597.064)
Atualização monetária	61.864	74.221	194.106	233.859
Saldo Final	2.170.195	2.366.789	2.170.195	2.366.789
Demandas Fiscais				
Saldo Inicial	168.804	169.543	174.611	184.579
Constituição	12.052	17.690	49.254	92.419
Reversão da provisão	(10.240)	(4.392)	(57.174)	(94.914)
Baixa por pagamento	(5.005)	(4.550)	(9.323)	(8.409)
Atualização monetária	3.258	(1.146)	11.501	3.470
Saldo Final	168.869	177.145	168.869	177.145
Demandas Cíveis				
Saldo Inicial	5.923.282	5.069.886	5.435.157	4.511.015
Constituição	1.999.920	485.076	4.083.002	2.827.561
Reversão da provisão	(373.235)	(63.035)	(1.664.071)	(1.513.969)
Baixa por pagamento	(267.245)	(288.843)	(836.747)	(728.254)
Atualização monetária	104.348	(32.599)	369.729	74.132
Saldo Final	7.387.070	5.170.485	7.387.070	5.170.485
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.726.134	7.714.419	9.726.134	7.714.419

Cronograma Esperado de Desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.113.799	90.667	6.015.732
De 5 a 10 anos	56.322	58.975	1.339.450
Acima de 10 anos	74	19.227	31.888
Total	2.170.195	168.869	7.387.070

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, não raramente dificultam a estimativa de valores e do cronograma de desembolso.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco.

Saldos dos Passivos Contingentes Classificados como Possíveis

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Demandas Trabalhistas	178.432	146.470	137.033
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	12.043.993	9.837.703	9.165.973
Demandas Cíveis	2.550.190	2.781.458	2.973.176
Total	14.772.615	12.765.631	12.276.182

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.698.530 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 241.612 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 74.121 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.504.079 mil.

c) Depósitos em Garantia de Recursos**Saldos dos Depósitos em Garantia Constituídos para as Contingências**

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Demandas Trabalhistas	4.329.097	3.961.215	3.856.173
Demandas Fiscais	6.345.868	6.021.356	5.704.963
Demandas Cíveis	14.777.976	10.694.579	9.500.940
Total	25.452.941	20.677.150	19.062.076

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 13.827.868 mil (R\$ 13.141.399 mil em 31.12.2014 e R\$ 12.936.428 mil em 30.09.2014), relativo às seguintes ações:

Em 29 de janeiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi improvido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 7.256.195 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo “IRPJ a compensar” e “CSLL a compensar”, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.390.572 mil, em 30.09.2015, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores Relacionados à Referida Ação

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Depósitos Judiciais	16.138.929	15.418.982	15.204.014
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	8.321.918	7.601.971	7.387.003
Obrigação Legal - Provisão para Processo Judicial	13.827.868	13.141.399	12.936.428
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	7.256.195	6.569.726	6.364.755

27 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco. Os riscos considerados como relevantes são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Crédito da Contraparte;
- Risco de Concentração de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Mercado;
- Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Reputação;
- Risco Socioambiental;
- Risco Legal;
- Risco de Participações;
- Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários; e
- Risco de Modelo.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê Superior de Risco Global (CSRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSRG são conduzidas em comitês executivos específicos (de crédito, de mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Considerando que o gerenciamento de risco abrange todos os segmentos de negócios explorados pelo Banco, os saldos apresentados nesta nota explicativa referem-se às demonstrações contábeis consolidadas.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais					
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido		
							30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativos												
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	349.195.643	349.186.304	304.236.604	304.197.645	317.820.441	317.780.104	(9.339)	(38.959)	(40.337)	(9.339)	(38.959)	(40.337)
Títulos e valores mobiliários	244.225.257	244.382.786	220.441.991	224.153.475	208.712.690	209.907.905	(3.643.539)	2.260.649	(127.251)	157.529	3.711.484	1.195.215
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 7.a)	--	--	--	--	--	--	(3.801.068)	(1.450.835)	(1.322.466)	--	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 7.a)	--	--	--	--	--	--	157.529	3.711.484	1.195.215	157.529	3.711.484	1.195.215
Instrumentos financeiros derivativos	6.488.435	6.488.435	2.201.466	2.201.466	1.722.582	1.722.582	--	--	--	--	--	--
Operações de crédito	647.897.904	646.561.262	618.499.161	612.894.768	598.022.445	594.866.578	(1.336.642)	(5.604.393)	(3.155.867)	(1.336.642)	(5.604.393)	(3.155.867)
Passivos												
Depósitos interfinanceiros	42.404.092	43.885.563	30.968.746	30.908.215	28.530.991	28.978.962	(1.481.471)	60.531	(447.971)	(1.481.471)	60.531	(447.971)
Depósitos a prazo	205.644.072	206.238.092	214.483.944	214.533.535	221.777.370	222.020.460	(594.020)	(49.591)	(243.090)	(594.020)	(49.591)	(243.090)
Obrigações por operações compromissadas	331.364.474	329.392.582	306.045.575	304.818.732	319.722.968	318.732.844	1.971.892	1.226.843	990.124	1.971.892	1.226.843	990.124
Obrigações por empréstimos e repasses	128.165.714	128.511.022	115.046.935	115.033.365	108.698.205	108.834.851	(345.308)	13.570	(136.646)	(345.308)	13.570	(136.646)
Instrumentos financeiros derivativos	6.628.668	6.628.668	3.443.159	3.443.159	2.918.187	2.918.187	--	--	--	--	--	--
Outras Obrigações	343.608.921	343.608.921	299.178.072	297.212.179	289.143.434	287.648.911	--	1.965.893	1.494.523	--	1.965.893	1.494.523
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(5.438.427)	(165.457)	(1.666.515)	(1.637.359)	1.285.378	(344.049)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 30.09.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	233.482.355	157.680.352	75.307.885	494.118
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	118.139.120	96.812.668	21.326.452	--
Instrumentos financeiros derivativos	6.488.435	--	6.488.435	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	108.854.800	60.867.684	47.492.998	494.118
Passivos	11.409.193	--	11.409.193	--
Captação com hedge	4.780.525	--	4.780.525	--
Instrumentos financeiros derivativos	6.628.668	--	6.628.668	--

	Saldo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	208.507.774	129.548.096	78.430.915	528.763
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	101.938.979	76.639.926	25.299.053	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.201.466	--	2.201.466	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	104.367.329	52.908.170	50.930.396	528.763
Passivos	7.634.262	--	7.634.262	--
Captação com hedge	4.191.103	--	4.191.103	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.443.159	--	3.443.159	--

	Saldo em 30.09.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	195.895.815	119.799.551	75.550.671	545.593
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	93.817.459	70.585.137	23.232.322	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.722.582	--	1.722.582	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	100.355.774	49.214.414	50.595.767	545.593
Passivos	6.805.554	--	6.805.554	--
Captação com hedge	3.887.367	--	3.887.367	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.918.187	--	2.918.187	--

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	3º Trimestre/2015				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	519.912	--	(38.046)	12.252	494.118

	3º Trimestre/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	550.754	545.593	(550.754)	--	545.593

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,95 e manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	4.632	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	39	Redução	2	Redução	3
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(782)	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.907)	Redução	(2.910)	Redução	(6.478)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(1.492)	Redução	(15.752)	Redução	(3.664)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(51)	Aumento	(4)	Aumento	(4)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.209)	Aumento	(1.141)	Aumento	(1.036)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(82.694)	Redução	(59.552)	Redução	(77.830)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(2.735)	Redução	(34.081)	Redução	(9.863)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(103)	Aumento	(8)	Aumento	(8)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.352)	Aumento	(2.221)	Aumento	(2.017)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(165.387)	Redução	(119.103)	Redução	(155.660)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(5.007.316)	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(126.862)	Aumento	3.354.120	Redução	(286.059)
Cupom de TBF		Redução	(7.353)	Aumento	2.537	Redução	(8.252)
Cupom de TJLP		Redução	853	Aumento	(9.270)	Manutenção	--
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(44.351)	Redução	(6.569)	Redução	(10.019)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(33.626)	Manutenção	--
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Aumento	(183)	Manutenção	--
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(107.864)	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(534.840)	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	1.470.937	Aumento	786.498	Aumento	466.175
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	10.307	Redução	(22.884)	Redução	(47.818)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.305.147)	Aumento	(14.071.513)	Aumento	(13.262.585)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(6.176.302)	Redução	(9.794.504)	Redução	(8.486.941)
Cupom de TBF		Redução	(3.896)	Redução	(3.633)	Redução	(3.666)
Cupom de TJLP		Aumento	(29.740)	Aumento	(48.095)	Aumento	(33.300)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(14.341)	Redução	(9.879)	Redução	(35.408)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(180.618)	Aumento	(45.740)	Aumento	(49.017)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(258)	Aumento	(229)	Aumento	(239)
Cupom de INPC		Aumento	(183.284)	Aumento	(152.208)	Aumento	(141.834)
Cupom de IPCA		Aumento	(995.327)	Aumento	(798.715)	Aumento	(740.788)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.802.430)	Redução	(851.179)	Redução	(520.546)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(447.019)	Redução	(468.260)	Redução	(574.524)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(25.172.646)	Aumento	(26.323.491)	Aumento	(24.880.803)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(12.555.568)	Redução	(20.343.843)	Redução	(17.565.355)
Cupom de TBF		Redução	(7.840)	Redução	(7.300)	Redução	(7.363)
Cupom de TJLP		Aumento	(58.936)	Aumento	(94.286)	Aumento	(66.202)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(28.686)	Redução	(19.744)	Redução	(70.828)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(344.966)	Aumento	(101.133)	Aumento	(105.240)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(515)	Aumento	(457)	Aumento	(478)
Cupom de INPC		Aumento	(358.425)	Aumento	(298.611)	Aumento	(278.647)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.864.766)	Aumento	(1.502.484)	Aumento	(1.393.497)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(3.760.981)	Redução	(1.753.830)	Redução	(1.069.328)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(894.037)	Redução	(936.521)	Redução	(1.149.048)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- Hedge de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 7.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.09.2015, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 30.09.2015, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2015, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições da Carteira de Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	33	Aumento	(32)	Aumento	(419)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(529)	Aumento	(816)	Aumento	(1.013)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(4.377)	Aumento	(586)	Aumento	(1.947)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(834)	Aumento	(742)	Aumento	(330)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(28)	Aumento	(61)	Aumento	3

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	--	Aumento	(95)	Aumento	(6.559)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.151)	Aumento	(2.604)	Aumento	(2.770)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(105.372)	Aumento	(20.368)	Aumento	(107.159)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(13.168)	Aumento	(8.496)	Aumento	(3.086)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(3.972)	Redução	(4.452)	Redução	(29.161)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	--	Aumento	--	Aumento	(11.291)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(10.291)	Aumento	(4.974)	Aumento	(5.275)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(187.134)	Aumento	(45.082)	Aumento	(216.525)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(25.489)	Aumento	(16.501)	Aumento	(6.014)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(41.495)	Redução	(17.854)	Redução	(120.545)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições das Carteiras de Negociação e de Não Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(12.295)	Aumento	(11.266)	Aumento	(9.466)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.875)	Aumento	(4.334)	Aumento	(3.287)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(1.441)	Aumento	1.172	Aumento	320
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	552	Aumento	959	Aumento	699
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	14	Aumento	64	Aumento	80
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(836)	Aumento	(580)	Aumento	(308)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(28)	Aumento	(61)	Aumento	3

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(463.105)	Aumento	(359.616)	Aumento	(269.868)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(64.872)	Aumento	(13.422)	Aumento	(7.749)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(44.801)	Redução	(71.897)	Aumento	(60.443)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(10.580)	Redução	(15.907)	Redução	(9.629)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(69)	Redução	(136)	Redução	(186)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(13.020)	Aumento	(6.569)	Aumento	(2.749)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(3.972)	Redução	(4.452)	Redução	(29.161)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2015		31.12.2014		30.09.2014	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(898.887)	Aumento	(708.413)	Aumento	(533.444)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(24.836)	Aumento	(26.349)	Aumento	(15.112)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(84.786)	Redução	(114.607)	Aumento	(138.185)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(22.004)	Redução	(33.191)	Redução	(19.985)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(137)	Redução	(270)	Redução	(369)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(24.836)	Aumento	(12.663)	Aumento	(5.353)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(41.495)	Redução	(17.854)	Redução	(120.545)

b) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura as Diretorias de Gestão de Riscos, Contadoria, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2015, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 40%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	136.633.692	126.588.485	123.713.046
Nível I	97.961.673	89.538.218	88.810.290
Capital Principal (CP)	68.070.868	71.035.684	71.554.346
Patrimônio Líquido	73.367.572	70.675.464	71.488.952
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(13.396.704)	(7.739.780)	(8.034.606)
Capital Complementar	29.890.805	18.502.534	17.255.944
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	24.131.115	16.132.770	14.886.180
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	5.759.690	2.369.764	2.369.764
Nível II	38.672.019	37.050.267	34.902.756
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.674.964	37.065.165	34.936.894
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.569.004	3.959.773	2.307.987
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	33.105.960	33.105.392	32.628.907
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	22.047.638	20.467.309	19.990.824
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	11.058.322	12.638.083	12.638.083
Dedução do Nível II	(2.945)	(14.898)	(34.138)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(2.945)	(14.898)	(34.138)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	843.590.334	785.973.522	771.393.820
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	782.969.960	734.716.021	720.363.896
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	24.231.284	11.545.497	11.317.920
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	36.389.090	39.712.004	39.712.004
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	92.794.937	86.457.087	84.853.320
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	43.838.755	40.131.398	38.859.726
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,61%	11,39%	11,51%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	8,07%	9,04%	9,28%
Índice de Basileia: (PR / RWA)	16,20%	16,11%	16,04%

(1) Em 30.09.2015, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Em 30.09.2015, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 30%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ^{(1) (2)}	(3.874.027)	(3.714.071)	(3.775.618)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽³⁾	(3.187.264)	--	--
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽³⁾	(2.148.484)	(1.066.295)	(758.059)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ^{(3) (4)}	(1.301.806)	(1.192.027)	(1.628.046)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(3) (5)}	(1.154.659)	(715.281)	(757.830)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽³⁾	(635.389)	(556.174)	(640.823)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(508.162)	(171.050)	(148.610)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽³⁾	(502.401)	(255.318)	(250.932)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽³⁾	(65.052)	(37.922)	(39.392)
Ativos diferidos ⁽²⁾	(19.460)	(31.642)	(35.296)
Total	(13.396.704)	(7.739.780)	(8.034.606)

(1) Refere-se à participação no Banco Votorantim.

(2) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Vide notas explicativas 25.e – Benefícios a Empregados e 23.d - Tributos.

(5) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 777.095 mil no investimento e R\$ 2.109.553 mil no intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

c) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 15,27% em 30.09.2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 2014 o índice de imobilização foi apurado a partir do Conglomerado Financeiro totalizando 22,18% em 31.12.2014 e 21,97% em 30.09.2014.

28 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	3.014.754	2.722.146	11.621.215	8.287.336
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 22.g)	(1.648.356)	(362.342)	(6.227.130)	(6.746.349)
Banco do Brasil	(1.417.973)	(322.469)	(5.984.430)	(6.849.794)
Subsidiárias no exterior	(22.606)	(3.637)	(27.082)	1.661
Coligadas e controladas	(207.777)	(36.236)	(215.618)	101.784
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 22.g)	385.463	85.365	1.995.044	2.934.233
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(1.262.893)	(276.977)	(4.232.086)	(3.812.116)
Lucro Abrangente	1.751.861	2.445.169	7.389.129	4.475.220

29 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16.03.2015, aprovou a fixação, para o exercício de 2015, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT "Acordo de Condições Gerais de Associação" (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

Os estudos relativos à perenização da Parceira Banco Postal continuam em andamento entre os parceiros e, assim que concluídos, deverão ser submetidos para aprovação aos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)			Saldo		
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Patrimônio Administrado	613	600	609	602.395.345	554.723.895	555.754.978
Fundos de investimentos	605	592	601	589.031.239	542.399.347	543.877.326
Carteiras administradas	8	8	8	13.364.106	12.324.548	11.877.652

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Ativo			
Grupo BB	110.966.077	73.366.070	58.747.995
Terceiros	111.770.444	88.366.379	83.287.598
TOTAL DO ATIVO	222.736.521	161.732.449	142.035.593
Passivo			
Grupo BB	33.412.350	29.265.667	17.525.790
Terceiros	182.155.325	126.692.026	119.060.696
Patrimônio Líquido	7.168.846	5.774.756	5.449.107
Atribuível à controladora	7.168.846	5.774.756	5.449.107
TOTAL DO PASSIVO	222.736.521	161.732.449	142.035.593

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro	(127.207)	79.673	(125.816)	459.606
Atribuível à controladora	(127.207)	79.673	(125.816)	459.606

e) Recursos de Consórcios

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	206.344	187.700	190.385
Obrigações do grupo por contribuições	8.483.345	7.974.156	8.426.500
Consortiados - bens a contemplar	7.599.042	7.184.003	7.631.739
(Em Unidades)			
Quantidade de grupos administrados	561	551	539
Quantidade de consorciados ativos	623.028	565.051	557.262
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	59.731	51.769	48.044

	3º Trimestre/2015	3º Trimestre/2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	24.810	21.617	70.786	58.508

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	3º Trimestre/2015		01.01 a 30.09.2015		01.01 a 30.09.2014	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	209	8.769	209	26.823	218	24.448
Outros órgãos/entidades	2	179	2	571	2	542
Entidades controladas e coligadas	2	326	2	944	2	843
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	275	--	275	--	295	--
Órgãos externos (Cassí, FBB, Previ e Economus)	581	--	581	--	600	--
Entidades dos funcionários	72	--	72	--	86	--
Entidades controladas e coligadas	569	--	569	--	487	--
Total	1.710	9.274	1.710	28.338	1.690	25.833

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2014
Menor salário	2.449,98	2.227,26	2.227,26
Maior salário	40.992,27	37.265,70	37.265,70
Salário Médio	6.705,66	6.363,72	6.336,50
Dirigentes			
Presidente	65.196,08	62.388,59	62.388,59
Vice-presidente	58.355,29	55.842,38	55.842,38
Diretor	49.457,30	47.327,56	47.327,56
Conselheiros			
Conselho Fiscal	5.638,43	5.395,63	5.395,63
Conselho de Administração	5.638,43	5.395,63	5.395,63
Comitê de Auditoria - Titular	44.511,57	42.594,80	42.594,80

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.09.2015

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as immobilizações próprias relevantes	1.123.599	6.341
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	3
Total	1.124.484	6.344

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Lei n.º 12.973/2014 (Conversão da Medida Provisória n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas n.º 1.515/2014 e 1.520/2014. De acordo com estudos realizados, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco. O Banco do Brasil exerceu a opção pela aplicação dos dispositivos relacionados com a tributação do lucro do exterior, para o exercício de 2014, conforme previsto no art. 96 da Lei n.º 12.973/2014. A adoção dos demais dispositivos foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015.

j) Lei n.º 13.097/2015 (Conversão da Medida Provisória n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 656/2014, alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

k) Lei n.º 13.169/2015 (Conversão da Medida Provisória n.º 675/2015)

A Lei n.º 13.169, de 06.10.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 675/2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização de 15% para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A lei prevê, ainda, o retorno da alíquota da CSLL a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

l) Medida Provisória n.º 694/2015

A Medida Provisória n.º 694/2015, de 30.09.2015, traz um novo limite para o pagamento dos juros sobre o capital próprio (JCP), devendo ser considerado no cálculo o valor da variação de TJLP ou 5% ao ano, o que for menor. Além disso, foi elevado para 18% o percentual de retenção de imposto de renda na fonte quando do pagamento ou crédito dos JCP ao beneficiário. Os dispositivos da MP que tratam deste assunto produzem efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

m) Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI

Em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404/1976, o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI foi lançado em junho de 2015 para os funcionários com as condições necessárias de aposentar-se pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ou requerer aposentadoria antecipada à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O Plano encerrou no dia 14 de agosto de 2015 e teve 4.992 adesões, com o seguinte impacto:

- despesas com pagamento de incentivos em 2015 de R\$ 372,5 milhões.



Banco do Brasil S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis

Período findo em 30 de setembro de 2015



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel
Fax
Internet

55 (61) 2104-2400
55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 – *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimento analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado



Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Brasília, 11 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTES

Antonio Mauricio Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
César Augusto Rabello Borges
Geraldo Afonso Dezena da Silva
José Mauricio Pereira Coelho
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Raul Francisco Moreira
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Célio de Andrade Santos
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Gustavo de Faria Barros
Hamilton Rodrigues da Silva
Ilton Luís Schwaab
Ives César Fülber
José Carlos Reis da Silva
Leonardo Silva de Loyola Reis
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Cláudio Ligabue
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Márcio Luiz Moral
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Nilson Martiniano Moreira
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Simão Luiz Kovalski
Tarcísio Hübner
Wilsa Figueiredo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Alexandre Corrêa Abreu
Beny Parnes
Juliana Públio Donato de Oliveira
Luiz Serafim Spinola Santos
Manoel Carlos de Castro Pires
Tarcísio José Massote de Godoy

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braidó
Giorgio Bampi
Marcos Machado Guimarães
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Paulo José dos Reis Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egidio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

